

**UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL – MESTRADO E DOUTORADO**

Carlos Eduardo Arns

**A COOPERAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO ALTO
URUGUAI CATARINENSE (SC) BRASIL**

Santa Cruz do Sul, setembro de 2010

Carlos Eduardo Arns

**A COOPERAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO ALTO
URUGUAI CATARINENSE (SC) BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Virginia Elisabeta Etges

Santa Cruz do Sul, setembro de 2010

Carlos Eduardo Arns

**A COOPERAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO ALTO
URUGUAI CATARINENSE (SC) BRASIL**

Esta Dissertação foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Prof^a. Dr^a. Virginia Elisabeta Etges
Orientadora – UNISC

Prof. Dr. Oscar José Rover – UFSC

Prof. Dr. Marco André Cadoná – UNISC

RESUMO

O presente estudo trata da cooperação da agricultura familiar no Território Alto Uruguai Catarinense (TAUC), localizado no oeste de Santa Catarina. A questão que norteou esta pesquisa diz respeito às estratégias de cooperação praticada no âmbito da agricultura familiar e como elas se inserem no processo de construção do Território do Alto Uruguai Catarinense. Em seus objetivos, o estudo se propôs a identificar e a caracterizar os principais tipos de organização da cooperação agrícola na agricultura familiar; identificar e analisar as diferentes estratégias de cooperação da agricultura familiar e suas interfaces com a política de apoio ao desenvolvimento do território; analisar as principais concepções políticas e ideológicas presentes na organização da cooperação agrícola e suas contribuições para a ampliação da autonomia democrática das organizações de cooperação e identificar e caracterizar os principais fatores que condicionam a eficácia da cooperação entre os agricultores familiares na construção do desenvolvimento rural sustentável no TAUC. O Estudo revelou uma significativa densidade e heterogeneidade de tipos de organizações de cooperação, mas com uma tendência crescente de homogeneização como parte de um complexo processo de mudanças em curso nas comunidades do meio rural do Território. Identificaram-se três estratégias de cooperação na agricultura familiar: *Estratégia de cooperação comunitária funcional*, de abrangência das comunidades rurais, voltada fundamentalmente para o apoio às atividades dos principais sistemas de cultivo e criação e pequenos serviços comunitários, para o qual contam com o apoio das prefeituras municipais, ator que vem ampliando sua ação e provocando profundas mudanças nas organizações comunitárias tradicionais; *Estratégia de cooperação empresarial competitiva*, de abrangência regional e interestadual, integrada ao movimento cooperativista tradicional, constituído pelas poucas e grandes cooperativas, mantendo e reproduzindo as relações sociais do capitalismo no campo; *Estratégia da cooperação solidária autogestionária*, originada no bojo dos movimentos sociais dos anos 1980, constituída por um diverso conjunto de organizações formais e informais, articuladas em rede a pequenas cooperativas autogestionárias. Esta última é a única estratégia que, desde 2004, vem participando de forma mais efetiva da política de apoio do MDA ao processo de desenvolvimento do Território Alto Uruguai Catarinense.

ABSTRACT

This research is about the cooperation of familiarly agriculture in Alto Uruguai Catarinense Territory (TAUC), located in the West of Santa Catarina State. The question that has guided this research was: How the strategies of cooperation practiced in familiarly agriculture get inserted in the process of construction of Alto Uruguai Catarinense Territory. In its goals, the study has aimed to: identify and comment on the main kind of organization of agriculture cooperation, to identify and to analyze the different strategies of cooperation in familiarly agriculture and its interfaces with the federal policy to support the development of the territory SDT/MDA; to analyze the main political and ideological conceptions present in the organization of agriculture cooperation and its contributions for the democratic autonomy increase of the cooperation organizations; to identify and to comment on the main factors that condition the effectiveness of cooperation among farmers in the construction of sustainable development in TAUC. The research has revealed a meaningful density and heterogeneity of organizations kinds of cooperation, with an increasing trend of homogenization as part of a complex process of changes happening in the communities of the countryside of the territory. It was identified three cooperation strategies in familiarly agriculture: *Strategy of functional communitarian cooperation*, covers rural communities, focused on the support for agriculture activities and small communitarian services, in which the city halls have become the main mediator actor, leading to deep changes in the traditional communitarian organizations; *Strategy of competitive enterprise cooperation*, covers the region and the state, integrated to the traditional cooperative movement, made of the few and the big cooperative organizations, keeping and reproducing the social relations of capitalism in the countryside; *Strategy of self-managed solidarity cooperation* originated in the center of social movements in the 80's, made by a diverse set of formal and informal organizations articulated in a set of to small self-managed cooperative organizations. This was the only strategy that participates more effectively in the policy to support the MDA for the process of development in Alto Uruguai Catarinense Territory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa TAUC	101
Quadro1 – Comparativo das estratégias de cooperação da agricultura familiar no Território Alto Uruguai Catarinense	245

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Ano de instalação, origem dos atuais municípios que constituem o TAUC	96
Tabela 2 – População total, urbana, rural e densidade demográfica – 2007	104
Tabela 3 – Índices de Desenvolvimento Humano e de Gini da renda, por município do TAUC/SC ...	105
Tabela 4 – Número de indústrias e de empregos no Estado e no Território Alto Uruguai Catarinense em 2001	107
Tabela 5 – Número de estabelecimentos e de empregos segundo a categoria no Estado de Santa Catarina e Microrregião do Alto Uruguai Catarinense (2001)	108
Tabela 6 – Número de estabelecimentos e empregos na microrregião e no município de Concórdia	108
Tabela 7 – Número de empregados por municípios do TAUC – 1999/2001	109
Tabela 8 – População, renda per capita e população sem renda suficiente no total, rural e urbano para o Estado de Santa Catarina e Território do AUC – 2000.....	111
Tabela 9 – Número de estabelecimentos por grupos de área total, por município do TAUC (1996) – Variável: número de estabelecimentos agropecuários (Unidade)	113
Tabela 10 – Estrutura fundiária – Número de estabelecimentos agropecuários, segundo os estratos de área e por abrangência geográfica - Estado, Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) e Município - Santa Catarina – 31/08/2003.....	114
Tabela 11 – Número de Informantes e entrevistados por município do TAUC, informantes e entrevistados externos, mas com atuação no território	128
Tabela 12 – Número de fichas de caracterização dos tipos de organizações de cooperação por município do TAUC	130
Tabela 13 – Capital social e número de sócios por PAC da SICOOB CREDIAUC no TAUC.....	136
Tabela 14 – Evolução dos depósitos à vista, depósitos a prazo, financiamentos (Empréstimos), Patrimônio Líquido, Quadro Social, Sobra Líquida e Participação na AGO	137
Tabela 15 – Número de comunidades, média de famílias por comunidade e tamanho das comunidades rurais por faixa de número de famílias por Municípios do TAUC	140
Tabela 16 - Número de comunidades rurais, número de organizações comunitárias por tipo e por município do TAUC.	143
Tabela 17 – Número de famílias, média de famílias por organização, condição legal, período de constituição, apoiadores e participação nas Organizações de Gerenciamento de Máquinas e Equipamentos no TAUC.....	151
Tabela 18 – Número de organizações de Cooperação para o Gerenciamento de água, famílias, período de constituição, apoiadores, participação de mulheres e jovens, por município no TAUC....	164
Tabela 19 - Número de organizações, de famílias, média de famílias por organização, período de constituição, principais apoiadores e a participação nas Organizações de Gerenciamento de Telefone Rural	171
Tabela 20 – Número de associados, matrizes e plantel do núcleo de Concórdia – ACCS.....	180
Tabela 21 – Número de associados, matrizes, plantel do núcleo de Seara - ACCS	180
Tabela 22 – Número de organizações, número de famílias, período de constituição, apoiadores, participação, aspectos organizacionais, documentação das Associações Desenvolvimento Microbacias (ADMs), por município do TAUC.	187
Tabela 23 – Nº de Organizações, nº de famílias, nº unidades agroindustriais, ano de constituição e entidades apoiadoras das pequenas Cooperativas Agroindustriais do TAUC	195

Tabela 24 – Modalidade, data de assinatura, repasse de recursos, contrapartida, investimento, situação da obra, empreendimentos e empregos gerados do Pronaf Infraestrutura e serviços, por município do TAUC	224
Tabela 25 – Entidades que compõem os núcleos dirigente e técnico do Alto Uruguai.....	230
Tabela 26 – Modalidade, data de assinatura, repasses de recursos, contrapartida, investimento, situação do projeto, empreendimentos e empregos gerados do Pronaf Infraestrutura e Serviços, por entidade no TAUC.....	231

LISTA DE ABREVIATURAS

ACARESC	Associação de Crédito e Assistência Técnica de Santa Catarina
ABCOOP	Aliança Brasileira de Cooperativas
APACO	Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense
AT	Abordagem Territorial
CCA	Central das Cooperativas da Reforma Agrária
CEPAGRO	Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo
CGC	Cadastro Geral de Contribuinte
CIAT	Comissão de Instalação das Ações Territoriais
CNA	Confederação Nacional da Agricultura
CNPSA	Centro Nacional de Pesquisa em Suínos e Aves
CODETER	Colegiado de Desenvolvimento Territorial
CONCRAB	Confederação Nacional das Cooperativas da Reforma Agrária
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
COOPERALFA	Cooperativa Regional Alfa
COPÉRDIA	Cooperativa Regional de Concórdia
CPA	Cooperativa de Produção Agropecuária
CPPS	Cooperativa de Produção e de Prestação de Serviços
CPS	Cooperativa de Prestação de serviços
CPSR	Central de Prestação de Serviços Regionais
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DETR	Departamento Estadual dos Trabalhadores Rurais
DT	Desenvolvimento Territorial
EP	Estudo Propositivo da Dinamização Econômica dos Territórios
EPE	Estudo das Potencialidades Econômicas
FAESC	Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina
FECOAGRO	Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado de Santa Catarina
FETAESC	Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Santa Catarina
FETRAF	Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
FUNDESC	Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina

GCA	Grupo de Cooperação Agrícola
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICEPA	Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFET	Instituto Federal de Educação Técnica
LAC	Levantamento Agropecuário Catarinense
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MCA	Movimento de Cooperação Agrícola
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MIN	Ministério da Integração Nacional
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MMC	Movimento das Mulheres Camponesas
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MST	Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
N.E.P.	Nova Política Econômica (Antiga União Soviética)
ND	Núcleo Dirigente
NT	Núcleo Técnico
OCA	Organização das Cooperativas da América
OCB	Organização das Cooperativas do Brasil
OCes	Organizações das Cooperativas dos Estados
OCESC	Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina
PIB	Produto Interno Bruto
PN	Plano de Negócios Territoriais
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRODECAPE	Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas
PST	Plano Safra Territorial
PTCPC	Plano Territorial de Cadeias Produtivas Cooperadas
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
Recoop	Programa de Revitalização das Cooperativas Agropecuárias
SDR	Secretaria Regional de Desenvolvimento
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SECAFES	Sistemas Estaduais de Apoio à Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar e Economia Solidária

SEPOG	Secretaria Estadual de Planejamento, Organização e Gestão
STRs	Sindicatos dos Trabalhadores Rurais
TAUC	Território Alto Uruguai Catarinense
Unasco	União Nacional das Associações Cooperativas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 DESENVOLVIMENTO com abordagem TERRITORIAL rural.....	25
1.1 O “mundo rural” em mudanças.....	25
1.2 O papel do território no desenvolvimento regional.....	30
1.3 O Desenvolvimento Territorial na política do Governo Federal.....	32
1.4 A política de apoio ao Desenvolvimento Territorial do MDA	34
2 A COOPERAÇÃO NO MEIO RURAL	42
2.1 Conceituando alguns termos da cooperação	42
2.2 A cooperação e a questão agrária.....	50
2.3 A Cooperação como movimento.....	53
2.4 O movimento de cooperação: um pouco da história	55
2.5 A cooperação no rural do oeste catarinense	68
3 O TERRITÓRIO ALTO URUGUAI CATARINENSE.....	88
3.1 A formação da região do Alto Uruguai Catarinense	88
3.2 Da colonização ao território	96
3.3 Caracterização físico-geográfica do território	100
3.4 A face rural do Território Alto Uruguai Catarinense	102
3.5 Características socioeconômicas	105
3.6 O processo de DT no Alto Uruguai Catarinense	116
3.6.1 Uma análise do Estudo Propositivo (EP)	119
3.6.2 O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS)	121
3.6.3 O Plano Safra Territorial (PST).....	123
4 A COOPERAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR DO TAUC	125
4.1 Caracterização da cooperação no TAUC	125
4.1.1 A cooperação convencional	131
4.1.2 A cooperação alternativa.....	138
4.1.2.1 Organizações de cooperação comunitária.....	139

4.1.2.2	Organizações de cooperação para gestão de infraestrutura	149
4.1.2.2.1	Associação de gerenciamento de máquinas e equipamentos.....	149
4.1.2.2.2	Associação de gerenciamento de água.....	162
4.1.2.2.3	Organizações de gerenciamento de telefone rural	169
4.1.2.2.4	Associação de gerenciamento de secadores comunitários.....	173
4.1.2.3	Organização de cooperação de produtores por atividades	177
4.1.2.4	Associações de Desenvolvimento das Microbacias (ADMs).....	183
4.1.2.5	Pequenas cooperativas de agricultores familiares	193
4.1.2.6	Cooperativas de crédito rural	203
4.1.2.7	Outras formas de organização identificadas na região	205
5	AS ESTRATÉGIAS DE COOPERAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR E SUAS RELAÇÕES COM O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO TAUC	207
5.1	As estratégias de cooperação da agricultura familiar no TAUC.....	209
5.1.1	A estratégia da cooperação comunitária funcional.....	210
5.1.2	A estratégia da cooperação empresarial competitiva.....	214
5.1.3	A estratégia da cooperação solidária autogestionária.....	217
5.2	As interfaces entre as estratégias de cooperação e o desenvolvimento no Território Alto Uruguai Catarinense.....	221
5.2.1	Estratégia de cooperação comunitária funcional	222
5.2.2	Estratégia de cooperação empresarial competitiva.....	229
5.2.3	Estratégia de cooperação autogestionária.....	235
	CONCLUSÃO.....	240
	REFERÊNCIAS	249
	ANEXOS	264
	Anexo 1	265
	Anexo 2	267
	Anexo 3	271
	Anexo 4	273
	Anexo 5	275
	Anexo 6	277

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa trata da cooperação no contexto da agricultura familiar do Território Alto Uruguai Catarinense (TAUC), localizado no oeste do estado de Santa Catarina. A cooperação, para uma primeira aproximação do termo, será aqui compreendida como a ação de entreajuda realizada por pessoas dentro de uma organização constituída para essa finalidade, ou mesmo entre essas organizações de cooperação.

A opção de trabalhar essa temática nasce da nossa experiência de fomento à cooperação agrícola junto aos movimentos sociais da região, participando de processos de apoio ao desenvolvimento territorial na região Sul do Brasil durante dois períodos: o primeiro, que se estendeu de meados de 1980 até final de 1990, quando a cooperação se colocava como um instrumento de resistência ao avanço do capitalismo no campo e de permanência das famílias na atividade, e a atuação ocorria nas organizações, seus problemas e na articulação destas; e o segundo, dos anos 2000 até o presente momento, quando a cooperação se coloca como instrumento de mudança do modelo de desenvolvimento e se encontra inserida em processos mais amplos, como o desenvolvimento local/territorial, ou seja, a cooperação como parte constitutiva da estratégia do novo modelo de desenvolvimento em construção a partir da região/território (municípios, regiões).

Percebe-se que diversos atores e mediadores envolvidos tanto com a cooperação agrícola quanto com o desenvolvimento territorial rural apresentam diferentes estratégias orientadas por distintas concepções políticas e ideológicas. Entendemos o desenvolvimento territorial rural como o processo articulado, planejado e empreendido conjuntamente por atores com vistas a imprimir características desejadas ao desenvolvimento em curso. Ambos os temas (cooperação e desenvolvimento territorial) se propõem inclusivos para os grupos sociais que permanecem excluídos até o presente momento. No entanto, tanto a cooperação agrícola quanto o desenvolvimento territorial têm apresentado dificuldades de inserção e envolvimento de determinados grupos sociais, como: pescadores, ribeirinhos, indígenas, caboclos e agricultores familiares, dentre outros.

Daí a necessidade de compreensão das transformações ocorridas na trajetória do desenvolvimento da agricultura familiar do Território Alto Uruguai Catarinense (TAUC) e, nesta, as mudanças na cooperação agrícola como resultantes de um complexo e permanente embate de diferentes forças sociais.

A pesquisa foi realizada junto às organizações de cooperação dos agricultores familiares, no TAUC, constituído por 15 municípios¹ – território que integra o conjunto de oito territórios rurais acompanhados e apoiados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário no estado de Santa Catarina. O período de estudo se estende do início da década de 1990 ao ano de 2008.

A busca pela compreensão das mudanças na cooperação, praticada pela agricultura familiar do Território Alto Uruguai Catarinense (TAUC), será desenvolvida no marco do atual debate sobre o desenvolvimento rural, marcado pela busca de superação da setorialidade para se inserir na abordagem territorial.

O conjunto das grandes transformações e mudanças que estão ocorrendo no mundo, expressas na globalização da economia, na financeirização da riqueza e na reestruturação produtiva, tem como elemento facilitador o avanço da ciência e da tecnologia (CHESNAIS, 1996, 1995; BRAGA, 1997, 1992). Em meio aos avanços globais em todos os campos da vida humana, também avançam a pobreza, a miséria e a exclusão social. A desigualdade social, resultado do processo de concentração da riqueza e do capital, leva ao questionamento do modelo de desenvolvimento e das responsabilidades do Estado, da sociedade e do mercado.

Compreender o movimento das grandes mudanças em curso, em âmbito global, seus reflexos e impactos nos processos locais/regionais constitui tarefa imprescindível para investigações voltadas ao desenvolvimento social, econômico, político-institucional e ambiental mais equitativo. Também é importante considerar e compreender, nesse contexto de profundas transformações, que o Estado sob a

¹ Para o MDA, oficialmente ainda são 16 municípios, pois não foi oficializada a saída do município de Jaborá, que decidiu se integrar ao território de Meio Oeste Contestado, não mais participando das atividades no TAUC desde final de 2007.

hegemonia neoliberal passou por um processo de ajuste, com a desresponsabilização de funções tradicionalmente exercidas por ele. A justificativa desse processo é a necessidade de maior racionalidade administrativa e coerência com a capacidade de financiamento público. Nesse contexto, a sociedade vem demonstrando o desejo de maior participação e protagonismo, ocupando os espaços de discussão, formulação e acompanhamento das políticas públicas, participando no planejamento, na implantação e na avaliação de programas e projetos de desenvolvimento em infraestrutura (ARRETCHE, 1995; CASTELLS, 1998; LOBO; MEDEIROS, 1993).

Se por um lado essas duas posições – a de racionalização econômica na gestão do estado, e da participação social – respondem a objetivos comuns como as descentralizações do aparato estatal, podem, por outro lado, simplesmente camuflar um processo enganoso nas relações entre Estado e Sociedade Civil (MUSSOI, 1998).

No Brasil houve um processo de descentralização que se desencadeou a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. Os municípios começam a assumir novas funções e responsabilidades, passando a permitir e a organizar a participação da sociedade civil nas políticas públicas federais localmente, inicialmente na saúde e na educação e progressivamente em outras áreas, como: políticas de assistência social, previdência etc.

No espaço rural, no entanto, esse processo de participação na construção e gestão das políticas agrárias e agrícolas não se deu de forma municipalizada. A sua construção e alguma influência se dão em nível macro através de atores nacionais como os movimentos sociais. Podem ser citados como exemplo o MST (Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), Movimento Sindical (CONTAG - Confederação dos Trabalhadores da Agricultura e a FETRAF – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar); MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), MMC (Movimento das Mulheres Camponesas), dentre outros; de outro lado, os atores tradicionais do agronegócio, como a CNA (Confederação Nacional da Agricultura), OCB (Organização das Cooperativas do Brasil), dentre outras.

Desde 2003, o governo federal vem desenvolvendo um esforço por incorporar a abordagem territorial para um conjunto de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável. Dessa forma, vem apoiando a construção de territórios rurais de identidade², dentre os quais figura o Território Alto Uruguai Catarinense. Esse esforço é coordenado nacionalmente pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), através do programa nacional de apoio ao desenvolvimento de territórios rurais de identidade.

O oeste de Santa Catarina, onde se encontra inserido o Território Alto Uruguai Catarinense (TAUC), se caracteriza por uma economia fortemente alicerçada no setor agropecuário, constituindo-se na principal região produtora do estado. A produção agropecuária do estado de Santa Catarina, como um todo, caracteriza-se por um conjunto de produções bastante especializadas, que se territorializam nas diversas regiões que compõem o estado. Esse processo é decorrente da forma como o modo capitalista de produção vem se desenvolvendo no meio rural do país, e em especial em Santa Catarina.

De acordo com o Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina (ICEPA), o Território Alto Uruguai Catarinense encontra-se em 3º lugar na produção agropecuária entre as 20 microrregiões do estado (ICEPA, 2002). Isso se torna ainda mais significativo quando se observa que esse Território possui uma das menores extensões em área, com uma topografia marcada pela declividade do relevo. O sistema produtivo do Território Alto Uruguai Catarinense é altamente especializado para o mercado, quando comparados os dados sobre o produto interno bruto com as demais vinte microrregiões homogêneas do estado, conforme classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2002). Cabe salientar que o TAUC é constituído praticamente pelos mesmos municípios que compõem a AMAUC (Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense) e a Microrregião Homogênea do IBGE, com exceção do município de Jaborá.

² Os documentos oficiais do Ministério do Desenvolvimento Agrário, publicados até dezembro de 2008, apresentam a expressão 'Território de Identidade', porém não a definem com clareza; mas é compreendida como uma categoria teórica que representa a coesão da população local em torno de projetos político-institucionais (BRASIL, 2005, 2003).

O sistema produtivo do Território passou e ainda passa por profundas transformações com o avanço do modo de produção capitalista, que na especialização promove a concentração da produção e da renda em um número cada vez menor de unidades de produção agropecuária, que inversamente se tornam cada vez maiores, perdendo seus vínculos com o sistema de produção colonial camponesa. A sociedade regional se tornou complexa em sua rede de organizações e de interesses, com um Estado que até o início dos anos 2000 se mostrava ausente e distante para as populações tradicionais (pescadores, ribeirinhos e indígenas) e para a grande parcela dos camponeses descendentes de europeus da região. No entanto, a partir de 2000, o Estado parece mais próximo e pró-ativo, especialmente através das prefeituras municipais e câmara de vereadores. Também já não podem ser desconsideradas as cidades do Território como espaços de construção de especificidades até bem pouco desconhecidas e ainda pouco percebidas.

A cooperação vem sendo apontada por órgãos de governo, órgãos acadêmicos e agentes de desenvolvimento como uma das estratégias capazes de contribuir para a superação de limites econômicos e o fomento do desenvolvimento regional. É premente, pois, a necessidade de aprofundar os estudos sobre a cooperação no contexto do debate do desenvolvimento rural e territorial.

A diversidade étnico-cultural, somada à diversidade de interesses econômicos presentes no Território, tem constituído diferentes espaços regionais de reivindicação/disputa e construção de alternativas específicas ou comuns para o desenvolvimento. Também tem possibilitado a promoção e a existência de diferentes experiências de cooperação, em suas práticas e em tipos de organização. Isso reforça a importância de identificação e a análise das estratégias de cooperação da agricultura familiar existentes no Território Alto Uruguai Catarinense, na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

Essa região se defronta com algumas limitações, como a grande distância dos principais mercados, fato agravado pelas condições de transporte; produção de exportáveis centrada em alguns poucos produtos agropecuários e em um número cada vez menor de unidades de produção; dispersão da produção em milhares de

pequenas unidades e concentração dos agentes de mercado; falta e/ou inadequação de políticas públicas capazes de atuar na redução de desigualdade, dentre outros fatores.

Ao mesmo tempo, o Território do Alto Uruguai Catarinense é caracterizado pela sua forte organização social, pois conta com organizações e instituições de representação dos principais segmentos sociais da região, tanto rurais (MAB, MMA, FETAESC, FETRAF, FAESC e outros)³ quanto urbanos (Associações Comerciais e Industriais, Clubes de Serviço e outros).

O alto grau de organização da cooperação para a produção também é traço marcante do Território, que conta com a Cooperativa Regional de Concórdia (COPÉRDIA), criada em 1967, uma das mais importantes no estado de Santa Catarina. Mais recentemente, em 1999, foi criada a Cooperativa da Agricultura Familiar de Concórdia (COOPAFAC), organização de representação e articulação das pequenas organizações de cooperação da agricultura familiar do território.

Diante das transformações globais e da crescente importância do papel do local para processos de desenvolvimento territorial sustentável, a questão central que nos propusemos a analisar nesta pesquisa diz respeito às estratégias de cooperação praticadas no âmbito da agricultura familiar e como elas se inserem no processo de construção do Território do Alto Uruguai Catarinense, voltado para o desenvolvimento rural sustentável.

O objetivo do presente estudo foi analisar as diferentes estratégias de cooperação da agricultura familiar e sua inserção na construção do Território do Alto Uruguai Catarinense na perspectiva da construção do desenvolvimento rural sustentável. Para tanto, buscou-se:

³ MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens); MMC (Movimento das Mulheres Camponesas); MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais); FETAESC (Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Santa Catarina); FETRAFSUL (Federação dos Trabalhadores da Agricultura).

a) identificar e caracterizar os principais tipos de organização da cooperação na agricultura familiar;

b) identificar e analisar as diferentes estratégias de cooperação da agricultura familiar e suas interfaces com a política de apoio ao desenvolvimento do Território Alto Uruguai Catarinense;

c) analisar as principais concepções políticas e ideológicas presentes na organização da cooperação agrícola no Território Alto Uruguai Catarinense e suas contribuições para a ampliação da autonomia democrática das organizações de cooperação;

d) identificar e caracterizar os principais fatores que condicionam a eficácia da cooperação entre os agricultores familiares na construção do desenvolvimento rural sustentável no TAUC.

Para a realização da pesquisa nos apoiamos no método dialético, que proporcionou as bases lógicas da investigação, fundamentadas na realidade histórica do território. O método de levantamento dos dados se pautou pela observação, com base em Gil (1999). O método observacional é um dos mais utilizados nas Ciências Sociais e pode ser considerado como um dos mais adequados, na medida em que possibilita um elevado grau de precisão neste campo da ciência. Esse método “[...] difere do experimental em apenas um aspecto: nos experimentos o cientista toma providências para que alguma coisa ocorra, a fim de observar o que se segue, ao passo que no estudo por observação apenas observa algo que acontece ou já aconteceu” (GIL, 1999, p. 34).

Considerando a natureza das questões do estudo, optou-se por trabalhar basicamente com narrativas individuais e grupais, com métodos de investigação qualitativa, tendo em vista que a intenção é recuperar a interpretação da realidade político-institucional existente por parte dos entrevistados e participantes em grupos focais de discussão. Pode-se, assim, revelar questões factuais e ideológicas, que apresentaram posições ou projeções valorativas por parte dos entrevistados, evidenciado no discurso espontâneo e (relativamente) livre dos sujeitos.

A pesquisa qualitativa, de acordo com Triviños (1987), rege-se por critérios diferentes para alcançar resultados de validade científica, utilizando ambiente natural como fonte direta dos dados e apoiando-se no caráter descritivo. O foco principal de preocupação é mais o processo e menos os resultados, buscando essencialmente o significado dos fenômenos e sendo a análise dos dados preponderantemente indutiva.

Embora não se constituam no elemento central do estudo, foram levantadas e utilizadas informações de caráter quantitativo, que serviram de suporte para a pesquisa tanto na sua fase exploratória quanto para a sua fase analítica. De acordo com Minayo (1994, p. 22), o conjunto de dados, quantitativos e qualitativos, não se opõe, pelo contrário, se complementa, pois a realidade que abrange interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia. A combinação de informações qualitativas e quantitativas mostrou ser a forma mais adequada na tentativa de abordar o conjunto de fenômenos condicionantes da realidade estudada.

Também foram realizadas entrevistas semiestruturadas individuais e com grupos focais. A metodologia de entrevistas grupais foi desenvolvida por Merton, com o nome de *foco entrevista*, de amplo uso na pesquisa do setor privado (ABROMOVAY, 2006). Considerando as diferenças de objetivos do setor privado e da pesquisa científica, depois de adequações, o método passou a ser cada vez mais utilizado em avaliações de programas governamentais e em pesquisas qualitativas. O grupo focal é uma modalidade específica de grupo. Os membros de um grupo focal são selecionados por suas características comuns, com o objetivo de conhecer através de entrevistas gravadas as percepções, as atitudes e os comportamentos de certos sujeitos sociais.

Para fins desta pesquisa, as entrevistas dos grupos focais constituídos pelas equipes locais não foram gravadas. Dentre os membros das equipes técnicas locais, alguns informantes contribuíram, ainda, preenchendo uma ficha de caracterização dos tipos de organização de cooperação, de acordo com seu domínio de informações. Também foi realizado um conjunto de entrevistas individuais gravadas, com informantes qualificados (membros das equipes ou não – técnicos e dirigentes de organizações, lideranças políticas) previamente definidos.

Neste estudo os grupos focais se constituíram das equipes técnicas locais que atuam direta ou indiretamente com os grupos de cooperação agrícola. Em alguns municípios as equipes foram maiores e puderam ser reunidas para a entrevista, enquanto em outros as entrevistas aconteceram de modo individual. Na ocasião também era preenchida a ficha de caracterização dos principais tipos de organizações de cooperação (anexo 5) presentes no município. Todas as pessoas que prestaram informações ao estudo receberam e assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido (anexo 1).

As entrevistas semiestruturadas e gravadas (29 no total) com os informantes qualificados seguiam os roteiros adaptados para cada tipo de informante. Os informantes qualificados foram constituídos por: gestores públicos que atuam com organizações de cooperação ou com a política de desenvolvimento territorial (anexo 2); técnicos de entidades de apoio ou órgãos públicos, que atuam com cooperação agrícola e com a política de desenvolvimento territorial (anexo 3); dirigentes e lideranças locais de tradicional participação em organizações de cooperação (anexo 4).

O trabalho do processo de construção da pesquisa se desdobrou, ao longo de sua realização, em três grandes etapas.

Primeira etapa: uma travessia no Território Alto Uruguai Catarinense para uma leitura de paisagem e identificação dos informantes estratégicos e dos articuladores⁴ das equipes locais. Esse momento aconteceu ainda no primeiro semestre de 2008, dividido em quatro rotas de viagem, as “quatro sub-regiões” dentro do TAUC. A primeira rota foi constituída pelos municípios de Arvoredo, Paial, Xavantina e Seara. A segunda rota foi constituída pelos municípios de Itá, Lindoia do Sul e Arabutã. Na terceira rota foram visitados os municípios de Concórdia, Irani e Presidente Castelo Branco. A quarta rota envolveu os municípios de Alto Bela Vista, Ipira, Peritiba e Piratuba.

⁴ Articulador da equipe local era a pessoa previamente identificada, contatada e que se comprometeu apoiar e organizar as atividades em cada município.

Durante essa etapa foram constatadas as dificuldades de execução dos passos e do cronograma previstos no projeto de pesquisa, pois no final do primeiro semestre de 2008 iniciava o processo eleitoral. As tensões começavam a aflorar, sentia-se um clima de insegurança/desconfiança, e, aparentemente, quanto menor o município mais esse clima se evidenciava. Nesta etapa também teve início a realização do trabalho de levantamento e organização das fontes secundárias de informação, em estudos já realizados, documentos de entidades e organizações da região ou fora dela; dados sobre a região e sobre a agricultura familiar e seu desenvolvimento no Território Alto Uruguaí Catarinense (TAUC). Essa etapa foi concluída com a listagem dos possíveis entrevistados e articuladores das equipes locais e seus contatos.

Definimos um intervalo no trabalho de campo até o momento pós-eleitoral, período que se estendeu de setembro de 2008 ao final de janeiro de 2009, ou seja, retomando as atividades de campo em fevereiro de 2009, quando os novos gestores públicos já haviam assumido seus cargos e as equipes estavam mais ou menos restabelecidas.

Segunda etapa: iniciada em fevereiro de 2009, consistiu-se nos encontros de entrevista com as equipes técnicas locais, os grupos focais. Considerou-se equipe - sempre que estiveram reunidos na entrevista - duas ou mais pessoas do município que trabalhavam com as organizações de cooperação. O trabalho iniciava com um pré-agendamento com os articuladores locais. Em alguns casos, foi possível fazer um agendamento sequencial com dois municípios, mas na maioria das vezes foram deslocamentos diretos de Chapecó para o município agendado. Ocorreu dessa forma porque o tempo de trabalho em cada município ultrapassava meio período do dia, que somado aos deslocamentos tomava um dia inteiro de trabalho.

Nesta etapa, além da organização e da análise dos dados e informações secundárias, como documentos das entidades envolvidas, informações e dados das secretarias municipais, da política desenvolvida no território em apoio à cooperação agrícola no período estudado, as atividades ficaram concentradas na realização das entrevistas com as equipes técnicas locais (grupos focais), lideranças e das organizações de apoio à cooperação da agricultura familiar do Território Alto Uruguaí Catarinense, cujos roteiros se encontram anexos.

Uma das grandes dificuldades que também limitou o trabalho decorreu da falta de registro das informações sobre a cooperação (cadastros, avaliações, atas/relatório de reuniões realizadas etc.). Em nenhum município foi encontrado algum documento com dados do histórico da cooperação e das ações realizadas. Na grande maioria dos casos são informações de posse pessoal, passando a impressão de que o trabalho realizado não é institucional, e sim pessoal. Nos municípios há poucos agentes que conhecem esse tipo de trabalho, e de certo modo as informações estão com essas pessoas e são delas. Quase sempre as pessoas são reconhecidas por possuírem esse tipo de informação (“Ah, sobre as associações tem que falar com o fulano e o sicrano que eles conhecem”; “acho que aqui não tem nada disso, mas fala com o ‘fulano’ que ele pode te informar melhor”). Ou seja, existe nos municípios uma espécie de guardiões dessas informações e histórias.

Terceira etapa: esta etapa se constituiu na análise dos resultados dos dois momentos anteriores, considerando que a análise de entrevistas já vinha sendo realizada concomitantemente à segunda etapa.

A estratégia analítica constituiu-se da construção do perfil e da tipificação das organizações de cooperação e identificação de suas diferentes estratégias na relação com a política de desenvolvimento territorial na região do Alto Uruguai catarinense.

Para a construção do perfil que caracteriza as organizações de cooperação da agricultura familiar do território e para posterior tipificação foram utilizadas as anotações com os grupos focais (equipes locais) entrevistados, as fichas de caracterização preenchidas de cada um dos principais tipos de organizações de cooperação dos municípios estudados, e complementadas com opiniões das entrevistas gravadas.

A percepção das diferentes estratégias das organizações de cooperação da agricultura familiar e sua relação com a política territorial em construção na região orientou a análise do conjunto das entrevistas gravadas com os informantes estratégicos (técnicos, lideranças, dirigentes e gestores públicos) e da

documentação (estudos, plano territorial de desenvolvimento rural sustentável, entre outros) sobre o processo de desenvolvimento territorial existente.

Assim, o presente estudo está dividido em cinco capítulos: no primeiro capítulo apresentamos brevemente os principais conceitos e noções sobre desenvolvimento territorial adotados neste estudo e uma caracterização da política de apoio ao desenvolvimento territorial sustentável do Ministério do Desenvolvimento Agrário, aqui focada; no segundo capítulo, tratamos da cooperação como movimento e os principais elementos que marcam sua trajetória, particularmente no Brasil, mas com ênfase especial para o seu desenvolvimento no oeste catarinense, região que abrange o território estudado; a caracterização da trajetória do desenvolvimento do espaço aqui estudado – o Território Alto Uruguai Catarinense (TAUC) - é apresentada no terceiro capítulo; no quarto capítulo, apresentamos uma breve descrição das principais tipos de organização da cooperação encontradas no TAUC, em suas formas de expressão da cooperação, seus principais aspectos organizacionais, econômicos e relação com a cooperação; no quinto e último capítulo caracterizamos e analisamos as três grandes estratégias de cooperação constituídas pela agricultura familiar no TAUC, identificadas no estudo, e as relações destas estratégias de cooperação com a política de apoio ao desenvolvimento territorial do MDA; por fim, são apresentadas as principais conclusões gerais e as conclusões relativas a cada objetivo proposto pelo estudo das estratégias da cooperação da agricultura familiar no Território Alto Uruguai Catarinense.

1 DESENVOLVIMENTO COM ABORDAGEM TERRITORIAL RURAL

Iniciamos este capítulo com uma sucinta apresentação de processos de mudança em curso no espaço rural, para na sequência definir o papel do território no desenvolvimento regional. Após, buscamos apontar as diversas iniciativas do Governo Federal para a introdução da abordagem territorial a diversas políticas públicas. Em função do recorte definido para o presente estudo – a cooperação na agricultura familiar –, será dado destaque para a política de apoio ao desenvolvimento territorial rural sustentável do Ministério de Desenvolvimento Agrário no Território Alto Uruguai Catarinense.

1.1 O “mundo rural” em mudanças

A sociedade que se põe em movimento faz surgir atores e novos espaços públicos, nos quais novos atores sociais estão cada vez mais presentes, e em articulação com os governos locais, criando novas esferas públicas, como canais de articulação e consertação com o mercado.

Por espaço público, considerando os estudos de Habermas (1997), Dagnino (2002) e Avritzer (2002), entende-se a dimensão aberta, plural, permeável, autônoma, com institucionalidades de baixa intensidade, marcada por arenas de integração social. Por esfera pública entendem-se os espaços vinculados à estrutura do Estado, com o objetivo de possibilitar uma integração entre o Estado e os demais atores sociais (sociedade civil e atores produtivos).⁵ É importante, também, conhecer as mudanças do chamado mundo rural, desafio necessário para os trabalhos de investigação relacionados com a agricultura.

⁵ Abordagem aproximada é encontrada em Teixeira (2001).

A agricultura, em seus mais de dez mil anos de existência, vem passando por grandes mudanças. Autores como Cardoso e Brignoli (1983), Guimarães (1982) e Boserup (1987) denominam essas mudanças como revoluções agrícolas. No Brasil, os estudos foram ampliados, principalmente, nas análises dos impactos da segunda revolução agrícola – também chamada de “revolução verde” – ou, ainda, como denomina Graziano da Silva (1982), *modernização dolorosa*, que levou a agricultura brasileira a profundas e contraditórias mudanças no período que vai de 1960 ao final de 1980. Contudo, se por um lado tal processo elevou a produtividade, ampliou o volume e a diversidade de produtos – principalmente dos produtos de exportação –, por outro deixou um significativo conjunto de problemas graves e de complexa resolução. Problemas como a ampliação da concentração de terras, contaminação de solos e da água por produtos químicos (adubos e pesticidas), aprofundamento das diferenciações regionais e aceleração da migração campo-cidade (VEIGA, 2000; CARVALHO, 1998).

A partir dos anos 1990 surgem vários estudos, e ganha força o debate que aborda o rural num contexto mais amplo e complexo, visto como espaço de vida. Assim, desenvolvimento rural passa a contrapor-se ao tradicional recorte setorial, em que o rural é visto, principalmente, como espaço de produção de matéria-prima agrícola (FLORES, 2001). Para alguns pesquisadores, os territórios rurais responderiam por novos papéis, um debate que gravita em torno das discussões sobre a multifuncionalidade.

Muitas dessas discussões resultaram em trabalhos do grupo de pesquisa sobre o tema, no Brasil, publicados no livro *Multifuncionalidade*, coordenado por Carneiro e Maluf (2003). Outra temática inserida nas discussões sobre as mudanças no meio rural está na pluriatividade (SCHNEIDER, 2003), que para alguns é uma temática recente, enquanto para outros integra as estratégias tradicionais de reprodução do campesinato e as atividades não agrícolas (GRAZIANO DA SILVA; CAMPANHOLA 2000).

Para Mior (2005), a agricultura é vista como estrutura fundamental, que possui um dinamismo econômico e político próprio, com formatos peculiares quando comparado aos outros setores econômicos e políticos. Nos últimos séculos, a

agricultura tem adquirido e cumprido algumas funções, entre as quais se destacam: produção de alimentos e matérias-primas; produção de excedentes exportáveis em quantidade (GREGOLIN, 2000). Nesse sentido, a agricultura no Brasil foi historicamente tratada sob uma ótica funcionalista (baixos preços, exportações para evitar o desequilíbrio na balança comercial, consumidora dos produtos industrializados), que determina os modelos agrários e agrícolas utilizados.

Para qualificar as funções adquiridas e cumpridas pela agricultura, a sua modernização foi encarada como uma condição indispensável, e adotada como estratégia para o setor por diversos governos, desde Juscelino Kubitchek (1950/1956) até o final dos governos militares e do governo Sarney (1980/1985), da “nova república”.

Para Prim (1996), a modernização agrícola foi um caminho sem volta. Houve aumento da exclusão social no meio rural, uma vez que nem todos os agricultores conseguiram se adequar ao pacote tecnológico, crescendo também o êxodo rural, além da ocupação de novas áreas de fronteiras agrícolas.

O período de 1980-1999, segundo Gregolin (2000), concentrou profundas e numerosas transformações na estrutura agrária nacional, e na forma e nos instrumentos utilizados para operacionalizar as políticas agrícolas, com mudanças estratégicas, tanto no âmbito da tecnologia utilizada na produção quanto no segmento exportador.

Seguindo os modelos agrários e agrícolas brasileiros, o processo de modernização agrícola em Santa Catarina também pode ser considerado “conservador”, no sentido atribuído por Graziano da Silva (1982). No entanto, apresenta um diferencial, na medida em que está ancorado na produção familiar, na agroindústria de grande porte e na presença ativa do Estado, através dos órgãos federais e estaduais, e muito pouco pela atuação das municipalidades, sedimentando essa relação. Tal particularidade catarinense (agricultura familiar), e

mais especificamente do oeste do estado,⁶ se deve a fatores como: cultura industrial oriunda dos imigrantes europeus; diversificação dos sistemas de produção agropecuários e menor concentração fundiária. Nesse sentido, Gregolin (2000) resume o processo de modernização agrícola do Estado de Santa Catarina como formatado no tripé: produção familiar, agroindústria e Estado.

Os processos de industrialização e modernização da agricultura no oeste catarinense ocorreram quase concomitantemente e de forma bastante articulada, que segundo Gregolin (2000) e Mior (2005) provocaram uma mudança da cultura dos policultivos e da diversificação agropecuária, para uma crescente especialização dos sistemas produtivos na monocultura do milho e a criação de suínos e aves de corte, principalmente, levando à exclusão dos agricultores que não conseguiram se adaptar aos novos sistemas produtivos e a suas tecnologias.

Entre as políticas públicas modernizantes adotadas pelo Estado, Gregolin (2000) destaca o crédito e a ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural), que criaram as condições para o estabelecimento do parque agroindustrial na região. Segundo Mior (2005), o conjunto de políticas benéficas ao setor agroindustrial catarinense foi um dos pilares para o desenvolvimento extraordinário das agroindústrias de carne em Santa Catarina.

Esse processo provocou dois movimentos complementares, não concomitantes, sendo o primeiro de forte impacto social, ao forçar o êxodo de milhares de famílias para os centros urbanos ou em direção às novas fronteiras agrícolas (Centro-Oeste e Norte do país). O segundo forçou os remanescentes, porém excluídos, dos sistemas integrados industrialmente a migrar para outras atividades agrícolas ou cadeias produtivas. Para adotar estas, os sistemas de

⁶ A região oeste catarinense é uma das seis regiões geográficas de Santa Catarina, com uma área equivalente a um quarto do território estadual. Essa região é constituída pelas microrregiões Colonial Oeste e Colonial Vale do Rio do Peixe, envolvendo 118 municípios, abrangendo uma área de 25.300 km² e uma população de aproximadamente 1,1 milhões de habitantes. É uma região bastante vasta e diversa, seja em termos de relevo, de climáticas e de condições hídricas, ou população ocupante, e que tem apresentado um conjunto de elementos comuns em sua trajetória de desenvolvimento, também apresenta diferenciadas dinâmicas internas, variando ao longo da história (ROVER, 2007; DE MARCO, 2004; TESTA et al., 1996).

produção ainda possibilitavam respostas satisfatórias, como por exemplo a produção leiteira, a agregação de valor através da verticalização da produção em agroindústrias de pequeno porte, os hortifrutigranjeiros e o agroturismo.

A nosso ver, a partir da segunda metade dos anos de 1980, como resposta à crise da agricultura, os excluídos organizados nos movimentos sociais começam a mudar a condição de objeto para agente no processo, como participantes de uma realidade em mudança. Nos anos 1990, com a municipalização, a descentralização das políticas públicas, os sujeitos sociais do campo - agora mais organizados - passam a influenciar em políticas nos três níveis de governo, tanto na formulação quanto na execução e fiscalização das políticas públicas.

A agricultura familiar passa a ser vista como um setor estratégico para a manutenção e a recuperação do emprego, redistribuição de renda e soberania nacional, na questão de segurança alimentar do país, e na construção do desenvolvimento sustentável.

Mior (2006) conceitua agricultura familiar como a exploração familiar correspondente a uma unidade de produção agrícola, em que propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família, que é diferente da agricultura patronal. A produção familiar é uma estrutura social altamente flexível, no que diz respeito a suas formas de organização da produção, podendo chegar aos extremos da monocultura ou da policultura.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) dá um enfoque social à agricultura familiar, pois se constitui na “base para o fortalecimento da sociedade civil na área rural. Somente a agricultura familiar pode formar uma grande rede das mais diversas formas associativas que consolidarão a democratização e participação da população rural, construindo cidadania no campo” (MASSI, 2000).

A crise do Estado brasileiro vivida nas duas últimas décadas do século XX era de caráter estrutural, expressando o esgotamento do pacto das classes dominantes em torno do modelo desenvolvimentista industrial iniciado na década de 1930;

modelo pautado, do ponto de vista tecnológico, na segunda revolução industrial, e do ponto de vista dos seus objetivos, na substituição de importações (GREGOLIN, 2000).

Portanto, a crescente preocupação com os impactos ambientais dos processos produtivos introduzidos pela modernização capitalista, a busca da inclusão social dos segmentos mais empobrecidos da sociedade, a incorporação de novas funções pelo meio rural (multifuncionalidade), a introdução de novas atividades não agrícolas (pluriatividade) e a crescente organização e fortalecimento dos sujeitos sociais do campo têm se constituído em fatores que vêm estimulando a ênfase na formulação de políticas de abordagem territorial do desenvolvimento rural.

1.2 O papel do território no desenvolvimento regional

A análise do desenvolvimento rural, por uma abordagem territorial, é recente no Brasil, data do final dos anos 1990 e do início dos anos 2000, tanto da parte do poder público em seus diversos níveis (federal, estadual e municipal) quanto de organizações sociais. Embora tardia no Brasil, em comparação ao debate e construção em países denominados desenvolvidos (Itália, França, Alemanha, entre outros), essa abordagem tem alcançado uma rápida disseminação e provocado uma multiplicidade de ações. Isso, à revelia, muitas vezes, dos interesses e do conhecimento da maioria da população, em especial de grupos sociais mais fragilizados, ou mesmo de processos de mobilização social anteriores já em curso. Segundo Vainer (1995, p. 449),

[...] o debate acerca da constituição e manifestação de interesses regionais normalmente aparecem nublados por mal-entendidos cuja elucidação e enfrentamento é condição, se não da instauração de consensos, pelo menos da configuração e delimitação do campo em que se desenrola a discussão [ao que o autor chama de “novos regionalismos”].

Isso se torna evidente na medida em que o país ainda não conseguiu adotar uma regionalização minimamente consensual, tanto no campo da política quanto no

campo das territorialidades identitárias, diferentemente de outras experiências, inclusive países latino-americanos, como é o caso do Chile (ECHEVERRI, 2005).

Em diversas áreas do conhecimento, como a biologia, a geografia, a economia, a sociologia, ou a antropologia, vários esforços vêm sendo empreendidos para conceituar território, de modo que há enfoques distintos, como pode ser visto pelo menos em três obras relevantes: *Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens*, de autoria de Ribas, M.J.L et alli (2004); *Desenvolvimento territorial sustentável: conceitos, experiências e desafios teórico-metodológicos*, Revista *Eisforia* publicada em 2003 pelo PPGAGR da UFSC, e *A face territorial do desenvolvimento*, de autoria de Veiga (2000).

Segundo Santos e Silveira (2001, p. 19)

Por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada. Mas o sentido da palavra territorialidade como sinônimo de pertencer àquilo que nos pertence... esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência do Estado. [...] Mas a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre seres vivos, é privilégio do homem.

Território, para Etges (2005, p. 54),

[...] só existe a partir da materialidade que lhe é dada pelo seu uso. Mais que uma simples base física, um território traz a marca de gerações que ali viveram e trabalharam; é resultante dos embates políticos, econômicos e sociais que se travaram entre os seus habitantes; também é expressão do nível tecnológico que os seus habitantes alcançaram; mas, acima de tudo, é resultante do tipo de organização social ali criada.

E, por assim definir território, a autora coloca “território” como um paradigma para o desenvolvimento regional sustentável.

Correia de Andrade (2002), faz uma rápida periodização do processo de ocupação do espaço brasileiro, atribuindo forte caráter político e econômico à formação territorial do Brasil, a partir do poder e do jogo de interesses, tanto do Estado quanto interesses privados. Em suas considerações, afirma que:

Ao se desenvolver uma política de produção do território, não se tem levado em conta os interesses da população, e sim os dos grupos econômicos e

políticos dominantes, que raciocinam sempre em curto prazo e não traçam perspectivas para o futuro: daí coincidir o crescimento da produção com o crescimento da miséria. (ANDRADE, 2002, p. 179).

A nosso ver, a abordagem territorial no desenvolvimento regional possibilita a superação de prática tradicional de adoção da região como depositária passiva de políticas externas na promoção do desenvolvimento, tanto do governo Federal e Estaduais como das iniciativas do setor privado. De outro lado, possibilita e até provoca o envolvimento e a organização dos atores locais na discussão e construção do desenvolvimento. Ou seja, desenvolvimento passa a ser compreendido cada vez mais efetivamente como um processo, dinâmico, com suas disputas, explicitação dos diferentes interesses em jogo, diferentes concepções, valores e práticas. Processos assim estimulam os atores locais à construção de visão de futuro, estratégias, e à construção de proposições para a negociação em novos espaços, agora também regionais.

As regiões territórios passam constituir alguns mecanismos para interferir e participar das decisões sobre o seu desenvolvimento, onde os atores podem assumir a condição de protagonistas do processo de desenvolvimento, dentro dos limites que as regiões possuem em sistemas federativos.

1.3 O Desenvolvimento Territorial na política do Governo Federal

Nos últimos anos, algumas estratégias governamentais brasileiras emergentes já incluem formas de participação de agentes sociais na definição de atividades, com metodologias participativas de gestão social, tendo como enfoque principal a proximidade, o local/territorial/regional.

Considerando o período de meados dos anos 1990 em diante, embora recentes, verifica-se nessas estratégias um deslocamento da abrangência municipal para a regional, incorporadas nas suas políticas e ações. Observando-se as realidades rurais, no período de 1995 a 2002, predominou a abrangência municipal através de Programas como o Pronaf Infraestrutura e Serviços Municipais e o

Comunidade Solidária, este com a abordagem do DLIS (Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável), enquanto no período de 2003 em diante prevalecem as abrangências regionais com a abordagem territorial (ROVER, 2006).

Essas estratégias vêm sendo construídas em alguns espaços de governo, por formuladores e gestores de políticas públicas, bem como por pesquisadores e agentes de desenvolvimento, embora de forma ainda incipiente. No caso do poder público federal, podem ser destacados os esforços empreendidos de alguns ministérios, como: o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), através dos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD); o Ministério do Meio Ambiente (MMA), através da Diretoria de Gestão Ambiental e Territorial; o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), através da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES); o Ministério da Integração Nacional (MIN), através da Secretaria de Programas Regionais e, por fim, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Mais recentemente, em 2008, o Governo Federal criou o programa Territórios da Cidadania, coordenado diretamente pelo gabinete da Presidência da República⁷.

⁷ Os Territórios da Cidadania são constituídos a partir dos territórios rurais, programa desenvolvido desde 2003. “O Territórios da Cidadania tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios são fundamentais para a construção dessa estratégia” (TERRITÓRIOS DA CIDADANIA, 2008). Essa política surge do esforço de um movimento interno do governo para articular melhor o conjunto de suas ações; da complexidade no trato da problemática das desigualdades regionais e da promoção da inclusão social foco das abordagens territoriais; bem como da crítica às diferentes iniciativas de políticas de abordagem territorial no governo. Até o final de 2009, essa política envolveu 120 territórios, que abrangem 1.830 municípios (32,9% do total do país), somam 41,9 milhões de habitantes (22,9% do total do país) dos quais 12,8 milhões é a população rural (45,3% do total do país). A agricultura familiar presente nesses territórios é de 1,8 milhões de famílias (45,4% do total do país), 509,2 mil famílias assentadas da reforma agrária (64,8% do total do país), 771 comunidades quilombolas (65,2% do total do país), 315 terras indígenas (51,5% do total do país) e 209,5 mil famílias de pescadores (53,6% do total do país), enquanto o programa Bolsa Família, nesses territórios, atende a 3,9 milhões de famílias (35,6% do total do país) (TERRITÓRIOS DA CIDADANIA, 2008). Atualmente estão envolvidos 22 Ministérios, dos quais 18 com atuação direta na implementação de ações junto aos territórios da cidadania, com a mobilização das ações organizadas em três eixos (apoio às atividades produtivas; cidadania e direitos e infraestrutura) e sete temas (organização sustentável da produção; ações fundiárias; educação e cultura; direitos e desenvolvimento social; saúde, saneamento e acesso a água; apoio à gestão do território; infraestrutura). Em Santa Catarina, dos atuais 8 territórios rurais, apenas 2 foram constituídos em territórios da cidadania – Território Meio Oeste Contestado e Território Planalto Norte. (TERRITÓRIOS DA CIDADANIA, 2009).

Dentre as diversas políticas de abordagem territorial, optamos no presente estudo por focar na política do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), operada principalmente por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, pois apresenta claramente maior direcionamento para o público da agricultura familiar. Em seus principais documentos orientadores essa proposta se desafia à promover um novo padrão de desenvolvimento, ao propor uma política nacional que se apoia no desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, com esforços, mesmo que limitados institucionalmente, de superar a setorialidade (agrícola) e desarticulação tradicional das políticas voltadas ao meio rural no Brasil.

1.4 A política de apoio ao Desenvolvimento Territorial do MDA

A construção de Territórios Rurais, numa perspectiva sustentável, a que se propõe o MDA, é experiência ainda recente, que precisa levar em consideração os limites e as potencialidades de cada lugar, e num contexto mais amplo, de um mundo em rápidas e profundas transformações, às quais o "mundo rural" também está e é sujeito.

O MDA define território como:

[...] um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente, por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (BRASIL, 2003, p. 34).

Essa concepção de território adotada consegue dialogar com várias outras, contribuindo na interação com outras instâncias do Estado (estadual, municipal), por referenciar a construção de acordos para a implementação das políticas e ações de desenvolvimento, apresentando Desenvolvimento e Território como elementos multidimensionais, tanto na Abordagem Territorial quanto no processo de Desenvolvimento Territorial em si. O território é um conjunto de identidades

ambientais, culturais, sociais, econômicas imbricadas e sobrepostas ao mesmo tempo, interagindo em movimentos de integração e conflito no seu processo de desenvolvimento.

Cabe aqui a tentativa de estabelecer uma diferença, mesmo que de modo simples, para fins desse estudo. Quando se fala em Desenvolvimento Territorial (DT) se vai na direção do resultado, da materialização das políticas que fomentam a dinâmica dos atores para a promoção do território. É o feito, o realizado. Já a Abordagem Territorial (AT) é uma forma de olhar um determinado espaço, olhar sobre, considerar o específico, a diversidade no território. São as metodologias. É o fazer.

Mesmo na implementação das políticas públicas, o território pode mudar o seu contorno em função de alguns elementos de identidade desses espaços com o objeto da política (BRASIL, 2003, p. 34). Para cada política de distintos ministérios o território pode englobar ou excluir outras localidades.

A abordagem territorial para as políticas públicas representa um significativo avanço, pois um território – com toda a diversidade de elementos, demandas e capacidades que aglutina – requer a articulação não apenas do Governo Federal, mas de toda uma estratégia dos diversos atores sociais e governamentais na implementação de Políticas Públicas.

A opção pela territorialidade parece não ter implicado uma mera regionalização, à medida que tem buscado desvelar e fortalecer a dinâmica própria e os atores locais (em especial os tradicionalmente excluídos) para que as políticas sejam desenhadas/implementadas como algo “vivo”, que potencialize e atenda às especificidades locais.

Para o BRASIL (2005), o desenvolvimento territorial busca realçar:

- o caráter heterogêneo dos territórios rurais;

- a necessidade de políticas com objetivos múltiplos e integrais para atender a esta característica;
- a importância de superar a tradição de priorizar investimentos destinados exclusivamente ao desenvolvimento econômico;
- a necessidade de se estabelecer mecanismos institucionais que promovam sistemas participativos e abertos, capazes de formular soluções desde a base.

A perspectiva, portanto, é a de que cada vez mais as políticas sejam mais territoriais e menos setoriais. Para tanto, será necessário um intenso trabalho de fortalecimento das institucionalidades (Colegiados Territoriais), que garantam um olhar e uma prática territorial. O processo de definição das políticas é essencialmente um diálogo em que governo e atores locais negociam as dinâmicas que se apresentam prioritárias no apoio ao DT.

É a partir de sua missão - “apoiar a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais locais na gestão participativa do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e promover a implementação e integração de políticas públicas” - que a SDT estabelece sua estratégia de DT (BRASIL, 2003, p. 34). Define como objetivo promover o planejamento, a implementação e a autogestão do processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e o fortalecimento e dinamização da sua economia (BRASIL, 2005).

As ações estratégicas estão organizadas em quatro grandes eixos de trabalho: Gestão social dos territórios; Fortalecimento do Capital Social; Dinamização da Economia dos Territórios e Articulação interinstitucional.

Cada um desses eixos estratégicos passou a se constituir também em uma grande área de resultados, no processo de planejamento e monitoramento das ações da SDT (BRASIL, 2005):

- **Gestão Social** (CIATs, Colegiado Territoriais, Fóruns, ou outros) – Fortalecimento dos espaços de concertação e proposição de políticas públicas, na

elaboração e gestão do PTDRS (Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável), na capacitação, cujo resultado avance na autogestão e protagonismo dos atores e do Território através de colegiado;

- **Fortalecimento das Redes Sociais de Cooperação** – (Arranjos Institucionais) – Fortalecimento do Associativismo e Cooperativismo para a implementação dos programas e projetos territoriais, cujo resultado seja da organização ampliação e da cooperação no Território;

- **Dinamização Econômica** – Estudo das Potencialidades Econômicas (EPE); Plano Safra Territorial (PST); Plano Territorial de Cadeias Produtivas Associativas (PTCPC); Plano de Negócio do Empreendimento Territorial (PNE), instrumentos que, articulados, permitam potencializar os recursos locais com maior distribuição da renda;

- **Articulação das Políticas Públicas** – (Câmara de Desenvolvimento Regional) - Articulação das políticas públicas federais, estaduais e municipais, cujo resultado leve à redução das desigualdades regionais.

A gestão social é algo que deve ser trabalhado numa perspectiva em que os atores sociais possam se empoderar da visão estratégica, do planejamento e da proposta organizativa da abordagem territorial de desenvolvimento. O ciclo da gestão social é o caminho do “saber fazer, fazendo coletivamente”, em que todas as etapas e instrumentos de apoio foram criados na perspectiva de dar as condições adequadas de apropriação dessa dinâmica e processo (BRASIL, 2005).

Buscando dar consistência, qualidade e operacionalidade, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial constituiu um conjunto de instrumentos de apoio ao processo de desenvolvimento territorial, que passaremos a descrever sucintamente a seguir.

Estudo das Potencialidades Econômicas (EPE): diagnóstico aprofundado da base econômica territorial com vistas a motivar a reflexão para o desenvolvimento de novas atividades ou o aumento da governança interna em atividades que já vêm

sendo desenvolvidos pelos agricultores familiares, pescadores; em suma, pelo público beneficiário direto das ações do MDA. Além de qualificar o diagnóstico do território ou estudos já existentes, o EPE ainda visava a subsidiar a elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), com informações e análise qualificadas, com foco voltado para um levantamento e análise das potencialidades econômicas do território rural.

Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS): documento de negociação e orientação do território, do colegiado e dos governos, onde deverão estar expressas a Visão de Futuro, as grandes Ações Estratégicas definidas como eixos aglutinadores, que em grande parte dos PTDRS já elaborados, aparecem como cadeias produtivas. Os eixos aglutinadores são uma forma didática de sistematização e organização das propostas advindas das discussões no território. Devem nortear estrategicamente o processo de desenvolvimento sustentável do território, definindo o objetivo geral que se quer atingir e, na medida do possível, devem estabelecer cenários e resultados esperados, num horizonte de tempo definido. Devem ser construídos, prioritariamente, a partir das quatro dimensões do Desenvolvimento Territorial Sustentável (sociocultural, econômico, ambiental e político-institucional). Devem ter como meta atingir o futuro desejado explicitado na Visão de Futuro. Portanto, materializa toda uma gama de ações, estratégias e prioridades, para o desenvolvimento dos territórios rurais. Este, no entanto, não deve ser um documento “fechado”, mas deve estar em permanente construção.

Plano Safra Territorial (PST): visa a ordenar e a adequar, através da mobilização e articulação dos atores sociais locais, as políticas públicas de âmbito nacional às iniciativas de desenvolvimento rural sustentável de cada Território, como propiciar articulação institucional necessária para a sua consolidação, como: Crédito; Assistência Técnica e Extensão Rural; Comercialização; Agregação de Valor; Garantia Safra, dentre outras políticas de apoio e gestão ofertadas aos territórios. Portanto, fortalece e busca dar suporte aos eixos definidos no PTDRS.

Planos Territoriais de Cadeias de Produção Cooperativa (PTCPC): instrumento de planejamento participativo dos investimentos e das

institucionalidades necessárias em cada espaço, desde as unidades familiares até as cidades-polo dos Territórios, para a materialização, a integração e o aumento do grau de governança dos agricultores familiares nas cadeias consideradas prioritárias a partir de seus PTDRS. Também se constitui em um instrumento de negociação com a conseqüente organização e inclusão de produtores, fortalecendo e ampliando a capacidade de gestão ou governança dos trabalhadores sobre as cadeias produtivas. O plano organiza, articula crédito, assistência técnica, agregação de valor, comercialização, dentre outras, às cadeias já existentes ou novas.

Sistemas Estaduais de Apoio à Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar e Economia Solidária (SECAFES): visa a dar a sustentação aos agricultores familiares, articulando ações que possibilitem uma inserção mais competitiva nos mercados. Os SECAFES consistem num conjunto de ações ligadas diretamente ao processo de comercialização no âmbito da agricultura familiar e da economia solidária. São formados por um conjunto de atividades e parcerias integradas no apoio ao processo de comercialização, que visa a articular as políticas e projetos já disponíveis desde as unidades familiares de produção até as cidades de maior porte em cada território.

Base de Serviços em Comercialização (BSC): institucionalidades que buscam contribuir, a partir da construção de bases de confiança, para a adequada concepção, estruturação, planejamento e operação do sistema de comercialização dos produtos rurais provenientes da agricultura familiar, visando a incrementar a apropriação de valor gerada e a governança dos produtores nos elos geradores de valor de suas cadeias produtivas.

Plano de Negócio de Empreendimentos (PNE): busca organizar e qualificar os projetos territoriais já financiados ou que serão elaborados para a dinamização econômica e avaliação do seu funcionamento. Através da elaboração de Planos de Negócios para os empreendimentos, busca-se a revitalização dos projetos, com governança direta de seus beneficiários.

Até o final de 2009, o MDA apoiava 164 territórios em todo o país, envolvendo 2.500 municípios (44,93%) dos 5.564 existentes, abrangendo uma área de

5.046.045,50, que representa 58,49% do território nacional. Essa política atingia uma população de 52.238.323 habitantes (28,51%), dos quais 15.923.286 (56,02) se encontram no meio rural. Esses territórios abrangem 224.094 (57,36%) dos 390.676 pescadores do país, mas a maior cobertura ocorre com a população assentada pela reforma agrária, pois 581.210 (74,01%) se encontram nesses territórios rurais, abrangendo ainda 70,08% dos quilombolas e 55,56% das áreas indígenas do país. Através dessa política abrange 60,87% do seu público, que representam 43,50% do público do Programa Bolsa Família (TERRITÓRIOS DA CIDADANIA, 2009).

Até 2006 Santa Catarina possuía apenas 6 territórios, dos quais 2 foram subdivididos em 2007, formando os atuais 8 territórios rurais catarinenses (Alto Uruguai Catarinense, Alto Vale do Itajaí, Alto Vale do Rio do Peixe, Meio Oeste Contestado, Oeste Catarinense, Planalto Catarinense, Planalto Norte, Serra Catarinense), e desde 2006 existe um pré-território (Extremo Oeste Catarinense), aguardando ser homologado como território para se incorporar integralmente à política territorial do MDA, pois desde 2003 já é um Consad (Consórcio de Segurança Alimentar, Nutricional e Desenvolvimento Sustentável), uma política pública de abordagem territorial do MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome). Os 8 territórios rurais, até final de 2009, abrangiam 160 municípios, que representavam 54,61% do total de 293 municípios, e 66,53% da área do total do estado; possuíam no conjunto 63.498,30 habitantes, que representavam 35,08% do total da população do estado, dos quais 582.680 se encontravam no espaço rural - 51,18% do total da população rural catarinense. Esses 8 territórios abrangiam, ainda, 58,36% das famílias de agricultores; 88,93% das famílias assentadas pela reforma agrária; 33,33% dos quilombolas; 57,89% das áreas indígenas e apenas 5,85% (1.457) dos 24.922 pescadores do estado de Santa Catarina (TERRITÓRIOS DA CIDADANIA, 2009).

No período de 2003-2006, os 6 territórios receberam R\$ 3.927.837,00 repassados pelo PROINF (Programa de financiamento de Infraestruturas e Serviços Territoriais), cujo objetivo principal é apoiar projetos voltados para a dinamização das economias dos territórios, para o fortalecimento das redes sociais de cooperação e o fortalecimento da gestão social, estimulando uma maior articulação das políticas nos territórios rurais. Desse total de recursos, o Território Alto Uruguai Catarinense ficou

com R\$ 343.828 (8,75%), distribuídos em 6 projetos (um por ano). Em 2007 os volumes de recursos do PROINF foram elevados, alcançando o valor de R\$ 3.679.922,77, dos quais o TAUC ficou com R\$ 396.536 (10,77%), distribuídos em 9 projetos territoriais. Portanto, no período de 2003-2007, o TAUC recebeu R\$ 740.364,87 distribuídos em 15 projetos, que representa uma média de R\$ 49.357,66 por projeto e uma média de R\$ 148.072,96 por ano. Esse valor pode ser considerado muito insignificante para o tamanho da demanda e para a complexa realidade dos problemas dos territórios rurais. Há que se considerar que outros recursos chegam aos territórios rurais por outras fontes. No entanto, essa prática de anualmente reunir um conjunto de atores regionais e discutir a aplicação de recursos em ações territoriais a partir do PTDRS tem se constituído em significativo aprendizado, mesmo em processos tensos de muita disputa, provocados em parte pela escassez dos recursos (TERRITÓRIOS DA CIDADANIA, 2009).

Neste capítulo, buscamos contextualizar a política de apoio ao desenvolvimento territorial, demonstrar sua concepção de território que vem sendo praticada através dos diversos instrumentos de implantação desta política pública nos territórios rurais do país. Através da análise dos documentos e sua forma de construção buscaremos posteriormente identificar as condições em que se encontra o processo de desenvolvimento no TAUC. Também será possível perceber se o processo buscou envolver as organizações de cooperação e se estas se envolveram efetivamente na construção desse processo de construção do TAUC.

2 A COOPERAÇÃO NO MEIO RURAL

Neste capítulo buscamos resgatar alguns conceitos de cooperação para a compreensão de sua diversidade e enfoques possíveis. Também será empreendido um pequeno esforço em precisar alguns termos de uso corrente na discussão da cooperação, buscando atribuir maior coerência ao conjunto do trabalho, apresentando a cooperação em seu sentido de movimento como uma estratégia complementar do campesinato no modo de produção capitalista, sendo este o foco do presente estudo. Em seguida, fazemos uma rápida referência sobre a compreensão da cooperação a partir das obras de alguns dos principais autores clássicos da “questão agrária”. Assim, finalizamos este capítulo buscando construir um breve apanhado da história do movimento de cooperação no Brasil, mas em particular no Sul do país e em especial no oeste catarinense, para possibilitar uma compreensão contextualizada da cooperação no Território Alto Uruguai Catarinense.

2.1 Conceituando alguns termos da cooperação

O termo cooperação carrega tanto o sentido de um tipo de ação específica do sujeito quanto um sentido de ação coletiva ou movimento, e constitui-se numa prática tão antiga quanto a existência humana, uma vez que ela está presente em relatos de todas as civilizações. Como *ação* significa a disposição, o empenho, o compromisso de apoiar, de fazer com, no sentido de tomar parte de algo cujo resultado depende da ação de cada participante. Por sua vez, o sentido de *movimento* remete à história da humanidade, mas em especial ao movimento dos trabalhadores, como classe social (JESUS; TIRIBA, 2003, grifos do autor).

“Como processo, a cooperação se origina no agir diferenciado do comportamento habitual de uma comunidade, grupo ou indivíduo, sobre uma realidade considerada difícil e/ou problemática” (ALBUQUERQUE, 2003, p.16a).

O trabalho de Zamberlan e Froncheti (1992) constitui-se num dos primeiros documentos brasileiros a tratar da cooperação como uma das estratégias de resistência construída pelos agricultores familiares, a partir do final dos anos 1980 e início dos anos 1990, como parte do movimento social mais amplo daquelas duas décadas. Para os autores cooperação “é a contribuição de muitos para a produção de bens e serviços, para a realização de objetivos na produção de saber, na gestão de interesses, entre outros” e nas páginas 35 e 36, eles apresentam alguns conceitos de cooperação de outros autores, conforme segue:

A cooperação é o trabalho de muita gente em um mesmo ou em distintos processos, porém dependentes, processos de trabalho (ALBARRAN, 1989, p. 5, 6).

É o jeito de juntar os vários dias de serviço dos agricultores que trabalham sozinhos para poder, com isso, conseguirem acumular dias de serviço que sobram de cada um e aplicar este capital (STÉDILLE, 1991, p.136).

É a contribuição de muitos para a produção de bens e serviços, para a realização de objetivos, na produção do saber, na gestão de interesses, entre outros [...] (COSTA, 1989, p. 34).

Em “O Capital” Marx assim definiu a cooperação:

Chama-se cooperação a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou processos de produção diferentes, mas conexos [...] o simples contato social, na maioria dos trabalhos produtivos, provoca emulação entre os participantes, animando-os, o que aumenta a capacidade de realização de cada um. (MARX apud OLIVEIRA, 1999, p. 31).

A OCB (Organização das Cooperativas do Brasil) define cooperação como

[...] método de ação pelo qual indivíduos ou familiares com interesses comuns constituem um empreendimento. Os direitos são todos iguais e o resultado alcançado é repartido somente entre os integrantes, na proporção da participação de cada um (OCB, 2009).

Para Zapata (1997. p.15),

[...] cooperar com os outros não é apenas integrar-se num grupo ou comunidade, mas é também cooperar consigo mesmo. Para os pequenos produtores (rurais e urbanos), esses laços de solidariedade e cooperação econômicas, acabam sendo elementos fundamentais da sua inserção no mercado.

Portanto, a autora busca alertar para a necessidade de superar a cooperação como uma ação para o outro, puramente altruísta, que favorece o assistencialismo, paternalismo e outras práticas apoiadas na cooperação/solidariedade, que não contribuem para a libertação, no sentido das relações sociais de exploração demonstradas em “O capital” por Marx, ou de prática libertadora, no dizer de Paulo Freire. Nesse mesmo sentido, Bogardus citado por Mariani (2006, p. 37) afirma que “a cooperação sempre implica a combinação de autoajuda e ajuda mútua”.

Observando esses conceitos a partir da proposição de Jesus e Tiriba (2003), podemos perceber que os autores se restringem ao sentido da ação, enquanto o sentido de movimento não é considerado. Pode-se deduzir, portanto, que o sentido de movimento é atribuído a outras formas de organização que não as de cooperação (Sindicatos, Partidos, Movimentos Sociais). Ou seja, partilham ainda da mesma compreensão dos limites das organizações associativas de fazerem a mudança social (ou parte do processo da mudança social). Embora Marx atribua um sentido de ação, também atribui um sentido de movimento, mas dirigido à classe dos trabalhadores.

A partir da bibliografia analisada, identificou-se uma grande diferenciação no uso, sentidos e significados de alguns termos relativos ao debate da cooperação. Portanto, buscamos inicialmente estabelecer ou precisar alguns termos/categorias que serão utilizados, relativos à temática da cooperação, buscando conferir maior coerência ao desenvolvimento deste trabalho.

No Dicionário da Língua Portuguesa a palavra cooperação (do latim *cooperation*) é definida como substantivo, que significa o “ato ou efeito de cooperar”. Cooperar, por sua vez, é o verbo (do latim *cooperare*), significando “operar ou obrar simultaneamente, trabalhar em comum, auxiliar, colaborar” (AURÉLIO, 1996). Portanto, etimologicamente, cooperar é uma palavra composta, formada a partir do prefixo *cum* (junto) e *operari* (operar), ou seja, significa trabalhar junto (PINHO, 1966).

Desde há muito, Pinho (1966) já alertava para a frequente confusão dos termos cooperação e cooperativismo. Para esta autora: “A cooperação quando organizada

segundo estatutos previamente estabelecidos, dá origem a determinados grupos sociais”, dentre os quais as cooperativas. Portanto, “cooperação e cooperativismo não são palavras sinônimas”, mas geralmente utilizadas como equivalentes e com menos frequência como equivalente à cooperativa (PINHO, 1966, p.8).

O professor Paul Hugon, prefaciando o livro de Pinho (1966), reforça o esclarecimento de outra troca indevida, mas frequente, estabelecida entre associativismo e cooperativismo, quando diz que “esse movimento, inspirado no associativismo apresentara-se como reação profundamente humana contra os abusos da concorrência do capitalismo industrial liberal da época” (PINHO, 1966, p. XI).

Portanto, a cooperação pode dar origem a diferentes tipos de organizações, dentre as quais as cooperativas e associações são as mais conhecidas, reforçando a necessária compreensão de que a cooperação é praticada de múltiplos modos.

Sem a pretensão de eliminar as “confusões”, mas para alcançar maior coerência e rigor terminológico nas discussões subsequentes neste trabalho, serão tomados os termos conforme segue.

- **Cooperativismo:** é o movimento organizado e orientado para a “correção do social pelo econômico através de associações de fim predominantemente econômico, ou seja, as cooperativas” (PINHO, 1966, p. 8); “um sistema de cooperação econômica que pode envolver várias formas de produção e de trabalho” (VEIGA; FONSECA, 2002, p. 17).

- **Cooperativas:** são “sociedades de pessoas organizadas em bases democráticas, que visam não só a suprir seus membros de bens e serviços como também a realizar determinados programas educativos e sociais” (PINHO, 1966, p.8), ou seja, “sociedade civil/comercial sem fins lucrativos (DANIEL RECH apud CEPAGRO, 1996 - Anexo 11; NAMORADO, 2007).

- **Associação:** é uma “sociedade civil sem fins lucrativos, forma jurídica adotada para iniciativas chamadas de: movimentos, entidades, grupos comunitários

cantinas, núcleos, mutirões, círculos de máquinas, etc., que tenham decidido se legalizar e não adotarem a forma cooperativada” (DANIEL RECH apud CEPAGRO, 1996 - Anexo 11; VEIGA; RECH, 1999).

- **Associativismo:** é o movimento organizado e as articulações entre os mais diversos tipos de organizações e iniciativa qualquer de ação associativa, formal ou informal, de um grupo de pessoas ou empresas (aqui também incluímos as cooperativas e seu movimento), tendo como objetivo comum a superação das dificuldades e de alcançar benefícios comuns ao nível econômico, social e político. No entanto, para Albuquerque (2003, p.15), “Por associativismo, em seu sentido lato, entende-se o processo pelo qual uma ou mais pessoas e/ou grupo(s) decidem reunir-se de forma regular, mas não necessariamente contínua, para dar conta de demandas comuns”.

Para fins deste trabalho, estabelecemos três categorias de apoio na análise, quais sejam:

1. **Prática de Cooperação:** significa o ato ou efeito de praticar, agir, no sentido do fazer já constituído, rotineiro, habitual, fruto do saber provido da experiência das ações conjuntas. Como exemplos podem ser citados: as trocas de dias; troca de alimentos, material genético, instrumentos de trabalho; mutirão/pixurum; doações para festas etc.

2. **Tipo de Organização de Cooperação:** é um modelo que reúne em si os caracteres padrão, distintivo de uma classe e confere atributos que determinam natureza própria favorável ao desempenho das práticas e formas de cooperação. Como exemplo: associações, cooperativas, condomínios, grupos de cooperação, clubes de troca etc.

3. **Forma:** é a maneira, o jeito, um modo de expressão variável em que os tipos de organização da cooperação se configuram e se realizam em particular e se encontra em constante mudança, adequação, adaptação às condições específicos/particulares. Como exemplo: coletivo, semicoletivo, prestação de serviço,

ação isolada ou movimento, intensidade ou grau de cooperação nos processos pertinentes à organização etc.

Assim, buscamos caracterizar a cooperação como prática, movimento e como uma organização, sendo que em cada uma das categorias de observação ela pode se apresentar e se expressar de múltiplas formas.

Cabe aqui também uma definição simplificada do que denominamos de organização. Entendemos como organização a combinação intencional de pessoas para atingir um determinado objetivo. Portanto, a cooperativa e a associação são organizações que se desenvolvem essencialmente sobre a prática da cooperação e do movimento que as viabilizem.

As práticas de cooperação são as mais numerosas e diversificadas, fazendo-se presentes no cotidiano das pessoas, organizações e grupos sociais, povos, nações e civilizações, apresentando grandes variações com o contexto econômico, ambiental, institucional e sociocultural. Por isso, fazem parte dos relatos sobre as diversas civilizações e estudos dos diferentes grupos étnicos conhecidos.

A cooperação como movimento parece constituir-se efetivamente no modo capitalista de produção, que por sua natureza e força promove profundas transformações econômicas, ambientais, sociais e culturais. É nas reações de resistência e de preservação de identidades e/ou mesmo "*modus vivendi*", na luta por direitos sociais no capitalismo, que a cooperação vai adquirir novos significados como componente de movimentos e constituindo-se em movimento social também, com diferentes grupos sociais e categorias de trabalhadores.

Inúmeros trabalhos de diferentes áreas do conhecimento demonstram que a cooperação, como prática humana na sociedade ocidental, parece ter acompanhado e evoluído com a sociedade e, assim, torna-se possível atribuir-lhe algumas características próprias nas diferentes fases do desenvolvimento societário:

- **Sociedades primitivas:** a cooperação parece ser intrínseca ao modo de vida e trabalho. A vida era essencialmente livre e ao mesmo tempo fortemente

dependente do grupo social (coletivo). Assim, a cooperação estava presente em um grande número de ações e atividades do cotidiano, por isso identificada fundamentalmente em relatos das práticas de cooperação ou mesmo modo de vida cooperado, marcada pela necessidade da sobrevivência. Para Namorado (2007), essa corresponde à primeira fase da cooperação, denominada de cooperação livre, realizada entre iguais.

- **Sociedades antigas e medievais:** caracterizadas como sociedades de exploração, hierarquicamente diferenciadas, em que a colaboração produtiva era necessária à sobrevivência da sociedade, mas também como fator de enriquecimento das castas dominantes, ao que Namorado (2007) definiu como cooperação funcional. A cooperação passa a ser muito mais restrita, e para os diferentes grupos sociais alcançarem certos objetivos, a cooperação necessitava de maior grau de organização. Daí identificarmos relatos de cooperação em momentos de conflito, de busca ou manutenção de existência de grupos, povos ou nações. Nesses contextos as necessidades concretas favoreciam o resgate ou mesmo a criação de novas práticas de cooperação. Mas foi também na Idade Média, mas já no seu período final, que surgiram as primeiras organizações de cooperação dentro de comunidades ou regiões, denominadas de associações ou sociedades, constituídas de fazendeiros, de camponeses ou mesmo por ambos.

- **Sociedades capitalistas:** o capitalismo se constituiu no sistema socioprodutivo mais avançado e de crescente complexificação, por isso dotado de grande número e cada vez mais sofisticados mecanismos de controle como forma de garantir a exploração/expropriação do ser humano pelo ser humano (nas palavras de Karl Marx). Da mesma forma, também cresceu em complexidade a cooperação necessária para manter-se ou de resistir, como outros modos de produção ou de vida. Depreende-se, portanto, que muitas das práticas simples de cooperação do cotidiano de antes caíram em desuso (obsolescência), enquanto outras cresceram em organicidade e complexidade para garantir direitos e alcançar necessidades dos indivíduos e grupos sociais. Visto dessa forma, pode-se dizer que a cooperativa se constitui no tipo de organização de cooperação mais complexo desenvolvido pelos trabalhadores no próprio modo capitalista de produção. Por ser originalmente desenvolvido pelos trabalhadores e para os trabalhadores, carrega em si o duplo

propósito (econômico e social). Mas é sua complexidade de organização econômica que lhe permite participar do sistema econômico capitalista e assim buscar a inserção e possibilitar condições de trabalho e vida dos seus participantes. No entanto, isso lhe coloca diante de várias contradições e conflitos que vêm sendo tema de significativos debates na academia e fora dela.

Posto dessa forma, não significa dizer que as práticas, as organizações e as suas formas de cooperação se encerram em cada tipo de sociedade; muito pelo contrário, elas se reproduzem e se recriam, adaptam-se ou se modificam como forma de resistência ou inserção no sistema hegemônico, ou seja, coexistindo.

Para Oliveira (1999, p. 31), a

[...] simples cooperação entre os homens evoluiu da era primitiva ao final da idade média, de maneira natural entre diferentes grupos, como forma de subsistência, passando pelas associações econômicas de camponeses, pescadores, religiosos e artesões.

A discussão que se estabelecerá na sequência deste trabalho é a da cooperação sob a égide do capitalismo como modo de produção e sistema socioeconômico hegemônico, no sentido de Gramsci.⁸ No atual contexto da chamada globalização (por uns) ou mundialização (por outros), mais do que nunca o capitalismo se impõe de modo amplamente hegemônico, principalmente no chamado “mundo ocidental”, sobre o qual temos mais e mais precisas informações. Mas também significativa parte dos estudos sobre a cooperação a colocam como integrante e movimento da contra-hegemonia, que dialeticamente também cresce em diversidade, complexidade e força.

⁸ O conceito de hegemonia foi introduzido pelo filósofo e político italiano Antonio Gramsci, para quem nas diferentes fases do desenvolvimento da sociedade humana, constituíram-se blocos históricos – aliança de diferentes grupos sociais em torno de um projeto compartilhado – onde um o mais grupos sociais tornam-se verdadeiramente hegemônicos, ou seja, capazes de elaborar uma visão do mundo que consiga adesões de outras camadas, que seja acolhida pelo maior número possível de componentes da sociedade, que assegure aos indivíduos encontrar as respostas aos problemas mais urgentes, tornando-os sinceramente convencidos a participar do projeto moral, político e cultural que esse ponto de vista propõe (GRAMSCI, 2004).

2.2 A cooperação e a questão agrária

A cooperação, na agricultura familiar, está estreitamente ligada ao debate da questão agrária, mas na maioria das vezes subsumida, de modo que vários estudiosos fazem a relação entre o campesinato e o tema central desta pesquisa, como se pode ver a seguir de modo muito sucinto.

No livro *La organización de unidad económica campesina*, Alexander Chayanov centra sua análise na família camponesa, definindo-a como uma unidade de força de trabalho e, ao mesmo tempo, como uma unidade de consumo, que tem como principal objetivo a reprodução de seus fatores de produção. Preocupado em estudar a lógica de reprodução do campesinato, esse estudioso polonês procura demonstrar que a racionalidade econômica está no balanço do binômio trabalho-consumo, responsável pelas tomadas de decisões que orientam a família camponesa. Ele afirma, ainda, que o camponês tem um plano organizativo que sempre parte da ótica familiar. Isso leva o autor a acreditar que é primeiramente necessário entender o plano de produção do campesinato para, posteriormente, pensar numa intervenção contra aquilo que considera uma ameaça: a penetração do capitalismo na agricultura e a subordinação do camponês em relação ao mercado (CHAYANOV, 1974).

Portanto, talvez isso explique a resistência dos camponeses ao modelo de cooperação predominante, que se constitui em organizações para o capital e não para o camponês. Ou seja, a partir de Chaynov se poderia afirmar que a cooperação possível deverá fortalecer a família e a unidade produtiva familiar como espaço de reprodução de um modo de vida, modo de produção dinâmico (em mudança) essencialmente não capitalista.

Já para Karl Kautsky, o campesinato significa um atraso econômico e social no campo, pois sua reprodução é baseada na autoexploração; de comportamento desconfiado, principalmente diante da organização, provocados por sua própria condição de vida, desenvolvendo menos as virtudes sociais. Ele afirma ainda, em suas reflexões, que existe uma superioridade intocável da grande exploração em relação à unidade camponesa, para a qual previa um fim próximo. É, portanto, nesse

contexto de negação histórica do campesinato que o cooperativismo é pensado e proposto aos proletários, ou seja, aos desprovidos de meios de produção (KAUTSKY, 1968). Para este autor, o cooperativismo só teria condições de pleno desenvolvimento no socialismo:

[...] é quimérico esperarmos que o camponês, na sociedade atual, passe à produção cooperativa. Mas isto significa simplesmente que a cooperação não possa ser um meio, para o camponês, no regime capitalista, de aproveitar as vantagens da grande exploração, a fim de consolidar e fortificar a sua propriedade, esta coluna vacilante da sociedade contemporânea. Compreendendo que só poderá salvar-se por intermédio da produção agrícola cooperativa, o camponês compreenderá também que uma produção desse gênero só se realizará onde e quando o proletariado tenha a força de modificar a forma da sociedade, no sentido dos seus interesses. Mas então ele será socialista. (KAUTSKY apud CONCRAB, 2000, p. 45).

Para Rosa Luxemburgo as cooperativas, principalmente as cooperativas de produção, são organizações de natureza híbrida no seio da economia capitalista, pois “constituem uma produção socializada em miniatura que é acompanhada por troca capitalista”, que por sua vez domina a produção. A concorrência para sobreviver exige da empresa uma exploração implacável da força de trabalho, ou seja, “o completo domínio do processo de produção pelos interesses capitalistas”. Portanto, para ela, a cooperativa só poderá sobreviver numa economia capitalista suprimindo a contradição entre o modo de produção e de troca, subtraindo artificialmente as leis da livre concorrência, assegurando previamente um mercado (um círculo constante de consumidores) fornecido pelas cooperativas de consumo. “Por causa desta contradição morre a cooperativa de produção, uma vez que se torna ou uma empresa capitalista ou, se os interesses dos operários forem fortes, se dissolve”, sentencia Rosa (CENTELHA, 1979, p. 32).

Outro autor clássico no debate da questão agrária é Vladimir Lênin, para o qual o conceito de cooperação é anterior ao capitalismo e, portanto, desenvolve-se em oposição à economia camponesa. Ao substituir a antiga dispersão da produção, determinaria um aumento da produtividade do trabalho, e o acirramento das contradições do capitalismo, para sua superação. Lênin entende, ainda, que o desenvolvimento do capitalismo levaria a uma diferenciação social do campesinato, formando novos tipos: a burguesia rural, o campesinato médio e um campesinato pobre (LÊNIN, 1982). Lênin faz uma defesa do apoio ao desenvolvimento da

cooperação na N.E.P. (Nova Política Econômica),⁹ pois acreditava que as condições básicas estavam dadas, na medida em que a revolução foi realizada e o Estado encontrava-se sob o controle do proletariado.

Parece-me que não damos suficiente importância à cooperação. Não penso que todos compreendam que, depois da revolução de Outubro e independentemente da N.E.P. (pelo contrário, sob este aspecto é preciso dizê-lo: precisamente graças à N.E.P.), a cooperação adquire entre nós uma importância verdadeiramente excepcional. (LÊNIN apud CONCRAB, 2000, p. 47).

Ao comentar os tipos de organizações de cooperação do início do desenvolvimento do modo capitalista de produção, denominadas de sociedade por ações, Karl Marx assim se refere:

O sistema de ações traz já em si a negação da antiga forma em que o meio social de produção se apresenta como propriedade individual; mas essa evolução para a forma da ação contínua ainda encerrada dentro das barreiras capitalistas; logo, em vez de superar o antagonismo entre o caráter social e o caráter privado da riqueza, as sociedades por ação dão-lhe apenas nova forma. [...] Quer as sociedades capitalistas por ações quer as cooperativas são de considerar como formas de transição entre o modo capitalista de produção e o sistema de associação, com a única diferença de que, nas primeiras o antagonismo é superado de maneira negativa e, na segunda de maneira positiva". (KARL MARX apud CONCRAB, 2000, p. 17, 18).

Em sua crítica ao Programa do Partido Operário Alemão, ele também já alertava um dos pontos polêmicos que marca a trajetória do movimento cooperativista no mundo até o presente. "No que diz respeito às sociedades cooperativas atuais, elas apenas têm valor enquanto forem criações autônomas dos trabalhadores e não forem protegidas pelo governo nem pelos burgueses." (KARL MARX apud CONCRAB, 2000, p. 14).

Portanto, vamos encontrar na literatura diferentes posicionamentos, com base nos clássicos, sobre as possibilidades do cooperativismo no capitalismo de contribuir decisivamente para a construção de um novo modo de produção. Conforme vimos anteriormente, muitos autores buscam nos clássicos essas possibilidades.

⁹ Designação da orientação que sucedeu ao "Comunismo de guerra" no início dos anos vinte e que marcou uma pausa na política de coletivização empreendida pelos "Bolcheviques".

No entanto, para outros autores como Claus M. Germer, as cooperativas de produção “embora tenham surgido, ao lado da sociedade anônima, como sintomas de uma nova realidade emergente no interior do capitalismo, são incapazes, como a própria sociedade anônima, de construir uma via de superação do capitalismo. Os clássicos do marxismo elaboraram uma análise detalhada e precisa das possibilidades e dos limites destas cooperativas no capitalismo” (GERMER, 2007, p. 73).

Esse debate vem de longa data, cheio de nuances, particularidades, e é sem dúvida importante, mas escapa aos propósitos mais imediatos deste trabalho. Cabe, no entanto, esclarecer que neste estudo compartilhamos do posicionamento que defende a possibilidade e a capacidade da cooperação em suas múltiplas formas, de contribuir para a resistência e a transformação das condições de trabalho e de vida das camadas populares, bem como de se constituírem em importante estratégia de superação do modo capitalista de produção, construindo um modo de produção cujas relações sociais de produção sejam mais justas e igualitárias, respeitando as diferenças socioculturais e ambientais.

2.3 A Cooperação como movimento

Neste item o estudo busca focar-se em elementos que contribuam para a compreensão da cooperação como movimento no contexto da agricultura familiar. Cabe ressaltar que aqui tomaremos como expressões equivalentes Agricultura Familiar/Agricultor Familiar; Pequena Produção/Pequeno Produtor e Campesinato/Camponês. Embora reconhecendo a importância desse debate e as diferentes abordagens, avaliamos que não caberia inseri-lo aqui, considerando o objetivo deste estudo.¹⁰

¹⁰ Ver: Wanderley (1999) sobre a origem histórica do campesinato.

Na condição de movimento, a cooperação nasce “no mesmo meio social, na mesma época, da mesma miséria proletária e da mesma opressão, sob o impulso do mesmo espírito que originou o sindicalismo e o socialismo” (LASSERRE, 1967 apud JESUS; TIRIBA, 2003, p.50).

O movimento socialista e suas organizações partidárias e o movimento sindical buscavam organizar os trabalhadores para construir melhores condições de vida e de trabalho, através de mudanças estruturais da sociedade. O cooperativismo e o sindicalismo são organizações que surgiram concomitantemente no processo de resistência e de luta dos trabalhadores durante a revolução industrial, contra a exploração capitalista, que assim como o sindicalismo se constitui gradativamente em movimento que se expande para diversas regiões do mundo, como já demonstrou Pinho (1966).

Como movimento de cooperação, o cooperativismo pode não ter sido o primeiro, mas certamente é o mais expressivo e duradouro da idade moderna, como buscam demonstrar Veiga e Fonseca (2002, p.18): “Aproximadamente 1/6 da população mundial está de alguma maneira no movimento cooperativista, e este número mostra com clareza que o cooperativismo é o movimento socioeconômico mais importante do mundo”.

Já Oliveira (1999) apresenta o associativismo como movimento de cooperação, no qual inclui o amplo e diverso conjunto de organizações, com suas múltiplas formas e práticas de cooperação, do qual também faz parte o movimento cooperativista. Caracterizando essa diversidade de organizações, Veiga e Rech (1999) categorizam esse conjunto como sociedades sem fins lucrativos cujas iniciativas estão necessariamente vinculadas ao fim público e que se apresentam de múltiplas formas e nomes, como iniciativas assistenciais, mobilizações populares, entidades de apoio e assessoria e ONGs (Organizações Não Governamentais), dedicando-se ao desenvolvimento de diferentes atividades, como: recreativas, culturais, religiosas, científicas e beneficentes.

A partir da revolução Russa em 1917, o movimento da cooperação ficou focado no cooperativismo como sistema e movimento, o que se evidencia na literatura sobre

o tema. Diversos são os estudos que buscam descrever e analisar o movimento de cooperação, porém ficam restritos ao cooperativismo, abordando sua história e princípios; análise das experiências, buscando os elementos de coerência com os princípios; os fatores que determinam as especificidades das experiências analisadas; dentre outras.

No Brasil, um dos primeiros trabalhos mais exaustivos e reconhecidos foi “A doutrina cooperativista nos regimes capitalistas e socialistas”, Diva Benevides Pinho (1966). Além do resgate das diversas experiências e suas concepções estruturantes, a autora traça um paralelo das principais realizações do cooperativismo nos dois regimes. Dentre as principais conclusões apresentadas, pode-se destacar:

O estudo das cooperativas nos regimes capitalistas e socialistas mostra-nos que, em ambos, as realizações se distanciam da parte propriamente normativa da doutrina, mas de modo geral, conservam as finalidades doutrinárias de corrigir o meio social e de prestar serviços. (PINHO, 1966, p. 147).

Para a autora, o cooperativismo como movimento apresenta-se como “*uno*” na busca de “atingir seus fins econômicos e sociais”, mas também “*variado*”, pois se apresenta na prática “sob múltiplos tipos organizativos” e nas suas relações com “o Estado, os partidos, movimentos sociais e a estrutura econômica de cada país” (PINHO, 1966, p. 148).

2.4 O movimento de cooperação: um pouco da história no Brasil

[...] é preciso acrescentar que o cooperativismo, ou melhor dito, os movimentos sociais de cooperação, não podem ser reduzidos àquelas organizações cooperativas com as quais hoje se convive, aquelas que tiveram sucesso econômico. A capacidade de um povo vai em geral mais longe. O que aparece é muitas vezes, apenas o que não foi reprimido, ou seja, aquilo que as forças sócio-econômicas dominantes deixaram que aparecesse e se desenvolvesse (FRANTZ, 1983, p. 9).

Um conjunto significativo de autores, quando trata da história da cooperação, do associativismo ou mesmo do cooperativismo no Brasil, fazem menção a diversos fatos ou experiências históricos, nos quais ações de cooperação e solidariedade

foram características marcantes, dentre as quais poderíamos destacar: Reduções Jesuíticas (século XVI e XVII); os Quilombos de 1642 (Quilombo dos Palmares) até o presente; Canudos (1893 a 1897), Contestado de 1912 a 1916 (ALBA, 2008); Ligas Camponesas - 1954 a 1964 (BASTOS, 1984); o MASTER (Movimento Agricultores Sem Terra) - 1960 a 1964 (TEDESCO; CARINI, 2007). Embora todos sejam considerados importantes movimentos sociais na história desse país, a cooperação como parte deles desempenhou importante papel e talvez até se fizesse como movimento, porém com possíveis diferentes significados. Enquanto nos Quilombos, Reduções, Canudos e Contestado a cooperação pode ser considerada como um componente intrínseco ao processo de luta e do modo de vida em construção, nas Ligas e no MASTER, além da luta política, constituíam-se também em formatos organizativos de cooperação.

A cooperação como movimento e tipo de organização assentada sobre a prática da cooperação surge com as cooperativas e a construção do movimento cooperativista no Brasil, que vai se consolidar como tal com a criação da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) em 1969.

No Brasil, as primeiras experiências e mais conhecidas são as do Falanstério do Saí, São Francisco do Sul, Santa Catarina, em 1841, a Cooperativa da Colônia Teresa Cristina em 1847 e a Colônia Cecília em Palmeiras em 1890, ambas no Paraná (PEDRINI et al., 2004; BACH, 2001). São experiências baseadas nas ideias e propostas dos chamados “socialistas utópicos” (CRUZ, 2006; AUED et al., 2003; RECH, 1991), como: Saint-Simon (1760-1825), Robert Owen (1771-1858), Charles Fourier (1772-1837). Veiga e Fonseca (2001) denominaram de “precursores do pensamento cooperativo”, destacando ainda Willian King (1786-1865) e Charles Gide (1847-1932). Culti (2007) inclui também Philippe Buchez (1796-1865) e Louis Blanc (1812-1882). Por outro lado, Pierre Proudhon (1809-1865), Karl Marx (1818-1883), Friedrich Engels (1820-1895), Ferdinand Lasalle (1825-1864), a partir de diferentes pontos de vista, constituem-se nos principais críticos e apoiadores.

No final do século XIX e início do século XX, surgem no Brasil as primeiras cooperativas propriamente ditas, junto a segmentos operários, principalmente funcionários públicos e artesãos, vinculadas aos problemas de abastecimento

(cooperativas de consumo) das grandes cidades à época (PINHO, 1966; RECH, 1991; SEIBEL, 1994; SINGER, 2000; VEIGA; FONSECA, 2001; NASCIMENTO, 2005). A primeira cooperativa surgiu no Rio de Janeiro em 1891. Normalmente eram fundadas por funcionários de firmas ou repartições públicas ou por profissionais que atuavam no mesmo ramo; tinham por objetivo adquirir a custos mais baixos mantimentos ou insumos, e sua função era basicamente reduzir o custo de reprodução da força de trabalho ou de matérias-primas (SEIBEL, 1994, p. 25).

No início do século XX, o movimento operário apresentava uma dinâmica de organização política de inspiração anarquista. Esses trabalhadores organizaram inúmeras greves nas duas primeiras décadas daquele século, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo. Isso imprimiu às cooperativas criadas nas cidades um caráter fortemente sindicalista, pois foram fundadas em função do movimento sindical da época. Portanto, essas cooperativas faziam parte de um processo geral de organização das massas urbanas, principalmente da nascente classe média urbana, na defesa de seus interesses, particularmente de consumo. É importante ressaltar que a fundação dessas primeiras cooperativas aconteceu sem a intervenção maior do governo de então, o que significou menos empecilhos burocráticos e jurídicos na sua expansão (SEIBEL, 1994; SINGER, 2000; NASCIMENTO, 2005).

No campo, outros fatores determinaram a introdução do cooperativismo. Seus principais estimuladores foram a Igreja Católica e Luterana, posteriormente também o Estado, sem qualquer respaldo de nenhum movimento popular de massa (SEIBEL, 1994).

As primeiras cooperativas rurais surgiram no processo de ocupação dos territórios dos três estados do Sul do país, a partir do processo de colonização por imigrantes europeus e seus descendentes. O processo migratório, em especial de origem italiana e alemã, teve seu maior fluxo na segunda metade do século XIX e se constituiu em fator decisivo para a formação e a consolidação da chamada economia colonial, baseada na pequena propriedade rural (geralmente de 25 hectares – uma colônia), na lavoura e na criação de animais para subsistência e venda de

excedentes, bem como na utilização da mão de obra familiar (TESTA et al., 1996; RENK, 1995; SEIBEL, 1994).

Em Santa Catarina, o primeiro projeto associativista teve início na última década do século XIX, em Rio dos Cedros, na época distrito de Blumenau, ocupado por imigrantes europeus, em comunidade de origem italiana. Essa organização de cooperação denominava-se “sociedade”, como a maioria era denominada à época, sendo constituída em 1893 como *Societá del Tabaco*; depois *Societá Mútua do Socorro* e em 1899 a *Societá del Cedro*, que em 1900 possuía mais de sessenta sócios, e cada família tinha sua contabilidade em uma espécie de livro-caixa, com a finalidade principal de viabilizar a comercialização do fumo. Em 1910, foi oficializada como Sociedade Cooperativa de Rio dos Cedros. No sul do estado, no município de Urussanga, em 1909, foi fundada a Cooperativa Prima de Rio Maior (Cooperprima), considerada a pioneira em Santa Catarina. Deste período até 1934, foram surgindo várias sociedades cooperativas de crédito rural, agrícolas e de produção (OCESC, 2006; PEDRINI et al., 2004; BADALOTTI, 2003; BACH, 2001).

Até 1930, o cooperativismo no Brasil, assim como em Santa Catarina, apresentou um desempenho fraco, e deste período em diante o cooperativismo viveu oscilante, entre a aprovação e revogação de legislações favoráveis ao seu desenvolvimento, até o final dos anos 1980 (SCHNEIDER, 1999; VEIGA; FONSECA, 2001; BACH, 2001).

Após a revolução de 1930, surgem as primeiras ações do Governo Federal de incentivo ao cooperativismo. Através do decreto lei n. 22.239, de 19 de dezembro de 1932, o Estado brasileiro reconhece formalmente o cooperativismo, fomentando a pequena produção agrária, para fazer frente ao poder político e econômico dos latifundiários (SEIBEL, 1994) e enfrentar, pela diversificação da produção, os problemas provocados pelo comércio internacional do café (RECH, 1991).

Considerando o desenvolvimento da legislação cooperativista, Bulgarelli (*apud* SCHNEIDER, 1999, p. 401-406) define quatro períodos no desenvolvimento do cooperativismo no Brasil, conforme segue:

a) **Implantação** – (do início até 1932): neste período o Estado estabeleceu apenas algumas normas gerais e comuns às formas associativas, em especial sindicatos e cooperativas, podendo ser considerado de grande autonomia, pois segundo Serpa (*apud* SCHNEIDER, 1999, p.402), “as sociedades cooperativas, para funcionarem legalmente, independem de autorização do governo, bastando-lhes apenas, que satisfaçam as exigências do art. 16 do decreto Nº. 1.637 de 5 de janeiro de 1907”.

b) **Consolidação parcial** – (de 1932 a 1966): “surge a primeira lei específica, o decreto n. 22.239/32, que dá razoável liberdade de constituição e funcionamento, define a natureza jurídica própria das cooperativas e ao mesmo tempo marca com vigor sua inspiração nos princípios rochdaleanos”. Marca também o início do processo claro de envolvimento do Estado com o movimento cooperativista, cuja dinamização ficou a cargo dos sindicatos marcados por uma visão corporativista. Foi encarado como instrumento de política agrícola, como uma das soluções para os problemas gerados pela crise resultante da fragilidade de uma economia baseada na monocultura cafeeira. Havia o interesse na diversificação da economia rural para a qual as cooperativas poderiam ser um instrumento, protegendo e fomentando as pequenas explorações e apoiando atividades agroindustriais. Foram criados os DACs (Departamentos de Apoio às Cooperativas) em todos os estados, a partir dos quais surgiu um grande número de cooperativas país afora, marcando uma característica que permanece até hoje, como afirma Rigo (*apud* SCHEIDER, 1999, p. 402): “as cooperativas brasileiras nascem de cima para baixo, sem um conteúdo doutrinário e educacional que fossem suportes”.

c) **Centralismo estatal** – (de 1966 a 1971): período que se estende desde o decreto-lei Nº. 59/66 até a Lei 5.764/71, caracterizado pela intensa intervenção do Estado, como disse Pinho citada por Schneider (1999, p. 403): “o Estado chamou a si a incumbência de orientar a política nacional de cooperativismo, para adaptá-las às reais necessidades da economia nacional e seu processo de desenvolvimento.” Ao mesmo tempo em que manteve a orientação doutrinária do período anterior, passou a desconsiderá-la na prática, ao interferir fortemente na autonomia das cooperativas, considerado um dos seus princípios fundantes. Nesse período, foram cancelados estímulos tributários, incentivos fiscais, foram bloqueadas as

cooperativas de crédito e foi interdita a criação de novas cooperativas. Foram estabelecidos órgãos normativos especiais, sendo o Banco Central para as cooperativas de crédito; o Banco Nacional da Habitação para as cooperativas habitacionais e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, para todos os demais segmentos cooperativos. Esse período foi marcado ainda pela quebra geral e a extinção do cooperativismo de consumo, provocado pela eliminação das isenções fiscais. Cabe lembrar que a esse período coincide o processo repressivo do regime militar, acentuando o caráter centralizador e tecnoburocrático do Estado.

d) **Renovação das estruturas** – (de 1971 em diante): a Lei 5.764 que marca esse novo período é, como afirma Moura citado por Schneider (1999, p. 405), “simultaneamente liberal, paternalista e intervencionista”, levando a uma progressiva perda de autonomia pelo volume de ingerências e perda de representatividade própria, com a criação do registro obrigatório e “contribuição compulsória” para uma única organização nacional, a OCB (Organização das Cooperativas do Brasil). Essa lei também não fortaleceu a autonomia financeira das cooperativas, ao não permitir estímulos ao autofinanciamento por parte dos sócios. A partir de fortes estímulos oficiais, desde 1955, com o “Governo JK” e depois durante o regime militar, as cooperativas passam por um profundo processo de reestruturação, iniciando com a constituição das tritícolas na região Sul, que posteriormente se estabelecem sobre o binômio trigo/soja. A elas foram facilitados e dirigidos recursos para o financiamento da produção e comercialização, construção de infraestrutura (silos e armazéns graneleiros, terminais portuários) para atender inicialmente à política de substituição da importação do trigo e depois à política da exportação para o equilíbrio da balança de pagamento. Isso modernizou o processo produtivo e fortaleceu econômica e empresarialmente um significativo segmento das cooperativas em especial no Sul, Sudeste e posteriormente também do Centroeste do país. Ou seja, o Estado usou as cooperativas exercendo seu caráter autoritário, pela dependência financeira, e criando uma série de restrições para a não constituição de seus próprios organismos financeiros.

Quando o crédito fácil e barato começou a escassear, as cooperativas entraram em crise, deixando muitas delas em grave situação deficitária. Somando-se frustrações de safra por dois ou três anos seguidos e preços desfavoráveis no

mercado de grãos, levou várias cooperativas à dissolução ainda no início dos anos 1980, bem como se ampliou o processo de incorporação das cooperativas com dificuldades pelas mais bem-estruturadas e administrativamente mais eficientes.

Com base em Seibel (1994), Duarte (1986) e Frantz (mimio, s/d) podemos identificar e caracterizar dois tipos de cooperativismo, na trajetória do desenvolvimento da cooperação, quais sejam:

a) **Cooperativismo tradicional:** predominantemente presente na chamada “economia colonial”, que se estende desde o final do século XIX a meados do século XX, cuja finalidade era organizar a poupança local, transformação e comercialização dos excedentes da produção camponesa em formação, conformando a estratégia do Estado de abastecimento das cidades. “Esta organização visava, principalmente, à prestação de assistência técnica e financeira aos associados, bem como à exportação para outros estados e à comercialização direta da produção no mercado” (PESAVENTO apud DUARTE, 1986, p. 37). Para Frantz (1983), a racionalidade da cooperação no contexto era ainda de reprodução ampliada do espaço de vida, racionalidade tipicamente camponesa e que abrangia a expectativa da maioria dos cooperados. Como agentes mobilizadores, aparecem a Igreja e o Estado, e o aspecto cultural e religioso se constituem nos elementos ideológicos legitimadores que permitem a propagação do cooperativismo como forma institucional de organizar o campesinato. Portanto, o sentido prático da cooperação era de defesa de uma força economicamente frágil. As organizações cooperativas mais comuns eram as “caixas ruraes”, com a função de organização da poupança e oferta de crédito e as cooperativas coloniais e/ou mistas, voltadas para a produção e comercialização. Como diz Frantz (1983, p. 14), “Estas cooperativas surgem num momento específico e, dadas as condições de então, atenderam as necessidades e interesses que não são apenas dos agricultores”.

b) **Cooperativismo empresarial:** este tipo de cooperativismo começa a se tornar hegemônico a partir de meados dos anos 1950, com a constituição de um novo regramento, garantido o interesse e forte controle do estado. Para Duarte (1986, p. 42),

[...] as profundas transformações do modelo econômico global e da estrutura produtiva do setor rural determinam a criação de um novo tipo de organização econômica associativa, que ao mesmo tempo conciliasse as características inerentes ao cooperativismo com características das empresas capitalistas modernas.

De acordo com Frantz (1983), o cooperativismo assume a nova racionalidade econômica de remuneração do capital investido na atividade primária, isto é, o lucro. A cooperação adquire, portanto, um novo sentido prático, qual seja, constituir-se em uma estratégia de competição. As cooperativas crescem em patrimônio e diversificam suas atividades comerciais, ao passo que se tornam seletivas nas atividades produtivas primárias, ou seja, tipo de produtor. As organizações de cooperação passam a ser as cooperativas especializadas do tipo tritícolas no Sul do país, em especial no Rio Grande do Sul. Esse tipo de cooperativa, que são as que atualmente conhecemos, surge no contexto da modernização, do desenvolvimento do capital no campo.

De um lado o seu surgimento é obra da ação modernizadora do Estado que, baseado nas experiências já desenvolvidas no Rio Grande do Sul, percebera que as cooperativas poderiam ser excelentes repassadoras de tecnologias e disciplinadoras da produção e da aplicação do crédito agrícola. De outro lado, porém, [...], elas surgem como mecanismos de defesa dos agricultores que, modernizados ou em vias de fazê-lo, precisavam assegurar-se de um processo de comercialização eficiente bem como ter acesso ao crédito subsidiado. (FRANTZ, 1983, p.13).

Esses dois tipos de cooperativas para Seibel (1994, p. 25)

[...] revelam diferentes estágios de desenvolvimento das forças produtivas, diferentes estágios de subordinação do campesinato ao modo de produção capitalista no campo e também estágios diferenciados de penetração do Estado nas relações econômico-sociais no campo.

O desenvolvimento do cooperativismo no Brasil enfrentou três grandes obstáculos, apontados por Jesus e Tiriba (2003, p. 53):

1. ingenuidade sociológica: que conduz a superestimar a importância dos ideais da cooperação e a negligenciar os processos sociais concretos que influenciam e determinam as práticas cooperativas;

2. condições de diferenciação: as teorias e discursos nas regiões em desenvolvimento partem da convicção infundada de que as condições para o desenvolvimento da cooperação são fundamentalmente diferentes nestas regiões em relação às das regiões industrializadas;

3. arte de introduzir: tanto na teoria quanto na prática toda a ênfase é dada na constituição, num esforço de engenharia social, onde a cooperação não é encarada sob o ângulo dos movimentos sociais, espontânea e impulsionada do interior e, assim, desvinculada dos outros tipos de associação cívica.

A partir dos trabalhos de Loureiro (1981), Cavendish (1981), Novaes (1981), Müller (1981), Frantz (1983), Schneider (1981), Schneider (1999) e também Seibel (1994), é possível identificar duas questões, quase unânimes, que vêm caracterizando o papel do cooperativismo na trajetória do desenvolvimento rural no Brasil:

1. como agente organizador do campesinato, o cooperativismo reproduz as relações de subordinação e dominação do campesinato, marcadas pelas características de seu entorno/contexto;

2. como agente de dominação, o cooperativismo tem servido de instrumento e complementa o papel do estado no campo, e enquanto tal reproduz as funções de dominação inerentes ao próprio Estado, favorecendo o avanço do capitalismo no campo.

Ao analisar os aspectos *externos* das cooperativas em países em desenvolvimento, Dieter W. Benecke defende que “para difundir melhor os impulsos ao crescimento, as cooperativas devem continuar concentrando esforços nos setores-chave do crescimento econômico” e assim influir no desenvolvimento. Mas chama atenção para o fato de que não se deveria

[...] confiar na difusão automática destes setores para o restante da economia: o automatismo não funciona, justamente devido às circunstâncias atuais (distribuição de renda e riqueza extremamente desiguais, baixo nível educacional da massa demográfica etc.) que se

procura superar com a política de desenvolvimento (BENECKE, 1980, p. 230).

É amplamente aceita pela maioria dos autores que tratam do cooperativismo uma mudança de fato no que diz respeito ao esforço de implementação da estratégia cooperativista nos países em desenvolvimento. “Embora, a nível do discurso se mantém a proposta de transformação global via sistema cooperativista, no entanto, na prática a ênfase passou a ser setorial” (SCHNEIDER, 1981, p. 13).

O mesmo autor demonstra os limites do cooperativismo como um instrumento de apoio para a superação das diferenciações regionais e conclui que “[...] os desequilíbrios regionais, que vêm se cristalizando como umas das características estruturais do modelo de desenvolvimento dependente tendem a ser reproduzidos também no âmbito da ação cooperativa” (SCHNEIDER, 1981, p. 23).

A evolução histórica do sistema cooperativista não se deu à revelia da complexidade crescente da organização econômica e social das formas sociais em cujo contexto o movimento se inseriu e expandiu. Antes, ele se ajustou à dinâmica própria destas sociedades que, na maioria dos casos, contribuíram de alguma forma para a consolidação do capitalismo como modo de produção dominante (SCHNEIDER, 1981; PINHO, 1966).

Para o desenvolvimento rural e em particular para a agricultura familiar, a questão fundiária constituiu-se em importante elemento de análise, e o cooperativismo sempre teve ligações com as políticas fundiárias desenvolvidas no Brasil.

Em seu estudo, Schneider (1981, p.35) conclui que as cooperativas tendem a reproduzir ou até mesmo reforçar a estrutura fundiária existente, através de três mecanismos básicos:

1. o mecanismo da exclusão: decorre do caráter da organização cooperativa como prestadora de serviços, ou seja, o tipo e a forma de como são oferecidos os serviços não atendem aos interesses e às necessidades básicas de significativas categorias de produtores ou grupos sociais;

2. o princípio da proporcionalidade na distribuição dos serviços e outros benefícios decorrentes da ação cooperativa tende a beneficiar os que se encontram mais bem colocados na escala socioeconômica do que os membros menos privilegiados;

3. transferência, para dentro da organização cooperativa, das relações de dominação e subordinação que vigoram na comunidade maior, onde um grupo, geralmente minoritário, que tende a se revezar no poder, perpetua relações assimétricas que viabilizam a extração de excedentes dos grupos subordinados.

Na literatura analisada sobre o cooperativismo, aparece quase como unânime a observação de que a evolução do cooperativismo sempre esteve fortemente dependente da relação com o Estado, servindo de instrumento na fase inicial (sistema colonial) como apoio para a política de substituição das importações para o abastecimento do mercado interno. Numa segunda fase, (modernização/industrialização) como instrumento de modernização e avanço do capitalismo no campo. “Não restam dúvidas que, não fosse tão centralizado o controle estatal sobre as formas de organização da vida social, cultural, política e econômica, o cooperativismo seria bem mais forte e diversificado” (FRANTZ, 1983, p. 14).

Outra questão abordada por diversos autores analisados foi a participação dos cooperados na organização. Constata-se que de modo geral, na medida em que a organização cooperativa se expande como empresa e consolida sua sobrevivência em meio à ordem essencialmente competitiva, ela tende a se descaracterizar como cooperativa, porquanto inviabiliza um dos princípios básicos que a definem como tal. Neste aspecto, Schneider (1981, p. 32) aponta como uma tendência o fato de que “a participação diminui na medida em que aumenta o tamanho do quadro social das cooperativas”.

Vários autores como Loureiro (1981), Cavendish (1981), Novaes (1981), Müller (1981), Frantz (1983), Schneider (1981) e também Seibel (1994) revelam que no processo de desenvolvimento do cooperativismo no Brasil as cooperativas passaram a ser comandadas para atender a interesses específicos de grupos internos ou até mesmo alheios à cooperativa, em detrimento da vontade da grande e diversa

maioria de pequenos agricultores que compõe o seu quadro social. Nesse sentido, Frantz (1983, p. 15) faz a seguinte observação:

O fundamental, no entanto, é que estas formas de organização sejam controladas pelos interessados e sejam autônomas, a fim de alcançarem os objetivos dos grupos que se organizam e não os objetivos de grupos estranhos que, usando a ideologia da cooperação, aglutinam, não organizam a população, para que esta se comporte segundo os seus interesses estranhos, e desta forma se deixe manipular mais facilmente, alienada dos seus próprios objetivos.

Em seu desenvolvimento, o cooperativismo no Brasil vivencia grandes dilemas. Para Schneider (1981, p. 35), um dos grandes dilemas que se colocam ao cooperativismo

[...] é o de assumir um papel mais ativo frente às condições que surgem, em favor de mudanças estruturais mais profundas, sob pena de se perpetuar como um sistema apenas marginal frente aos interesses e necessidades reais da grande maioria da população que vive no campo.

Este se constitui em dilema para movimento cooperativista, pois

De um lado, ele tende a tirar partido e a se ajustar às condições estruturais quando estas favorecem o desenvolvimento e a expansão da organização enquanto empresa, configurando-se então a primazia do econômico sobre o social. De outro lado, este mesmo sistema cooperativo revela-se incapaz de neutralizar os condicionantes estruturais hostis a uma atuação compatível com o conteúdo social da doutrina e dos princípios em que se apóia (SCHNEIDER, 1981, p. 31).

Isto é, a cooperativa não possui uma atuação capaz de responder satisfatoriamente aos interesses e às necessidades básicas da grande massa de produtores rurais, desprovidos dos meios que lhes asseguram uma participação significativa nas atividades e benefícios decorrentes da ação cooperativa proposta.

Alguns dos autores também apontaram anteriormente um conjunto de desafios para o cooperativismo brasileiro que continuam atuais, dentre os quais destacamos:

- O primeiro desafio é o de encontrar mecanismos que permitam conciliar ou reconciliar a expansão (integração) da organização cooperativa, como empresa de negócios, com a possibilidade de controle democrático e da participação efetiva dos associados na gestão da sua organização. A tendência é de o sistema se confundir

cada vez mais com a lógica e a racionalidade da empresa capitalista em geral, transformando o produtor associado num mero cliente dos seus serviços (SCHNEIDER, 1981, p. 32).

- O segundo grande desafio é o de pensar o desenvolvimento sustentável, considerando que o cooperativismo ainda hegemônico se constitui em instrumento estratégico e privilegiado do estado e das classes patronais rurais, no processo de “modernização dolorosa”, que reforçou e aprofundou as desigualdades sociais e regionais. Esta modernização se assenta no modelo de desenvolvimento do uso indiscriminado dos recursos não renováveis e tecnologias produtivistas, que ameaçam o bem-estar das gerações futuras (SILVA et al., 2003, p. 100).

- O terceiro desafio diz respeito ao estabelecimento da solidariedade e da cooperação, ou seja, a partir da cooperação e intercooperação dentro do sistema cooperativista, que sempre foram mais formais do que reais, em níveis globais, diante do processo da globalização liberal que exacerba ao máximo a competitividade entre as organizações. Teoricamente se coloca como desafio a cooperação praticada, na medida em que os interesses orientadores não são sociais e sim do capital, em especial financeiro (SINGER, 2000).

Embora o cooperativismo e o sindicalismo tenham surgido na Europa num mesmo contexto social e histórico, como vimos anteriormente, no Brasil o cooperativismo em poucos momentos esteve próximo ao projeto do operariado, diferentemente da grande parte do sindicalismo, que pode ser explicado em razão do isolamento e da pequena duração das primeiras experiências desse tipo (GUIMARÃES, 2001).

O movimento sindical e o cooperativismo vão se encontrar em debate comum, no Brasil, só a partir da segunda metade dos anos 1990, na chamada economia solidária. Diante da compreensão do problema do desemprego, como componente estrutural do modelo de desenvolvimento capitalista, crescem as experiências de novas práticas e tipos de organização de cooperação, entre elas o cooperativismo (GUIMARÃES, 2001; SINGER, 2000).

A ideia de economia solidária é compreendida por Paul Singer (2000) como um projeto inserido num processo de revolução social em que a transferência dos meios de produção para os trabalhadores deve ser um processo no qual os próprios trabalhadores estejam desejosos e habilitados para assumir o controle dos meios de produção. A primazia de valores como a solidariedade, a democracia, a autogestão e a autonomia sobre os valores do capital, combinada com a eficiência econômica, coloca tais experiências na condição de coexistir no mercado capitalista ao mesmo tempo em que o questiona.

No entanto, neste estudo não se fará a exploração deste campo de debate em que o cooperativismo, em especial o urbano, vem se inserindo, ao contrário do movimento cooperativista rural, conforme será demonstrado na sequência.

2.5 A cooperação no rural do oeste catarinense

Analisando a reprodução social camponesa do oeste catarinense, a partir de uma abordagem antropológica, Arlene Renk (1997) identifica que a mudança social, ocorrida no período de 1930 ao final dos anos 1980, é vivenciada como crise entre os colonos.¹¹ Neste quadro de alterações fez-se

[...] presente o fechamento político do país, a mundialização da agricultura que levou à modernização compulsória da mesma, exigindo um novo patamar de produção com custo mais elevado e maior seletividade nos produtos, bem como, por extensão, também dos produtores. Acentua-se a descapitalização, e a concorrência pelas terras torna-se acirrada, com dificuldade crescente em provê-las aos filhos. O espaço físico do mundo da **colônia** sofre alterações, na medida em que se observa um “encolhimento do mundo”. Essa mudança rebate nas unidades familiares, cuja percepção,

¹¹ O termo Colono se origina no e de um dos processos de ocupação desenvolvidos em especial no sul do país nos séculos XIX e XX, denominado de colonização, promovido pelo estado e realizado por empresas privadas, chamadas de colonizadoras, através da venda de pequenos lotes de terra, que em geral mediam 24,2 hectares, também denominado de colônia. A expressão colônia apresenta, no entanto, dois sentidos: um de medida de terra e outro como o lugar colonizado, que depois passou a significar genericamente interior ou de meio rural onde se reproduz um tipo de vida e de agricultura com certas particularidades. Em decorrência deste segundo sentido a expressão colono, também adquire um sentido negativo, pejorativo, na sua relação com o urbano de sentido moderno, bom, desejável etc. carregado de positividade. Ver Poli (1991), Renk (1995) e Ferro (2006).

mediada pelo presente, é avaliada como uma ruptura, “um outro tempo” (RENK, 1997, p. 395).

O “novo tempo” é percebido como o da mudança acelerada, das relações mercantilizadas e mais acirradas; onde a terra passa a ser fator escasso, elevando-se o preço (RENK, 1995), e o “conflito de ocupação das terras” aparece agora na disputa das terras produtivas X as terras improdutivas; o “conflito de uso”, com a degradação e conseqüente queda de produtividade (TESTA et al., 1996); a profissionalização exigida do “colono” e uma inserção sempre crescente no mercado. A mudança social vivida como crise

[...] passa por um sentimento de ordem rompida, mas sentida coletivamente. Sempre aconteceram crises, mas de dimensões mais individuais, ou de responsabilidade das unidades familiares. Ao contrário, nesse momento atinge a condição de colono (RENK, 1997, p. 395).

Portanto, é neste contexto que a cooperação se constitui como estratégia para a agricultura familiar da região oeste de Santa Catarina. Como estratégia e, por conseguinte, como movimento de cooperação na região, apresentam evolução semelhante às demais regiões do Sul do Brasil.

No entanto, na região oeste catarinense, a agricultura familiar e o “sistema colonial”, como denominou Seibel (1994), e neles a cooperação passa a se constituir efetivamente a partir da segunda década do século XX.

A **primeira fase** da cooperação desta região ocorre concomitante ao processo de ocupação ou colonização, constituído predominantemente por descendente de migrantes europeus das colônias velhas do Rio Grande do Sul. Essa fase se estende de aproximadamente 1920 a meados dos anos 1960, sendo a cooperação constituída por organizações de cooperação de abrangência municipal ou mesmo de comunidade ou comunidades próximas. A primeira cooperativa da região é constituída em Concórdia em 1925, e seguiram-se em municípios como Palmitos (1933), sendo que em 1964, no estado de Santa Catarina, chegou-se a aproximadamente 500 organizações (OCESC, 2006). Os tipos de organizações predominantes nesta fase eram as cooperativas de crédito (“caixas ruraes”), em especial nas colônias de origem alemã, bem como a cooperativa de produção e

comercialização, denominada de mista, que constituíam a maioria. As organizações de cooperação estavam voltadas para a solução e a defesa de interesses locais (comunidades ou grupos sociais bem determinados), assim como suas lideranças, quase sempre forjadas no próprio processo de ocupação, que contou com forte apoio da Igreja Católica e Luterana (RENK, 1995). Durante este período de ocupação, nesta região, o Estado era muito pouco presente, para não dizer ausente. Como concluiu Marschall (2005, p. 183),

[...] aliada às questões culturais, a ausência de espaços públicos estatais, fez com que o fenômeno do cooperativismo pudesse consolidar-se na região [...] como um espaço público alternativo para o atendimento de demandas sociais, econômicas e tecnológicas da família rural.

No processo inicial da colonização, os atores mais fortes/representativos constituíam-se dos representantes das empresas colonizadoras e das madeireiras. Num momento, imediatamente posterior, os comerciantes (muitos deles constituídos pelas mesmas famílias ligadas às colonizadoras e madeireiras) passam a assumir um papel de destaque na venda do excedente da produção colonial diversificada.

No Rio Grande do Sul, ocorre o processo que Laura Maria Goulart Duarte chamou de “transicional”, em que as cooperativas denominadas de “mistas, representantes do cooperativismo tipicamente colonial” transformam-se ou são incorporadas pelas denominadas “cooperativas tritícolas, do cooperativismo empresarial ligado a formas mais desenvolvidas do capital” (DUARTE, 1986, p. 86). No oeste catarinense, diferentemente do processo ocorrido no estado gaúcho, o cooperativismo tem o início mais tardio, após os anos 1930. Pela dispersão e pelo isolamento, esse cooperativismo produz menos impacto no “sistema colonial”, que se estende até meados dos anos 1960. Nesta fase seria mais apropriado denominar o movimento de associativista, pois muitas organizações de cooperação ainda eram efetivamente denominadas de associação ou sociedades rurais, sendo que muitas não chegaram a constituir-se efetivamente como cooperativas mistas e nem tiveram durabilidade para alcançar o processo de transição/incorporação.

A **segunda fase** da cooperação nesta região se constituiu, efetivamente, no período após o golpe militar de 1964 e que se estende até meados dos anos de

1980. Esse período significou para o meio rural, além da repressão política, a subordinação da agricultura à indústria colocada a jusante e a montante da produção agropecuária (GREGOLIN, 2000). Concomitantemente ao processo de industrialização, efetivou-se a chamada modernização da agricultura, denominada por Graziano da Silva (1982) de “modernização dolorosa”, por suas consequências negativas nas dimensões sociais, culturais, tecnológicas e ambientais, ou conforme Brum (1985), “modernização conservadora”, por sua forma impositiva e claramente dirigida às classes patronais, mantendo ou aprofundando a estrutura fundiária altamente concentrada.

É de 1967 em diante que surgiu a maioria das grandes cooperativas existentes atualmente em toda a região oeste catarinense, como a COOPERALFA – Chapecó (1967); COOPÉRDIA – Concórdia (1868); COOPER A1 – Palmitos (1933); AURIVERDE – Cunha Porã (1968); COOPER Itaipu – Pinhalzinho (1969); COOPERIO – Joaçaba (1969); CASLO – São Lourenço D’Oeste (1975). Esta última, embora não tenha incorporado nenhuma outra cooperativa, abrange vários municípios, a maioria emancipada de São Lourenço D’Oeste. Todas estas, a partir desse período, podem ser chamadas regionais, pois incorporaram as cooperativas de municípios vizinhos (OCESC, 2009).

Nesta fase, a cooperação agrícola se caracterizou pela constituição de cooperativas municipais que logo se transformaram em regionais, ou já nasciam regionais. Para isso contaram com o apoio e forte investimento do Estado através do INCRA (Instituto Nacional de Reforma Agrária) no controle da gestão financeira e das atividades políticas das cooperativas. Também contou com o apoio da ACARESC (Associação de Crédito e Assistência Técnica Rural do Estado de Santa Catarina), atual EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina), no fomento ao cooperativismo, na assistência técnica e elaboração dos projetos de crédito de difusão do pacote tecnológico da “revolução verde” ou de “modernização da agricultura”. No processo inicial de constituição destas cooperativas, a Igreja Católica e a de confissão luterana também tiveram padres e pastores envolvidos no movimento.

É nessa fase também que o cooperativismo se organiza e se estrutura enquanto movimento efetivamente nacional e se articula ao movimento internacional. Esse processo tem início com a criação da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) em dezembro de 1969, substituindo a Aliança Brasileira de Cooperativas (ABCOOP) e União Nacional das Associações Cooperativas (Unasco), constituindo-se, então, na “única representante e defensora dos interesses do cooperativismo nacional” (OCB, 2009).

Outro passo importante na consolidação do movimento nacional do cooperativismo foi a aprovação da Lei 5.5764/1971, que disciplinou a criação de cooperativas, porém restringiu a autonomia dos associados, interferindo na criação, funcionamento e fiscalização do empreendimento cooperativo. “Com isso, as cooperativas passaram a se enquadrar num modelo empresarial, permitindo sua expansão econômica e sua adequação às exigências do desenvolvimento capitalista agroindustrial adotado pelo Estado” (OCB, 2009). Portanto, a partir desse momento podemos chamar esse movimento de cooperativismo empresarial.

Para a estruturação e fortalecimento do movimento cooperativista foram criadas as Organizações das Cooperativas dos Estados (OCEs). Estas se constituíam nos elos de articulação com a entidade nacional (OCB), buscando consolidar o movimento, as lideranças cooperativistas em um sistema único no país, superando distâncias, divergências políticas, diferenças culturais e garantir a unidade do movimento. As OCEs, atualmente em número de 27, assumiram a responsabilidade de registrar, orientar e integrar cooperativas, promovendo treinamento, capacitação, e tornando possível a profissionalização e a autogestão das cooperativas. Como agentes políticos passaram a congregar e representar todos os segmentos do cooperativismo no respectivo Estado e prestar serviços às filiadas, conforme o interesse e as necessidades delas. As Organizações das Cooperativas de cada Estado têm voto na eleição da Diretoria e Conselho Fiscal da OCB. Na estrutura de organização do movimento cooperativista empresarial estão previstas as Confederações de Cooperativas, onde três ou mais Federações ou Cooperativas Centrais podem constituir uma Confederação. Portanto, somam-se à estrutura, ainda, as Federações ou Cooperativas Centrais em que três ou mais cooperativas podem constituir uma Federação ou Cooperativa Central (DENACOOOP, 2006).

Em Santa Catarina, em 1975, foi fundada a FECOAGRO (Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado de Santa Catarina), que reúne hoje 11 cooperativas singulares, e presta serviços na área de comercialização da produção agrícola e nas compras dos principais insumos e produtos de abastecimento distribuídos pelas filiadas aos seus associados. No setor de produção, a FECOAGRO presta assessoria comercial e informações dos mercados de grãos, repassando informações atualizadas às cooperativas (FECOAGRO, 2009).

Concomitantemente ao desenvolvimento do cooperativismo e como parte do movimento do mesmo conjunto de interesses, em especial, do estado brasileiro, foram surgindo na região os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR's). De caráter assistencialista buscavam suprir as lacunas deixadas pela ação do Estado (assistência médica, odontológica etc.). Também estes foram estimulados e apoiados pelos mesmos atores (na época ACARESC e setores da Igreja Católica e Luterana).

Portanto, fecha-se assim a triangulação dos atores estruturais da implantação do modo de produção capitalista (chamada modernização da agricultura) no rural da região, ou seja, o cooperativismo, o sindicalismo assistencialista e a agroindústria integradora.

A agroindústria constitui-se na vanguarda ("saiu na frente!") e detinha o papel central no processo de desenvolvimento do modelo de produção da região, através do sistema de produção integrada verticalmente, principalmente na pecuária. De acordo com Michels (1998), este sistema inicia com a exploração da suinocultura e depois avança também para a avicultura. Esse modelo de exploração agropecuário tem início ainda no final dos anos 1950, mas vai apresentar grande expansão nos anos de 1970, quando a Sadia, a Perdigão, a Chapecó e a Ceval cresceram juntas 6.000% em 10 anos. Isso se tornou possível na medida em que membros das famílias empresárias ou representantes sempre estiveram envolvidos diretamente nos Governos Estaduais do período, participando da formulação das políticas para o setor de alimentos.

Durante a mesma década de 70, o poder estadual ofereceu aos industriais empréstimos e crédito subsidiado e facilidades no recolhimento de impostos devidos, ou mesmo a sua isenção. Neste período o ramo industrial que mais se beneficiou destas ações governamentais foi o dos produtos alimentares. A instalação de novas empresas (por exemplo, a Sadia e a Chapecó) foi financiada através de fundos estaduais como o Fundesc/Procape, permitindo também o reequipamento das fábricas já existentes (GIESE, 1991 apud MICHELS, 1998, p. 224).¹²

As cooperativas, neste mesmo período, buscam sua consolidação na comercialização por duas vias; a primeira, na constituição da infraestrutura de recebimento e beneficiamento da produção de grão da pequena produção associada e de terceiros. Esta era uma demanda do Estado, que através do Banco do Brasil operacionalizava o financiamento do programa de Aquisição do Governo Federal (AGF), necessitando de infraestrutura de armazenagem e de maior organização dos produtores, funções estas atribuídas ao cooperativismo. Para assumir estas funções as cooperativas tiveram de sofrer ajuste (COOPERALFA, 2009). A segunda via foi a constituição dos departamentos de venda de insumos agropecuários e assistência técnica, com a difusão de uma verdadeira rede de lojas agropecuárias nos municípios e nas comunidades maiores e mais estratégicas, facilitando o acesso dos agricultores às modernidades. Mas também avançam na construção de supermercados, atendendo às necessidades de consumo domésticas (material de limpeza, alimentícia etc.) dos associados e terceiros.

Essa condição é considerada por Maria Rita Loureiro como um privilégio nas condições atuais do desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Para a autora

[...] a Cooperativa, além de usufruir dos benefícios políticos atribuídos pelo Estado, além de ter, do ponto de vista econômico, clientes cativos dos quais recebe produtos agrícolas e clientes preferenciais para quem vende insumos, não corre os riscos do processo de comercialização, como um capitalista comercial comum. Isto evidentemente sem assumir tampouco os riscos do processo de produção, que correm juntamente com os da comercialização por conta do cooperado. (LOUREIRO, 1981, p. 155).

Uma **terceira fase** da cooperação pode ser identificada ainda. Esta se caracteriza pela consolidação do movimento do cooperativismo empresarial, em sua

¹² FUNDESC – Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina; PRODECAPE – Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas (MICHELS, 1998, p. 19, 20).

harmonização com a lógica capitalista de produção seguindo as ideias liberais. Mas também se caracteriza pelo surgimento de um novo movimento associativista na região.

O movimento cooperativista empresarial vai vivenciar sua terceira fase de desenvolvimento após a Constituição de 1988, quando o Estado perde parcialmente o controle sobre as cooperativas, com a proibição da interferência do Estado nas associações, dando início à autogestão do cooperativismo. Mas também, agora as lideranças cooperativistas contam com organização enraizada em praticamente todo território nacional e passam a agir politicamente, em especial, garantindo uma significativa participação no Ministério da Agricultura (MA) atualmente denominado de MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento). Vários ministros ou eram cooperativistas (a exemplo de Roberto Rodrigues, bem recentemente), ou fortemente ligados ao movimento cooperativista, como é o caso do atual ministro Sr. Reinhold Stefhanes.

O ano de 1995 marca o cooperativismo brasileiro, que alcança o reconhecimento internacional por sua pujança, quando passa a presidir a Aliança Cooperativista Internacional (ACI). A ACI, fundada em Londres no ano de 1895, é uma associação formada pelos órgãos de representação do sistema cooperativista de cada país membro. Atualmente, com 75 países filiados, tem sua sede em Genebra, na Suíça. A OCB também se encontra filiada à Organização das Cooperativas da América (OCA). A OCA foi fundada como organismo de integração, representação e defesa do cooperativismo dos países da América, em 1963, na cidade de Montevidéu, no Uruguai. A OCA, integrada por vinte países, mantém relações com movimentos cooperativistas e com organizações internacionais, sejam elas governamentais ou não. Tem como sede permanente a cidade de Bogotá, na Colômbia.

Em 1998, foram criadas as condições essenciais para a consolidação da terceira fase do cooperativismo na região, através da aprovação da Medida Provisória 1.715, que criou o Programa de Revitalização das Cooperativas Agropecuárias (Recoop), fornecendo os recursos para a reestruturação completa das cooperativas (em empresas), buscando torná-las autossustentáveis. Também

criou o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), que vinha compor também o chamado Sistema “S”¹³ voltado para a educação cooperativista e responsável pelo ensino, formação, profissional, organização e promoção social dos trabalhadores, associados e funcionários das cooperativas, implantando efetivamente um programa de autogestão, na perspectiva de uma empresarial (DENACOOOP, 2006). O objetivo era tornar as cooperativas mais competitivas no mercado capitalista. Assim, se consolidam todas as iniciativas de estruturação do processo de industrialização das cooperativas iniciado no final da década de 1970 e início da década 1980.

Paralelamente, um **novo movimento de cooperação** inicia sua construção no bojo dos movimentos sociais, que se constituíram a partir de meados dos anos 1980, e que vão marcar profundamente a trajetória e o processo desenvolvimento de toda a região oeste de Santa Catarina, com reflexos pelo restante do país.

Nos anos 1980, a denominada “década perdida”, dá-se o aprofundamento da crise agrícola. Neste período também se tornam visíveis as consequências do processo de modernização da agricultura e do seu atrelamento à indústria (êxodo rural, forte seletividade entre os produtores, impactos ambientais, dentre outros) promovido e intensificado nas duas décadas anteriores, ou seja, os anos 1960 e 1970 (TESTA et al., 1996). Somam-se ainda as dificuldades de ocupação de novas fronteiras agrícolas, neste caso o Centro-Oeste do país, estratégia tradicional de reprodução do campesinato (RENK, 1997). Estes se constituem em alguns dos elementos fundamentais do quadro, que levam a uma mudança do comportamento do campesinato da região oeste de Santa Catarina e ao surgimento dos chamados “novos movimentos sociais”, para alguns autores como Medeiros (1989), Scherer-Warren (1987).

Todo o processo de organização social desencadeado na região oeste de Santa Catarina se tornou possível a partir do trabalho da Igreja, em especial na área

¹³ Sistema “S”: além do SESCOOP, é constituído pelo SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), SENAI (Serviço Nacional de Apoio à Indústria), SENAC (Serviço Nacional de Apoio ao Comércio), SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural).

de abrangência direta da Diocese de Chapecó, coordenada pelo Bispo Dom José Gomes, iniciado já nos primeiros anos da década de 1970. “A partir de 1973, já se faziam as tratativas para introduzir na Diocese os grupos de reflexão, elaborando material próprio para informação e o esclarecimento do povo sobre as mais diversas realidades da região, principalmente a problemática da agricultura” (UCZAI *et a.*, 2002, p. 144).¹⁴ Esse trabalho foi implantado já em 1974 e foi orientado pela “Teologia da Libertação”¹⁵, destacou-se de outras iniciativas na medida em que se constituiu em um amplo e consistente processo pedagógico,¹⁶ pois ensinou (tornou capaz) uma imensa massa de pessoas e lideranças a refletirem criticamente sua realidade e agirem para a mudança da realidade, através do método *ver-julgar-agir*. Esse processo pedagógico produziu mudanças estruturais no modo de agir do campesinato regional. Como afirma Polli (2006), outras pedagogias também contribuíram nesse processo de organização dos “colonos” como a da ACARESC, atual Epagri; do Movimento Sindical; Movimentos Sociais (MST, MAB, MMC e outros) e das ONGs.

Poli (1991) e Seyferth (1982) enumeram um conjunto de características do campesinato, dentre as quais destacamos apenas três para dar suporte à análise que se segue:

¹⁴ “[...] a partir dos anos 60 e início dos anos 70, a partir do Concílio Vaticano II e dos encontros episcopais de Medelin e Puebla, a Diocese de Chapecó inaugurou uma nova orientação para a sua atuação, assumindo, explicitamente, uma opção preferencial pelos pobres e, assim, renovou profundamente suas práticas pastorais.” (POLI, 2006, p. 89).

¹⁵ A chamada Teologia da Libertação é um movimento teológico que está inserido no processo de construção do pensamento ocidental recente que busca a valorização da história, da cultura e da diversidade de formas de manifestação do encontro do homem com Deus. A teologia da libertação surgiu, mais especificamente, na América Latina, na década de 60, e ganhou adeptos principalmente nas Comunidades Eclesiais de Base. A partir dos anos 80 pudemos sentir mais de perto a sua ação. O termo libertação foi cunhado a partir da realidade cultural, social, econômica e política sob a qual se encontrava a América Latina, a partir das décadas de 60/70 do último século. Os teólogos deste período, católicos e protestantes, assumiram a libertação como paradigma de todo fazer teológico como afirma Leonardo Boff um de seus principais ideólogos: “Libertação é libertação do oprimido. Por isso, a teologia da libertação deve começar por se debruçar sobre as condições reais em que se encontra o oprimido de qualquer ordem que ele seja.” (BOFF, 1996, p. 40).

¹⁶ A esse respeito, ver cap. II da tese de Odilon Polli, onde é apresentada uma síntese das várias pedagogias desenvolvidas na região, por diferentes atores sociais (POLI, 2006).

- a religiosidade é identificada como um valor de grande importância para o camponês. Este fato foi o principal motivador da constituição de comunidades no meio rural;
- a posição do campesinato em relação à sociedade urbana é de subordinação e de inferioridade, tanto em nível social como político e econômico;
- a comunidade é a unidade básica de interação social do camponês, ao lado de sua unidade de produção e vizinhança. Nesse sentido, possuem fortes relações internas e débeis relações externas.

Consideramos que o trabalho da Igreja impactou mais fortemente sobre essas três características. Sendo a religiosidade importante para essa população rural, a Igreja constitui-se no ator estratégico, com grande legitimidade para o desenvolvimento da ação, mas diferentemente de outros momentos de sua história e de sua tradição, promove o protagonismo e não a subordinação do camponês. Em seu trabalho, promoveu a autoestima dos camponeses, valorizando o rural como espaço de vida e o camponês como um sujeito de direitos, através dos grupos de reflexão e as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), buscando superar sua condição de classe subalterna. Essas lideranças, apoiadas pela Igreja e agora capazes da reflexão crítica e de busca de alternativas para seus problemas, identificam na organização sua força. Parte do campesinato da região supera a comunidade como espaço e as relações como pessoais, quase como exclusivas, capacitando-se assim para a constituição de organizações mais complexas e novas relações, agora também impessoais e institucionais, resultando na organização dos diversos movimentos sociais conhecidos e já citados (Movimento Sindical, MST, MAB, MMC, MPA).

É, portanto, nesse contexto que surge o Novo Movimento de Cooperação na região oeste catarinense, também registrado por Prim (1996), Massi (1999), Busnello (2002) e Costa Curta (2000). O “Movimento de Cooperação Agrícola (MCA)”, assim denominado por Prim (1996), nasce na mesma época dos principais movimentos sociais rurais, com a finalidade de oportunizar ferramentas de combate à exclusão

social, democratizando e minimizando o “vazio excludente” em que se encontravam os agricultores (PRIM, 1996).

No final dos anos 1980 e início dos anos 1990, Arns (1991, p. 22-24) identificou sete principais “agentes” de apoio à cooperação na região oeste de Santa Catarina:

1. Igreja Católica através da Pastoral da Terra (CPT) e a Igreja Luterana através do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA);

2. Departamento Estadual dos Trabalhadores Rurais (DETR) da Central Única dos Trabalhadores (CUT) que através dos sindicatos buscava dar direção política aos grupos e organizações existentes; também fazia a formação de monitores que atuavam nos municípios, incentivando a formação de “novas sociedades de agricultura de grupo”;

3. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST);

4. Secretaria Agrária do Partido dos Trabalhadores;

5. Associação de Crédito e Assistência Técnica Rural do Estado de Santa Catarina (ACARESC) - atual EPAGRI;

6. Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (APACO);

7. Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO).

Para Arns (1991, p. 22) “Os agentes nada mais são que as entidades e pessoas ligadas a estas entidades, que têm por objetivo fazer avançar o debate e a organização da cooperação no oeste de Santa Catarina”. Na agricultura familiar desta região, a cooperação agrícola se constitui a partir da necessidade e da ameaça de marginalização dos agricultores no processo de mudança do sistema produtivo (PRIM, 1996).

As novas organizações e formas de cooperação na agricultura do oeste catarinense começam a se fazer notar a partir de meados dos anos 1980, apresentando-se de forma diversa e ainda pouco articulada. Também nesse mesmo período, segundo Arns (1991, p. 69 e 70), mesmo não podendo definir ainda como “concepções”, apresentam-se três diferentes formas de atuação na construção da cooperação agrícola, que podem ser assim sintetizadas:

1. partia da compreensão de que a orientação política deveria ser obra do próprio grupo, bem como o avanço político do grupo se daria concomitantemente à organização econômica, buscando envolvê-lo imediatamente na ação (geralmente compras conjuntas – pelos resultados imediatos) sem uma formação e instrumentalização para a compreensão dos diferentes projetos econômico-associativos, induzindo a associação como tipo de organização ideal;

2. partia da compreensão da necessidade de ampla formação e forte instrumentalização do grupo para a definição da alternativa econômica-associativa a ser constituída e que nessa construção se daria o avanço político, sendo que a orientação política da cooperação agrícola deveria ser dada pelo movimento sindical, concomitantemente à organização econômica, cujas formas de associação das pessoas deveria ser discutida, priorizando a constituição da forma coletiva (as compras eram apontadas como elemento motivador);

3. partia da compreensão de que o econômico organiza o político, priorizando a cooperativa como organização e o coletivo como forma (CPAs – cooperativas de produção agrícola), articuladas e orientadas politicamente de forma vertical pela ANCA (Associação Nacional das Cooperativas dos Assentados).

Para Arns (1991) essas “concepções” vão compor e defrontar-se nos diferentes projetos estratégicos (teses) em disputa no 4º CRECUT (Congresso Regional da Central Única dos Trabalhadores) realizado em 1990. Colocado como eixo central das divergências daquele Congresso, as deliberações colocam o movimento sindical como representante político da cooperação, estabelecendo que:

- Os STRs Cutistas devem atuar na produção e comercialização da produção dos pequenos e médios agricultores, incentivando as formas de cooperação agrícola;
- As formas organizativas da produção e comercialização (associações, grupos coletivos) devem ser organizações de base do sindicato, cabendo ao STR dar a dimensão política;
- Os STRs deverão constituir de forma articulada com o DETR-CUT o sistema alternativo de produção e comercialização (ARNS, 1991, p. 71).

Portanto, a partir desses diferentes agentes e das diferentes formas de atuação, a cooperação passa a assumir diferentes tipos e formas de organização.

O primeiro estudo de que se tem registro e que apresenta a diversidade de organizações de cooperação, não ligados ao movimento cooperativista empresarial, em construção no espaço rural de Santa Catarina durante a década de 1980, foi publicado pelo Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO). Este estudo ressalta que não raro “o trabalho solidário é visto com reservas”, mas também que as “formas associativas e/ou coletivas de trabalho e produção entre pequenos agricultores crescem rapidamente, com vida média das sociedades compatíveis a experiência internacional” (CEPAGRO, 1992, p. 7). Neste estudo (diagnóstico) foram consideradas as organizações com mais de dois agricultores associados, sendo cadastradas 946 organizações de cooperação, envolvendo 16.878 associados, divididas em cinco grandes categorias. Na **categoria de sociedades de compra, produção e venda**: 8 tipos de Associação (Apicultores, Fruticultores, Aquicultores, Feirantes, Produtores de leite, Inseminação Artificial e de Desenvolvimento Comunitário), foram cadastradas 235 organizações com 5.652 associados; 3 tipos de Condomínios (Suinocultores, Armazenagem e de Gado leiteiro) com 287 organizações e 3.072 associados; 2 tipos de Grupos de Trabalho (Coletivo e de Banheiro Carrapaticida) com 15 organizações e 217 participantes. Na **categoria de Sociedades de Irrigação e Drenagem**: 22 Sociedades; 3 Cooperativas; 1 União Comunitária; 1 Companhia; 2 Grupos de Moradores; 214 Associações de Irrigação e Drenagem¹⁷. Na **categoria de Sociedades de Mecanização**: 11 Associações; 3 Sociedades; 3 Condomínios; 125 Grupos de Máquinas (Trator, Ensiladeira, Distribuidor de Adubo, dentre outras), com 142

¹⁷ Provárzeas (Programa Nacional de aproveitamento de Várzeas Irrigáveis): no caso de Santa Catarina financiou a incorporação dessas áreas, principalmente para o cultivo de arroz irrigado. Em muitas comunidades, os produtores constituíram associações para uso conjunto da água.

organizações e 3.017 associados. Na **categoria de Sociedades de Transformação de Produtos Agrícolas**: 4 Associações com 23 associados (Moinho, Panificadora, Embutido). Também identificou na **Categoria de Sociedades de segundo grau**: 13 Centrais Municipais de Apoio (todas ligadas a APACO); 3 (Associação de Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense - APACO, Associação dos Condomínios de Armazenagem - ACAVA, Associação Estadual de Condomínio de Suinocultura - AECOS); 1 Cooperativa Central da Reforma Agrária - CCA-SC; 1 Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo - CEPAGRO).

Estudando a cooperação agrícola praticada nos assentamentos rurais orientados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), dois trabalhos são ilustrativos. Maria Antônia de Souza, embora prenda o foco de seu estudo na dimensão educativa da cooperação, traz uma categorização usada pelo MST em seus materiais de formação e divulgação. As principais formas de cooperação por ela apresentadas foram: grupo coletivo, associação e cooperação. No entanto, ela chama a atenção ao fato de que,

[...] a cooperação nos assentamentos rurais organizados pelo MST pode ser realizada de várias formas, a saber: grupos de famílias; associação ou grupo de máquinas; grupo de produção semicoletivizada; grupo de produção coletivizada; cooperativa de produção agropecuária (CPA); condomínio e cooperativas de crédito rural (SOUZA, 2000, p. 32).

O outro estudo, também desenvolvido nos assentamentos de todo o Brasil, encontrou uma significativa diversidade de formas associativas mais usuais e presentes nos assentamentos, inclusive com pequenas variações de denominação nas diversas regiões. Conforme Carvalho (1998, p. 9), as organizações de cooperação agrícola do estudo foram categorizadas em dez grupos:

- **Núcleo ou grupo de produção**: cooperação entre famílias vizinhas, famílias com afinidades e ou com relações de consanguinidade – em média, cada grupo de produção é constituído por 5 a 15 famílias, entre todos os trabalhadores de um mesmo assentamento. Essas formas estão presentes na maioria dos assentamentos do país;

- **Associação:** ocorre entre parte dos trabalhadores de um assentamento, seja por atividades produtivas ou por localização (linhas, comunidades ou povoados de um assentamento);
- **Centrais de associações:** sociedade civil, sem fins lucrativos, cuja finalidade é efetuar a coordenação das associações de produtores das áreas oficiais reformadas;
- **Grupo:** pode haver grupos coletivos, semicoletivos ou de produção, envolvendo sempre uma parcela dos trabalhadores de um assentamento, presentes apenas nos estados do Sul, São Paulo e Ceará;
- **Coletivo:** envolve todos ou apenas uma parte dos trabalhadores rurais de um assentamento, cujas atividades são integralmente em grupo;
- **Condomínio:** forma de apropriação da terra, mesmo que parcelada, apenas permite o uso-fruto a partir de um plano global de exploração. Também existem condomínios por ramo de atividade, não implicando a apropriação da terra, mas apenas a gestão dos recursos relativos à atividade cooperada – de presença esparsa no Sul do país;
- **Cooperativa:** podem ser de prestação de serviços – CPS (para um assentamento); de prestação de serviços regionais – CPSR (atende a vários assentamentos); de crédito; de produção e de prestação de serviços – CPPS (um assentamento); de produção agropecuária – CPA (um assentamento); Centrais de Cooperativas – CCA (âmbito estadual, presentes em vários estados, mas em especial no Sul do país);
- **Caixa agrícola:** considerada como uma forma pré-cooperativa, embora adote os princípios institucionais de uma cooperativa, com finalidade de gestão financeira (uma espécie de auxílio mútuo);

- **Mutirão:** forma simples de cooperação entre pessoas ou famílias para a realização de uma atividade, realizada para beneficiar uma família ou a coletividade, embasada no compromisso moral de reciprocidade, em que não há divisão do trabalho e nem remuneração pelo trabalho realizado;

- **Troca de dias:** simples cooperação entre famílias singulares, realizadas em condições especiais de dificuldade eventual de uma família, ou em épocas e atividades pré-definidas, demandadas pelos sistemas produtivos existentes; ocorre em todo país.

Na região oeste catarinense, um dos primeiros e mais abrangentes estudos sobre a cooperação no meio rural foi realizado por Massi (1999) em seu trabalho de conclusão do curso de Agronomia da Unochapecó. Seu estudo abrangeu mais de 90 dos 118 municípios desta grande região, numa amostra de mais de 450 organizações cadastradas. Buscando caracterizar a cooperação não empresarial da região, identificou cinco tipos e três formas de organização de cooperação. Os tipos encontrados foram: associações sem fins lucrativos (52,6%), grupos de cooperação agrícola – GCA's (36,7%), cooperativas (5,5%), condomínios (4,3%) e clubes de integração e de troca de experiência (0,9%). As formas foram descritas como: semicoletiva (51,4%), coletiva (10,7%) e a de prestação de serviços (24,8%); as demais (13,0%) não foram informadas. Quanto à sua condição legal, apenas 56,9% estavam formalmente constituídas (possuíam CGC – Cadastro Geral de Contribuinte); 44,2% eram informais, e 2,9% não informaram.

A partir de Atrops (1987), Massi (1999), Busnello (2000) e Costa Curta (2000) foi possível constituir a seguinte categorização das organizações de cooperação agrícola, encontradas na região oeste de Santa Catarina:

- **Cooperativas:** podem ser classificadas conforme suas características e o ramo de atividade em que atuam; caracterizadas como sociedades de pessoas organizadas de forma democrática, visando não apenas a suprir seus membros de bens e serviços, como também realizar determinados programas educativos e sociais. Além das tradicionais, legalizadas e denominadas de *puras*, existem também as cooperativas *alternativas*, que apresentam um conjunto de particularidades com

relação ao ramo de produção a que se destinam seus cooperados, podendo ou não ser legalizadas – algumas inclusive trabalham mais num enfoque social do que de produção;

- **Associações:** são formadas por grupos de produtores, que se juntam para resolver problemas de difíceis solução de forma individual. Quase sempre compostas por sociedade de pessoas e não de capital; sem interesse lucrativo, mas com fins econômicos e sociais. Destacam-se na região oeste de Santa Catarina as associações de produtores rurais por atividade de produção, como a de suinocultores, avicultores, pecuaristas e fruticultores;

- **Condomínios:** constituem-se a partir de um pequeno número de agricultores em torno de um subsistema de produção, onde cada um entra com um determinado número de quotas, podendo ser dinheiro, produto e animais. Todo capital é coletivo, e cada associado tem parte no capital na forma de quotas. O trabalho geralmente é executado por mão de obra contratada, ou pelo rodízio de trabalho entre os sócios. Na região oeste de Santa Catarina destacam-se os condomínios de suínos e de secagem e armazenamento de grãos ou de máquinas, entre outros;

- **Grupos de cooperação agrícola:** são as formas de cooperação agrícola mais simples, realizadas associativamente entre famílias vizinhas, ou de forma comunitária, pelos agricultores familiares;

- **Prática de Cooperação:** é a simples cooperação entre pessoas ou famílias; para cada área há uma atividade produtiva, para benefício de uma família, individualmente, ou mesmo para a concretização de infraestrutura econômica ou equipamento social de uso coletivo. Destaca-se a prática do mutirão, ou puxirão, a troca de dias de trabalho – em que se devolve a força de trabalho despendida em prol de outra família, quando esta necessitar – constituindo-se numa forma de ajuda mútua, comum em várias regiões do país. Também pode ocorrer a troca de produtos de colheita ou abate de animais para o consumo familiar.

Outro estudo significativo sobre a cooperação, realizado no oeste catarinense, foi o também trabalho de conclusão de curso da agronomia da Unochapecó de Jaqueline Busnello (2002). Sua pesquisa abordou as dez organizações mais antigas ligadas à Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (APACO), fundada em 1989. O estudo buscou identificar os principais fatores que contribuíram para a durabilidade das organizações, na opinião dos participantes. As organizações de cooperação agrícola, por ela estudadas, colocam-se na perspectiva oposta ao atual modelo de produção, ou seja, que buscam “[...] dentro da cooperação agrícola, uma perspectiva que garanta a sustentabilidade destas experiências e proporcionar para estes agricultores alternativos que se contraponham ao atual modelo” (BUSNELLO, 2002, p. 24).

No entanto, citando documento da Rede CEPAGRO (Centro de Estudo e Promoção da Agricultura de Grupo), Busnello (2002) verificou que, nos processos de desenvolvimento locais, dos anos 1990, tanto os agricultores familiares quanto suas organizações representativas não se encontravam preparados para enfrentar os desafios do processo sucessório e a necessária mudança imposta pelas novas políticas públicas para este setor.

A política territorial no Brasil faz parte da mais nova geração de políticas públicas em desenvolvimento, e o presente estudo buscou compreender as possíveis relações entre as diferentes estratégias de cooperação da agricultura familiar e a política territorial do MDA.

Neste capítulo verificamos que a literatura apresenta o movimento de cooperação no Brasil como contraditório na sua relação com o campesinato, assumindo um viés empresarial, centrando-se na cooperativa como tipo de organização privilegiada, distanciando-se econômica, social e culturalmente de um grande conjunto dos camponeses e de suas práticas de cooperação, cuja participação é induzida e se tornou passiva; mostrou-se fortemente dependente e servil das definições e iniciativas do estado. Mas também na literatura consultada verificou-se que no conjunto do campesinato, em especial do Sul do país, a cooperação se mostrou mais diversificada em termos de organizações, de formas e práticas de cooperação, e que na região oeste catarinense chegou a se constituir em

um novo movimento, forjado no bojo dos movimentos sociais de resistência ao avanço das transformações provocadas pelo modo de produção capitalista na região.

3 O TERRITÓRIO ALTO URUGUAI CATARINENSE

Neste capítulo busca-se trazer alguns elementos do processo de ocupação e formação da região do Alto Uruguai Catarinense, suas principais características socioeconômicas, em especial sua face rural. Ao final deste capítulo se apresenta ainda a situação atual do processo de construção do Território Alto Uruguai Catarinense a partir da política de apoio ao desenvolvimento territorial da SDT/MDA.

3.1 A formação da região do Alto Uruguai Catarinense

Para vários autores, como Ferro (2006), Comassetto (2006) e outros, as histórias de ocupação dos municípios se confundem com a história da região oeste de Santa Catarina. A história do Território Alto Uruguai também em grande parte se assemelha a histórias da grande região oeste. Como afirma Ferro (2006, p. 65), “A história de colonização do município de Concórdia se confunde com a história de colonização do oeste catarinense, pois não são processos distintos”.

Um dos primeiros autores a apresentar uma sistematização do processo de desenvolvimento da região oeste catarinense foi Índio Campos, em sua dissertação de mestrado intitulada “Os colonos do Rio Uruguai - relações entre Pequena Produção e Agroindústria no Oeste Catarinense” (1987), indicando quatro fases no desenvolvimento das relações entre o Complexo Agroindustrial e os pequenos produtores, como denominou o autor (CAMPOS, 1987).

A primeira fase, que se estendeu do início da colonização até meados da década de 1930, se caracterizou pela *produção de subsistência e gestação do pequeno capital comercial*. Esse período caracterizou-se pelo esforço em torno da viabilização do comércio local e o seu intercâmbio com outras regiões. Esse processo foi facilitado pela experiência anterior dos colonizadores, no Rio Grande do

Sul, onde os colonizadores já estavam inseridos num processo de produção agrícola mercantil.

A segunda fase, compreendida no período de 1935 a 1945, caracterizou-se pelo crescimento do capital comercial e sua expansão em busca do excedente camponês. Observou-se nesse período a expansão da base geográfica de atuação do capital comercial e a suinocultura se afirmou como o principal produto de comercialização. Registrou-se então a integração de um número maior de famílias ao mercado.

A terceira fase, que se estende de 1945 a 1965, caracterizou-se pelo surgimento do grande capital agroindustrial e a mercantilização da produção camponesa. Foi o período da efetiva integração de todo o oeste catarinense no espaço econômico nacional e da expansão capitalista na região. Concluiu-se nesse período o processo de colonização, e a pequena produção familiar se afirmou como a base da produção agropecuária. A partir de então, iniciou uma nova fase, em que profundas transformações foram registradas, e as relações entre o grande capital e a pequena produção agrícola familiar se intensificaram e se transformaram, com grandes reflexos para esta última.

A quarta fase, que iniciou a partir de 1965, caracterizou-se pelo processo de monopolização do capital agroindustrial e pela modernização seletiva da pequena produção mercantilizada. É um período em que ocorreu a formação dos monopólios do capital agroindustrial que subordinou a agricultura familiar à sua lógica, sem prescindir de sua existência. A partir de então, verificou-se um aprofundamento do processo de diferenciação interna na agricultura familiar, com a crescente exclusão de parcelas consideráveis da população regional da agricultura e um processo de crescentes dificuldades de reprodução das unidades familiares, que Renk (1995) e Poli (1995) caracterizaram como crise da agricultura familiar tradicional, cujos desdobramentos foram decisivos para o desenvolvimento da situação atual.

Mas quando se trata do Território Alto Uruguai Catarinense deve-se ter presente que a sua ocupação antecede um pouco a das demais regiões do grande oeste, pois o vale do Rio do Peixe, além de receber a forte influência da ocupação

luso-brasileira com as tropeadas, é mais fortemente impactado pela construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande do Sul, e em seguida esta região se constituiu na porta de entrada dos migrantes descendentes de europeus vindos principalmente do Rio Grande do Sul.

Sempre é bom lembrar, e as pesquisas no campo da antropologia têm comprovado, que o vale do Rio Uruguai vem sendo ocupado por grupos humanos desde 8640 a.C., segundo Rohr (1966 apud COMASSETTO et al., 2006), pois até recentemente poucos documentos ousavam fazer menção às populações indígenas existentes e remanescentes. A maioria dos documentos conta a história local a partir da chegada do imigrante de origem europeia, realidade que vem sendo mudada com vários trabalhos mais recentes, que trazem a preocupação em resgatar a importância deste povo no fazer-se do desenvolvimento desta região.

Nesse sentido, mesmo tratando de outro grupo social - o caboclo -, é ilustrativa parte das conclusões de Nosswitz e Stockmann (2006, p. 248), ao afirmarem que:

No decorrer da pesquisa, resquícios da história cabocla de Ipira começam a descortinar-se, fazendo ressurgir a história da etnia que até então não era reconhecida no município. Nesse sentido, podemos desmistificar que os desbravadores do município foram os alemães e italianos. A etnia cabocla foi a responsável pela formação das primeiras comunidades de Ipira e foi de fundamental importância nesse processo.

A região atualmente denominada de Alto Uruguai Catarinense fazia parte do território de dois principais grupos indígenas: o Kaingang e o Xokleng. De acordo com Comassetto et al. (2006, p. 152),

Este povo teria uma estrutura lingüística configurada a partir do Tupi e de um grupo cultural dos Guarani. Do tronco Tupiguarani, grande parte das tribos se subdividiu, assemelhando-se por laços culturais e ou lingüístico. Embora não partilhassem da mesma língua/cultura, de forma geral, eram tratados como Tapuyas. Estes grupos, também eram denominados de Jê, povoaram parte dos territórios da Argentina, Uruguai e Paraguai e a região dos três estados do Sul do Brasil.

O modo de vida das diferentes tribos não diferia muito, alimentando-se com carne de caça e pesca, da coleta dos frutos e sementes, como o pinhão, e de uma

reduzida agricultura praticada pelas mulheres, cultivando milho, feijão, melancia e outros tubérculos (MOSIMANN apud COMASSETTO et al., 2006).

Na linha de construção deste estudo, vale destacar que esses grupos apresentavam em seu modo de vida um profundo sentimento de solidariedade e cooperação internas, pois

[...] a divisão da caça beneficiava igualmente todos os homens e suas famílias. Na falta de êxito de um caçador, ele e sua família seriam atendidos por um caçador bem sucedido. Não havia assim consumo individual dos bens produzidos, a produção e o consumo eram baseados em princípios de ampla cooperação, de maneira a assegurar participação e benefício para todos (GOULART, 1997 apud COMASSETTO et al., 2006, p. 153).

Para Rampinelli e Ouriques (2000 apud COMASSETTO et al., 2006, p. 161, grifo dos autores), “No Brasil, a ocupação da terra se deu a partir de um projeto eurocêntrico, etnocêntrico, colonialista e de que a *civilização* se impôs a barbárie”.
Os

[...] índios que se submeteram ou foram submetidos sofreram violência cultural, as epidemias e mortes [...] Do contato com o europeu resultou uma população mestiça que mostra até hoje sua presença silenciosa na formação da sociedade brasileira. (BORIS FAUSTO, 2001 apud COMASSETTO et al., 2006, p. 158).

Um dos elementos da história brasileira que ilustra esta concepção foi o Tratado de Tordesilhas, estabelecido entre os portugueses e os espanhóis no século XV na divisão das Américas. Ou seja, uma divisão do mundo, que desconsiderou qualquer possibilidade de direitos dos grupos humanos pré-existentes. Neste acordo a região do Alto Uruguai Catarinense pertencia à coroa espanhola. No entanto, esse acordo não foi respeitado pelos portugueses, que passaram a executar todo um projeto de interiorização da ocupação nas trilhas abertas pelo saque e pilhagem das riquezas, contribuindo decisivamente para a atual delimitação territorial do país.

O mesmo acontece, portanto, nesta região, à medida que o processo de ocupação e a posterior colonização expropriaram e exauriram as condições de reprodução sociocultural dignas dos grupos indígenas existentes.

Apesar de ainda existirem pequenos grupos remanescentes na região oeste catarinense e no próprio TAUC, eles permanecem no isolamento e pouco se conhece de suas histórias, tradições, modos de vida, culturas, que servem de testemunhos da violenta dizimação promovida na ocupação estrangeira. Carlos Fernando Comassetto, como historiador da região, assim como outros, encontrou muitas dificuldades na realização de seus trabalhos, pois mesmo consultando várias fontes, como jornais, arquivos paroquiais, panfletos de empresas colonizadoras, periódicos, museus e viagens locais relevantes, consideraram insuficientes os documentos escritos do período, encontrando limitações para uma melhor caracterização destes grupos na região (COMASSETTO et al., 2006).

Os pequenos grupos remanescentes só recentemente vêm alcançando alguns direitos considerados universais e só saem da condição de invisibilizados quando os conflitos se agudizam, como o que vem ocorrendo recentemente na região, provocando forte reação dos setores conservadores da elite tanto rural quanto urbana.

O processo de povoamento da região oeste de Santa Catarina ocorreu em três etapas consecutivas, de acordo com Poli (1991). A primeira etapa foi a ocupação desenvolvida pelas populações indígenas brevemente descritas anteriormente. A segunda etapa de povoamento foi a dos “luso-brasileiros”, também “chamados caboclos¹⁸ ou sertanejos”. A terceira etapa foi promovida pelo estado com a vinda de migrantes europeus, em sua maioria já seus descendentes.

Para Amador (2006), o processo de ocupação desta região por grupos não indígenas se deu em dois movimentos e em épocas diferentes, que denominou de “modelo de ocupação”. O primeiro modelo de ocupação tem início ainda no século XVII e vem a partir do sudeste com a abertura dos caminhos pelos bandeirantes paulistas em busca de riquezas e mão de obra indígena, e do movimento comercial do charque, gado e mulas entre os pampas gaúchos e São Paulo, denominado de

¹⁸ O termo caboclo é, muitas vezes, carregado de preconceito e evidencia o caráter tenso das relações estabelecidas entre esses diferentes grupos que atuaram no processo de ocupação da região (UCZAI, 2002, p. 284); ver ainda Renk (1995) e Poli (2006).

tropeirismo. Assim, “Até o final do século XIX, esta região tinha características bem definidas do ponto de vista étnico e econômico. O caboclo era o elemento étnico originário do paulista miscigenado com índios e negros, que ocupava grande parte do oeste catarinense”, baseado numa economia de subsistência e na extração da erva-mate (AMADOR, 2006, p. 177). Para Ribeiro (1995 apud NOSSWITZ; STOCKMANN, 2006, p. 230), o caboclo é o brasileiro construído a partir de diferentes matizes à medida que elas iam sendo desfeitas e “no plano ético-cultural, essa transfiguração se dá pela gestão de uma etnia nova, que foi unificando, na lingüística e nos costumes, os índios desengajados de seu viver gentílico, os negros trazidos da África e os europeus aqui querenciados”.

Poli (1991) diz que os vários esforços de definição do caboclo se concentram nas suas origens étnicas, e para a realidade do oeste catarinense a origem deste não é do simples cruzamento racial puro, mas do cruzamento de indivíduos já miscigenados.

O segundo modelo de ocupação na região tem início na segunda década do século XX, com a chegada dos descendentes de migrantes europeus vindos das velhas e novas colônias do Rio Grande do Sul a partir da mobilização e comercialização das terras realizada por empresas colonizadoras (ARMADOR, 2006). O colono migrante adquiria pequena área de terra, que variava de 8 a 25 alqueires, para produzir sua subsistência, mas também um excedente para comercialização, introduzindo uma nova lógica no sistema econômico da região, a lógica capitalista de acumulação (FERRO, 2006; ARMADOR, 2006; COMASSETTO et al., 2006).

Para Radin (2001, p. 169), “a colonização não foi espontânea, mas sistematicamente programada, feita a partir de interesses do Estado, colonizadoras e especuladores”, estabelecendo as condições que levaram ao confronto entre europeus e caboclos, por seus diferentes modos de vida e concepções de mundo.

Esse processo foi estudado e descrito por diversos autores a partir de diferentes objetivos, mas muito semelhantes em grande parte de suas descrições¹⁹. Para os diversos autores, a Guerra do Contestado foi outro elemento determinante na trajetória do desenvolvimento desta região, e que para Amador (2006) marcou a transição de modelo de ocupação. Para Comassetto et al. (2006), “A estratégia da guerra, adotada pelo pensamento dominante, foi fundamental para impor uma nova ordem socioeconômica-política, baseada na apropriação da terra e acumulação capitalista”.

Esta se constituiu em uma guerra de repercussão nacional ao envolver as forças políticas e militares do país na disputa entre dois estados da federação (Paraná e Santa Catarina) por uma grande região denominada de Campos de Palmas de 48.000 km²; grande parte dela constitui atualmente a região oeste catarinense. De acordo com Valentini (2000 apud NOSSWITZ; STOCKMANN, 2006, p. 232), “A disputa acirrou-se, principalmente, a partir de 1853, quando o estado do Paraná desmembrou-se de São Paulo”, e em 1909 o Supremo Tribunal Federal dá ganho de causa a Santa Catarina (AURAS apud KOTHE, 2006).

Não bastasse a indefinição das fronteiras interestaduais, em 1881, o Brasil e a Argentina batem de frente com a questão limdeira, que ficou conhecida por questão de Palmas ou Missões. A divisa internacional passava pelos rios Peperi-Guaçú e Santo Antônio. Contudo os Argentinos alegavam que os limites deveriam ser os rios Chapecó e o rio Jangada. (VALENTINI, 1998 apud NOSSWITZ; STOCKMANN, 2006, p. 232).

Essa questão foi solucionada em 1895, em Liverpool. Por ser uma região contestada, o conflito passou a chamar-se “Guerra do Contestado”.

A Guerra do Contestado, que durou de 1912 a 1916, está ligada à questão das disputas de fronteiras, pois novos e grandes interesses entravam em cena neste período; além das riquezas da região (erva-mate e madeira nativa em especial), e os interesses do capital estrangeiro pela construção da ferrovia e do capital nacional, com a integração São Paulo-Rio Grande do Sul.

¹⁹ Ver Zotti (2006), Werlang (1999), Renk (1997, 1995), Poli (2006), Poli (1991).

Com a questão internacional resolvida, a empresa norte-americana Brazil Raihway Company ganha a concessão para a construção da estrada de ferro e o direito de colonizar (comercializar) as terras na faixa de 15 km, às margens de todo o traçado. Outra empresa diretamente envolvida com a eclosão do conflito armado, pois atuou em torno da estrada de ferro, foi a Southern Brazyl Lumbert and Colonization Company, uma das maiores serrarias americanas e do mundo. Portanto, com a construção da ferrovia e com o desmatamento, milhares de posseiros - em sua maioria caboclos - foram desapropriados, gerando um amplo sentimento de descontentamento e sendo um dos principais constituintes do conflito (NOSSWITZ; STOCKMANN, 2006).

Segundo Thomé (1992 apud NOSSWITZ; STOCKMANN, 2006, p. 234),

[...] várias foram as origens desta guerra, uma vez que na mesma época e no mesmo lugar, aconteceram desde um movimento messiânico de grandes proporções, a uma acirrada disputa pela posse das terras, de uma competição econômica pela exploração das riquezas naturais, até a discussão pela fixação dos limites interinstitucionais [...]

Como escreveu Comassetto (2006, p. 150):

[...] a campanha no Contestado foi uma luta enfurecida de excluídos, uma luta eminentemente social. Também serviu como desespero daqueles que se viram sem emprego após o término da construção da estrada de ferro e dos posseiros que perderam o direito de permanecer em suas terras, entregues a um grupo de coronéis políticos que se beneficiaram com a malfadada questão de limites.

Para Amador (2006, p. 175), “A Guerra do Contestado irá pôr fim ao modelo de ocupação paulista após mais de dois séculos de existência”, e para Bilibio et al. (2006, p. 206):

O fim da Guerra do Contesta deixou livre etnicamente um imenso território a de leite exploração capitalista. Para ocupar este espaço, o símbolo épico do desenvolvimento moderno estava ali pronto para transportar a riqueza das terras. É neste conjunto de acontecimentos que se inicia de maneira orientada o processo de colonização do Oeste catarinense por migrantes italianos e alemães, vindos do Rio Grande do Sul.

Com o fim da guerra, as companhias colonizadoras passaram a incentivar a vinda dos colonos, visando a substituir a população cabocla e a introduzir a nova ótica mercantil-capitalista (BILIBIO, 2006).

3.2 Da colonização ao território

Em artigo intitulado “Colônia Rio Uruguay e as companhias colonizadoras [1920-50]”, Comassetto et al. (2006) identificou que as terras conhecidas popularmente como Propriedade Rio do Engano e Colônia Concórdia faziam parte da Colônia Rio Uruguay, e que apresentam quase o mesmo traçado do Território Alto Uruguai Catarinense. A tabela 3 mostra a sequência de emancipações que foram determinando a atual área geográfica do TAUC, que em grande parte é constituído pela área da colônia Rio Uruguai:

Tabela 1 – Ano de instalação, origem dos atuais municípios que constituem o TAUC

Fundação (Instalação)	Municípios	Origem
29/07/1934	Concórdia	Cruzeiro (Joaçaba)
18/02/1949	Piratuba	Campos Novos e Concórdia
03/04/1954	Seara	Concórdia
13/12/1956	Itá	Seara
07/04/1963	Ipumirim	Concórdia
15/08/1963	Ipira	Piratuba
15/08/1963	Peritiba	Piratuba
02/02/1964	Xavantina	Seára
01/01/1964	Irani	Joaçaba
04/02/1964	Presidente Castelo Branco	Ouro
01/01/1990	Lindóia	Concórdia e Irani
01/01/1993	Arvoredo	Seara
01/01/1997	Alto Bela Vista	Concórdia
01/01/1997	Paial	Ita

Fonte: AMAUC (Associação dos Municípios do Alto Uruguai), elaboração do autor.

O Território Alto Uruguai Catarinense começa sua construção com a constituição do município de Concórdia, mas até sua emancipação (em 1934) pertencia ao antigo município de Cruzeiro (atual Joaçaba), fundado em 1917. A colônia era grande, o novo município possuía uma área de 2745 km² (BILIBIO, 2006)

e recebeu seus primeiros migrantes a partir de 1920, então comunidades e atuais municípios de Alto Bela Vista e Itá (AMADOR, 2006). “Entre 1920 e 1925, Concórdia era sertão, com residências distantes umas das outras, a maioria caboclos refugiados após a batalha de Irani” (FERREIRA, 1992 apud AMADOR, 2006, p. 182).

Incentivadas pelo Estado e amparadas economicamente pela estrada de ferro, diversas empresas colonizadoras passaram a agir na região do Alto Uruguai Catarinense, dentre as quais se destacaram: *Brazil Development and Colonization Company*, controlada pela *Brazil Railway Company*, em áreas próximas a EFSPRG; Sociedade Anonyma Companhia Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande, em toda a Colônia Rio Uruguay; Empresa Colonizadora e Pastoril Teodoro Capelle e Irmãos, Fazenda Rancho Grande; Colonizadora Brum Fazenda Suruvy e fazenda Rancho Grande; Empresa Colonizadora Luce, Rosa & Cia. Ltda., em toda a Colônia Rio Uruguay; Colonizadora Nardi, Rizzo, Simon & Cia, Colônia Rio Branco em Seara; Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons e Cia., Propriedade do rio do Engano, colônia Concórdia e fazenda Sertãozinho; entre outras (COMASSETTO, 2006; BILIBIO, 2006; RIBEIRO; KOLS, 2006).

Segundo Radin (2001), “a colonização de novas terras catarinenses iniciou pelo vale do Rio do Peixe em função da estrada de ferro, a qual se constituiu no símbolo da penetração capitalista” na região.

Para Marchesan (2003 apud AMADOR, 2006), o processo de colonização foi o embate entre as forças humanas na conquista do espaço que provocou a inclusão dos migrantes e a exclusão dos índios e caboclos, marginalizando suas culturas, métodos de produção e formas de organização. Por consequência, principalmente os caboclos passam a incorporar o processo de extração da erva-mate, como tarefeiro assalariado (COMASSETTO, 2006; RENK, 1997).

“No entanto, esses colonos encontraram resistência em determinados locais por parte dos caboclos, que eram os verdadeiros donos dessas terras e não aceitavam a presença da empresa colonizadora” (BILIBIO, 2006, p. 194).

No Território Alto Uruguaí Catarinense, desenvolveu-se uma colonização baseada no sistema de venda de pequenas propriedades, voltadas sobretudo para a economia de subsistência e para a comercialização de excedente. Um processo que ensejou, como proposto, acumulação de capital por parte das colonizadoras e estimulou a formação de mercado consumidor interno, que se integrou rapidamente à economia regional e nacional, devido ao transporte ferroviário.

A nova colônia mostrou um crescimento extraordinário, conforme os números apresentados por Ferreira (1992), pois em 1931 a colônia Concórdia contava com cerca de 3.500 pessoas, chegando a 21.086 em 1934 e a 30.000 em 1935. Em 1937 (logo após a emancipação), já era o 8º município em melhor situação financeira, e em 1950 já era o 11º município em população do estado de Santa Catarina.

Ao tratar do desenvolvimento da agricultura de Concórdia e região Ferro (2006, p. 72), denominou-a de agricultura colonial, ou seja, a agricultura praticada pelo colono, “reproduzindo neste local o modo de viver e o sistema produtivo colonial”.²⁰ Apenas como forma de apresentação, o mesmo autor dividiu o desenvolvimento da agricultura colonial em duas fases.

Primeira fase: do início da colonização ao surgimento da agroindústria na região de Concórdia (1930-1944). O sistema de produção era rudimentar, baseado na queimada como preparo do solo e na rotação de área como meio de recuperação da fertilidade do solo. Caracterizou-se pela dificuldade de acesso ao mercado em função da precariedade das estradas e dos meios de transporte. Nessa fase, o trigo trazido pelos migrantes se-constitui no cultivo de destaque pela resposta à fertilidade natural dos solos e vai se tornando um dos fatores impulsionadores, juntamente com a suinocultura, do processo de industrialização da região.

²⁰ “Colono” é o camponês, pequeno agricultor ou agricultor familiar, geralmente migrante, de origem europeia e que pratica uma agricultura de policultivos. Constitui-se em uma expressão típica do Sul do país utilizada principalmente em regiões dessas migrações. Também pode ter um sentido pejorativo ao designar o sujeito do interior, da colônia, quase sempre associado à baixa instrução, à pobreza e ao atraso. “Colono” vem da palavra colônia, que é uma unidade de medida de terra equivalente a 24,2 ha, unidade de referência para os lotes na comercialização das terras no processo de colonização.

Segunda fase: da instalação da agroindústria ao final do sistema colonial (1945 a 1964). Nesse período configurou-se uma situação de acesso ao mercado, que possibilitou a constituição de um sistema produtivo, que embora diversificado conferia certa homogeneidade produtiva, social e econômica. Também tem início o processo de modernização na agropecuária, em especial na cultura do milho e na criação da suinocultura, a partir da atuação das agroindústrias e do recém-criado serviço de assistência técnica e extensão rural (ACARESC).

Para Ferro (2006), o **sistema agrícola colonial** se esgota a partir da segunda metade da década de sessenta, sendo gradativamente substituído pelo modo de produção “mais racional” (capitalista) com a intensificação da modernização da agricultura e a ampliação das relações de dependência dos agricultores com a agroindústria, introduzindo um novo padrão técnico de produção através do sistema integrado.²¹

O processo de modernização da agricultura na região recebe dois reforços diferenciadores em relação a outras regiões, com a instalação em 1965 do que hoje se constitui no IFET²² e em 1973 com a instalação, em Concórdia, de uma unidade da Embrapa, transformado em 1978 em Centro Nacional de Suínos e Aves (CNPSA), demonstrando a força política da região (FERRO, 2006).

A modernização da agricultura da região levou à especialização das unidades de produção, concentração da produção, com a redução do número de produtores ligados às *commodities*, em especial suínos e aves, promovendo um profundo processo de diferenciação social das propriedades familiares.

Esta modernização seletiva dos anos 1980 amplia o quadro de crise na agricultura familiar da região na década de 1990. Várias são as causas da crise -

²¹ Sistema integrado é um contrato firmado entre a empresa e o produtor, cabendo à empresa fornecer o material genético, todos os insumos, assistência técnica e compra da produção; cabendo ao produtor a disponibilização da infraestrutura, fornecimento da água, energia e a disponibilização da mão de obra necessária à produção.

²² Em 1965, foi instituído como Ginásio Agrícola; em 1972 passou à categoria de Colégio Agrícola; em 1979 passa à categoria de Escola Agrotécnica Federal de Concórdia (EAFC), e em 2008 foi transformado IFET (Instituto Federal de Educação Tecnológica) de Concórdia.

conforme Mior (2006), Silvestro (2001), Testa et al. (1996), Renk (1995) - dentre as quais podem ser destacadas: o esgotamento das novas da fronteiras agrícolas; a redução dos recursos para crédito agrícola; o esgotamento dos recursos naturais; concentração da produção de suínos; a redução da área cultivada de milho e soja, dentre outras. Aparecem como consequências deste modelo de agricultura: redução drástica da cobertura vegetal; erosão genética e do solo; poluição das águas e do solo principalmente por insumos químicos e dejetos das criações; mais de 40% das propriedades rurais não alçam uma renda sustentável; constante êxodo com processo rápido de envelhecimento e masculinização da população rural.

Diante da crise dos anos 1980/1990, os agricultores familiares passam a buscar e a construir experiências alternativas, que não têm se restringido às atividades agrícolas, mas incorporaram as atividades não agrícolas.

3.3 Caracterização físico-geográfica do território

Integram o território do Alto Uruguai Catarinense quinze municípios (conforme mapa a seguir), totalizando uma área de 3.311,4 km², que equivale a 3,48% da área total do estado de Santa Catarina (SANTA CATARINA, 2003).

De acordo com a classificação de Köppen, o tipo climático do território do Alto Uruguai é subtropical mesotérmico úmido, com verão quente. A temperatura média anual varia entre 18^o C e 19^o C, enquanto a precipitação média anual permanece entre os 1.700 e 1.900 mm/ano. A umidade relativa do ar oscila entre os 76% e 78% (BRASIL, 2005).

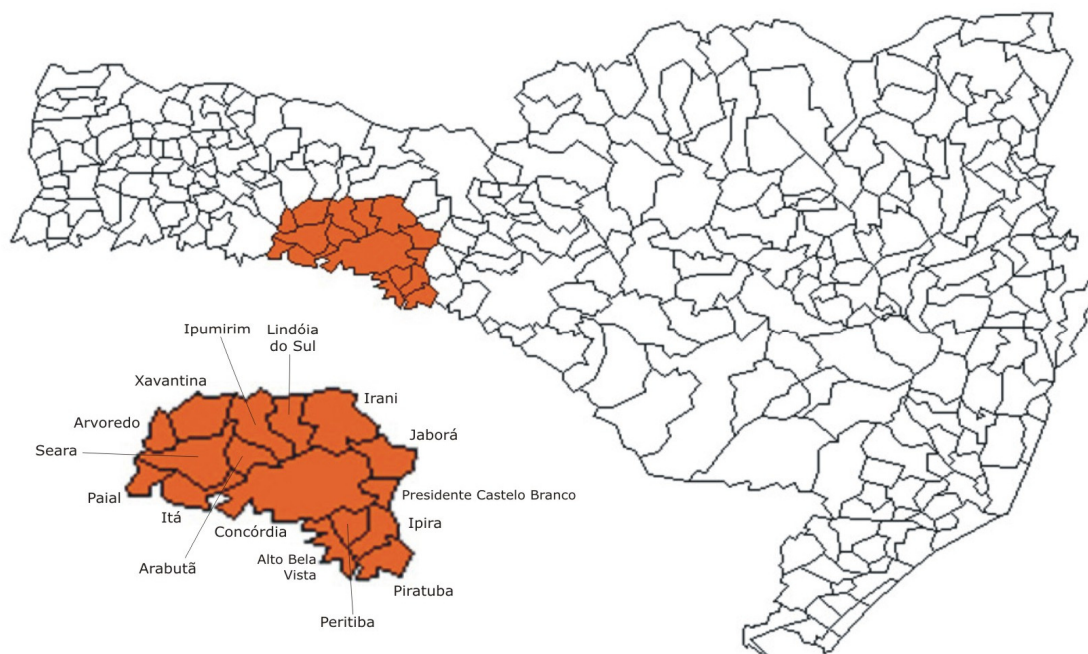


Figura 1 – Mapa TAUC
Fonte: BRASIL (2005).

O TAUC é servido por três principais rios: o rio Jacutinga, com uma extensão de 153 km e uma área de drenagem de 962 km², todos dentro do território; o rio Irani, com 310 km de comprimento e uma área de drenagem de 1.498 km², dos quais 210 km e 1.100 km² encontram-se no território, respectivamente; por fim, o rio do Peixe, que possui uma extensão de 210 km de comprimento e uma área total de drenagem de 5.123 km², dos quais apenas 96 km e 300 km² pertencem ao território TAUC (SANTA CATARINA, 2003).

O Território Alto Uruguai está situado em áreas de relevo predominantemente acidentado, onde se encontram solos do tipo Cambissolos e Argissolos, que são predominantes. Em proporção menor, aparecem também terrenos mais planos, com áreas onduladas e suavemente onduladas, apresentando solos do tipo Latossolos, Cambissolos e Argissolos (Terras Brunas Estruturadas, Terras Brunas Roxas e Terras Roxas) (BRASIL, 2005).

Em decorrência do uso intensivo, associado à erosão hídrica, esses solos vêm perdendo parte significativa de sua camada fértil, impactando principalmente na produtividade dos grãos.

Uma das opções apontadas para esses agricultores é o reflorestamento, havendo, inclusive, uma ação desencadeada pelo governo do estado para estimular essa atividade, conhecida como Projeto Florestal Catarinense (CARDOSO, 2004).

3.4 A face rural do Território Alto Uruguai Catarinense

O Território Alto Uruguai Catarinense (TAUC) pode ainda ser considerado essencialmente rural, pois não possui nenhum centro urbano com mais de 100 mil habitantes, e apenas um dos municípios possui uma densidade demográfica superior a 80 hab/km², que poderiam ser utilizados como parâmetro de urbanidade (VEIGA, 2007).

O Território é constituído por 15 municípios, dos quais 10 possuem uma população menor que 5 mil habitantes, abrangendo 32.751 habitantes e representando 23,4% do total da população; por outro lado, os 13 municípios que possuem menos de 10 mil habitantes somam 55.599 habitantes, que representam 39,7% do total da população do território. Os dois municípios mais populosos são Seara e Concórdia, com 17.121 (12,2%) e 67.249 habitantes (48,0%), respectivamente, conforme a tabela 11 (IBGE, 2007a).

Pelos critérios de classificação da urbanidade do IBGE, o Território Alto Uruguai Catarinense possui uma taxa de urbanização de 62,09%, ao considerar urbano todo cidadão que mora dentro do perímetro urbano da cidade, independentemente do tamanho da cidade, e até mesmo dos perímetros urbanos dos distritos.

No entanto, considerando o critério populacional de 20 mil habitantes, proposto por Veiga (2007), 14 dos 15 municípios do TAUC poderiam ser considerados rurais, ou seja, a população rural sobe de 37,9% para 52% do total.

Analisando o Território pelo critério da densidade demográfica, proposto pelo mesmo autor, segundo o qual, no Brasil os municípios na faixa de população entre 50 e 75 mil habitantes possuem uma densidade de 20 hab/km², a situação aqui se

apresenta muito diferente. Conforme mostra a tabela 2, um único município cuja população se encontra nesta faixa é Concórdia, com 67.249 habitantes, porém com uma densidade demográfica muito superior (84,37 hab/km²). Os demais 14 municípios possuem menos de 20 mil habitantes; no entanto, 12 deles apresentam uma densidade demográfica superior a 20 hab/km², sendo que a média deste é de 28,94 hab/km².

Apenas dois municípios apresentam densidade demográfica menor que 20 hab/km², que são Alto Bela Vista e Xavantina, com 19,39 e 19,61 hab/km², respectivamente. A média da densidade demográfica do TAUC era de 32,63 hab/km² em 2007 (IBGE, 2007a). Portanto, diferentemente do que foi identificado por Veiga (2007), para o território nacional, de que os municípios da faixa de 75 a 100 mil habitantes possuíam a densidade demográfica de 20 hab/km², enquanto no TAUC os municípios na faixa populacional de até 20 mil habitantes possuem uma densidade populacional de 28,94 hab/km², ou seja, muito superior à densidade encontrada nacionalmente para a faixa maior de população. Essa diferença se amplia quando comparada com a faixa de municípios de até 10 mil habitantes, onde a média da densidade demográfica nacional é de 10 hab/km², enquanto nos municípios do TAUC é de 26,97 hab/km² (IBGE, 2007a).

Outro indicador da forte ruralidade do Território Alto Uruguai Catarinense é o seu sistema produtivo, que se apresenta altamente especializado para o mercado, pois os cinco principais produtos representam 93,7% do total do valor bruto da produção agropecuária, enquanto os dez principais produtos aumentam esse índice em apenas em 4,7%, ou seja, passa para 98,4% do total, no ano agrícola 2000/2001. A situação se torna mais discrepante quando se analisa a participação individual destes principais produtos no total da microrregião. Senão vejamos: suínos 46,7%; aves 29,9%; milho 7,1%; Carne Bovina 5,4%; leite 4,6%; ovos de galinha 1,7%; feijão 1,0%; erva-mate 0,8%; produtos florestais 0,7% e mandioca com 0,5% (ICEPA, 2003).

Tabela 2 – População total, urbana, rural e densidade demográfica – 2007

Município	População total	Urbana	Rural	Área (Km2)	Densidade demográfica	Área (Km2)	Densidade demográfica
		Nº absolutos	%	Nº absolutos	%		
Alto Bela Vista	2.021	549	27,16	1.472	72,84	104	19,39
Arabutã	3.962	1.090	27,51	2.872	72,49	131	30,22
Arvoredo	2.193	451	20,57	1.742	79,43	91	24,01
Concórdia	67.249	50.693	75,38	16.556	24,62	797	84,37
Ipira	4.705	2.264	48,12	2.441	51,88	150	31,30
Ipumirim	7.118	2.975	41,80	4.143	58,20	247	28,81
Irani	9.313	5.817	62,46	3.496	37,54	322	28,92
Itá	6.417	3.818	59,50	2.599	40,50	165	38,89
Lindóia do Sul	4.560	1.728	37,89	2.832	62,11	195	23,38
Paial	1.821	291	15,98	1.530	84,02	86	21,17
Peritiba	2.944	1.326	45,04	1.618	54,96	96	30,66
Piratuba	4.570	2.643	57,83	1.927	42,17	146	31,30
Presidente Castelo Branco	1.757	522	29,71	1.235	70,29	77	22,81
Seara	17.121	11.664	68,13	5.457	31,87	313	54,69
Xavantina	4.218	1.079	25,58	3.139	74,42	215	19,61
Total território	139.969	86.910	62,09	53.059	37,91	3.136	32,63

Fonte: IBGE (2007), elaboração do autor.

3.5 Características socioeconômicas

De acordo com o Censo Demográfico de 2007, o TAUC possuía uma população de 139.969 habitantes, que equivale a 2,65% do total de habitantes do estado. Destes, 53.059 (37,91%) viviam na área rural e 86.910 (62,01%) na área urbana. O município mais populoso do território é Concórdia, que concentra 48,04% da população do território. Sua população urbana era de 50.693 habitantes, que representam 58,33%, enquanto sua população rural de 16.556 habitantes representa 31,2% do total do Território do Alto Uruguai (IBGE, 2007a).

Os dados da tabela 3 mostram que o melhor IDH Municipal do território está em Concórdia (0.85), seguido pelo de Presidente Castelo Branco e Seara, com 0.83 cada. Esse índice no território (0, 80) é menor que o índice estadual, que é 0, 82 (ICEPA, 2003).

Tabela 3 – Índices de Desenvolvimento Humano e de Gini da renda, por município do TAUC/SC

Município	IDHM	IDHM- Educação	IDHM- Longevidade	IDHM- Renda	Gini- Renda
Alto Bela Vista	0,8	0,91	0,79	0,68	0,47
Arabutã	0,81	0,9	0,81	0,73	0,51
Arvoredo	0,75	0,82	0,79	0,64	0,55
Concórdia	0,85	0,93	0,86	0,77	0,55
Ipira	0,8	0,91	0,81	0,7	0,5
Ipumirim	0,8	0,89	0,81	0,7	0,53
Irani	0,8	0,89	0,79	0,71	0,6
Itá	0,81	0,88	0,79	0,74	0,55
Lindóia do Sul	0,82	0,9	0,79	0,77	0,61
Paial	0,75	0,86	0,74	0,66	0,54
Peritiba	0,81	0,94	0,8	0,7	0,48
Piratuba	0,81	0,91	0,79	0,72	0,51
Presidente Castelo Branco	0,83	0,91	0,86	0,74	0,51
Seara	0,83	0,91	0,86	0,73	0,51
Xavantina	0,77	0,87	0,78	0,65	0,46
Total Território	0.80	0.895	0.80	0.71	0.525

Fonte: ADHB – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. SIT (Sistema de Informações Territoriais); <www.mda.gov.br>.

O Produto Interno Bruto (PIB) do TAUC representa 4,6% do total do estado de Santa Catarina. Os maiores PIBs do Território estão em Concórdia, seguido por Seara e Ipumirim. Já o maior PIB *per capita* do Território está no município de Presidente Castelo Branco, seguido pelo município de Seara e depois de Itá (ZOLDAN, 2006).

O PIB agrícola, em valores, mostra que Concórdia detém o maior em valor absoluto, seguido por Seara e depois Itá, sendo determinado basicamente nos dois primeiros casos, pelas grandes agroindústrias e no terceiro pela Hidroelétrica. O PIB agrícola do território representa 12% no total do estado de Santa Catarina. Os três municípios onde os PIBs agrícolas têm maior participação no total são: Presidente Castelo Branco, com 85,5% do total; Xavantina com 80,5% e Arabutã com 78,5% (ZOLDAN, 2006).

Os municípios com maior PIB industrial são: Concórdia, seguido por Seara e Piratuba. O Território detém 2,6% do PIB de serviços do estado. Em valores nominais, Concórdia, Seara e Itá detêm o primeiro, segundo e o terceiro lugares, respectivamente. No entanto, em valores relativos, a ordem dos municípios se modifica, ficando Ipira e Peritiba com o primeiro e o segundo maior PIB de serviços do território. Isso se explica em função da exploração das águas termais nesses municípios (ZOLDAN, 2006).

Com relação ao número de domicílios, a região representa 2,6% do total do estado. Quando são considerados somente aqueles localizados na área rural, o território representa pouco mais de 5% do total dos domicílios do estado, o que vem a reforçar o caráter rural do território. Ao se considerar somente os domicílios em situação de pobreza, o território representa quase 3% no total do estado. Mas quando se consideram só os domicílios pobres localizados na área rural do território, o valor aumenta, passando a representar 4,5% do total do estado. No território, em números absolutos, o município de Concórdia possui o maior número de domicílios nessa situação, seguido por Seara e Irani; mas em termos relativos, esse quadro se modifica, passando a liderar o município de Arvoredo, seguido por Paial e Xavantina. Os domicílios na área rural mostram também que Arvoredo possui 39,5% do total de

domicílios pobres na área rural, Paial 28,7% e Xavantina pouco mais de 26% (BORCHARSDT, 2003).

Com relação à educação, o Território do Alto Uruguai Catarinense apresenta o menor índice de analfabetismo entre as regiões do estado, com apenas 2,6% do total. Os dados a respeito da educação mostram que o maior número de pessoas analfabetas, na faixa de 15 anos ou mais, está em Concórdia, seguido de Seara e de Irani, resultante do processo de migração rural-urbano no território, pela busca do emprego na indústria. Mas em termos proporcionais o maior índice de analfabetos está em Arvoredo, com quase 31%, seguido por Irani com quase 23%, e por Presidente Castelo Branco, com 22,6%. Na faixa de população dos 7 a 14 anos, a matrícula escolar é maior em Concórdia, seguida por Seara e Irani. O território participa com 2,5% no total do estado. Fato que chama a atenção é que os quatro municípios possuem número de matriculados maior que o número de pessoas nessa faixa etária. Quando os dados dizem respeito somente aos responsáveis pelos domicílios com menos de quatro anos de estudo, a maior proporção está em Arvoredo, com 45,1% dos responsáveis nessa situação, seguida por Paial, com índice de 32%, e Irani, com 28,5%. Esses dados demonstram a enorme disparidade dentro do território (SANTA CATARINA, 2003). Quanto a postos de trabalho existentes nas cidades, são apresentados os dados do PROGRAMA (2004), nos quadros a seguir.

Tabela 4 – Número de indústrias e de empregos no Estado e no Território Alto Uruguai Catarinense em 2001

Localidade	Número de Estabelecimentos	Número de Empregos	Participação Região/Estado de Santa Catarina (em %)	
			Estabelecimentos	Emprego
Estado de Santa Catarina	21.932	409.157		
Território Alto Uruguai	377	9.571	1,7	2,3

Fonte: PNUD (2004).

Os dados da tabela 4 reforçam ainda mais o caráter rural (em particular, agrícola) do TAUC, na medida em que seus índices de participação no total do

estado nesse setor são inferiores em comparação aos índices já apresentados anteriormente.

Tabela 5 – Número de estabelecimentos e de empregos segundo a categoria no Estado de Santa Catarina e Microrregião (*) do Alto Uruguai Catarinense (2001)

Categorias	Número de estabelecimentos		Número de empregos	
	Estado	Microrregião	Estado	Microrregião
Indústria	20.687	357	388.120	9.203
Construção Civil	4.708	142	37.519	3.375
Comércio	42.048	991	181.722	3.690
Serviços	40.308	1.214	440.703	8.083
Total	107.751	2.704	1.048.064	24.351

(*) A microrregião inclui todos os 15 municípios do TAUC e ainda o município de Jaborá, que no início também pertencia ao TAUC.

Fonte: PNUD (2004).

A partir do quadro anterior, observa-se que o território apresenta um perfil um pouco diferente do estadual. Predomina o emprego na indústria, enquanto no estado são os serviços que predominam nos empregos gerados.

Conforme pode ser observado no quadro a seguir, existe no território forte concentração industrial, pois das 357 indústrias, 176 estão instaladas no município de Concórdia, o que representa 49,30% do total. O mesmo ocorre com as demais categorias para o número de estabelecimentos, e em relação ao número de empregos existentes (PROGRAMA, 2004).

Tabela 6 – Número de estabelecimentos e empregos na microrregião e no município de Concórdia

Localidade	Número de Estabelecimento por Categoria					Concentração (%)
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Outros serviços	Total	
Microrregião	357	142	991	1.214	2.704	56,47
Concórdia	176	95	561	695	1.527	
Número de empregos						
Microrregião	6.203	3.375	3.690	8.083	24.351	56,31
Concórdia	5.899	513	2.678	4.621	13.711	

Fonte: PNUD (2004).

A concentração das atividades econômicas na região se torna mais acentuada quando se constata que o município de Seara polariza quantidade expressiva de estabelecimentos industriais e dos empregos. Formam-se, assim, dois centros de polarização econômica no TAUC, conforme indicam os dados do quadro a seguir. Quando se analisa o comportamento dos dados sobre o número de empregados por município, entre 1999 e 2001, verifica-se que Concórdia e Seara apresentam evolução crescente no número de pessoas empregadas (PROGRAMA, 2004).

No que se refere aos serviços de saneamento básico, o Território Alto Uruguai apresenta condições de grave deficiência: 40% das residências não recebem água tratada; aproximadamente 94% delas não são atendidas por rede de esgoto e mais de 38% não contam com coleta de lixo. Se forem considerados os índices brasileiros (IBGE, 2002), verifica-se que as deficiências em saneamento básico são realmente altas na região, permanecendo muito abaixo dos índices nacionais (BRASIL, 2005).

Tabela 7 – Número de empregados por municípios do TAUC – 1999/2001

Municípios do Território Alto Uruguai Catarinense	Anos e Percentuais				
	1999	2000	% 99/00	2001	% 00/01
Alto Bela Vista	87	135	55,17%	171	26,67%
Arabutã	434	571	31,57%	520	-8,93%
Arvoredo	91	99	8,79%	26	-73,74%
Concórdia	18.069	19.216	6,35%	21.920	14,07%
Ipira	253	277	9,49%	314	13,36%
Ipumirim	1.078	1.207	11,97%	1.391	15,24%
Irani	1.555	1.584	1,86%	1.513	-4,48%
Itá	1.834	945	-48,47%	891	-5,71%
Lindóia do Sul	455	474	4,18%	531	12,03%
Paial	71	76	7,04%	30	-60,53%
Peritiba	268	277	3,36%	209	-24,55%
Piratuba	965	5.493	469,22%	6.379	16,13%
Presidente Castelo Branco	167	156	-6,59%	172	10,26%
Seara	5.712	4.251	-25,58%	4.927	15,90%
Xavantina	235	253	7,66%	349	37,94%
Total	31.691	35.524	12,09%	39.878	12,26%

Fonte: RAIS (1999, 2000, 2001).

Existem no Território Alto Uruguai Catarinense vários grupos populacionais cuja renda é insuficiente para a manutenção de condições dignas de vida. Esses grupos sociais vivem em espaços rurais e urbanos de todo o território, porém agrupados em núcleos ou concentrados em certas comunidades rurais ou em bairros das cidades

maiores, em condições de extrema pobreza, isolamento cultural, enfim, de exclusão social. O quadro a seguir apresenta alguns dados que mostram a posição da população de baixa renda ou sem renda suficiente em relação aos demais grupos populacionais do estado e da região (BORCHARDT, 2003).

Em relação ao número de domicílios pobres no território, Concórdia é o município que se destaca, seguido por Seara e por Irani. Na proporção estadual, o número de domicílios da região representa 2,6% do total. Quando os dados levam em consideração somente aqueles localizados na área rural, Concórdia também possui o maior número, seguido por Seara e por Ipumirim. Os domicílios do território representam pouco mais de 5% no estado (BORCHARDT, 2003).

Quando são considerados somente os municípios em situação de pobreza, em números absolutos, Concórdia também possui o maior número de domicílios nessa situação, seguido por Seara e por Irani, e o território como um todo representa quase 3% no total estadual. Mas, ao se analisar as proporções, percebe-se que Arvoredo é o município com a maior proporção de domicílios pobres, seguido por Paial e por Xavantina. Os domicílios na área rural mostram também que Arvoredo possui 39,5% de domicílios pobres nessa área, Paial 28,7% e Xavantina pouco mais de 26%. Os dados de domicílios pobres localizados na área rural do território mostram que eles representam 4,5% do total catarinense (BORCHARDT, 2003).

Com relação à situação fundiária, o que ocorre no Território Alto Uruguai Catarinense difere do Brasil como um todo. O Território apresenta uma baixa concentração fundiária, em consequência do processo de colonização privada, quando a maioria dos proprietários adquiriu áreas não superiores aos 25 ha (que consistia no tamanho padrão dos lotes).

De acordo com os dados do Levantamento Agropecuário Catarinense (LAC) 2002/2003, apresentados na tabela 10, os dados relativos não sofreram alteração significativa no período de 1996 a 2002, mas o número de estabelecimentos passou para 11.549, havendo uma redução de 1.540 (11,76%) estabelecimentos, comparativamente aos dados do IBGE de 1996.

Tabela 8 – População, renda per capita e população sem renda suficiente no total, rural e urbano para o estado de Santa Catarina e TAUC – 2000

Localidade	População (hab.)			Renda <i>Per Capita</i> – R\$ Mês			População sem Renda Suficiente*			Participação no total (em %)
	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	
Estado de SC	5.356.360	1.138.429	4.217.931	325,17	206,58	386,21	665.488	224.069	441.419	12,42
Território TAUC	142.086	63.115	78.971	349,32	247,09	370,70	18.028	11.979	6.052	12,69

* É considerada pelo programa sem renda suficiente a pessoa que recebe menos do que um dólar por dia, correspondente a R\$ 90,00 por mês.

Fonte: Instituto Cepa/SC – Dado retirado do estudo Indicador para Inclusão Social em Santa Catarina – Fome Zero.

De acordo com os dados do Levantamento Agropecuário Catarinense (LAC) 2002/2003, dados relativos não sofreram alteração significativa no período de 1996 a 2002, mas o número de estabelecimentos passou para 11.549, havendo uma redução de 1.540 (11,76%) estabelecimentos, comparativamente aos dados do IBGE de 1996, como pode ser observado na tabela a seguir.

No TAUC havia 14.274 produtores rurais, que segundo a condição do produtor, 11.824 (82,8%) eram proprietários, 1.167 (8,2%) arrendatários, 681 (4,8%) parceiros e 602 (4,2%) eram ocupantes (IBGE, 1996). De acordo com os dados do LAC 2002/2003, os proprietários passaram a representar 96%, os arrendatários 3%, os parceiros 0,5% e os ocupantes 0,5% do total dos produtores rurais em 2002, ou seja, uma forte redução das demais condições de produtor em detrimento da condição de proprietário rural (ICEPA, 2004).

No que se refere à utilização de terras, os dados do Censo Agropecuário 1995/1996, quando comparados aos dados do LAC - 2002/2003 demonstram que houve variações. Em relação à área total, no Território, essa variação representou quase 11% a menos, enquanto no estado a redução foi de pouco mais de 8%.

As lavouras temporárias, no Território, representavam nesse mesmo período (1995/96) quase 7% de área em relação ao estado. No segundo período (2002/03), a área de lavouras temporárias representou apenas 5%. O município de Itá apresentou a maior diminuição na área das lavouras temporárias, com quase 57% a menos no período, seguido por Concórdia, com quase 40% a menos, e Ipumirim, com menos 30,51% de área destinada a essas culturas. No Território, a diminuição foi de 20,58%, enquanto no estado houve um aumento de 7,57% de área para as lavouras temporárias. Entre os diversos fatores, há que se considerar o alagamento de área provocada pela barragem da hidroelétrica de Itá, e mudanças nos sistemas de produção agrícola.

Tabela 9 – Número de estabelecimentos por grupos de área total, por município do TAUC (1996) – Variável: número de estabelecimentos agropecuários (Unidade)

Município	Grupos de área total										
	Total	Menos de 1 ha	1 a menos de 5 ha	5 a menos de 10 ha	10 a menos de 20 ha	20 a menos de 50 ha	50 a menos de 100 ha	100 a menos de 200 ha	200 a menos de 500 ha	500 a menos de 1.000 ha	Acima de 1.000 ha
Alto Bela Vista	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arabutã	710	4	72	137	321	168	8	-	-	-	-
Arvoredo	394	8	37	66	139	126	18	-	-	-	-
Concórdia	3.809	68	393	647	1.386	1.124	162	22	7	-	-
Ipira	754	5	67	152	309	198	22	1	-	-	-
Ipumirim	1.105	4	154	241	411	267	17	9	2	-	-
Irani	737	4	45	122	239	247	52	9	12	4	3
Itá	1.049	7	112	209	417	265	35	4	-	-	-
Lindóia do Sul	815	2	105	173	272	217	36	6	4	-	-
Paial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Peritiba	452	2	28	62	217	126	14	3	-	-	-
Piratuba	706	7	81	144	274	186	12	2	-	-	-
Presidente Castelo Branco	275	1	15	47	107	96	9	-	-	-	-
Seara	1.445	7	134	253	540	433	68	10	-	-	-
Xavantina	838	7	67	111	264	324	56	7	2	-	-
Total do território	13.089	126	1.310	2.364	4.896	3.777	509	73	27	4	3

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (1996).

Tabela 10 – Estrutura fundiária – Número de estabelecimentos agropecuários, segundo os estratos de área e por abrangência geográfica - Estado, Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) e Município - Santa Catarina – 31/08/2003

Municípios	Número de estabelecimentos informantes	Menos de 1 há	1 a menos de 5 há	5 a menos de 10	10 a menos de 20	20 a menos de 50	50 a menos de 100	100 a menos de 200	200 a menos de 500	500 a menos de 1000	1000 a menos de 2000
Alto Bela Vista	379	-	18	57	164	131	7	1	1	-	-
Arabutã	763	-	46	156	372	176	12	1	-	-	-
Arvoredo	392	8	41	64	131	126	19	3	-	-	-
Concórdia	2.816	5	210	512	1.211	766	94	14	4	-	-
Ipira	696	1	39	122	311	201	20	1	1	-	-
Ipumirim	848	4	57	175	360	226	22	1	1	1	1
Irani	691	4	38	108	228	245	42	11	12	2	1
Itá	628	-	47	109	302	146	17	6	1	-	-
Lindóia do Sul	721	2	35	95	321	219	40	5	2	2	-
Paial	377	5	26	72	150	107	13	4	-	-	-
Peritiba	405	-	18	48	183	137	17	2	-	-	-
Piratuba	623	-	52	129	240	180	16	6	-	-	-
Presidente Castelo Branco	280	-	10	45	107	109	9	-	-	-	-
Seara	1.206	2	44	181	489	418	59	12	1	-	-
Xavantina	724	2	36	86	227	312	52	9	-	-	-
Total do Território	11.549	33	767	1.959	4.796	3.499	439	76	23	5	2

(1) O processo de alocação destes estabelecimentos para os respectivos municípios não está concluído.

Fonte: Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Levantamento Agropecuário de Santa Catarina (2002-2003).

No território, de modo geral, houve um aumento de 20,48% da área destinada ao plantio de pastagem, enquanto no estado houve um decréscimo de 19,16% de área. Isso vem corroborar os dados sobre o crescimento da cadeia do leite em toda a região oeste catarinense (IBGE, 2007b).

Os dados sobre pessoas ocupadas residentes nos próprios estabelecimentos reforçam a característica da agricultura do Território como sendo do tipo familiar, pois em Arvoredo 99% dos trabalhadores são ocupados, em Arabutã 98% e em Ipumirim 97,5% das pessoas (IBGE, 2007a).

Em todos os municípios do Território a proporção de homens ocupados é maior que a de mulheres. Em Xavantina, essa proporção é a mais alta, seguida pela de Irani – os dois municípios com quase 58% cada – e por Seara, com quase 57%. O município com a maior proporção de mulheres é Arabutã, seguido por Peritiba e por Presidente Castelo Branco. Em termos gerais, o território é responsável por mais de 6% dos homens ocupados no total do estado e por quase 8% no caso das mulheres, de acordo com os dados do Censo Agropecuário do IBGE de 1995/1996 e do LAC de 2002/2003.

Segundo os dados do LAC 2002/2003, existiam no território 11.549 estabelecimentos agropecuários; desses, 1.133 tiveram migração de pessoas nos últimos três anos, o que corresponde a 9,85% dos estabelecimentos do território, isto é, 1.476 pessoas. Os dados mostram que Concórdia é o município em que um maior número de pessoas abandonou o espaço rural, seguido de Seara e de Lindóia do Sul. Em relação ao gênero, não existem diferenças significativas, podendo-se dizer que aproximadamente 50% dos migrantes são homens e 50% mulheres. Em relação à faixa etária, percebe-se uma tendência à migração de pessoas jovens: 95,46% dos migrantes possuem até 39 anos de idade. Do total de migração, o território é responsável por 11,43% no estado (SANTA CATARINA, 2003).

O destino de 85,36% das pessoas que migraram foi a sede do município ou dos municípios vizinhos, enquanto 56,46% dos migrantes escolheram o setor de indústria, comércio e serviços para trabalhar (SANTA CATARINA, 2003). De forma geral, os dados do LAC 2002/2003 demonstram que, em sua maioria, os migrantes

são homens e mulheres jovens que vão para a sede do município em busca de melhoria na sua renda.

Esses dados confirmam o poder de atração das principais cidades do território, ao mesmo tempo em que denunciam as difíceis condições de vida no meio rural, para fazer frente ao êxodo rural.

A grande região do oeste, composta por 118 municípios (TESTA et al., 1996), na qual está inserido o Território Alto Uruguai Catarinense, é palco de fortes e contínuos conflitos entre indígenas e agricultores familiares. Em situações como a de Santa Catarina, onde o processo de colonização foi promovido pelos governos estaduais, houve a concessão de terras a empresas colonizadoras, que as loteavam e as vendiam, emitindo títulos de propriedade. No entanto, primeiro expulsavam de forma violenta os índios que nelas habitavam. Faziam a chamada “limpeza da terra” (RENK, 1995).

No Alto Uruguai Catarinense existe a reserva Pinhal, no município de Seara, onde foram reintegrados na posse da terra 117 indígenas, abrangendo aproximadamente 40 famílias (BRASIL, 2005).

Diante dessa breve descrição de alguns aspectos da realidade desse Território, verifica-se a grande heterogeneidade ambiental, cultural, econômica e social com a qual a agricultura familiar vem se construindo historicamente.

É neste contexto complexo e dinâmico, e para essa categoria social cada vez mais importante, que o estudo da cooperação agrícola se constitui um componente indispensável, na busca de um desenvolvimento territorial sustentável e solidário.

3.6 O processo de DT no Alto Uruguai Catarinense

A região do Alto Uruguai Catarinense vem de uma trajetória anterior de significativos avanços, comparativamente às experiências catarinenses de

regionalização, ou mesmo, em termos de Brasil, onde o próprio caso catarinense também se destaca. Talvez a primeira regionalização a ser destacada neste território seja a constituição da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense (AMAUC), cuja finalidade principal é identificar e buscar soluções conjuntas para os problemas dos poderes públicos municipais. Mas apenas recentemente vem incorporando algumas ações no sentido do desenvolvimento regional. Depois, mais recentemente (2003), através do processo de descentralização de governo, foi constituída a Secretaria Regional de Desenvolvimento (SDR) da Região do Alto Uruguai Catarinense. E finalmente, em 2004, foi constituído o Território Alto Uruguai Catarinense (TAUC), com o apoio da SDT/MDA.

Os três recortes principais (AMAUC, SDR, TAUC) são coincidentes, identificação esta construída principalmente pela força definidora das administrações municipais. No entanto, para os três recortes estão constituídas institucionalidades de natureza diferente, com diferentes propósitos, mas que coincidem em alguns aspectos, como é o caso de pensar o desenvolvimento desta região de abrangência. Se por um lado isso pode ser encarado como positivo, pela ampliação do capital social, de espaços de participação, ou mesmo pela ampliação do número de atores locais envolvidos com a discussão do desenvolvimento; de outro, amplia a superposição e conseqüentemente o conflito, dificultando certos encaminhamentos.

Como trajetória do processo de construção do desenvolvimento territorial, apoiado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), este território vem realizando os passos propostos, quais sejam:

- constituiu a Comissão de Instalação das Ações Territoriais (CIAT), atualmente transformado e atuando na condição de Fórum Regional, com o Núcleo Dirigente (ND) e seu Núcleo Técnico (NT);

- elaborou, com o apoio e a participação da SDT, o Estudo Propositivo (EP)²³ e o Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável (PTDRS);
- elaborou um conjunto de projetos de caráter regional, para acessar os recursos do Pronat (Programa Nacional de Territórios);
- contratou o Articulador Territorial, com recursos do apoio da SDT/MDA, via entidade parceira;
- realizou e acompanhou os principais eventos de mobilização e de capacitações previstos no processo de apoio ao desenvolvimento territorial do MDA;
- está construindo (fase final) o Plano Safra Territorial (PST);
- vem implementando alguns projetos territoriais dos recursos oriundos do Proinf, agora como parte do Pronat.

De modo geral, tanto o EP quanto o PTDRS vêm contribuindo na qualificação do processo de DT, como um instrumento de apoio à gestão social do TAUC, em especial na leitura da realidade e o PTDRS através dos eixos de desenvolvimento.

Antes de apontar alguns dos seus limites com vistas ao processo mais amplo do desenvolvimento territorial, cabem algumas ressalvas, a fim de compreender o significado do avanço desses instrumentos:

- o processo de gestão social do desenvolvimento territorial se encontra em fase inicial no Brasil, bem como no Território Alto Uruguai Catarinense;

²³ Cabe um esclarecimento que o Estudo Propositivo (EP), na readequação metodológica realizada pela equipe da SDT em final de 2006, passou a chamar-se Estudo das Potencialidades Econômicas (EPE), tendo em vista a crescente articulação e integração de ações com outros ministérios, ficando sob responsabilidade deste ministério o estudo mais focado na dimensão econômica da realidade. No TAUC ainda foi realizado o EP em sua concepção original.

- o caráter participativo, como forma de integrar e qualificar as ações territoriais, proposto para o processo de construção do EP e PTDRS, depende do grau de envolvimento dos atores locais e da capacidade diretiva do Colegiado Territorial;

- o caráter analítico e propositivo dos instrumentos estava limitado, na medida em que dependiam, em parte, da mobilização, constituição e funcionamento de uma equipe interdisciplinar e multi-institucional local (Comissão Técnica – proposta na metodologia do EP) e da capacidade propositiva do Colegiado Territorial, no caso do PTDRS;

- vários limites e restrições se devem ao caráter inovador, que tanto a política de apoio a processos de desenvolvimento territorial quanto a própria proposta do EP (este como a primeiro esforço de “um olhar para a região” como um sistema socioprodutivo territorial) e, por conseguinte, refletindo-se no próprio PTDRS.

Por fim, cabe uma última ressalva, na medida em que o processo de DT é orientado pela concepção dialético-construtivista, que concebe a apreensão da realidade/objeto, como um processo de aproximação sucessiva, isto é, não prontos e acabados. Isso implica compreender o EP de modo diferente dos diagnósticos tradicionais (produto), nem o PTDRS como um documento fechado. É necessário compreendê-los como instrumentos dos atores locais para melhorar sua apreensão da realidade (caso do EP) e de negociação (no caso do PTDRS) habilitando-se para o seu aprimoramento.

A seguir será apresentada uma breve análise dos três principais instrumentos de gestão territorial (EP, PTDRS, PST) construídos até o presente no TAUC.

3.6.1 Uma análise do Estudo Propositivo (EP)

A análise a seguir é feita a partir do documento elaborado (BRASIL, 2005) e apresentado à SDT pela APACO, entidade parceira que também contratou o

Articulador Territorial, mas que ainda em sua versão preliminar, assim disponibilizado no site do MDA/SDT.

O EP realizado no TAUC ocorreu de forma limitada, pois por concepção era para ser elaborado para e com os atores territoriais, sendo que a participação local ficou limitada em duas oficinas (apresentação da proposta e apreciação do documento final de acordo com os relatos). Para os atores locais, o estudo apresentou outros limites como o questionamento da consultoria, como externa à realidade local, contratada pela SDT, através da entidade parceira; questionamento de dados desatualizados, a exemplo dos dados fundiários do IBGE de 1996, porém os únicos disponíveis até então. Os limites próprios do EP, pelo exposto anteriormente, produziram certa “desconfiança ou decepção” pela expectativa de um produto pronto e acabado, trazido pelo “outro – de fora”.

O EP organizou o conjunto de informações levantadas em cinco grandes conjuntos:

- Caracterização físico-geográfica: clima, vegetação, relevo, solo, hidrografia;
- Caracterização socioeconômica: educação, orçamento, emprego, desigualdade e pobreza, questão fundiária, uso do solo, êxodo, questão indígena;
- Ambiente institucional de apoio: movimentos sociais; órgãos públicos existentes; o serviço de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural); Conselhos, colegiados existentes;
- Planos, programas e projetos territoriais: Consórcio Lambari, Propem (Microbacias 2); Projeto Meu Lugar;
- Sistema socioproductivo do território: produção vegetal e animal, agroindústria familiar.

Enquanto levantamento de informações existentes, o EP conseguiu ser abrangente, com a apresentação e a descrição dos dados. Porém foi muito pouco analítico. As informações não foram organizadas de modo a contribuir na construção da visão territorial e possibilitar a construção de uma visão de futuro coletiva. Isso deveria ser garantido pelo seu processo de discussão, o que acabou não ocorrendo, como propõe a metodologia.

O EP do Território Alto Uruguai Catarinense apresentou-se limitado, também, na medida em que não identificou mais claramente as potencialidades gerais e nem as econômicas. Outra grande lacuna do documento, bem como do seu processo de construção e discussão, está no fato de não analisar e caracterizar as áreas urbanas (cidades) do território. Também não conseguiu capturar elementos da particularidade do território ou de parte dele, nem estratégias mais consistentes para pensar desenvolvimento, como por exemplo, para os setores econômicos ou cadeias produtivas estratégicas (atividades não agrícolas); microclimas ou mesmo grupo social, como pescadores/ribeirinhos.

Assim, outra característica desejável do EP, mas que nem o documento nem o processo de sua construção manifestaram, qual seja a sua capacidade problematizadora, de provocação para a reflexão sobre o desenvolvimento na região, tanto ao Colegiado Territorial quanto à sociedade como um todo, com relação ao modelo de desenvolvimento em curso e suas várias externalidades negativas apontadas anteriormente.

3.6.2 O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS)

A análise do PTDRS também se deu a partir do documento (BRASIL, 2006) construído pela entidade parceira (APACO). Este plano apresenta de forma sintética a noção de desenvolvimento, de território, uma visão de futuro, como resultado da construção coletiva do Colegiado Territorial. Enquanto eixos aglutinadores do desenvolvimento territorial definiram pela cadeia produtiva da cana-de-açúcar, leite e mel. São apenas mencionados, sem qualquer descrição, o marketing dos produtos

do território, a educação, a comunicação, o meio ambiente, o turismo rural e a organização.

Uma análise, mesmo que superficial, possibilitou a identificação de um conjunto de limites deste instrumento em seu atual estágio de desenvolvimento, na condição de instrumento estratégico de gestão social do Colegiado Territorial. Dentre algumas das limitações mais importantes, podem ser destacadas:

- os limites do EP, já apresentados anteriormente, se refletiram na construção do PTDRS, ou seja, foi pouco reflexivo/problematizador;
- o PTDRS apresenta as noções desenvolvimento e de território, bem como a visão de futuro, marcadamente pelo recorte agropecuário (produtivista) e da agricultura familiar. Por mais que o território seja caracterizado como rural, essa construção representa uma limitação, pois não se deve desconsiderar a densidade populacional muito acima da média nacional para pequenos municípios; esse limite também dificulta a mobilização de outros atores importantes para o processo de mudança de modelo de desenvolvimento;
- a “Visão de Futuro” não se apresenta desenvolvida de forma a dar suporte à escolha e à construção das estratégias para desenvolvimento territorial, mesmo dentro do recorte rural e agrícola construído pelo processo nesta região;
- em seus “eixos aglutinadores” (conforme proposta metodológica da SDT), o plano territorial mais parece um plano setorial (agrícola), não estabelecendo propriamente eixos de desenvolvimento, como propõe sua metodologia de construção. Apontando de modo genérico algumas atividades agrícolas como alternativas, sem apresentar-se no conjunto como estratégia alternativa de desenvolvimento. O propósito do PTDRS de constituir-se em instrumento que aponte para um modelo alternativo aparece apenas de modo implícito.

3.6.3 O Plano Safra Territorial (PST)

A análise do O PST do TAUC foi realizada a partir de documento (BRASIL, 2008) elaborado por consultoria especializada, contratada pela SDT através de entidade parceira da região, cuja finalidade é qualificar os dois documentos anteriores (EP e PTDRS) e focar sua análise no desenvolvimento das políticas de crédito (Pronaf) e assistência técnica e extensão rural (ATER), visando a elaborar participativamente o plano de uso do crédito, nas suas diversas modalidades para um período de 5 anos (2009-2013).

O PST aponta a existência de diversos grupos sociais – público meta do MDA – como pescadores, mulheres e jovens, não atendidos pelas referidas políticas públicas, evidenciada pelo não uso de linhas de crédito específicas (Pronaf Jovens, Pronaf Mulheres, Pronaf B) desde sua criação em 1996 até 2008. Como foi visto anteriormente, os dados do território apontam que 37% das pessoas são categorizadas como pobres, das quais 57% encontram-se no meio rural.

Embora o plano proponha um crescimento de 10% anual no número e volume de contratos de crédito rural para o TAUC, os grupos sociais historicamente invisibilizados pelas políticas públicas para o campo possivelmente não serão incluídos sem uma articulação desta às outras (a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA), e sua melhor adequação às especificidades dos diferentes grupos beneficiários. Isso se torna mais evidente ainda com as mudanças apontadas no PST: Os depoimentos e as informações coletadas em campo apontam para o desenvolvimento de sistemas produtivos diversificados, combinando cultivos agrícolas, agroflorestais e agrossilvopastoris, com produção animal e atividades não agrícolas, e considerando a questão da participação de jovens e mulheres nas cadeias produtivas priorizadas para a adequação dos recursos financeiros e das demais políticas públicas vigentes para o setor (BRASIL, 2008, p. 66).

Portanto, do que foi visto até o presente sobre a trajetória desta política de desenvolvimento rural (crédito) no país e no TAUC, fica evidente nas formulações que existe um claro propósito de redução das desigualdades sociais e regionais. As

políticas de abordagem territorial, em especial a de apoio aos territórios rurais, apresenta em sua formulação a busca da superação da setorialidade na ação do governo federal, mas que na prática apresentou dificuldade de acontecer no TAUC.

Neste capítulo se apresentou uma breve caracterização da situação atual do território em estudo, em seus principais elementos para contextualizar tanto o processo de desenvolvimento territorial em curso, apoiado pela SDT e seu estado atual no TAUC. O estudo neste capítulo possibilitou ainda perceber a visão processual do desenvolvimento da política e da articulação entre os diferentes instrumentos de apoio, mas também ficou evidente que não existe nenhuma estratégia e/ou instrumento mais específico para o apoio ou promoção da cooperação agrícola em articulação com a política de desenvolvimento neste território.

4 A COOPERAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR DO TAUC

Neste capítulo apresentamos os dados empíricos do trabalho de levantamento de informações sobre os tipos, forma e práticas de cooperação encontradas no TAUC, num esforço de caracterização da cooperação, que será feito de forma mais descritiva. Iniciamos a descrição com o que denominamos de cooperação convencional, para depois descrever a cooperação que aqui denominamos de cooperação alternativa. A caracterização das organizações desta categoria será focalizada em alguns aspectos considerados mais importantes, como: aspectos organizacionais, econômicos, da cooperação e do assessoramento recebido, embora não será possível chegar ao mesmo grau de detalhamento em todos os tipos de organizações, pois também, como poderá ser visto, isso não se fará necessário em certos tipos encontrados. Dessa forma se tornará possível, a seguir, apresentar e caracterizar as diferentes estratégias de cooperação da agricultura familiar identificada e suas relações com o processo de desenvolvimento no TAUC.

4.1 Caracterização da cooperação no TAUC

Com a finalidade de caracterizar a cooperação da agricultura familiar, podemos fazer uma primeira grande distinção na organização da cooperação no Território Alto Uruguai Catarinense. Tornou-se evidente a forte presença de grandes organizações de cooperação, que denominaremos de *cooperação convencional* e, de outro lado, um grande número de pequenas organizações de cooperação, que por oposição chamamos de *cooperação alternativa*. Denominamos de convencional a categoria de organizações de cooperação composta exclusivamente por organizações do tipo cooperativas e são de grande porte; são organizações mais antigas e ligadas ao movimento tradicional do cooperativismo representado pela OCB. Sua ação de cooperação se realiza por uma lógica empresarial. Essa categoria de cooperativas se distanciou do que poderíamos chamar de *cooperativismo tradicional*, praticado

pelas cooperativas das primeiras décadas do século XX ligadas às principais bandeiras de luta operária. Por outro lado, a organização de *cooperação alternativa* se diferencia da cooperação convencional pela multiplicidade de tipos de organizações, pela menor capitalização e pelo menor número de sócios. A abrangência destas organizações é geralmente municipal ou de comunidade, e seu caráter familiar/comunitária.

No desenvolvimento do presente estudo foram colhidas informações em 14 dos 15 municípios que constituem o TAUC, sendo que apenas em Arabutã não foi possível realizar a coleta de informações. Nos demais 14 municípios foram realizadas entrevistas para a obtenção dos dados, sendo que em 11 municípios foi possível reunir a equipe para a entrevista em grupo e para as entrevistas individuais gravadas, enquanto em 3 municípios só foi possível realizar entrevistas individuais. Ao todo, foram ouvidas 66 pessoas do Território (93%) e mais cinco pessoas de fora do território, totalizando 71 pessoas entrevistadas, consideradas informantes estratégicos, conforme se visualiza na tabela 11. Deste conjunto de entrevistados, 50 (70%) têm formação técnica e exercem funções técnicas, enquanto 21 entrevistados (30%) são agricultores e exercem funções de direção junto às organizações. Os informantes externos ao território são representantes de órgão e organizações que atuam com a política territorial ou com cooperação no TAUC, com os quais foram realizadas entrevistas gravadas.

Dentre as 71 pessoas entrevistadas, 34 (67%) prestaram entrevistas gravadas, sendo 16 dirigentes (47%), 6 gestores públicos (18%) e 12 técnicos (35%). Ao todo, foram 30 entrevistas, duas entrevistas foram realizadas em dupla. Os municípios de Concórdia e Seara concentraram 42% do total dos informantes e 79% dos que concederam entrevista gravada, por constituírem-se em polos da região abrigando maior número de organizações e lideranças da cooperação do Território. Para maior compreensão das organizações de cooperação presentes no TAUC, foram preenchidas 61 fichas de caracterização dos principais tipos em 13 dos 15 municípios, com os informantes específicos, identificados e definidos dentre os membros das equipes locais (que mais conheciam ou que atuavam com a organização). Mesmo nos municípios onde não foram preenchidas enquetes sobre todos os tipos de organizações, foram coletadas informações, anotadas em

separado, quando na equipe não havia o informante específico que pudesse responder todas as questões.

Pode-se observar na tabela 12 que para cada tipo principal de organização de cooperação identificada a campo foram obtidos diferentes números de fichas de caracterização, assim como também foi diferenciado/variado o grau de informações mais gerais de cada tipo de organização e da cooperação nos municípios, na entrevista realizada com as equipes técnicas locais. Isso ocorreu em razão da composição da equipe que foi possível reunir para a entrevista. Em alguns municípios, não foi identificada a presença de certos tipos de organizações, em outros existiam as organizações, mas não havia um informante com domínio específico ou o informante não estava presente. Portanto, em alguns municípios obtivemos informações completas de todas as organizações, enquanto em outros isso não foi possível. Assim, antes da descrição de cada tipo de organização, que será realizada no capítulo IV, será apresentado também o número de municípios informantes e a caracterização da informação sobre a organização recolhida.

Ainda cabe um esclarecimento final com relação a uma variação no procedimento metodológico definido inicialmente. Durante a execução do trabalho de campo, sentiu-se a necessidade incluir uma categoria de organizações, que denominamos de organizações de cooperação comunitária, não previstas no estudo, que estava focado apenas nas organizações de cooperação voltadas ou relacionadas com as atividades dos sistemas produtivos das unidades familiares do território. Essa necessidade se impôs à medida que algumas mudanças em curso nas comunidades rurais surgiram de modo recorrente, apresentando-se como questão quase sempre colocada no início dos relatos. Levantamos e sistematizamos um conjunto de informações básicas sobre 8 municípios, para compreender melhor algumas dessas afirmações apresentadas pelos informantes locais. A escolha dos municípios buscou seguir critérios que atendessem à diversidade entre os municípios em tamanho, densidade demográfica, ruralidade, urbanização, grau de organização e distribuição geográfica. Nesses municípios, levantou-se o número de comunidades, o número de famílias existentes por comunidade, buscou-se identificar todas as organizações de cooperação comunitária existente em cada comunidade ou agrupamento (anexo VI).

Tabela 11 – Número de informantes e entrevistados por município do TAUC, informantes e entrevistados externos, mas com atuação no território

(continua)

Município	Informantes	Informantes					
		Entrevistas gravadas				Geral	
		Total	Técnico	Gestores Públicos	Dirigente Organização Cooperação	Técnico	Agricultore
Arvoredo	3	-	-	-	-	2	1
Paial	2	-	-	-	-	1	1
Xavantina	3	-	-	-	-	2	1
Seara	11	8	2	1	5	8	3
Ipumirim	6	2	2	-	-	5	1
Lindóia	3	1	1	-	-	2	1
Arabutã	-	-	-	-	-	-	-
Concórdia	17	15	4	2	9	8	9
Irani	3	2	1	1	-	2	1
P. Castelo Branco	2	-	-	-	-	2	-
Itá	7	-	-	-	-	5	2
Alto B. Vista	3	-	-	-	-	3	-
Ipira	2	1	1	-	-	2	-
Peritiba	2	-	-	-	-	2	-
Piratuba	2	-	-	-	-	2	-
Subtotal	66	29	11	4	14	46	20

Tabela 11 – Número de informantes e entrevistados por município do TAUC, informantes e entrevistados externos, mas com atuação no território
(conclusão)

Informantes externos							
Brasília	1	1	-	1	-	1	-
Florianópolis	1	1	-	1	-	1	-
Chapecó	3	3	1	-	2	2	1
Subtotal	5	5	1	2	2	4	1
Total	71	34	12	6	16	50	21

Fonte: elaboração do autor.

Tabela 12 – Número de fichas de caracterização dos tipos de organizações de cooperação por município do TAUC

Municípios	Assoc. Água	Assoc. Telefone	Assoc. Máquinas	Assoc. Secadores	Coop. Leite	Coop. Agroind	ADM	Assoc. Bovin.	Coop. Credito	Assoc. Apicult	Colon Pesca	Coop Trab.	Grupo Jovens	Total
Arvoredo	-	1	1	-	-	1	1	-	-	-	-	-	1	
Paial	1	1	-	1	1	-	1	-	-	-	-	-	-	
Xavantina	1	-	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	
Seara	-	-	1	1	-	1	1	1	1	-	-	-	-	
Itá	-	-	1	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	
Lindóia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Ipumirim	1	1	1	-	-	1	1	-	-	-	-	1	-	
Arabutã	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Concórdia	1	1	1	1	1	1	-	1	-	-	1	-	-	
Irani	-	-	1	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-	
P. C. Branco	-	-	1	-	-	1	-	1	-	1	-	-	1	
A. B. Vista	1	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	
Ipira	1	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	
Peritiba	1	1	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	
Piratuba	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	
Total	8	7	10	4	3	12	8	3	1	1	1	1	2	

Fonte: elaboração do autor.

4.1.1 A cooperação convencional

Para fins deste trabalho, definimos a *cooperação convencional* como sendo a representada e praticada pelas grandes cooperativas de produção, transformação, comercialização e a grande parte do segmento de crédito do Território. Por ser esse tipo de cooperação relativamente estudado e bem conhecido do público em geral, não nos deteremos em maiores detalhamentos.

No Território Alto Uruguai Catarinense, foram encontradas três cooperativas desse modelo. A primeira é a Cooperativa de Produção e Consumo de Concórdia (COOPÉRDIA), que tem sua origem e sua principal base de atuação no Território Alto Uruguai Catarinense. Também têm inserção nessa região a Cooperativa Regional Alfa (COOPERALFA) e a Cooperativa Rio do Peixe (COOPERIO). Todas essas cooperativas nasceram com abrangências municipais, Concórdia, Chapecó e Joaçaba, respectivamente, constituindo-se posteriormente em organizações regionais.

A Copérdia surgiu em 1967 como uma sociedade cooperativa, a partir de integrantes da antiga Associação Rural de Concórdia, como reflexo da lei governamental sancionada no mesmo ano, autorizando a criação de Sindicatos e Cooperativas. A Cooperativa de Produção e Consumo Concórdia Ltda. se constitui numa alternativa aos problemas que afligiam os agricultores do Município de Concórdia e de outros da região do meio oeste catarinense neste período (COPERDIA, 2009).

Sua missão atual é “Viabilizar a produção e a comercialização agropecuária, agregando valores, satisfazendo social e economicamente o cooperado, oferecendo à sociedade produtos e bens de consumo de qualidade”. Tem como área de ação os municípios de Concórdia, Seara, Lindóia do Sul, Ipumirim, Arabutã, Xavantina, Arvoredo, Paial, Alto Bela Vista, Irani, Itá, Piratuba, Presidente Castello Branco, Ipira, Peritiba no território e Ponte Serrada, Passos Maia, Ouro, Capinzal, e Ipuçu, todos em Santa Catarina. No estado do Rio Grande do Sul, atua em Severiano de Almeida, Aratiba, Gaurama, Três Arroios e Capoerê (COPERDIA, 2009).

A Coperdia presta assistência técnica aos sócios, principalmente na produção de suínos, leite, cereais, citros, uva e reflorestamento; na transformação de cereais, com moinho e fábrica de rações; na comercialização, com a compra e venda de cereais, suínos, leite, e frutas; e a venda de defensivos, fertilizantes, sementes, ferragens, produtos veterinários, através das lojas agropecuárias, e a venda de produtos de supermercado.

Para o desenvolvimento das atividades possui as seguintes estruturas, localizadas em toda a área de ação: 1 Escritório Central (Matriz); 6 Unidades armazenadoras; 8 lojas agropecuárias; 2 Moinhos; 1 central de distribuição; 1 supermercado; 14 filiais (supermercado e agropecuária); 1 fábrica de rações; 1 central de inseminação e 14 Franquias.

A Cooperalfa se constituiu a partir de um processo que inicia em 1961 com o surgimento da primeira organização cooperativista em Chapecó, chamada de Cooperativa Tritícola Oeste Catarinense Ltda., que atuou por um curto período, de 1961 a 1964. Em 29 de outubro de 1967, foi criada a Cooperchapecó (Cooperativa Mista Agropastoril de Chapecó Ltda.) (COOPERALFA, 2009).

Essas cooperativas surgem da conjugação de dois grandes interesses: de um lado os camponeses, que sentiam a necessidade de criar um agente balizador de mercado e que pudesse contribuir com a sua organização, pois vinham enfrentando dificuldades na comercialização controlada até então pelos comerciantes locais; de outro lado o Estado, que buscava organizar e regular o abastecimento, mas encontrava dificuldade para financiar a comercialização e até mesmo armazenar a produção. Nesse período, esse processo era realizado pelo Banco do Brasil, através das operações de AGF (Aquisição do Governo Federal); mas a estrutura da instituição era insuficiente para a demanda da produção agrícola que já começava a se destacar (COOPERALFA, 2009).

Em 1974, a Cooperchapecó uniu-se à Cooperxaxiense, formando a Cooperalfa (Cooperativa Regional Alfa), cujo principal ideário foi a busca da superação das incertezas do mercado de grãos e, em seguida, do avanço da produção animal em

Santa Catarina, servindo de suporte para o surgimento de outras cooperativas e sociedades do mesmo gênero na região.

A Cooperalfa atua em alguns segmentos agropecuários, tais como: recebimento, armazenagem e classificação de grãos; produção de sementes certificadas de trigo, soja, feijão e coberturas de solo; industrialização de farinhas e rações a partir do trigo, soja e milho; produção de citros, suínos, aves e leite, em parceria com outras indústrias do sistema cooperativo; fornecimento de insumos aos produtores associados, como sementes, fertilizantes, corretivos e medicamentos veterinários; assistência técnica agropecuária e assessoria aos agricultores na elaboração de projetos agropecuários e de crédito rural.

A Coperio surge a partir da iniciativa de um grupo de 56 agricultores, no distrito de Nova Petrópolis (interior de Joaçaba) e com o apoio das autoridades locais foi constituída em 1969. Em 1970, já com 250 agricultores sócios ela entra em funcionamento como Cooperativa Tritícola Rio do Peixe Ltda., hoje, Cooperativa Rio do Peixe – Coperio (COPERIO, 2009).

Sua área de abrangência inicial foi o meio-oeste catarinense, mas se encontra atualmente muito expandida. Em agosto de 2005, avançou para a região norte de Santa Catarina, ao assumir o gerenciamento da estrutura da Coopernorte, através de um processo de arrendamento que tem validade para 15 anos. Em 2004, inaugurou loja em Braço do Norte (SC) e avançou para os municípios vizinhos de Machadinho (RS), e em 2005 inaugurou em Maximiliano de Almeida, também no estado do Rio Grande do Sul (COPERIO, 2009).

Em 1975 inaugurou uma filial em Irani, único município pertencente ao Território Alto Uruguai Catarinense, como parte da área de abrangência da Coperio. Apenas em 1979 a Coperio incorporou-se às atividades industriais, ao filiar-se à Cooper Central/Aurora, com as atividades de Suinocultura no programa Suicooper. Em 1986 iniciou, com transporte, a atividade leiteira, e em 1992 comprou o Moinho de Trigo, no município de Ibicaré e inaugurou sua Fábrica de Rações em 1997 (COPERIO, 2009).

Sua atuação no crédito tem início em 1985, a partir da mobilização para a constituição do Cooperativismo de Crédito em Santa Catarina e a instalação da Cooperativa de Crédito Rural Vale Rio do Peixe (Credirio), sendo uma das pioneiras a atual Sicoob (Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil).

Uma das atividades mais fortes das cooperativas convencionais como a Coperio é a constituição da rede de lojas agropecuárias e de mercados, para dar suporte aos novos sistemas de cultivo e criação constituídos no processo de modernização da agricultura, bem como atender às crescentes demandas domésticas das famílias associadas. Até o final de 2007, a Coperio possuía mais de 40 lojas.

As três cooperativas empresariais do território (Coperdia, Cooperalfa e Coperio) apresentam um modelo de gestão baseado nos princípios e ferramentas da qualidade total. Acreditam que nesse contexto de globalização crescente “a empresa competitiva não é a que tem as melhores máquinas, mas sim a que tem o seu pessoal mais motivado e capacitado a dar todo o seu conhecimento e criatividade para maior satisfação do cliente”. Toda a linguagem segue a abordagem pós-fordista, do funcionário como “colaborador comprometido” em suas funções e procurando gerar satisfação e colaboração entre si, incorporando ainda (pelo menos no nível do discurso) a preocupação com a melhoria da qualidade de vida das pessoas e a responsabilidade social junto às comunidades de toda a região.

Nesse sentido, todas vêm buscando formar e reforçar as concepções liberais que as norteiam implementando alguns projetos, como: De Olho na Qualidade Rural; Qualidade Total Rural; Projeto Jovem; Comitês de Negócios; Comitês Femininos; Programa 5 S; Treinamento e capacitação de funcionários.

As cooperativas estão unidas entre si e fortalecem umas às outras através de organizações, como a OCESC (Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina), que representa todos os ramos das atividades cooperativistas, FECOAGRO (Federação das Cooperativas Agropecuárias), COOPERCENTRAL (Cooperativa Central Oeste Catarinense) e SICOOB (Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil).

A Coopercentral é a detentora da marca AURORA, em torno da qual se unem as cooperativas afiliadas e formam o principal elo entre o produtor e o consumidor. O sistema Aurora é formado por 16 cooperativas: Cooperalfa (Chapecó); Copédia (Concórdia); Coperio (Joaçaba) com atuação no território; bem como a Copercampos (Campos Novos); Caslo (São Lourenço do Oeste); Cooper A1 (Palmitos); Coopervil (Videira); Cooperitaipu (Pinhalzinho); Cooperauriverde (Cunha Porã) – todas em Santa Catarina –; Camisc (Mariópolis no Paraná); Cootrisal (Sarandi), Cootribá (Ibirubá), Cootrijal (Não-Me-Toque), Cootrisoja (Tapera), no Rio Grande do Sul; Colacer (Lacerdópolis), Coasgo (São Gabriel do Oeste), no Mato Grosso do Sul. Juntas, somavam em 2008 mais de 53 mil associados, sustentando um universo que relaciona cooperativas, indústria e mercado, através do sistema Aurora e afiliadas.

Com relação ao cooperativismo de crédito, a cooperativa mais antiga de Santa Catarina e ainda em funcionamento foi constituída no município de Itapiranga, fundada em 21 de outubro de 1932 pelos imigrantes alemães, denominada de Cooperativa de Crédito Rural de Itapiranga, superou todos os períodos de crise econômica e política do país, resistiu às várias tentativas de fechamento por parte dos órgãos de governo, em especial o Banco Central, constituindo-se numa das principais referências do cooperativismo no estado e no país.

As Cooperativas de Crédito Rural começaram a (re)surgir a partir de 1984, vinculadas às Cooperativas de Produção convencionais; à época, para ser sócio da cooperativa de crédito o agricultor tinha de ser sócio da cooperativa de produção. Hoje esta vinculação foi eliminada, e essas cooperativas se transformaram em cooperativas de crédito de livre adesão e estão organizadas no sistema SICOOB-SC. A livre adesão para as cooperativas de crédito foi promulgada pela resolução n. 3.321, em substituição a 3.106, pelo BACEN (Banco Central do Brasil) e aprovação em 2006 pelo Congresso Nacional, sendo comemorada pelo movimento cooperativista articulado pela OCB, como um grande avanço e como modernização da legislação cooperativista no país.

A livre adesão permite a associação de pessoas físicas de outras categorias profissionais, além de agricultores, ou seja, setores urbanos e ações em outros

ramos de público, permitindo assim ampliar os horizontes para outros mercados, buscar ganhos de escala, considerado um diferencial imprescindível para a manutenção no mercado globalizado.

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Alto Uruguai Catarinense (Crediauc) foi constituída ainda em 1984, fortemente ligada à cooperativa de produção e gradualmente foi construindo sua autonomia, segundo seu presidente, e já em novembro de 2006 a CREDIAUC se transformou em Cooperativa de Crédito de Livre Adesão de Associados. Essa mudança estimulou a ampliação da estrutura e a cobertura para todos os municípios do território, mas também exigiu uma mudança de postura, “na forma de abordagem, de divulgação, de venda, de desenvolvimento de produtos e de capacitação de colaboradores” (SICOOB CREDIAUC, 2006), como pode ser observado nos dados das tabelas a seguir.

Tabela 13 – Capital social e número de sócios por PAC da SICOOB CREDIAUC no TAUC

PAC's	Capital Social	Número de Sócios
01 – Concórdia - Sede	R\$6.731.956,15	5.034
02 – Seara	R\$2.351.166,63	1.743
03 – Peritiba	R\$1.004.771,52	1.061
04 – Lindóia do Sul	R\$1.336.482,11	1.118
05 – Xavantina	R\$1.293.340,59	575
06 – Ipumirim	R\$1.393.388,15	1.271
07 – Ipira	R\$499.971,24	904
08 – Ita	R\$723.229,23	1.067
09 – Alto Bela Vista	R\$168.674,25	300
10 – Arabutã	R\$979.105,50	1.271
11 – Centro	R\$668.624,03	794
12 – Piratuba	R\$130.025,61	279
13 – Arvoredo	R\$45.404,37	73
14 – Presidente Castelo Branco	R\$700.251,64	643
Totais	R\$18.026.391,01	16.107

Fonte: SICOOB-CREDIAUC (2009), elaboração do autor.

Tabela 14 – Evolução dos depósitos à vista, depósitos a prazo, financiamentos (Empréstimos), Patrimônio Líquido, Quadro Social, Sobra Líquida e Participação na AGO

Ano	Evolução Dep. à vista	Evolução Dep. à prazo	Evolução Fin. Empréstimos	Evolução Patri. Líquido	Quadro social	Sobra líquida	Participação	
							Nº	%
2001	4.284.526,59	11.833.907,25	16.157.680,55	3.368.158,14	4.897	428.387,69	462	9,43%
2002	5.130.420,49	14.947.461,56	19.311.895,69	5.013.320,84	5.812	1.174.263,72	647	11,13%
2003	6.612.520,04	22.841.514,87	21.720.011,47	6.815.722,14	6.137	1.417.238,21	784	12,77%
2004	10.885.553,42	36.831.305,89	29.285.768,92	9.053.424,44	7.153	1.379.918,40	968	13,53%
2005	11.286.129,94	49.545.104,95	49.875.327,91	13.347.243,53	7.922 11.155*	2.789.289,07	1.452	18,32% 13,01%*
2006	11.009.474,26	49.040.979,66	61.165.450,10	15.027.034,64	8.461 11.998*	2.603.503,94	1.407	16,62% 11,72%*
2007	15.655.468,26	70.693.844,24	74.246.470,70	17.774.740,49	9.314 12.990*	1.608.711,41	1.832	19,66% 14,10%*
2008	17.479.520,71	95.261.651,63	97.748.128,10	24.032.121,53	10.856 14.789*	4.251.887,68	2.537	23,36% 17,15%*

(*) Com inclusão dos 2º titulares - geralmente constitui-se do cônjuge ou de algum filho (a) com participação nas atividades produtivas.

Fonte: SICCOB-CREDIAUC (2009), elaboração do autor.

4.1.2 A cooperação alternativa

Esta segunda grande categoria, que denominamos de cooperação alternativa, inclui todos os demais tipos de organizações de cooperação encontradas no trabalho de campo no TAUC. Para facilitar a compreensão, esse conjunto de organizações de cooperação foi organizado em quatro grandes subgrupos ou subcategorias, as quais denominamos de:

- organizações de cooperação comunitárias;
- organizações de cooperação para gestão de infraestrutura compartilhada;
- organização de cooperação de produtores por atividades especializadas;
- organizações de cooperação para produção, transformação, comercialização, articuladas em rede.

Denominamos de **cooperação alternativa**, pois esse conjunto de organizações se diferencia das grandes cooperativas empresariais, como ficou convencionado identificar o cooperativismo. As diferenças podem ser estabelecidas a partir de um conjunto de características observadas como: menor número de sócios; estrutura organizativa pouco complexa; área de abrangência é geralmente o município ou a comunidade; a gestão pouco burocratizada/simplificada; a proximidade é considerada fator importante; a participação direta é priorizada; são organizações pouco capitalizadas; organizam-se em tipos diferentes de organizações. Estas e outras características conferem a estas organizações e à cooperação praticada maior identidade sociocultural, expressivo sentimento de pertencimento e um caráter familiar/comunitário. Esses elementos possibilitam o exercício mais próximo da autogestão.

Para melhor compreensão dos dados apresentados sobre essas diferentes subcategorias de organizações da cooperação alternativa e evitar uma explicação repetitiva, cabe esclarecer de início que o número de municípios informantes em

cada uma das categorias pode variar. Isso ocorreu em função de que durante as visitas aos municípios não foram identificados registros ou pessoas informantes sobre alguma delas ou mesmo certo tipo de organização não foi encontrada. No caso da subcategoria das organizações comunitárias a dificuldade foi particularmente maior, pois implicava o envolvimento de informantes de diferentes secretarias, bem como são organizações bem mais diversas, razão pela qual foram obtidas informações em apenas 9 municípios. Nas tabelas, a não existência do tipo de organização foi representada pelo X, e quando não obtivemos a informação (sem informação), mas o tipo de organização existe no município, a informação foi representada por hífen (-).

4.1.2.1 Organizações de cooperação comunitária

Nessa categoria de organizações de cooperação, encontramos seis principais tipos: Associações Comunitárias, Associações Esportivas, Clube de Mães, Clube de Idosos, Grupo Cultural, Grupo de Jovens. Cada uma delas será brevemente descrita a seguir. Essas organizações geralmente têm origem nas comunidades rurais, identificam-se por elas, possuem diferentes finalidades e abrangências entre si. Outras foram identificadas, mas de menor interação com o rural e o sentido comunitário das comunidades, como por exemplo: Associação de Recuperação de Alcoólicos (AAA); Associação Beneficente Hospitalar; alguns Centros de Tradição Gaúcha (CTGs); dentre outras. Nessas também participam pessoas ou famílias do meio rural, mas sua abrangência muitas vezes é municipal ou supramunicipal.

Para a caracterização dessa categoria de organizações de cooperação iniciamos por compreender um pouco mais as próprias comunidades rurais, para isso foram reunidas informações de oito municípios, apresentadas na tabela 15.

Tabela 15 – Número de comunidades, média de famílias por comunidade e tamanho das comunidades rurais por faixa de número de famílias por Municípios do TAUC

Municípios	Paial	Arvoredo	Xavantina	Seara	Lindóia	Concórdia	Ipira	A. B. Vista	Total	
Nº. Comunidades	15	14	33	43	24	94	22	14	259	
Nº. Famílias	450	605	847	1336	724	3221	703	416	8302	
Média Famílias	35	40	26	31	31	39	31	30	32	
Faixa de Nº. famílias por comunidade	Até 5	-	-	1	-	-	8	-	-	9
	6-15	4	1	12	9	3	18	8	2	57
	16-25	5	7	9	14	5	24	4	6	74
	26-35	4	1	4	10	8	14	3	4	48
	36-45	2	-	2	7	6	8	2	1	28
	46-55	-	1	-	-	1	5	1	1	9
	56-65	-	-	1	3	-	4	2	-	10
	66-75	-	1	1	-	1	2	-	-	5
	76-85	-	1	1	-	-	5	2	-	9
	86-95	-	-	-	-	-	1	-	-	1
	96-105	-	2	2	-	-	1	-	-	5
	106-115	-	-	-	-	-	1	-	-	1
	116-125	-	-	-	-	-	1	-	-	1
126-135	-	-	-	-	-	1	-	-	1	
>136	-	-	-	-	-	1(*)	-	-	1	

(*) Possui 219 famílias, a maior comunidade identificada.

Fonte: elaboração do autor.

Nesses municípios foram identificadas 259 comunidades, envolvendo aproximadamente 8.302 famílias, de acordo com os informantes locais, o que indica uma média de aproximadamente 32 famílias por comunidade. O município de Arvoredo apresentou a maior média municipal com 40 famílias por comunidade, e a menor média foi de Xavantina, com 26 famílias por comunidade. Pode ser observado ainda que Arvoredo e Alto Bela Vista possuem apenas 14 comunidades, enquanto Concórdia possui 94 comunidades rurais. Com relação ao tamanho das

comunidades, observa-se que 22,0% das comunidades possuem entre 6 e 15 famílias; 28,6% possuem entre 16 e 25 famílias. Essas duas faixas podem ser consideradas de comunidades pequenas e juntas representam 50,6% das comunidades. A faixa de 26 a 35 famílias representa 18,5% das comunidades, enquanto a faixa de 36 a 45 famílias representa 10,8%, e podem ser consideradas comunidades de tamanho médio, que juntas somam 29,3% do total de comunidades. As comunidades com mais de 46 famílias representam apenas 22% e podem ser consideradas grandes. Comunidades com mais de 106 famílias só foram encontradas no município de Concórdia, representando 4,3% das comunidades do município e 1,5% do conjunto dos 8 municípios analisados. A maior comunidade registrada possui 219 famílias.

Embora não tenhamos buscado dados e registros sobre o número e o tamanho das comunidades em períodos anteriores, os dados de campo confirmam os relatos preocupados dos informantes com a diminuição do tamanho (“estão se enfraquecendo” ou “se esvaziando”) de muitas comunidades rurais. Isso impacta sobre as diversas dimensões da vida comunitária, como lazer, atividades culturais, práticas agropecuárias e da própria cooperação.

Quando perguntados sobre quais organizações de cooperação existiam no meio rural dos municípios, muitos relatos começavam por listar as organizações desta subcategoria. Quase sempre surgiam de relatos interessantes, que muitas vezes partiam do interesse do informante introduzir na discussão. Assim passamos a elencar as principais organizações que compõem essa categoria, denominada aqui como **organizações de cooperação comunitária**, apresentadas na tabela 16. Muitas organizações de cooperação das outras categorias, que mais adiante serão também descritas e analisadas, tiveram origem e mantêm relação com parte ou todo esse conjunto.

Este conjunto de organizações se constitui, em grande medida, nas organizações que permitem o exercício de socialização tradicional dos camponeses. Para essa categoria social, conforme Polli (1991) e Seyferth (1982), a noção de indivíduo como interesse é quase inexistente, mas sim de pessoa voltada à família e

à comunidade. A comunidade é a unidade básica de interação social do camponês, ao lado de sua unidade de produção e vizinhança.

A seguir passaremos a descrever brevemente cada uma das principais organizações de cooperação dessa categoria, destacando algumas das características mais marcantes, obtidas nas entrevistas com os membros das equipes locais.

As *Associações Comunitárias* apresentam diferentes denominações, dependendo do município, como: Associação de Moradores, Diretorias de Comunidade ou Igreja, Sociedade da Capela. Geralmente se constituem nas organizações mais antigas das comunidades rurais, algumas surgindo praticamente ao mesmo tempo em que as comunidades foram se constituindo. Principalmente no início do processo de colonização estavam muito ligadas e sob influência da Igreja (na maioria das vezes católica ou protestante). Constituía-se no principal espaço gestor das questões comuns da comunidade, ou seja, do conjunto de famílias a ela pertencentes. Porém, nem sempre todas as famílias da comunidade se sentiam incluídas ou se incluíam e participavam, de acordo com o relato de vários entrevistados. Na sistematização das informações sobre esse tipo de organização realizada em 9 municípios do território, foram identificadas 215 associações comunitárias em 273 comunidades desses municípios, representando 78,8% das comunidades. A sua principal função é de gestão dos equipamentos comunitários, que quase sempre se resumiam à Igreja, um salão de festas (com ou sem churrasqueira, sala de carnes e cozinha, mais recentemente), um campo de futebol e/ou cancha de bocha (mais entre as comunidades italianas) e bolão em algumas comunidades (principalmente as de origem alemã). Durante boa parte de sua existência, também discutiam as questões da educação, e posteriormente as escolas constituíram uma organização própria - Associação de Pais e Professores (APP) -, mas interrompido com o processo de nucleação, na grande maioria das comunidades.

Tabela 16: Número de comunidades rurais, número de organizações comunitárias por tipo e por município do TAUC

	Comunidades Rurais	Conselhos Comunitários	Diretoria de Esportes	Clube de idosos	Clube de mães	Grupo Cultural
Paial	15	8	6	4	4	1 (Coral)
Arvoredo	14	9	5	6	11	-
Xavantina	33	16	12	8	12	2 (Canto)
Seara	43	36	33	26	28	3 Corais 1 Sede
Lindóia do Sul	24	15	21	-	16	-
Concórdia	94	82	-	36	70	20
Ipira	22	21	-	-	-	1
A. B. Vista	14	17	13	14	14	-
Piratuba (*)	14	11	5	1	14	SI
TOTAL	273	215	95	95	169	28
Comunidades rurais envolvidas	-	215	157	217	251	207

(*) O município de Piratuba consta desta tabela, pois consideramos as informações relevantes e não foi incluído tabela 15, pois não obtivemos os dados sobre o número de famílias por comunidade rural.

Fonte: elaboração do autor.

Muitas vezes, as associações comunitárias também serviam e ainda servem de representação das comunidades, ou onde a comunidade decidia sua representação. Há comunidades e mesmo municípios em que as Associações Comunitárias e as Diretorias de Igreja são organizações diferentes; em outras, é uma e outra, acumulando as funções. Até o final dos anos 1980, a grande maioria dessas organizações permaneceu na informalidade, ou seja, não se constituiu em pessoa jurídica. Quase sempre, ou quando necessário, utilizavam-se da figura jurídica (CGC – Cadastro Geral de Contribuinte) da Igreja. Quando a organização assume a denominação de Associação (Comunitária ou Moradores), constitui-se em pessoa jurídica (CGC próprio), ou seja, assume uma condição legal, passa a operar conta bancária e possui toda a documentação necessária. Pode-se afirmar que há um processo de “legalização” em curso, de caráter crescente, desse tipo de organização. A “legalização” aparece como demanda para as comunidades e municípios em diferentes épocas, segundo os relatos. Mas parece estar associado ao processo de desconcentração do Estado proposto pela constituição de 1988, em que os municípios e os estados assumem novas atribuições. Em especial as prefeituras municipais vêm desenvolvendo ações de apoio estrutural e financeiro às comunidades para as quais as Associações Comunitárias vêm se constituindo nas principais parceiras/interlocutoras; portanto, é também uma necessidade/demanda do Estado que elas se legalizem. Embora não se tenha quantificado esse processo, diversos relatos de informantes apontam para a crescente legalização desse tipo de organização de cooperação. Alguns informantes também apontam que esse processo tem representado um enfraquecimento da relação com a Igreja e uma crescente influência do poder público local. Parece que a política passa a atuar de forma diferente nas comunidades, trazendo alterações na compreensão e práticas das organizações comunitárias, que sempre esboçavam uma conduta apartidária ou suprapartidária, mas também se ressentiam da ausência do estado. Em algumas comunidades, e até em alguns municípios, esse processo foi e/ou vem sendo um tanto conflituoso. Todo esse processo de mudança em curso nesse tipo de organização vem sendo pouco estudado em toda a região oeste catarinense, e também no Território, mesmo diante do grande número de contradições e conflitos presentes. Esse processo de mudança pode representar um profundo impacto sobre as comunidades, mudando o perfil de lideranças, reivindicações, práticas de gestão, dentre outros aspectos.

As *Associações Esportivas*, também chamadas de grêmios, sociedade esportiva, clube de esporte, diretoria de esporte e outras denominações, podem aparecer formalizadas ou ainda informais. Em muitos casos, elas ainda fazem parte da Associação Comunitária, constituindo-se em um de seus departamentos. Em 7 dos 9 municípios informantes, obtiveram-se os dados sobre esse tipo de organização, registrando-se 95 organizações de esporte nas 157 comunidades rurais desses municípios. Isso equivale a 60,5% das comunidades. A finalidade desse tipo de organização comunitária é a organização do lazer, que na maioria das vezes parece limitar-se à organização do time de futebol e à participação das comunidades nas atividades esportivas organizadas municipal ou regionalmente (campeonatos de truco, bocha, canastra, bolãozinho, dentre outras). Pela maioria dos relatos, essas atividades parecem, no entanto, pouco frequentes e de limitado envolvimento e participação. Em dois municípios, essas atividades foram apontadas como estratégias na mobilização, revitalização e integração das comunidades rurais, a partir de programas especiais, desenvolvidos pelo poder público local e por entidades. Várias comunidades já não possuem esse tipo de organização pelo seu esvaziamento, provocado pelo processo de migração/êxodo e em alguns casos pelo impacto das obras da barragem da Hidroelétrica de Itá. A maior parte desse tipo de organização é dirigida pelos mais jovens, mas atualmente, com o processo de envelhecimento da população rural e com o apoio de políticas sociais para a terceira idade, a organização dos idosos vem se envolvendo na coordenação, para realizarem suas atividades de lazer.

Os *Clubes de Idosos* ou Terceira Idade envolvem as pessoas aposentadas e se encontram presentes em aproximadamente 43,8% das comunidades dos sete municípios informantes, que juntos somaram 95 Clubes nas 217 comunidades rurais. Geralmente abrangem um conjunto de comunidades rurais centralizadas nas comunidades maiores ou na expressão usada pelos informantes: “mais fortes”. Algumas dessas comunidades se constituem nos denominados distritos municipais ou rurais. Quase sempre surgiram a partir da iniciativa e do apoio das prefeituras através das Secretarias de Assistência Social, fortemente financiadas por políticas sociais públicas. A principal finalidade desse tipo de organização é a realização de atividades de lazer, integração e de informação/formação cidadã deste público, buscando aumentar a qualidade de vida e a expectativa de vida. Embora a maioria

desse tipo de organização ainda permaneça na informalidade, em alguns casos essas organizações já se constituíram em Associação, para facilitar a gestão de recursos públicos oriundos das políticas da assistência social, tendência que deve se ampliar.

Os *Clubes de Mães* (terminologia mais utilizada pelo poder público) ou também chamados Clubes de Damas ou Senhoras (mais utilizados pelo cooperativismo empresarial e organizações filantrópicas, como o *Lions*), ou ainda grupo de mulheres, quando tem participação e envolvimento com os movimentos sociais. Em 8 dos 9 municípios informantes, obtivemos dados sobre esse tipo de organização. Foram encontrados 169 clubes de mães nas 251 comunidades rurais desses municípios, ou seja, presentes em 67,3% de suas comunidades. Na maioria dos clubes de mães, bem como dos municípios, são organizações que reúnem as mulheres da comunidade (quase sempre de modo parcial) com a finalidade de discutir questões relativas à condição da mulher (saúde, trabalho, direitos etc.). As discussões geralmente são realizadas paralelamente ao desenvolvimento de atividades práticas, como pintura, bordado, culinária, artesanato, lazer etc. Quando surgiu, com o apoio da igreja, esse tipo de organização atuava de modo mais autônomo, quase sempre voltado ao fortalecimento e à organização da própria comunidade ou como parte da organização dos movimentos sociais, em especial o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Na maioria dos casos, estas organizações permanecem na informalidade. No entanto, de acordo com vários relatos, aqui também se percebe uma mudança em curso, pois mais recentemente, a partir do final da década de 1990, o poder público local vem ampliando seu envolvimento com esse tipo de organização, por força de políticas sociais públicas. Também houve relatos que apontaram em alguns casos, o “interesse político”. Assim, o poder público local vem organizando e acompanhando um crescente número dessas organizações, embora variando entre os municípios a intensidade e a organicidade desse trabalho. Em várias comunidades e em alguns municípios em particular, esse tipo de organização ainda se constitui em parte do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), e conflitam com os demais, mas em outras comunidades e municípios são distintos e convivem.

Os *Grupos Culturais*, em sua maioria, constituíram-se a partir de corais das igrejas que também mantinham tradições dos migrantes europeus, principalmente dos cantos e danças, sendo que os primeiros são bem mais presentes. Nos 9 municípios pesquisados, obtiveram-se informações em 6 deles. Neste identificamos 28 grupos em comunidades rurais, o que representa 13,5% das 207 comunidades desses municípios. Em Seara, existe um coral na cidade do qual as pessoas do meio rural também participam. Em Arvoredo não foi identificado nenhum grupo cultural, de acordo com os informantes. Vários relatos apontam que nas décadas de 1970 e 1980 esse tipo de atividade foi significativamente reduzido, provocado pelo êxodo e pelas mudanças nos sistemas de trabalho (intensificação), que provocaram muita desmotivação. A partir de meados dos anos noventa do mesmo século, a preocupação com o resgate e a manutenção das tradições culturais dos migrantes europeus como um ativo do desenvolvimento local reanimou em alguns casos ou animou em outros a organização das comunidades ou mesmo municípios. Alguns incentivos locais foram criados e até foram constituídas organizações formais (associações) como forma de acesso a recursos públicos nacionais ou até internacionais, mas muitos ainda permanecem na informalidade. Com a redução da população rural esse tipo de organização permanece em poucas comunidades, geralmente as maiores ou com uma presença marcante de algumas das etnias colonizadoras, sendo que em muitos casos possuem sede e “se encontram na cidade”. Esse é o caso grupo folclórico “Sunros Volkstanzgruppe” e a “Sociedade de cantores Santa Cecília”, em Peritiba. Mas, em outros municípios, também se encontram casos de grupos ligados a tradições étnicas, que permanecem na comunidade rural e contam com a participação de “pessoas da cidade”.

Outra organização identificada foi o *Grupo de Jovens*. Dentre os 9 municípios pesquisados apenas em 6 destes se obtiveram informações sobre este tipo de organização. Foram identificados ao todo 34 grupos de jovens num conjunto de 118 comunidades nestes municípios informantes, que significa 28,8% delas. No município de Paial não foi identificado esse tipo de organização, enquanto em municípios como Arvoredo, Xavantina e Seara, com 4, 11 e 14 grupos de jovens, respectivamente, o trabalho com os jovens parece ter sido mais influenciado pela Pastoral da Juventude (Igreja), permanecendo na informalidade. Já em Presidente Castelo Branco, de acordo com o relato do técnico local, 3 dos 5 grupos de jovens

têm origem nos grupos 4S, dos quais 1 é continuidade, mas todos estes grupos são formalizados como associação. Os outros 2 grupos permanecem na informalidade. Os Grupos de Jovens apresentam certa característica comunitária, pois em várias situações encontram-se ligados às atividades de esportes e lazer ou outra organização das comunidades. Geralmente participam das atividades comunitárias quando convocados. Dentre as organizações dessa categoria (organizações comunitárias), formais ou informais, os grupos de jovens parecem ter experimentado claramente um período de ascenso e descenso em sua trajetória. Seu período de ascenso foi vivenciado durante a existência do “*Projeto Clubes 4S*” (Saber, Sentir, Servir, Saúde), implemetado pelo serviço estadual de assistência técnica e extensão rural do Estado de Santa Catarina entre as décadas de 1970 e 1980 (NAGEL, 1986), e de meados dos anos 1980 até meados dos anos 1990 o trabalho da Igreja protagonizou as ações com a juventude rural através da Pastoral da Juventude Rural (PJR). O descenso passou a ser vivenciado com o fim do projeto da ACARESC (atual Epagri) e a destituição das equipes de trabalho, em meados dos anos 1980, enquanto o trabalho da Igreja começou a perder força em meados da década seguinte, do mesmo século. De acordo com relatos de campo em alguns municípios como Piratuba, Peritiba, Ipira e Presidente Castelo Branco, dentre outros, ainda existem grupos 4S “[...] são continuidade” ou mesmo tem “origem nos grupos 4S, apoiados pela antiga ACARESC [...] os grupos de jovens de hoje só fazem promoções para arrecadar dinheiro pra ir pra praia todo ano”. “[...] não fazem mais aquelas discussões para melhorar a agricultura como se fazia nos 4S [...]”. “A gente também organizava divertimento com eles, porque o jovem precisa disso! ele quer isso! [...]”. Percebe-se pela falas, a exemplo da citada anteriormente, que em vários municípios os grupos de jovens têm como finalidade principal a realização de eventos festivos, promoções para arrecadar recursos, usando o espaço comunitário para posteriormente realizarem viagens turísticas/lazer. Também foi possível perceber que várias organizações parecem ter atuação com jovens, como a Igreja, o movimento sindical, as cooperativas convencionais, enquanto o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) não realiza mais um trabalho direta e especificamente junto aos jovens do meio rural do território. Entretanto, nas entrevistas nenhuma dessas atuações foi apresentada ou mesmo ressaltada como suficiente ou provocadora de mudança no comportamento da juventude. Pareceu-nos que a atuação com esse público não se constitui mais em elemento estratégico.

4.1.2.2 Organizações de cooperação para gestão de infraestrutura

Esta segunda grande categoria de organizações de cooperação encontrada a campo no estudo apresenta como características comuns o agrupamento de famílias de uma ou mais comunidades vizinhas ou em condições de relativa proximidade para a gestão de equipamentos ou recursos naturais conjuntamente, ou seja, cooperadamente.

Foram identificados quatro tipos de organizações de cooperação nesse subgrupo:

- associação de gerenciamento de máquinas e equipamentos;
- associação de gerenciamento de água;
- associação de gerenciamento de telefone rural;
- associação de gerenciamento de secadores comunitários.

A seguir, será feita uma rápida descrição de cada tipo de organização, a partir da análise dos dados de campo, para ao final concluir com uma análise do conjunto desta categoria no processo de desenvolvimento territorial.

4.1.2.2.1 Associação de gerenciamento de máquinas e equipamentos

As organizações de cooperação constituídas para gerenciamento de máquinas e equipamentos de apoio às propriedades e comunidades rurais, recebem diferentes nomenclaturas, sendo que na maioria dos municípios são denominadas de “Associação de Máquinas”, em dois municípios são chamados de “Grupo de Máquinas”, em outro a denominação varia, mas predominando também associações de máquinas, e em Concórdia são chamadas de “Patrulhas Mecanizadas”.

Dos 14 municípios pesquisados (exceto Arabutã), em 2 deles não existe esse tipo de organização, pois as prefeituras realizam esses serviços nas comunidades e propriedades rurais (Paial e Peritiba). No município de Itá, a prefeitura também realiza o serviço de máquinas, mas foi encontrado um grupo de máquinas. Portanto, em 12 municípios foram encontradas esse tipo de organização de cooperação, sendo que em 10 destes foram preenchidas as fichas de caracterização dessas organizações de cooperação (ver tabela 12), totalizando 123 organizações, que envolvem 8.216 famílias (talvez melhor fosse dizer propriedades), o que representa uma média de aproximadamente 66,8 famílias por organização, como pode ser visualizado na tabela 17. O município com maior número de associações de máquinas é Concórdia, com 21, e também com a maior média de famílias (143) por organização, enquanto a menor média é de Xavantina, com 9,7 famílias para cada uma das 12 associações.

No Território Alto Uruguai Catarinense foram encontradas basicamente três situações na forma de organização e realização do serviço de máquinas por parte das prefeituras, em apoio às atividades produtivas das propriedades rurais e pequenos serviços comunitários:

- as prefeituras realizam o serviço a partir de seu parque de máquinas, com agendamento e/ou roteiro de trabalho, com diferentes graus de complexidade de organização e funcionamento (Paial, Itá, Peritiba);
- os serviços são realizados pela prefeitura, mas as organizações adquirem/possuem parte da infraestrutura, em geral os equipamentos e ferramentas que têm pouca depreciação, de menor custo e pouca manutenção, que pode variar entre os grupos (Xavantina);
- as associações de máquinas constituídas pelos agricultores realizam os serviços relativos às necessidades dos sistemas produtivos das propriedades, e pequenos serviços demandados pelas comunidades, sendo ressarcidos pela prefeitura de diferentes formas. A quantidade e os tipos de serviços variam de acordo com a estrutura da organização dos agricultores e da forma de organização do programa e de acordo com o poder público (todas as demais).

Tabela 17 – Número de famílias, média de famílias por organização, condição legal, período de constituição, apoiadores e participação nas Organizações de Gerenciamento de Máquinas e Equipamentos no TAUC

(continua)

Municípios	Nº de Org.	Nº. de Fam.	Media	Condição Legal		Período de constituição			Apoiadoras			Participação	
				Formal	Informal	1996-1999	2000-2005	2006-2008	1º	2º	3º	Mulheres	Jovens
Arvoredo	4	495	12,4	4	x	x	x	4	Pref.	x	x	4	5
Paial									Serviço realizado pela Prefeitura				
Xavantina	12	116	9,7	x	12	x	5	7	MB 2	Pref.	x	Não	50%
Seara	20	1000	50	09	11	(*) 6	3	x	Pref	Gov. Federal	Ita	Não	30%
Itá	01 (**)	10	10	01	x	1	x	x	Pref.	Epagri	Cidasc	Não	Não
Lindóia	18 (**)	572	32	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ipumirim	09	807	90	09	x	-	-	-	Pref.	x	x	Não	Sim
Arabutã	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Concórdia	21	3000	143	21	x	4	17	x	Pref	Omarc	x	Não	Sim
Irani	06	620	103	06	x	x	05	01	Pref.	x	x	Não	02

Tabela 17 – Número de famílias, média de famílias por organização, condição legal, período de constituição, apoiadores e participação nas Organizações de Gerenciamento de Maquinas e Equipamentos no TAUC

(conclusão)

Municípios	Nº de Org.	Nº. de Fam.	Média	Condição Legal		Período de constituição			Apoiadoras			Participação	
				Formal	Informal	1996-1999	2000-2005	2006-2008	1º	2º	3º	Mulheres	Jovens
Pr. C. Branco	08	255	32	08	x	x	01	07	Pref.	Epagri		1	20
A. B. Vista	16	416	26	-	-	-	-	-	Pref.	Epagri	Sadia x	2	Não
Ipira	04	445	111	04	x	x	04	x	Pref.	Epagri	x	Não	50%
Peritiba				A prefeitura realiza o serviço de máquinas									
Piratuba	04	480	120	-	-	- (*)	-	-	-	-	-	-	-
Total	123	8216	69,8	62	23	11	44	18	-	-	-	-	-

(*) Em Seara foram constituídas 11 e em Piratuba foram constituídas todas as 4 organizações de máquinas antes de 1996.

(**) Em Itá o grupo de máquinas é particular, pois o serviço de máquinas é realizado pela prefeitura, e em Lindóia apareceu um grupo subdividido (neste estudo contamos como 2 grupos), que também categorizamos como sendo particular, pois os demais grupos utilizam a infraestrutura cedida pela prefeitura.

Fonte: elaboração do autor.

Aspectos organizacionais: Com relação às organizações de gerenciamento de máquinas e equipamentos para prestação de serviços em apoio às atividades agropecuárias das unidades de produção no TAUC, identificaram-se basicamente três situações:

- a organização é autônoma e voltada apenas para a realização de serviços aos sócios e às suas unidades de produção, independentemente da organização deste tipo de serviço pela prefeitura. Essa é a situação da única organização de Ita e das 2 organizações em Lindóia, foram relatados casos também em outros municípios, como Concórdia;

- as organizações são de pequeno porte, constituídas por grupos de vizinhança voltados para o atendimento das demandas de um conjunto de atividades dos sistemas de produção dos sócios, mas parte da estrutura é de recursos próprios e outra parte é originária de repasse da prefeitura (Xavantina, Seara, Lindóia, Presidente Castelo Branco e Alto Bela Vista);

- as organizações são maiores, mais complexas, constituídas a partir de uma regionalização municipal, com área geográfica definida em acordo com as prefeituras, que buscam atender também ao interesse público, não apenas aos interesses particulares dos associados. Têm maior apoio e ingerência do poder público local, ou seja, perdem parte de sua autonomia, porém recebem mais recursos da prefeitura, como observado em Arvoredo, Concórdia, Irani, Ipira e Piratuba.

Os dados anteriores ajudam a compreender algumas das diferenças entre municípios na organização desse tipo de serviço. Como visto anteriormente, o número médio de famílias é relativamente grande (66,8), e em vários municípios ultrapassa as 100 famílias ou o equivalente de propriedades rurais. Considerando que as comunidades são, em sua maioria, pequenas (menos de 25 famílias) e que nem todas as famílias se associam nessas organizações, pode-se concluir que elas abrangem várias comunidades vizinhas. Portanto, em vários municípios do território, as associações de máquinas têm a função de atender a todas as famílias/propriedades de sua área de abrangência. São exemplos dessa situação os

municípios de Arvoredo, Ipumirim e Concórdia, que possuem respectivamente 16, 36 e 94 comunidades e 4, 9 e 21 associações de máquinas, envolvendo aproximadamente todas as famílias rurais, isto é, 495, 807 e 3.000 famílias de agricultores nos respectivos municípios. Essas organizações passam a assumir uma função também pública (incorporando um espírito público), para além dos interesses mais específicos de um grupo menor de famílias, ou seja, muitas dessas organizações mudam seu papel nessa nova configuração de funções. Nessas organizações, a interferência do poder público local é maior e mais frequente, como não poderia deixar de ser, pois também é maior o apoio para a constituição/readequação e o aporte de recursos públicos para a aquisição/ampliação da infraestrutura.

No entanto, em outros municípios, as associações de máquinas apresentam um sentido mais de grupo (espírito comunitário), são menores e se agrupam por afinidade e proximidade de seus membros. Esse é o caso de Xavantina, especialmente, que possui 33 comunidades, envolvendo 847 famílias, e onde existem 12 “grupos de máquinas” (como são chamados), com uma média de 10 famílias cada, de acordo com os informantes locais. Outro caso é o grupo de Itá, cuja constituição não teve e não tem a participação direta do poder público local, mas sim de organizações não governamentais e da Igreja.

Pelos relatos, foi possível identificar pelo menos dois grandes fatores que convergiram para essa iniciativa das prefeituras: de um lado, o processo de descentralização iniciado após a nova Constituição Federal de 1988, que levou as prefeituras a assumirem um conjunto de novas atividades junto às comunidades rurais (infraestrutura, estradas etc.) e as propriedades e seus sistemas de produção (distribuição de calcário, produção de silagem etc.); de outro, o agravamento dos problemas ambientais, pelo aumento do volume de dejetos animais, pela contínua concentração das atividades pecuárias em propriedades, comunidades e município, em especial a suinocultura e a avicultura. Pressionados pelas empresas e estimulados pelas prefeituras e pelo governo do estado, muitos grupos surgiram, aproveitando a possibilidade de financiamento dos chamados “distribuidores de esterco”, na tentativa de reduzir o impacto ambiental dos constantes transbordamentos das esterqueiras comuns e o melhor aproveitamento dos dejetos

das bioesterqueiras como fertilizante, recomendado pela assistência técnica. Portanto, atendeu-se ao interesse da indústria e, ao mesmo tempo, desonerou-se, em certa medida, o poder público local, que vinha apresentando dificuldade política, técnica e estrutural de resolver o problema, com forte pressão da indústria e também dos agricultores. Com os relatos, notou-se, no entanto, que esse processo ocorreu sem uma discussão adequada, sem a previsão de possíveis soluções de problemas decorrentes desta alternativa e, como veremos adiante, permanece sem acompanhamento e sem a devida fiscalização.

Informações da Epagri e das secretarias de agricultura dos municípios já revelam que esse tipo de problema ambiental também começa a ocorrer na atividade leiteira da região.

Esse tipo de organização teve sua origem no início dos anos 1980, a partir de um programa do governo estadual – o Troca-Troca (1984/88) –, mas as organizações mais antigas encontradas no Território datam do início dos anos 1990 e representam 16,9% do total; outros 12,4% foram constituídos no período de 1996 a 1999; 49,4% constituíram-se entre 2000 e 2005; enquanto 21,3% datam do período de 2006 a 2008. A concentração nesses dois últimos períodos pode ser explicada, por um lado, pela flexibilização e ampliação do crédito do PRONAF, cujos recursos foram usados em vários municípios (9), e por diversas organizações, para constituir a infraestrutura, ampliar, renovar a frota ou mesmo ampliar a infraestrutura; por outro lado, pela crescente influência e participação popular nos governos locais, que descobriram na relação com as organizações comunitárias um espaço para captar apoio e simpatia, e para atender aos reclames das comunidades.

Enquanto tipo de organização, constituiu-se em associações, e, quanto à forma como a cooperação se expressa nesse tipo de organização, pode ser caracterizada como “prestação de serviço”. Essa prestação de serviço, em sua maioria, ocorre dentro das unidades de produção e voltada às diferentes atividades produtivas (agrícolas e agropecuárias).

Na maioria dos municípios, essas organizações estão formalizadas como associações sem fins lucrativos e representam aproximadamente 73% do total. Em

apenas um município (Xavantina), todas as organizações permanecem informais e, em Seara, parte ainda é informal; juntos, os municípios representam 23% do total da informalidade.

As organizações legalizadas possuem estatuto, livro-ata, CNPJ, caderno de registro contábil; mas regimento interno nem todas possuem. Muitas têm ainda o bloco de nota fiscal de prestação de serviço realizado e caderno ou fichário de registro de horas trabalhadas do operador de máquinas como sistema de controle. A prestação de contas é realizada anualmente, com fechamento no ano fiscal e com registro em livro-ata, assim como a Assembleia Geral Ordinária (AGO) também é anual. Em todos os municípios, as reuniões ocorrem a cada 60 ou 90 dias, ou quando houver necessidade de fazê-las por convocação da diretoria (presidente)..

A forma de associação, em todos os municípios informantes, é realizada por família, ou seja, a família é considerada sócia da organização, estendendo-se essa condição à unidade de produção (estabelecimento/propriedade). Isso é coerente com a cultura camponesa, em que a família é vista como uma unidade e indissociável da unidade de produção, revelando também o caráter comunitário de organização. Isso também as diferencia das organizações constituídas como instrumentos de inserção no sistema econômico.

Aspectos econômicos: as associações de máquinas geralmente possuem um trator traçado, equipado com carretão, grade aradora, subssolador, distribuidor de dejetos líquidos (capacidade de 3 a 4 mil litros) e/ou sólido. Mais recentemente, quase sempre no processo de renovação das frotas, foram adquiridas ensiladeiras, em função do crescimento da atividade leiteira na região. Alguns grupos possuem ainda roçadora, pulverizador e batedor de cereais. Em alguns municípios, os grupos de máquinas possuem alguns equipamentos de tração animal (pulverizador, roçadora, plantadora etc.). No caso de um dos municípios do Território, a associação de máquinas também assumiu a gestão do botijão de inseminação artificial de gado leiteiro.

As principais atividades desenvolvidas na prestação de serviço dessas organizações são:

- distribuição de calcário e de dejetos das criações intensivas, principalmente de suínos, mas também de aves e, inicial, na criação leiteira;
- atividades de cultivo, como subsolagem, aração, gradagem, plantio, aplicação de agrotóxicos;
- produção de silagem, que exige, além dos equipamentos, a troca de dias entre vizinhos pela grande demanda de mão de obra concentrada. Ainda na pecuária, é realizada a limpeza das pastagens, tanto na aplicação de agrotóxicos quanto na roçagem;
- algumas associações fazem a prestação de serviços para terceiros (não associados, dentro ou fora da área de abrangência da organização);
- em casos específicos, há ainda a realização da inseminação artificial em gado.

No processo de financiamento e aquisição da infraestrutura das associações de gerenciamento de máquinas e equipamentos agrícolas, foi possível identificar três formas diferentes: aquisição particular de forma grupal com subvenção posterior do poder público local; aquisição pelo poder público local e repasse por comodato para as organizações dos agricultores; aquisição com recursos próprios ou com apoio de recursos não públicos. Muitas prefeituras fizeram doação (ou, como foi denominado, “financiamento a fundo perdido”, com ou sem contrapartida por parte do grupo), principalmente na constituição da primeira estruturação das organizações.

Mais de 80% das organizações de gerenciamento de máquinas realizaram empréstimos junto a instituições financeiras na linha Pronaf Infraestrutura para aquisição dos bens, menos de 20% dos municípios (2) não o fizeram. Os empréstimos são contraídos por um pequeno grupo de agricultores dentre os sócios (de 6 a 10), entre tomadores e avalista (sistema de aval coletivo). O recurso para o pagamento das parcelas é oriundo, em grande parte ou na sua totalidade, da prestação de serviço em horas/máquina para a prefeitura, na comunidade e na

propriedade dos sócios ou mesmo na de terceiros. A prefeitura realiza o pagamento do serviço na forma de subsídio, subvenção ou pagamento direto, ou seja, é uma compra que se viabiliza (mas nem sempre) pela garantia de prestação de serviços; poder-se-ia dizer até que se constitui em uma compra dos bens subvencionada pelo poder público. Daí a necessidade da formalização das organizações (constituição de pessoa jurídica ou regularização quando já existente), pois só assim elas podem prestar um serviço e receber recursos públicos. Portanto, não necessariamente se constituía de uma demanda ou de um desejo dos agricultores, mas de uma condição, de uma exigência. Isso tem levado muitas organizações a se readequarem (inclusive nas regulamentações – estatuto e regimento interno) e a mudarem várias práticas de gestão e funcionamento.

Na condição de um financiamento particular (alguns agricultores) para a aquisição de uma infraestrutura que é (ou deveria ser) coletiva/comum (de todos), aparecem pelo menos duas situações problema:

- em muitos casos, as máquinas permanecem em nome dos financiadores, não havendo o repasse posterior para a associação (“verdadeira dona do patrimônio”);
- os agricultores que financiaram podem ter sido prejudicados, à medida que sua cota individual de acesso ao Pronaf foi reduzida pelo uso do financiamento para benefício coletivo.

Nos relatos, foi recorrente também o apontamento de um grande entrave nesse tipo de organização de cooperação: “a questão do operador das máquinas”. Foram identificadas três formas de lidar com a questão, sendo que nenhuma resolve a contento nem o problema de forma legal, nem a expectativa das organizações:

- *operador é funcionário público*: nesse caso, existem conflitos entre o operador, os sócios e a direção. Sempre surgem reclamações com relação a qualidade do serviço, horário de trabalho, relacionamento, comportamento (“é um estranho”) e horas trabalhadas (tempo do serviço);

- *operador é funcionário da associação:* nesse caso, os conflitos têm sido entre operador e direção, mas não com o sócio. São conflitos típicos de gestão das relações de trabalho assalariado, ainda não comuns para a maioria dos agricultores familiares dessa região. Neste caso, o operador ou futuro operador, quando agricultor ou filho de agricultores, encontra-se diante de um dilema, pois, ao tornar-se assalariado com carteira assinada, perde o direito de assegurado especial;

- *operador é sócio da organização:* nesse caso, o operador não recebe salário, mas é remunerado por hora trabalhada e recebe na forma de *pró-labore*. A gestão é menos conflituosa, na maioria dos casos, mas o risco de uma ação trabalhista é eminente quando se estabelece uma situação de conflito. Em dois municípios, houve casos em que o operador ganhou a ação movida na justiça contra a associação. Esse caso envolve outro risco para a associação e para o operador: quando ocorre acidente de trabalho, em que ou a associação deve arcar com custos ou o operador, caso abra mão disso, perde direitos adquiridos.

Aspectos relacionados à cooperação: a maioria dos relatos caracteriza a cooperação nesse tipo de organização como “imediatista”, “prática”, “só tem o interesse econômico”, não identificando práticas de cooperação e solidariedade, nem de valorização, além das ações estritamente ligadas à viabilização da organização (“ser sócio”, “participar das reuniões”, “agendar o seu trabalho”, “ele não entra com nada”, “é um operador trabalhando para você!”). Em dois grupos de diferentes municípios, foram lembradas a realização de troca de dias e de mutirão na produção da silagem, pois são atividades intensivas em mão de obra, que estão cada vez mais escassas na maioria das comunidades rurais.

A maioria dos informantes apresentou muita dificuldade em categorizar esse tipo de organização com relação à forma de cooperação (como a cooperação se expressa). Pouquíssimos informantes classificaram-nas como semicoletivas (um município apenas), sendo associadas à posse parcial dos bens (“a propriedade continua sendo individual”); enquanto em 3 municípios elas foram classificadas como forma coletiva, sempre associadas à posse comum dos bens (“As máquinas são de todos”). Em 5 municípios, foram categorizadas apenas como prática de cooperação, ou seja, apenas um ato, pois os informantes identificavam nelas apenas

o uso/benefício individual, uma perspectiva apenas econômica, que não constitui relação diretamente e imediatamente perceptível com outras dimensões da vida e da atividade dos sócios, nem da própria organização (“o fato de fazer parte da associação não tem mudado nada na vida deles”).

Outra questão que, de certo modo, chama a atenção é a participação de mulheres e jovens na direção dessas organizações. Dos 10 municípios que forneceram essa informação, em apenas três há participação de mulheres na direção das organizações. Nestes municípios, existem 16 organizações que têm a participação de 6 mulheres; supondo a participação de pelo menos uma mulher por associação, isso representaria 37,5% delas, sendo que, no conjunto das organizações (119) dos municípios que responderam essa questão, representaria apenas 5%. Mas, se considerarmos que geralmente qualquer organização associativa possui em torno de 12 cargos de direção, teríamos nas 16 organizações 192 cargos diretivos, nos quais as mulheres dessas organizações ocupariam apenas cerca de 3% dos cargos; no conjunto dos cargos (1428) das 119 organizações dos municípios informantes, essa participação seria insignificante. Esse índice pode ser considerado baixo, de acordo com a maioria dos relatos dos informantes, para uma região berço do movimento de mulheres, onde já ocorreram vários avanços nas questões de gênero, em especial no espaço rural. Mas esse dado também revela a força da cultura camponesa, na qual a divisão do trabalho, em geral, atribui ao homem a tarefa de operação das máquinas, especialmente em atividades produtivas de maior relação mercado, e a representação externa da família.

Sobre a participação de jovens agricultores, respondida por 10 municípios informantes, apenas 6 municípios destes quantificaram essa participação. Seguindo o mesmo raciocínio usado na análise da participação das mulheres, podemos inferir que nesses 6 municípios informantes, onde existem 54 organizações, somam-se 648 cargos diretivos. De acordo com as informações da tabela 19, pode-se deduzir que existem 195 cargos ocupados por jovens, ou seja, aproximadamente 30% do total. Considerando a informação da não participação de jovens em 2 municípios, o conjunto de organizações sobe para 71, o que totaliza 852 cargos diretivos, diminuindo essa participação para 22,9%. Esse índice pode ser considerado alto, muito embora os jovens tenham maior gosto pelas novas tecnologias; também

porque em dois municípios a participação apresentada foi de 50% e em outro de 30% dos cargos ocupados, numa representação conjunta de 66,7% das 54 organizações envolvidas.

Na opinião dos informantes, esse tipo de organização contribui para o fortalecimento da comunidade e da organização social no espaço rural, à medida que presta serviços sem custo (gratuito), com mais agilidade; contribui com o meio ambiente, destinando mais adequadamente os dejetos da produção animal; aumenta a produção e a produtividade; melhora as condições de trabalho; possibilita o desenvolvimento de novas atividades econômicas com o uso de infraestrutura comum, que individualmente seria inviável; possibilita a troca de experiência com outras organizações comunitárias.

Assessoramento/acompanhamento: com relação à cooperação propriamente, nenhum município realiza acompanhamento sistemático nem assessoramento específico. Mas, em todos os municípios, as Secretarias Municipais da Agricultura foram apontadas como a organização que continua, após a constituição das associações, prestando algum tipo de apoio, como:

1) participando em assembleias e reuniões, geralmente quando convidada ou quando há algumas questões mais polêmicas para discutir;

2) repassando recursos, quando negociado pelo conjunto das associações no município (exemplo: a “renovação da frota”), ou quando alguma organização enfrenta problema financeiro;

3) oferece cursos de capacitação sobre cuidados com as máquinas e equipamentos (manutenção, regulagem etc.), administração, utilização de agrotóxicos, dentre outros citados;

4) constituição de programas em algumas prefeituras, criando subsídios, e doação de horas/máquina para a realização de determinados serviços/atividades de interesse comum;

5) algumas oferecem ou disponibilizam apoio jurídico.

4.1.2.2 Associação de gerenciamento de água

As *Associações para gerenciamento de água*, como aqui denominamos, também são chamadas de “Associações de Poço Artesiano”, “grupo de água” ou simplesmente “Associação de Água”, nos diferentes municípios e comunidades, o que se aproxima mais da principal finalidade atribuída: gerenciar a distribuição, fazer manutenção das instalações e equipamentos e realizar a cobrança do rateio dos gastos.

No levantamento de campo realizado em 14 dos 15 municípios do TAUC, não foi possível obter os dados em dois destes (Itá e Irani), mas foi constatada a existência desse tipo de organização de cooperação. Já no município Presidente Castelo Branco, não se constituiu esse tipo de organização, pois se encontra em construção pela prefeitura a rede de água pública, que deverá atender a todas as famílias do meio rural, como pode-se observar na tabela 18.

Para a caracterização desse tipo de organização, contamos com as entrevistas de equipes de 11 municípios, sendo que em 8 deles foram preenchidas também as fichas de caracterização das associações de gerenciamento de água, conforme tabela 12.

Foram identificadas no levantamento 314 associações de gerenciamento de água, nos 11 municípios, envolvendo aproximadamente 5.694 famílias, ou seja, uma média de aproximadamente 18 famílias rurais por associação, conforme tabela 18.

De acordo com as 8 fichas de caracterização desse tipo de organização de cooperação, a constituição dessas organizações teve início a partir da segunda metade da década de 1990. No período de 1995 a 1999, foram constituídas aproximadamente 19% das associações de água, a maioria (66%) foi constituída no período de 2000 a 2004 e apenas 24% no período entre 2005 e 2008.

De modo geral, a infraestrutura em comum dessas organizações é constituída por uma fonte de água, um reservatório (caixa), uma bomba de recalque (quando necessário), os registros com os medidores, toda a fiação elétrica e o encanamento da rede de distribuição da água.

Portanto, o custo de instalação de uma unidade é composto pelo valor da aquisição da infraestrutura e pelo custo de instalação, ou seja, a perfuração do poço ou proteção da fonte superficial, a abertura das valas para o encanamento, assim como a mão de obra de instalação elétrica e a parte de construção civil. Esse custo varia conforme a situação local existente (distâncias, relevo, solo etc.), o grau de participação da prefeitura e a capacidade de envolvimento do próprio grupo associado.

O número de famílias por organização difere muito entre elas, o que pode ser observado pela média de famílias por associação nos diferentes municípios, por exemplo: em Seara, a média de famílias é de 8 (menor); no município de Piratuba, tem-se a maior média, que é de 144 famílias por associação. Essa variação se deve ao tipo de fonte, superficial ou subterrânea, à vazão da fonte, ao grau de organização da comunidade, à capacidade de investimento do grupo, dentre outros fatores citados. As fontes superficiais são, em geral, menores, pois envolvem menores custos, e se encontram relativamente bem distribuídas nos municípios e na maioria das comunidades do território. Já as fontes subterrâneas, comumente chamadas de “poços artesianos”, apresentam maior custo, que pode ser diluído com o aumento do número de participantes, são constituídas geralmente mediante estudo técnico e econômico – digo “geralmente” porque cresceu rapidamente a demanda de água nos sistemas de produção (principalmente nos de criação intensiva), principalmente pelo aumento da escala das unidades produtivas. Esse sistema de criação intensivo vem sendo responsabilizado pelo aumento exponencial dos resíduos despejados no ambiente, cujo destino direto ou indireto são os cursos d’água, provocando a contaminação das águas superficiais e até subterrâneas. A pressão da demanda associada a falta de regulamentação adequada, falta de fiscalização e uso político, tem possibilitado a disseminação indiscriminada de poços artesianos, cujas consequências ainda são de pouca compreensão da população.

Tabela 18 – Número de organizações de Cooperação para o Gerenciamento de água, famílias, período de constituição, apoiadores, participação de mulheres e jovens, por município no TAUC

Município	Número		Período de constituição				Principais apoiadores			Participação		
	Organizações	Famílias	1990-1994	1995-1999	2000-2004	2005-2008	1º	2º	3º	Mulheres	Jovens	Direção
Arvoredo	03	49	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Paial	07	288	x	4	2	1	Pref.	x	x	-	-	-
Xavantina	23	264	x	5	7	11	Pref.	MB 2	Furanas	-	-	-
Seara	130	1.040	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Itá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lindóia	28	238	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ipumirim	52	515	x	x	41	11	Pref.	x	x	Não	Sim	x
Arabuta	SI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Concórdia	40	2.000	x	4	31	5	Pref.	Empres.	x	Não	Sim	11
Irani	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
P. C. Branco (*)	Rede municipal de água		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Alto Bela Vista	12	299	x	x	7	5	Pref.	Tracteb.	Epagri	Não	Não	x
Ipira	10	300	x	2	4	4	Pref.	Epagri	x	Não	Sim	Poucos
Peritiba	5	125	x	x	5	x	Pref.	Epagri	x	Não	Sim	10
Piratuba	4	576	x	x	4	x	Epagri	Pref.	x	Sim	Sim	10
TOTAL	314	5.694	0	15	101	37	-	-	-	-	-	-

(*) Em 2008 encontrava-se em fase elaboração o projeto de construção da rede municipal de abastecimento de água nas comunidades rurais.

Fonte: elaboração do autor.

As primeiras perfurações de poços ocorreram por iniciativa e custos bancados pelos próprios agricultores (nesses casos, eram os “produtores mais fortes com o incentivo dos técnicos das agroindústrias”). No entanto, a grande maioria dessas organizações é fruto de programas dos governos locais: em alguns casos resultaram da demanda dos produtores, em outros foram frutos de oferta de promessas de campanhas eleitorais ou de emendas parlamentares.

Pode-se observar a existência de diferenças muito significativas entre os municípios quanto à forma de encarar o problema da água e na relação com os agricultores e sua organização. Encontramos situações em que a prefeitura auxiliou no início da constituição das organizações com orientação na parte legal (estatutos) e no apoio com infraestrutura (horas/máquina), depois as organizações caminharam sozinhas. Noutros casos, as prefeituras mantêm um sistema mínimo de acompanhamento, com um profissional que faz algum tipo de acompanhamento em reuniões, levantamento de informações e orientações gerais.

Na maioria das associações e dos municípios, a água é de poço artesiano, que foram perfurados sem que houvesse o acompanhamento e a fiscalização dos órgãos competentes, como secretarias de agricultura e/ou meio ambiente. Os estudos e os pareceres são produzidos e apresentados pelas próprias empresas privadas que oferecem o serviço de perfuração de poços, quase sempre sem a iniciativa e/ou preocupação no aproveitamento e na recuperação das fontes superficiais. No entanto, identificamos em dois municípios (Lindóia do Sul e Concórdia) programas mais criteriosos, em que a abertura de poços faz parte do programa, mas não se constitui na finalidade única, sendo uma solução diante da não existência de alternativas técnicas mais adequadas do ponto de vista ambiental, social e econômico, para os interessados e para o entorno.

Um componente que marca e caracteriza esse tipo de organização de cooperação é que a grande maioria dos entrevistados apontou as prefeituras como as principais apoiadoras e estimuladoras no surgimento dessas organizações de gestão da água, geralmente através das Secretarias de Agricultura e de Infraestrutura. Outro componente que merece destaque é que em nenhuma organização desse tipo foram identificadas mulheres na direção.

Aspectos organizacionais: a forma de cooperação nesse tipo de organização foi categorizada pela maioria dos informantes como de cooperação coletiva, pois “tem participação de todos e a distribuição é para todos os sócios”; “os recursos são coletivos”. Em um município, a equipe informante categorizou não como uma organização, mas como apenas uma prática de cooperação, por ser uma organização que “não se envolve com outras questões”, “fazem exclusivamente esta atividade”, “não têm sentimento de coletivo”.

No entanto, sob nossa compreensão, a forma de cooperação dessas organizações deveria ser categorizada como *prestação de serviço*, que, no caso, é de coleta e distribuição de água. Essa água deveria ser usada apenas para o abastecimento doméstico, mas tivemos vários relatos de uso da água nos sistemas criatórios e, mais recentemente, também em pequenas agroindústrias (4 casos).

Com relação aos aspectos legais, as situações são diferentes entre os municípios e entre as organizações de cooperação de um mesmo município. Com exceção dos município de Arvoredo, onde todas são informais, e de Ipumirim, onde 30 de 52 (58%) das associações de gerenciamento de água ainda são informais, nos demais municípios as associações já estão formalizadas, ou seja, possuem estatuto, Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), regimento interno (nem todas), livro de atas e cadernos de registro contábil.

Na grande maioria das situações, a gestão da distribuição da água é realizada por organizações próprias e autônomas (“Associações de Água”), mas em algumas comunidades rurais esse serviço foi incorporado às funções da Associação de Desenvolvimento de Microbacia (ADM).

Nas associações de gerenciamento de água, a forma de associação é por unidade de produção (propriedade) e por família, ou seja, por residências. As diretorias se reúnem mensalmente para “fechar as contas e realizar as cobranças”, enquanto as assembleias são anuais e com prestação de contas – fechamento do balanço contábil/financeiro –, pois é uma exigência legal. Nas organizações ainda informais, as reuniões são esporádicas e acontecem quando surge um problema

maior. As informais, segundo os relatos, são organizações menores e que fazem uso de águas superficiais e não subterrâneas (poços artesianos).

Aspectos econômicos: o patrimônio, ou a infraestrutura, de uso comum nas associações é constituído basicamente por poço, conjunto de bombeamento, rede de distribuição (encanamento), caixas/reservatórios d'água e medidores. As principais atividades desenvolvidas pelas associações são a captação, o armazenamento, o tratamento e a distribuição da água. Desta, decorrem a cobrança, a manutenção e os reparos no sistema, cujo trabalho é voluntário na maioria das vezes e feito por rodízios entre os sócios. Há associações que reembolsam os gastos (deslocamento) e o dia de trabalho dos "cobradores".

A maioria das associações utilizou alguma fonte de recurso externo para o financiamento, além de contar com o apoio do poder público local, que geralmente ajuda na obra (abertura de valas e instalação da infraestrutura). Como fontes de recursos, foram citados: FUNASA, TRACTEBEL, Projeto Microbacias, Programa Revitalizar do Governo Estadual/Ministério da Integração Nacional.

Para esse tipo de organização, a questão patrimonial se constitui em elemento central, ficando evidenciado nos relatos que as áreas em que se localizam as fontes ou os poços artesianos e seus entornos não se encontram legalmente amparadas. Geralmente o terreno onde se localiza a fonte d'água pertence a um dos associados, cuja concessão quase nunca é formalizada, apenas são estabelecidos acordos verbais entre as partes – proprietário e associação ("é no fio do bigode, pra eles ainda vale"). Isso se constitui em um problema jurídico, pois estão sendo investidos recursos públicos e da própria associação. Não houve nenhum relato de problema ocorrido até o presente momento, mas os acordos não estabelecidos legalmente podem oferecer vários riscos futuros às partes envolvidas, considerando o grande conjunto de transformações em curso no meio rural, desde as mudanças das legislações pertinentes até os grupos humanos das comunidades ("é verdade, hoje vem gente de tudo que é lado, de tudo que é tipo"). As próprias equipes desconhecem as questões legais envolvidas, seja do ponto de vista patrimonial, seja do ponto de vista ambiental, pois a exploração das águas subterrâneas vem sendo

feita sem a licença ambiental, sem critérios discutidos quer pelas comunidades, quer pela municipalidade.

Aspectos relacionados à cooperação: para o conjunto dos informantes, esse tipo de organização apresenta as seguintes vantagens aos sócios:

- garantia de água em qualidade e em quantidade;
- possibilidade de manter ou ampliar a produção e a produtividade de certas atividades (agrícolas ou pecuárias);
- possibilidade de viabilizar a introdução de novas atividades de renda nas unidades de produção familiar (UPFs);
- geração de autonomia para os agricultores;
- redução das despesas da prefeitura, em socorrer as UPFs em períodos de escassez de água, que, segundo os relatos, cada vez são mais frequentes e mais graves no Território.

De modo geral, não foram relatadas nem se identificaram outras práticas de cooperação e solidariedade nesse tipo de organização, além das estritamente relacionadas a finalidades do gerenciamento da água para o conjunto dos sócios. Apenas em um município (Ipumirim) foram relatadas algumas iniciativas de avanço na cooperação para outras atividades a partir de algumas associações de gerenciamento de água.

Acompanhamento/Assessoramento: essas organizações de cooperação têm recebido pouquíssimo acompanhamento, que geralmente se restringe à fase de constituição delas. Na maioria dos municípios, as prefeituras foram apontadas como a principal entidade apoiadora desse tipo de organização. Em segundo lugar, apontou-se a Epagri e o Programa Microbacias, mas apareceram também as empresas de perfuração de poços. Após a constituição e o funcionamento das

associações, as prefeituras municipais têm prestado algum apoio através dos departamentos de vigilância sanitária (realizam exames da qualidade da água, com frequência que varia de município para município). Há associações que só realizaram um exame de qualidade da água até o presente momento, ou seja, há organizações que não realizam análise de qualidade da água há mais de 10 anos, sendo que a maioria realizou a última análise há mais de 3 anos. Em algumas situações, também apoiam a realização da cloração do sistema comunitário de abastecimento. Em apenas um município as Secretarias Municipais de Agricultura e a EPAGRI são citadas e têm oferecido apoio, participando das assembleias que discutem problemas mais polêmicos.

4.1.2.2.3 Organizações de gerenciamento de telefone rural

A organização de gerenciamento de telefone rural, como aqui se denominou, também é chamada de “grupo de telefone” ou “central telefônica”. Tratam-se de organizações constituídas por famílias vizinhas geralmente por proximidade, ou seja, as famílias por residência são consideradas sócias e geralmente só uma residência de cada família sócia possui um ramal da linha de uso comum, como mostra a tabela 19.

No levantamento de campo, em 11 dos 14 municípios visitados foram obtidas as informações sobre esse tipo de organização, sendo que em 9 municípios as informações foram fornecidas pela equipe técnica entrevistada; em apenas 7 desses municípios foram preenchidas as fichas de caracterização das organizações de cooperação para o gerenciamento de telefone rural, conforme a tabela 12. Em apenas 2 municípios foi possível obter o número de centrais e de famílias através da lista telefônica municipal. Nesses 11 municípios, existem 382 organizações, envolvendo aproximadamente 4.903 famílias, ou melhor, residências, o que representa uma média de 12,8 famílias/residências por central telefônica, como pode-se visualizar na tabela 19. Dentre os municípios analisados, a menor média de residências por organização é a de Seara, e as maiores média são a de Concórdia e

a de Ipira, com 8 e 23 residências, respectivamente. Ou seja, são organizações relativamente pequenas em termos de número de famílias associadas.

Segundo os relatos, esse tipo de organização começou a surgir na segunda metade da década de 1990, teve forte crescimento e já apresenta tendência de estabilizar ou mesmo reduzir, em função do surgimento das novas tecnologias, cada vez mais baratas, com maior capacidade e abrangência para uso individual. Essa informação só foi possível de se obter através das 7 fichas de caracterização preenchidas nos 7 municípios, sendo que esses somam 253 organizações de telefonia rural, que representam 65,5% do total. Deste total, apenas 6,3% (16 organizações) surgiram no período anterior a 1996, enquanto no período de 1996 a 1999 surgiram 56 organizações (22,1%). Mas foi no período de 2000 a 2005 que surgiu o maior número de novas organizações, 163, o que representa 64,4% do total; no período seguinte, de 2006 a 2008, a formação desse tipo de organização entrou em declínio, sendo constituídos apenas 18 grupos (7,1%), como pode ser observado nos dados da tabela 19.

Essas organizações, em sua maioria, surgiram da própria iniciativa e da organização das famílias, muitas vezes numa relação direta com as operadoras; quase sempre elas buscavam depois algum tipo de participação do poder público local (material, financeiro ou pessoal técnico de apoio), o que contribuía no suprimento do limitado domínio de informações por parte das equipes técnicas e lideranças locais, como fica evidente na própria tabela 19. Portanto, os informantes tiveram dificuldade na maioria dos municípios em esclarecerem-se sobre a origem, a forma de gestão, as atividades desenvolvidas, o patrimônio comum e as práticas de cooperação em cada grupo. São poucas as informações sobre esse tipo de organização. Em alguns municípios, como Seara e Xavantina, as centrais e seus ramais com o respectivo nome da família (sede da central) foram encontrados na lista telefônica municipal. Em nenhum município se encontrou uma pessoa que desenvolva algum trabalho planejado com essas organizações.

Tabela 19: Número de organizações, de famílias, média de famílias por organização, período de constituição, principais apoiadores e participação nas Organizações de Gerenciamento de Telefone Rural

Municípios	Nº Org.	Nº Fam. UPFs	Média	Período de Constituição			Apoiadores			Participação	
				1996-1999	2000-2005	2006-2008	1º	2º	3º	Mulheres	Jovens
Arvoredo	10	134	13,4	7(*)	1	x	Pref.	x	x	03	x
Paial	11	186	16,9	1	13	1	Pref.	Comunidade	x	Sim	Sim
Xavantina	47	410	8,7	x	x	x	-	-	-	-	-
Seara	90	720	8,0	37 (*)	53	x	-	-	-	-	-
Itá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lindóia	36	381	10,6	-	-	-	-	-	-	-	-
Ipumirim	53	438	8,3	-	-	-	-	-	-	-	-
Arabutã	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Concórdia	80	1836	23	x	70	10	Pref.	x	x	20	20
Irani	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Presidente Castelo Branco	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alto Bela Vista	18	174	9,7	x	14	4	Pref.	x	x	-	x
Ipira	12	273	23	11(*)	x	x	Pref.	-	-	-	-
Peritiba	20	251	12,6	-	10	3	Pref.	-	-	-	x
Piratuba	05	100	200	(*)	2	x	-	-	-	-	-
Total	382	4.903	12,8	56	163	18	-	-	-	-	-

(*) A diferença em relação ao total de cada município é composta por organizações constituídas em período anterior a 1996. Esse conjunto soma 16 organizações.

Fonte: elaboração do autor.

Aspectos organizacionais: conforme os relatos, na maioria dos municípios, esse tipo de organização é informal, e por isso é denominada apenas de grupo ou central; geralmente elas só possuem um regimento interno com as normas de funcionamento das atividades do grupo e um caderno de registro dos gastos e cobrança das faturas.

Dentre os municípios analisados, apenas um destoa dessa realidade, ao constituir associações formalizadas para essa finalidade, que, mesmo assim, realizam apenas uma assembleia por ano, enquanto a diretoria se reúne quando necessário, ou seja, quando ocorre algum problema. Mesmo legalizadas, essas organizações não têm sua contabilidade registrada.

Aspectos econômicos: a atividade desenvolvida, ou o serviço prestado, por esse tipo de organização é simples, qual seja, viabilizar o acesso dos associados a um telefone através de uma central, localizada na residência de uma das famílias (geralmente equidistante entre a primeira e a última família associada). Por isso, as reuniões geralmente são mensais, para fazer o balanço – o rateio dos gastos individuais e a parcela do rateio dos gastos coletivos– e posterior cobrança, geralmente nas residências (“de casa em casa”). Esse serviço quase sempre é realizado por um dos sócios ou pelo filho de um dos sócios, que recebe um *pró-labore* ou um valor abatido de sua cota dos gastos. Outra tarefa é o cuidado com a rede e os equipamentos, para o qual contam com serviços de terceiros (contratação e pagamento). Portanto, o patrimônio dos grupos é constituído por uma central telefônica, os ramais e a rede de ligação. Outras estruturas podem compor o patrimônio, como os postes, mas depende do grupo. Pode-se dizer que, de modo geral, não é uma estrutura grande nem cara, porém há muita reclamação da qualidade e do funcionamento.

Foram apontados como aspectos importantes desse tipo de organização a ampliação do acesso à informação; a agilidade de comunicação entre os associados e a comunidade em geral; a facilidade de contato com fornecedores de insumos (casas agropecuárias) e compradores (empresa integradora) e prestadores de serviço (médico veterinário, agrônomo). Mas os relatos sempre destacavam a importância dos contatos familiares (filhos que estudam fora, na sede do município

ou em outros municípios). Todas essas facilidades e agilidades proporcionadas pela telefonia rural contribuem para a redução de gastos e o ganho de tempo, evitando muitas vezes os deslocamentos.

Aspectos relacionados à cooperação: embora reconheçam a importância, de modo geral, os informantes não fizeram relação direta desse tipo de organização com cooperação, por ela voltar-se especificamente às famílias associadas e ao aproveitamento individual. Isso, de certo modo, expressa a concepção por parte dos informantes de cooperação subjacente, ainda muito próxima ao comunitarismo promovido pela igreja ou ao coletivismo proposto por certas correntes políticas. Muitas das famílias desses grupos também participam de outras formas de cooperação presentes na comunidade/município, mas esses grupos não se constituem em espaço de organização propriamente e assim não se apresentam e não se representam.

4.1.2.2.4 Associação de gerenciamento de secadores comunitários

As associações de gerenciamento dos secadores comunitários são organizações constituídas por famílias sócias, em geral de uma mesma comunidade ou de comunidades vizinhas, mas sempre próximas. Em todos os municípios visitados, as equipes foram questionadas sobre esse tipo de organização quando ele não foi lembrado: na maioria dos municípios do território, existiam várias dele, mas quase todas desativadas há vários anos, por falta de acompanhamento ou por abandono das organizações de apoio, como prefeituras, Epagri e sindicatos de trabalhadores rurais – suas principais incentivadoras. A maioria das equipes entrevistadas não detinha mais informações, de acordo com os relatos, por essa razão, apenas foram sistematizados os dados de quatro municípios, onde as informações se revelaram mais consistentes, embora ainda bastante precárias, ajudando a constituir uma ideia geral desse tipo de organização de cooperação.

Nos quatro municípios foi registrada a existência de 47 organizações desse tipo, representando uma média pouco superior a 10 organizações por município.

Embora apenas um município tenha apresentado o número de famílias associadas, na maioria dos relatos esse tipo de organização foi caracterizado como de pequeno porte, ou seja, com poucas famílias associadas, em parte devido à limitada capacidade dos equipamentos. Nessa amostra, buscou-se seguir alguns critérios para conferir maior consistência aos dados. Nesse sentido, Paial entra como um município de pequeno porte e de baixa densidade organizacional; Xavantina se justifica também como um município de pequeno porte, porém com alto grau de organização comunitária, pois as organizações continuam funcionando precariamente e com apoio técnico contábil da prefeitura; os municípios de Concórdia e Seara se justificam como municípios maiores, considerados polos e de forte organização rural. Portanto, os dados, de certo modo, refletem esses critérios, pois Concórdia e Seara apresentam o maior número de organizações, e é nestes dois municípios que alguns secadores continuam funcionando. Pelos relatos, menos de 50% dos secadores desses municípios permanecem ativos, muitos deles com desvio da função original, mesmo que precariamente e sem acompanhamento.

As primeiras organizações desse tipo surgiram ainda nos anos 1980, denominadas então de “Condomínio de Secador” (figura e natureza jurídica diferente da associação), fruto de um programa do governo do estado denominado “troca-troca”. No território, as primeiras organizações de gerenciamento de secadores surgiram na primeira metade dos anos 1990 (29,8%), mas a maior concentração ocorreu na segunda metade dos anos 1990 (57,4%). Nos primeiros anos deste novo século, houve uma redução drástica, pois apenas foram constituídas 6 novas unidades (12,8%) nos primeiros 8 anos.

As “associações de secadores” surgiram num contexto de crise da pequena produção familiar da região (final dos anos 1980 e início dos anos 1990), fortemente ameaçada pelo aprofundamento do processo seletivo do sistema agroindustrial e da ameaça de inviabilização de outras atividades com a abertura das fronteiras do Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul). Portanto, constituíam-se em alternativa para reduzir os custos, pois as taxas de armazenagem e secagem de grãos das cooperativas e do setor privado eram muito altas; e para agregar valor à produção, especialmente à medida que o milho seria incorporado às rações produzidas nas próprias propriedades (havia uma desconfiança sobre a qualidade do milho da ração

das empresas). Dessa forma, poderiam garantir maior autonomia dos agricultores ante o sistema integrado das agroindústrias. No entanto, essa estratégia se revelou frágil e se esgotou rapidamente com a intensificação do processo seletivo e de concentração da produção (exclusão dos pequenos criadores e dos resistentes) e com a intensiva importação do milho de regiões especializadas do estado e de fora dele. Portanto, o baixo preço – especialmente na safra – e a redução da mão de obra com a especialização das unidades produtivas da região levaram à redução do cultivo de grãos na propriedade, tornando desnecessários os secadores. As próprias mudanças nos sistemas produtivos das propriedades familiares inviabilizaram os secadores como tecnologia necessária.

Aspectos organizacionais: nesse tipo de organização, constituem-se sócias todas as famílias que detêm sob sua posse uma propriedade, ou seja, há o entendimento de que a unidade familiar e produtiva é una. Não houve registro da participação de mulheres na direção, nem a de jovens agricultores/agricultoras. Com relação à participação de jovens, apenas dois municípios informaram, podendo chegar à aproximadamente 16% do total de cargos diretivos estimados (11 por organização). A forma de cooperação nessas organizações foi categorizada pelos entrevistados como “coletiva”, pois “todos tem os mesmos direitos”, “todos decidem juntos”, “todos têm parte igualmente no secador”. Das 47 organizações, apenas 6 (12,8%) são legalmente constituídas, possuindo estatuto, regimento e caderno contábil, enquanto a maioria (87,2%) é informal, apesar de possuir um estatuto.

Aspectos econômicos: essas organizações de cooperação apresentavam as vantagens de redução de custo pelo uso de mão de obra e de energia (lenha) próprias, pelo controle de qualidade dos próprios produtores e pela proximidade das propriedades (“evitando custo de transporte para secar na cidade”).

Os secadores comunitários foram construídos com o uso de crédito de diferentes fontes e quase sempre com a contrapartida dos associados, que era constituída pela mão de obra da construção e pela disposição de material para a construção (madeira). O crédito que financiou as primeiras unidades (até 2000) foi

originário de programa do governo de Santa Catarina. O recurso usado entre 2000 e 2002 era originário do Programa Federal Pronaf Infraestrutura.²⁴ A partir de 2003, extintas as possibilidades anteriores, os recursos passaram a ser originários de programas municipais, como foi o caso do Orçamento Participativo em Concórdia. Quase sempre as prefeituras participaram da construção das unidades de beneficiamento, realizando terraplanagem, cedendo áreas públicas mediante comodato e organizando acessos.

Os secadores estão localizados em áreas públicas das comunidades rurais ou em áreas cedidas para as organizações, mediante comodato de longo prazo (mais de 20 anos) ou por doação às associações comunitárias. Esses locais devem ser de fácil acesso a todos e próximos às áreas produtivas.

O patrimônio da organização é constituído por galpão (construção mista de alvenaria e madeira), equipamentos (motor), fornalha e exaustor. Esses secadores possuem, em geral, a capacidade média de três toneladas (50 sacas em quatro a cinco horas de secagem). Relatos apontam que os secadores mais recentes apresentam melhor tecnologia com redução dos problemas.

Os secadores são operados por cada família sócia (“eles mesmos operavam”, “cada um fazia o serviço”): transporte de sua produção, acompanhamento da secagem e fornecimento da lenha necessária. O principal produto é o milho, mas também são utilizados outros produtos como feijão, sementes forrageiras e ervamate. Os principais pontos de tensão e discussão surgiam em torno da limpeza do local e da manutenção e operação dos equipamentos.

²⁴ Desde 1997, quando foi criado, até o final de 2002, o Proinf (Programa Infraestrutura e Serviços) possuía um caráter municipal para o repasse dos recursos, numa relação direta com as prefeituras, atendendo aos municípios com menor IDH em cada estado. A partir de 2003, o Proinf passou a ser territorial.

4.1.2.3 Organização de cooperação de produtores por atividades

Essa terceira categoria é constituída por organizações de cooperação que se caracterizam mais pelo caráter de representação dos produtores de uma atividade agropecuária específica. No Território Alto Uruguai Catarinense, foram identificadas cinco organizações desse tipo: associação de criadores de suínos; associação de criadores de aves; associação de criadores de bovinos de leite e corte; associação de piscicultores; e associação de apicultores.

Desses cinco tipos de organizações, serão descritas, mesmo que de forma mais breve, apenas a Associação de Suinocultores e a Associação de Bovinocultores, por se constituírem em organizações mais tradicionais e com histórias que marcam a trajetória dessas atividades no Território e para além dele, como será visto adiante.

A Associação de avicultores não será descrita, pois as equipes informantes não possuíam domínio de informação, nem mesmo foram identificados nos municípios informantes sobre ela. Isso se deve possivelmente pelo fato de esta organização possuir um caráter estadual e uma forma de organização menos capilarizada, diferentemente das outras duas, como poderá ser visto mais adiante. A avicultura (sistema integrado à indústria) no TAUC apresentou um crescimento médio de 39,17% no período de 1996 a 2006, sendo que os municípios que tiveram os maiores crescimentos foram Piratuba (391,00%), Arvoredo (228, 83%), Ipumirim (149,84%) e Xavantina (136,44%). No entanto, a produção ainda apresenta forte concentração espacial, sendo que os municípios de Concórdia, Ipumirim, Seara e Piratuba (por ordem decrescente em volume de produção) detêm 67,33% da produção de aves de corte no TAUC (IBGE, 2007b).

As Associações de Apicultores e Piscicultores também não serão descritas, pois, igualmente, as informações obtidas foram muito restritas, dificultando uma maior e melhor caracterização delas. As duas atividades, embora presentes nos sistemas produtivos das propriedades familiares, são de inserção ainda recente no debate das alternativas de produção no Território, sendo que as principais demandas

ou são resolvidas pelos próprios produtores, individualmente, ou pelas secretarias municipais. Essas atividades aparecem nos relatos das equipes locais, porém sem maior apropriação e em dados ainda bastante inconsistentes comparativamente a outras atividades. Dessa forma, não foi possível reunir um conjunto de informações suficiente para uma análise e caracterização destas organizações dentro das condições do atual estudo.

Com relação à apicultura, os dados do IBGE (2007b) mostram que a produção de mel cresceu apenas 20,91% no período de 1996 a 2006. Mas o que chama a atenção é que esse crescimento segue o rumo tradicional de concentração em alguns municípios, ou seja, 6 municípios ampliaram sua produção, enquanto outros 6 reduziram-na, sendo que um manteve-se estável e os outros dois municípios (Alto Bela Vista e Paial) ainda não eram emancipados em 1996, inviabilizando a comparação.

Associação Catarinense de Criadores de Suínos (ACCS): essa organização foi fundada em 1959, ou seja, já possui meio século de existência, com uma história de destaque comparativamente às demais organizações da categoria, participando dos principais momentos do desenvolvimento dessa atividade produtiva em Santa Catarina e no País. Os suinocultores foram os primeiros a formar sua entidade de representação no estado, surgida como as demais: a partir de necessidades e demandas, especialmente das granjas de reprodutores (material genético). Essa organização teve um papel fundamental não somente na implantação da atividade suinícola em Santa Catarina, como também, especialmente, no melhoramento genético dos plantéis, criatórios e no arraçamento dos animais.

A organização dos associados da ACCS está estruturada em 8 regionais, com crescente número de núcleos municipais, saindo de 45 em 2003 para 73 em 2007. A ACCS busca alcançar maior controle do produtor sobre a produção, considerando que aproximadamente 90% do abate das indústrias e 80% da produção total de Santa Catarina são originários de sistemas integrados de produção das agroindústrias, cooperativas, nas integrações e condomínios particulares (ACCS, 2010).

De acordo com o técnico responsável do núcleo de Concórdia, a ACCS promove a defesa do setor de produção como um todo, mas fundamentalmente da integração como sistema de organização da produção, buscando criar condições para um maior diálogo entre o setor de produção, o setor industrial, varejista, e outros interessados no desenvolvimento da suinocultura. No desenvolvimento do trabalho da Associação, podem ser destacadas as suas principais atividades em três campos de ação:

- campo técnico: procurando levar os benefícios dos cruzamentos aos suinocultores, estimulando a produção de animais híbridos ou cruzados junto aos 62 estabelecimentos registrados na ACCS, como produtores de reprodutores puros e cruzados. Por subdelegação da Associação Brasileira de Criadores de Suínos (ABCS), realiza o Registro Genealógico, através do qual se controla a utilização do material genético nas granjas de reprodutores;

- campo econômico: discussão de preço, custo de produção, insumos (em especial a política de produção de grãos) e criação de leis, como a que passou a vigorar em abril de 2008 no estado de Santa Catarina, isentando os suinocultores independentes de pagarem taxas adicionais de emissão da Guia de Trânsito Animal (GTA) a cada vez que fazem o transporte de animais dentro do estado, apenas mudando de granja;

- campo da comunicação: a ACCS procura fazer uma divulgação da carne suína dentro dos limites de arrecadação que possui, com foco no consumo interno; apoia festas em várias cidades do estado, eventos onde se destaca a participação dos núcleos municipais e regionais de criadores de suínos; participa/organiza eventos como exposições, feiras, simpósios etc.

Essas atividades vêm sendo desenvolvidas desde o começo da década de 1970, quando iniciou um trabalho conjunto com o Serviço de Extensão Rural, visando à organização da produção de reprodutores suínos em Santa Catarina. No TAUC, estão constituídos dois núcleos de criadores de suínos, conforme as tabelas 20 e 21.

Tabela 20 – Número de associados, matrizes e plantel do núcleo de Concórdia – ACCS, em 2008

Município	Associados	Matrizes	Plantel
Alto Bela Vista	32	568	9.816
Arabutã	65	1800	24.978
Concórdia	287	24.584	183.128
Ipira	6	205	1.350
Ipumirim	90	2.977	32.905
Irani	69	3.620	26.637
Lindóia	255	7.942	98.586
Peritiba	85	2.501	25.374
Pr. Castelo Branco	2	165	868
Regional	972	46.843	437.258

Fonte: ACCS – Concórdia; elaboração do autor.

Tabela 21 – Número de associados, matrizes, plantel do núcleo de Seara – ACCS, em 2008

Municípios	Associados	Matrizes	Plantel
Arvoredo	66	1.853	27.283
Ita	25	1.821	12.330
Paial	0	0	0
Seara	149	12.438	101.272
Xavantina	174	12.713	91.195
Regional	414	28.825	237.080

Fonte: ACCS; elaboração do autor.

Por essas duas tabelas anteriores, pode-se perceber que o núcleo de Concórdia possui maior número de sócios (65,7%), matrizes (61,9%) e também de plantel (64,84%) do território, pois também tem o maior número de municípios. Neste núcleo, os municípios de Concórdia (52,48%) e Lindóia (16,95), somados, detêm 69,42% das matrizes de suínos. No entanto, a média de matrizes por associado é menor no núcleo de Concórdia, com 48 matrizes/associado, enquanto que no núcleo de Seara a média é de 70 matrizes/associado. O núcleo de Seara apresenta-se ainda mais concentrado, pois os sócios de Seara e Xavantina detêm juntos 87,25% das matrizes. Os quatro maiores municípios concentram 72,22% do número de matrizes do território.

Esses dados ganham maior significado quando compreendidos dentro da dimensão desta atividade no território, pois, de 1996 para 2006, houve um crescimento no efetivo do rebanho suíno de 117,33%, passando de 965.669 para 2.098.732 cabeças. Naquele período, todos os municípios do TAUC apresentaram uma variação positiva no efetivo do rebanho, sendo que o município de Irani

apresentou a maior variação, de 333,56%, enquanto que a menor variação positiva foi de Ipumirim, com 32,63% (IBGE, 2007b). Embora os dados disponíveis sejam de 1996, ainda representam a realidade da criação de suínos no Território, pois 74,11% da produção de suínos ocorriam em estabelecimentos entre 10 e 50 hectares, enquanto apenas 12,66% aconteciam nos estabelecimentos com menos de 10 hectares e 13,14% nos de mais de 50 hectares (IBGE, 1996). Ainda com relação ao efetivo do rebanho de suínos do Território, os municípios de Concórdia (24,46%), Seara (21,26%) e Xavantina (12,82%) detinham, juntos, 58,54% do rebanho em 2006 (IBGE, 2007b). Esses dados demonstram a concentração dessa atividade em alguns municípios e em algumas comunidades deles; de acordo com o relato dos informantes, contribuindo para a construção e ampliação das diferenciações internas no Território. Mas o que chama a atenção nos dados sobre o efetivo do rebanho de 2006 é que 9 municípios do território perderam participação em relação a 1996, dentre os quais os principais produtores, como Concórdia, Ipumirim, Lindóia, Seara e Xavantina, enquanto que apenas 4 municípios ampliaram sua participação no total do Território: Irani, Peritiba, Arabutã e Arvoredo. No período de 1996 a 2006, dois novos municípios entraram, mas com participações muito pequenas: Alto Bela Vista, com 1,73%, e Paial, com 0,76% do total do TAUC naquele ano de 2006 (IBGE, 2007).

A Associação Catarinense de Criadores de Bovinos (ACCB) é uma entidade sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, fundada em 1965, que comemorou em 2009 os seus 45 anos de existência. A ACCB congrega em seu quadro associativo os produtores de leite do Estado de Santa Catarina, criadores de Bovinos das Raças Jersey e Holandesa (ACCS, 2010).

A ACCB é filiada às Associações Brasileiras das Raças Jersey e Holandesa e, portanto, é detentora da emissão de Certificado de Registro Genealógico em todo o território catarinense. Suas principais atividades são realização dos registros genealógicos; fomento ao serviço de controle leiteiro, com as pesagens mensais de produção e análise de qualidade – através do programa de gerenciamento; apoio e promoção através de seus Núcleos Regionais de feiras e exposições agropecuárias, no que tange aos julgamentos morfológicos dos animais, e nos torneios leiteiros. Também vem apoiando as iniciativas de núcleos municipais na realização de feiras de comercialização e nas atividades de integração dos sócios.

Para a realização das análises de qualidade, foi construído um laboratório estadual de qualidade do leite, com recursos do Território, numa parceria com a Companhia de Inspeção e Defesa Sanitária Agropecuária de Santa Catarina (CIDASC) e a Universidade do Contestado – Concórdia (UnC).

A ACCB possui 11 Núcleos Regionais, dos quais 6 estão localizados nos principais municípios da região oeste catarinense (Joaçaba, Xanxerê, São José do Cedro, São Miguel do Oeste, Chapecó e Concórdia); 1 em Lages, no Planalto Catarinense; 3 na região Vale do Itajaí (Blumenau, Rio do Sul e Presidente Getúlio Vargas); e 1 em Braço do Norte, no sul do estado. Isso se explica no fato de que a grande região oeste se constituiu na maior bacia leiteira do estado a partir dos anos de 1990, superando a região do Vale do Itajaí, que dominou a produção leiteira durante os anos de 1970 e 1980 (ACCB, 2010).

O Núcleo Regional de Concórdia é um dos 11 núcleos regionais da ACCB em Santa Catarina e constitui-se de núcleos municipais com aproximadamente 47 associados, segundo a informação da regional. Esse número se amplia para 169 associados, com o acréscimo de 122 produtores, de acordo com os informantes municipais de Seara, Presidente Castelo Branco e Concórdia. Apenas o município de Jaborá (com dois produtores associados) pertence ao núcleo regional de Concórdia mas não pertence ao Território Alto Uruguai Catarinense.

Os núcleos municipais do TAUC são recentes, sendo que o mais antigo é Concórdia, fundado em 1985; os de Presidente Castelo Branco e Seara são os mais recentes, constituídos em 2001 e 2007, respectivamente.

De acordo com os dados do IBGE (1996), a bovinocultura era uma atividade tipicamente de pequenas propriedades, pois 68,59% do efetivo do rebanho encontravam-se nos estabelecimentos com área de terra entre 10 e 50 hectares, apenas 12,85% estavam em propriedade com menos de 10 hectares e os maiores que 100 hectares possuíam apenas 7,57% do efetivo do rebanho. No período de 1996 a 2006, a bovinocultura apresentou uma variação positiva de 25,99% em seu efetivo no Território: o município de Arvoredo alcançou maior índice de crescimento, com 34,26%, e o município de Concórdia ficou com o menor índice de crescimento

(11,54%). Nessa atividade, apenas o município de Itá teve variação negativa (- 1,01) em seu rebanho efetivo no mesmo período (IBGE, 2007b), o que pode ser explicado pela inundação de parte de seu território para lago da hidroelétrica que lá se instalou.

4.1.2.4 Associações de Desenvolvimento das Microbacias (ADMs)

As Associações de Desenvolvimento das Microbacias são organizações constituídas a partir do Projeto Microbacias 2, financiado por Empréstimo contraído pelo Governo do Estado de Santa Catarina junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), dando seguimento ao projeto anterior, que vigorou durante o período de 1991 a 1999. Com a conclusão dessa segunda edição do projeto (2004-2008), encontra-se em fase de renegociação uma terceira edição junto ao BIRD, buscando superar os limites dos anteriores, priorizando novas demandas.

No Projeto Microebacia 1, os resultados no campo da participação, descentralização e protagonismo dos atores locais, não avançaram satisfatoriamente. As avaliações revelaram uma débil participação dos agricultores e demais atores locais nos organismos que foram constituídos para a gestão daquele projeto, sugerindo para a sua continuidade estratégias de participação que deleguem parcela importante do poder decisório aos próprios beneficiários, um dos pressupostos essenciais para o alcance dos objetivos previstos e a sustentabilidade do mesmo. (ICEPA, 2005, p. 8).

O Projeto de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PRAPEM/Microbacias2) teve como objetivo central reduzir a pobreza rural e propiciar a melhoria e a gestão dos recursos naturais. Neste enfoque a renda e o sustento das famílias rurais mais pobres tendem a melhorar mediante ações pró-ativas, que visam promover: (i) ações do Governo para integrar a sustentabilidade ambiental e social às estratégias de desenvolvimento e à redução da pobreza; (ii) a intensificação da governança local e a participação comunitária na tomada de decisões; (iii) a reversão da degradação do solo e melhoria da proteção dos recursos naturais no Estado; e (iv) a melhoria de oportunidades para a geração de renda e sustento dos pobres rurais. (EPAGRI/CIRAM, 2005, p. 6).

Portanto, o primeiro projeto tinha seu foco na problemática ambiental e sua relação com os sistemas produtivos das microbacias, enquanto essa segunda edição focou a questão da renda e, por conseguinte, os grupos sociais mais

vulneráveis dessas microbacias. No entanto, mesmo apresentando um foco, os projetos sempre trabalharam na perspectiva da integração das dimensões ambiental, social e econômica, com relativo sucesso, constituindo-se em experiências inovadoras em se tratando de projetos voltados ao meio rural em Santa Catarina. Em seu parecer de avaliação externa, Zander Navarro, ao se referir ao processo de construção dos projetos microbacias de Santa Catarina, afirma que

[...] uma das características principais do primeiro ciclo, a ênfase em uma unidade operacional e de planejamento, a microbacia, central para estimular uma lógica sistêmica e sócio-ambiental, perdeu parcialmente a sua ênfase no segundo ciclo, não obstante continuar sendo chamado pela marca pública sob a qual ficou conhecido, o “Microbacias-2”. (NAVARRO, 2007, p. 13).

A estratégia de execução do projeto partia da organização do público-meta e os beneficiários, através de uma Associação de Desenvolvimento da Microbacia (ADM) – coordenados pelo Grupo de Animação (GA) –, elaboravam o Plano de Desenvolvimento da Microbacia, com apoio dos Animadores Municipais e dos Facilitadores²⁵ das Microbacias, devidamente capacitados. Esse plano era o resultado de um processo de planejamento participativo, flexível e integrado à trajetória e à experiência de desenvolvimento já vivenciada pelas comunidades envolvidas na MBH trabalhada. Era recomendado que nas MBHs onde já existissem organizações comunitárias criadas, o projeto realizasse ações de sensibilização e capacitação dos seus associados, estimulando a ampliação do enfoque nos objetivos dessas organizações, visando ao desenvolvimento sustentável.

No entanto, o Projeto Microbacias 2 fez surgir, na maioria das microbacias, novas associações, para se constituírem nos espaços de gestão e de participação das famílias de agricultores das comunidades rurais agrupadas nas microbacias de sua abrangência. “A constituição da ADM será condição para a inclusão da microbacia no Prapem/Microbacia 2” (EPAGRI/CIRAM, 2005, p. 8).

²⁵ O facilitador é o profissional contratado pela ADM responsável para executar os serviços de Ater (Assistência Técnica e Extensão Rural), com vistas a apoiar a elaboração, gestão e execução do PDMH (Plano de Desenvolvimento da Microbacia Hidrográfica). Os facilitadores são extensionistas rurais, de nível superior ou médio, vinculados diretamente às ADMs. Por força da atividade que desenvolvem, são supervisionados tecnicamente pelo órgão executor do subcomponente Ater (Epagri). Devem dedicar-se em tempo integral ao projeto (ICEPA, 2005, p.9).

De acordo com o estatuto modelo elaborado no projeto, em seu art. 1º, estabelece-se que a ADM é uma Sociedade Civil, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro no município de origem, no Estado de Santa Catarina, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial e prazo de duração indeterminado. A ADM tem por finalidade promover e apoiar o desenvolvimento rural sustentável das comunidades abrangidas pela sua área de atuação, que é constituída pelas comunidades integrantes da microbacia referente (Art. 2º). O art. 37º veda qualquer possibilidade de distribuir lucros, bonificações ou vantagens aos seus associados, sob qualquer forma ou pretexto, não concedendo, sob qualquer fundamento, remuneração, gratificação ou pró-labore aos representantes dos associados nos seus órgãos de administração, e nenhum qualquer superávit financeiro deve ser aplicado em suas finalidades, não podendo existir rateio entre seus associados (SEAPR/PRAPEM, 2009, p. 1).

Fica evidente assim, que essas associações, em sua grande maioria, nascem da própria necessidade do Projeto Microbacias 2 e se apresentam de modo claramente definido e delimitado para atender as finalidades daquele. Portanto, os técnicos do projeto, denominados facilitadores, e da Epagri foram os seus estimuladores e organizadores, prestando o acompanhamento necessário; mas eles receberam também o apoio e tiveram a participação dos técnicos das prefeituras (secretarias municipais de agricultura), em alguns casos contaram, ainda, com o apoio de outras entidades, como igrejas, sindicatos e outras.

Na escolha e definição das microbacias apoiadas pelo Projeto, de acordo com o coordenador regional do Microbacias 2 de Concórdia,

[...] foram definidas as microbacias, procurou-se um 'agrupamento' das comunidades, procurando conciliar: aspectos sociais (sentimento de pertença às comunidades), aspectos hidrológicos e também um arranjo que possibilitasse um número médio de 120 famílias por Microbacias. Depois de feita esta delimitação, foi feita a priorização daquelas que seriam trabalhadas pelo projeto, com base em critérios sócio-econômicos (60% do peso e critérios ambientais, correspondendo a 40% do peso). Tudo isto depois foi homologado/negociado com uma comissão municipal, com a maioria da representação dos agricultores das áreas envolvidas. (Entrevista do coordenador regional do MB 2, Concórdia).

Segundo os dados fornecidos pela regional do Projeto Microbacias 2, nos 15 municípios do Território Alto Uruguai Catarinense, foram trabalhadas 67 microbacias, que constituíram 67 Associações de Desenvolvimento de Microbacias (ADMs) e que, por sua vez, abrangeram 292 comunidades rurais, envolvendo 8.515 famílias.

O presente estudo, no entanto, em seu trabalho de campo, em função da disponibilidade dos informantes específicos, conseguiu atingir 33 ADMs (49% do total), envolvendo aproximadamente 4.132 famílias (48,5%), em 8 dos 15 municípios do Território, conforme tabela 22.

Aspectos organizacionais: essas organizações já nascem legalmente bem-constituídas, com a natureza de associação, com toda documentação exigida, como ata de fundação, estatuto, livro de ata, livro contábil, e de posse de seu CNPJ, ou seja, todas estão legalmente constituídas. Também realizam reuniões mais organizadas e sistemáticas, com frequências que variavam de 40 a 90 dias, geralmente articuladas pelos facilitadores e, em alguns casos, também com o apoio e a participação de dirigentes.

A constituição dessas organizações é recente, como mostra a tabela 22, pois, dentre as 33 ADMs identificadas, apenas 2 surgiram antes de 2004, como experiências piloto, enquanto que, das demais, 30% foram constituídas em 2004 e 64% foram formadas em 2005, conforme os informantes dos 8 municípios analisados.

A forma de filiação varia entre os municípios informantes, a maioria apontou a família como sócia, mas também apareceram a filiação de pessoas e a filiação por propriedade. Mesmo que a maioria tenha apontado filiação familiar, o termo de adesão é individual de acordo com as regras do Projeto Microbacias. Essa indefinição pode ser explicada pelo fato de que, nas comunidades rurais, essa separação é praticamente impossível. Para os camponeses, são componentes indissociáveis, diferentemente da lógica capitalista que separa, fragmentando propriedade/atividades produtivas; família/mão de obra; comunidade/entidades organizativas.

Tabela 22 – Número de organizações, número de famílias, período de constituição, apoiadores, participação, aspectos organizacionais, documentação das Associações de Desenvolvimento de Micro Bacias (ADMs), por município do TAUC abrangido pelo estudo

Municípios	Nº Org.	Nº Fam.	Antes	2004	2005	Partici.		Aspecto Organizações			
						Mulher	Jov.	Forma	Filiação	Cond. Leg.	Reuniões
Arvoredo	3	395	x	2	1	-	-	C	Família	F	60
Pail	2	351	x	x	2	04	01	O	Família	F	SDD
Xavantina	5	600	x	2	3	06	09	C	Pessoa	F	40
Seara	7	991	1	1	5	20	10	O	Família	F	60
Ipumirim	6	680	1	1	4	17	12	SC	Família	F	SDD
Itá	3	337	x	1	2	12	03	PC	Pessoa	F	90
Peritiba	2	278	x	1	1	05	05	C	Propriedade	F	SDD
Ipira	5	500	x	2	3	45	12	C	Família	F	60
Totais	33	4132	2	10	21	109	52	-	-	-	-

Legenda: C - Coletiva; O - Organização; SC – Semi-Coletivo; PC – Prática de Cooperação; F – Formal; SDD – Sem Data Determinada.

Fonte: elaboração do autor.

Do ponto de vista organizacional, também merece destaque a participação de mulheres e jovens nessas associações. Essa informação foi fornecida por 7 municípios que, juntos, possuem 30 associações; estimando-se que cada organização possua 12 cargos diretivos, tem-se ao todo 360 cargos. De acordo com os informantes, havia 109 mulheres participando das direções das ADMs, o que representa 30% dos cargos. Seguindo o mesmo raciocínio, havia 52 jovens ocupando cargos diretivos, o que representa 14% dos cargos. Esses dados revelam uma participação maior desses segmentos nesse tipo de organização, comparativamente aos demais tipos de organizações de cooperação analisados até aqui nesse estudo do TAUC. Isso parece ser resultado do próprio enfoque teórico-metodológico, que impactou sobre o perfil e a linguagem dos técnicos envolvidos, mas também parece resultar do público foco (os mais vulneráveis ou em risco social) mobilizado pelo Projeto Microbacias. Programas com esse foco têm se dirigido e também têm conseguido maior adesão, das mulheres em especial. Com relação aos jovens, parece ser mais fruto da ausência de outros programas ou de alternativas de diálogo e envolvimento desse público no espaço rural, em especial de famílias desassistidas.

Com relação à forma de cooperação nesse tipo de organização, a grande maioria dos informantes apresentou muita dificuldade em categorizá-la, aparecendo em 4 municípios a definição como *coletiva* (“todas as famílias fazem parte”, “ouve todos e prioriza os pequenos”, “as decisões são conjuntas, democráticas”). Outro município definiu como *semicoletivo*, pois “as propriedades são individuais”. Também apareceu a definição de *prestação de serviço* em um município, pois “o facilitador é uma prestação de serviço”. Mas em dois municípios os informantes categorizaram as ADMs como de *organização*, ou seja, nenhuma das categorias sugeridas inicialmente (coletiva, semicoletiva ou de prestação de serviços), pois “é mais abrangente, não é uma mera prestação de serviço, tem plano de trabalho, tem a independência das propriedades”. Podem-se extrair duas observações dessa dificuldade de categorização: uma da falta de clareza de possíveis critérios de categorização, por desconhecer a própria importância da categorização adequada para o trabalho com organizações, ou seja, a maioria das equipes trabalha com as organizações de cooperação com pouca clareza de suas diferenças e particularidades, de suas implicações de natureza jurídica, da necessária coerência

entre tipo de organização/natureza jurídica/objetivos/estrutura organizativa no funcionamento, do desempenho das finalidades e da relação com o conjunto das organizações presentes no meio em que atua; outra observação tem relação com o fato de que esse tipo de associação (ADM) realmente se constitui em uma nova organização, que traz novas funções e atividades para organizações desse tipo, especialmente para a realidade rural do Território. A ADM busca incorporar a dimensão do desenvolvimento como o grande objetivo, do qual se desdobram um conjunto de objetivos específicos em diversas dimensões (ambiental, social e econômica), ainda pouco compreendidas pelo conjunto dos atores locais, pelas comunidades e pelos próprios gestores do Projeto Microbacias 2. No entanto, de acordo com as definições assumidas para esse trabalho, podemos categorizar a ADM como uma organização de cooperação tipicamente de prestação de serviço, como se verá mais adiante em suas atividades.

Com relação ao campo de atuação da cooperação, as categorias apresentadas foram atuação prioritária na *produção*, na *comercialização*, na *transformação* ou *em toda cadeia produtiva*. No caso das ADMs, essa categorização não se apresentou adequada. Isso se evidenciou na dificuldade dos informantes em responder a questão que tratava do assunto, pois nenhuma equipe adotou a categorização tradicional apresentada na ficha de caracterização. Das 8 equipes municipais informantes, 3 não chegaram a uma definição; 1 equipe municipal definiu como campo de atuação da cooperação da ADM a *organização de produção* (“apoia a produção”, “atende a demanda de estruturação das unidades de produção, a sua viabilidade”); 1 equipe categorizou como campo de atuação a *organização dos agricultores* (“trabalha com ações coletivas como os poços artesianos, reservatórios, o tratamento do lixo”, “infraestrutura comunitária”); 1 equipe definiu o campo de atuação da cooperação dessas associações como de *prestação de serviços* (“tem o técnico para prestar assistência”, “trabalha na gestão e planejamento”, “elaboração de projetos”, “busca recursos e sua aplicação”); outras 2 equipes locais definiram o campo de atuação da cooperação das ADMs simplesmente a *organização*, mais em um sentido social (“atua no social, na melhoria das residências”, “trabalha as três dimensões – mas principalmente o social”, “capacitação”, “conscientização ambiental”).

Aspectos econômicos: as ADMs não utilizaram crédito nem em sua estruturação nem para grupo de sócios, apenas gerenciaram os recursos não reembolsáveis ou “a fundo perdido”, originários do Projeto Microbacias 2. A gestão do recurso parece ter sido uma das principais razões da constituição das associações, no entendimento da maioria dos beneficiados e de acordo com a opinião de muitas equipes municipais. De acordo com o projeto Microbacia 2, “Esta associação, constituída legalmente, será responsável pelo gerenciamento dos recursos necessários para contratação do Serviço de ATER cuja responsabilidade será elaborar e executar o PDMBH” (BANCO MUNDIAL, 2002 apud EPAGRI/CIRAM, 2005, p. 34). No convênio assinado com a Epagri, as ADMs assumiram duas obrigações: acompanhar as atividades previstas no Plano de Desenvolvimento da Microbacia, elaborando relatório das atividades à Epagri, quando solicitados e autorizar a empresa prestadora de serviços, responsável pela elaboração e execução do PDMH, a liberar o profissional para participar de eventos de capacitação e atualização técnica, promovidos e custeados pela Epagri (EPAGRI, 2009).

Para apoiar a elaboração, gestão e implementação do Plano de Desenvolvimento da Microbacia Hidrográfica (PDMBH), as ADMs contrataram facilitadores, responsáveis pelo Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Um facilitador assiste a duas microbacias, embora a orientação do estado previsse escala de 1:1 (1 facilitador por microbacias). No início do Projeto Microbacias no TAUC, segundo o seu coordenador regional de Concórdia, havia 32 técnicos facilitadores para atender as 67 microbacias, sendo que destes um era pago pela Prefeitura Municipal de Piratuba, e 3 microbacias eram assumidas por técnicos da Epagri, além do trabalho tradicional já executado, ou seja, estes acumularam funções. Todo o trabalho se desenvolveu de modo integrado com as secretarias municipais de agricultura. Esse componente (ATER) constitui-se em um dos grandes diferenciais do Microbacias 2 e em elemento diferenciador dessa organização (ADM) para com a maioria das demais analisadas neste estudo. De acordo com o coordenador regional do Prapem/Microbacias de Concórdia, no final de 2008, havia apenas 23 facilitadores, sendo 22 pagos pelo projeto e 1 pago pela prefeitura municipal. Atualmente, a Epagri e a Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento estão buscando adequar a ATER à nova realidade da extensão do

Projeto Microbacias 2, enquanto buscam a renovação do projeto por mais 3 anos, prevendo, no primeiro ano do financiamento adicional, apoiar financeiramente somente 50% da ATER, essa é uma determinação do Banco Mundial.

Desta forma deveremos trabalhar com 17 a 18 facilitadores pagos pelo projeto. A necessidade adicional será suplementada com a participação das prefeituras municipais e também a própria Epagri deverá suplementar parte desta demanda. (Coordenador regional do Projeto Microbacias de Concórdia).

Para o coordenador, a Epagri já vinha, na condição de responsável pela ATER do Projeto, assumindo parte da demanda, pois em cada município existia um extensionista da empresa, responsável no município pelo serviço de Secretário Executivo Municipal do Microbacias, além de outros 7 extensionistas municipais envolvidos.

Os recursos do projeto administrados pelas ADMs foram aplicados em investimentos comunitários, em grupos e individualmente. Infelizmente não foi possível obter as informações sobre o número de projetos e os valores da cada um, pois havia a necessidade de “um ajuste no sistema de geração de relatórios por Florianópolis para filtrar estas informações”, de acordo com o coordenador regional.

De acordo com os informantes municipais, e em confirmação do coordenador regional do Projeto, a maioria dos projetos gerenciados pelas associações teve como prioridade a produção de leite a pasto, a agregação de valor e a gestão ambiental. Várias associações também gerenciam grupos de máquinas (ensiladeiras, distribuidores de calcário e esterco, plantadeiras), adquiridos com recursos do projeto. Na maioria desses grupos, todos os beneficiários são agricultores da microbacia, embora obviamente algumas famílias demandem mais que outras desses serviços.

Aspectos relacionados à cooperação: sobre a cooperação, pode-se identificar pelos relatos que houve experiências interessantes. Nas microbacias em que ocorreu uma interação da ADM com as demais organizações pré-existentes, os resultados no avanço da cooperação e possivelmente do Projeto foram maiores. Em várias microbacias, constituíram-se pequenos grupos de cooperação em atividades

produtivas, como visto anteriormente. A ADM iniciou uma experiência nova, que é a de construção da relação cooperação e desenvolvimento numa perspectiva multidimensional, ou seja, levando em consideração as questões ambientais, sociais e econômicas. Isso por si só já é um importante campo de estudo sobre essas organizações. Houve relatos afirmando que “as mulheres cooperam mais”, que houve cooperação em muitas ações do projeto, como em compras conjuntas (mudas, insumos etc.), “na busca de alternativas”. Foram ressaltadas as parcerias Projeto/Epagri/Prefeituras e outras organizações, variando com a realidade de cada município.

No entanto, também foram significativas as falas apontando os limites da cooperação nesse tipo de organização: “a cooperação até acontece, é mais pra dentro do projeto, mas não fora dele”, “eles entenderam um pouco errado”, “a associação ficou restrita”, “as famílias não assumiram a associação”, “parece que não é dele”, “só se unem pela necessidade”.

As falas também apontam motivos como: “é uma coisa nova pra eles”, “ter um técnico”, “fazer um planejamento”, “a microbacia ficou muito tempo sem técnico”, “muita troca dos técnicos da ADM”, “a comunidade não tem uma visão de microbacia, é uma visão da diretoria e olhe lá!”, “faltou discutir mais a organização”. Também foram comentadas características comportamentais do público beneficiário do projeto: “tem a visão de ganhar o dinheiro”, “eles querem uma simples transferência de recursos”, “cada um está preocupado com sua cota”.

Com relação ao projeto, também foram feitas observações como “foi obrigado”, “não foi uma necessidade deles”, “não se teve a ideia de fortalecer e aproveitar o que já se tem”, “a intenção é boa, mas na prática não é o que acontece”, “existem problemas na relação da ADM com a cooperativa dos técnicos”. Aparece também uma grande preocupação com o futuro do projeto e das ADMs: “as ADMs não têm identidade, protagonismo”, “a autogestão ainda é muito diferenciada nas ADMs”, ou seja, elas se encontram em diferentes estágios do processo de construção da autogestão. Muitos informantes passaram a ideia de que “parou o projeto, parou a organização”.

4.1.2.5 Pequenas cooperativas de agricultores familiares

Nessa categoria, incluímos basicamente dois tipos de organizações de cooperação: as cooperativas municipais de produtores de leite e as cooperativas agroindústrias em rede. Em 14 dos 15 municípios do Território, foi possível obter informações sobre esses tipos de organizações, e, desses, 2 municípios possuíam apenas cooperativas de produtores de leite, enquanto em 12 municípios foram identificadas 14 cooperativas de pequenas agroindústrias (como são chamadas), conforme tabela 23.

Cooperativas municipais de produtores de leite: foram identificadas 4 cooperativas de produtores de leite no Território, das quais apenas a Cooperpaial, com 63 sócios, se encontra ativa; as demais – Irani (200 sócios), Seara (sem informação) e Xavantina (170 sócios) – encontravam-se desativadas ou inativas até final de 2008. O número de sócios dessas três cooperativas é de 137 produtores, um pouco superior à média das demais organizações aqui estudadas. Em Lindóia do Sul e em Concórdia, as cooperativas municipais em conjunto com outras organizações locais articulam as chamadas linhas de leite, sendo que as desses dois municípios possuem 55 e 170 participantes, respectivamente. Em Lindóia do Sul, vem sendo organizada uma cooperativa desse tipo a partir da linha de leite, juntamente com a Copafal e o forte apoio da Epagri e da prefeitura municipal. Em Seara, a situação é mais complexa, pois a Cooperativa de produção e consumo de Seara (CooperSeara) foi fundada por um grupo agricultores e lideranças ligados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais (Fetaesc), ao Sindicato Rural (Faesc – representante do patronato) e à Copérdua-Sicoob/Crediauc. Também contou com o apoio da prefeitura municipal na gestão anterior, derrotada na última eleição. Essa cooperativa vem passando por algumas dificuldades e se encontra desarticulada, favorecendo a aproximação com o grupo de produtores articulados com o Sindicato da Agricultura Familiar (Fetraf), a Cresol, a APACO, os movimentos sociais e o apoio da atual gestão da prefeitura. A CooperSeara, por sua constituição e finalidade, vem sendo pensada para fortalecer o processo de comercialização da produção e dos insumos, numa perspectiva mais agroecológica, necessária à produção nos sistemas familiares, muitos deles em conversão.

Embora essas cooperativas sejam constituídas a partir de uma atividade específica (leite), foram incluídas em tal categoria por serem formadas por pequenos produtores que, em sua maioria, ainda possuem os sistemas de produção diversificados quando comparados com os sistemas de produção de suinocultores e avicultores, e que buscam nesta atividade uma alternativa ao sistema tradicional de integração da região.

Nos anos de 1990, a produção leiteira se caracterizou como a principal alternativa de permanência no campo, de inclusão produtiva e social para os pequenos agricultores excluídos de outras atividades agropecuárias integradas à indústria, como a suinocultura e a avicultura. Os anos 2000 trazem mudanças mais fortes nesse cenário, com a intensificação da pressão seletiva a partir das novas regras e a crescente tecnificação da atividade leiteira, em um mercado com espaço de crescimento, porém em ritmo menor e cada vez mais controlado pelas grandes indústrias privadas e cooperativadas.

Portanto, é nesse cenário de esperança e apreensões que os pequenos produtores encontram técnicos, gestores públicos e dirigentes sensíveis para o apoio na organização da produção e da comercialização, através da constituição de cooperativas. Todas as cooperativas, mesmo as linhas de leite, surgiram efetivamente nesse período, a partir de 2000, como reação às fortes mudanças na atividade leiteira da região, buscando aumentar o poder de barganha (pela escala) e reduzir o impacto do processo de exclusão dos produtores mais frágeis (menor escala, estrutura e qualidade do produto).

Tabela 23 – Nº de Organizações, nº de famílias, nº de unidades agroindustriais, ano de constituição e entidades apoiadoras das pequenas Cooperativas Agroindustriais do TAUC

Município	Organizações	Agroindústrias		Leite	Ano Constituição	Apoiadores		
		Nº. Fam.	Nº Unid.	Nº Fam.				
Arvoredo	COOPER ARVOREDO (E/A)	39	5	-	2007	Prefeitura	Epagri	-
Paial	COOPER PAIAL (A)	(*)	5	63	2002	Prefeitura	-	-
Xavantina	COOPLX (A)	(*)	7	170	2004	Sindicato	Prefeitura	-
Seara	COOPAFAS (A)	36	14	-	1998	Apaco	-	-
	COPASE (A/E)	29	20	-	2005	Prefeitura	-	-
Itá	COOPER SEARA	-	-	Inativa	-	Prefeitura	-	-
	COPERVALE (A/E)	20	8	X	2000/2005	PMB 2	Apaco	Prefeitura
Lindóia	COPAFAL (E/A)	31	12	55 (L ^a L)	2006	Prefeitura	-	-
Ipumirim	COPERMIRIN (A/E)	20	10	-	2004	Prefeitura	Apaco	Sindicato
Arabutã	-	-	-	-	-	-	-	-
Concórdia	COOPAFAC (A)	34	12	170 (L ^a L)	1999	Sintraf	Epagri	Prefeitura
	COOPER PINHAL (E)					Epagri	Sintraf	Prefeitura
Irani	COPAGRAI. (A)	52	5	-	2007	Sindicato	Prefeitura	-
	COOPERAGRI	-	-	280 (Inativ)	1997/2007	Sindicato	-	-
Pr. Castelo Branco	COOPERCASTELO (E)	31	8	-	2006/08	Prefeitura	Epagri	-
Alto Bela Vista	COOPERABV (E)	41	7	-	2000/05	Prefeitura	Epagri	-
Ipira	CPAMI (E)	23	8	-	2000	Prefeitura	Epagri	-
Peritiba	COPAFAPER (E)	27	-	-	2000/08	Epagri	Pref	-
Piratuba	COOPPROPI (E)	170	7	-	2005	Aproopi	Epagri	Prefeitura
Total	18	553	125	4	-	-	-	-
Concórdia	CECAF (**)	-	13	-		Epagri	Apaco	Prefeitura

(*) Não possuem uma organização municipal de articulação, mas se articulam com a Seara e a Apaco/Ucaf.

(**) Central de Cooperativas da Agricultura Familiar, tem caráter regional e articula um conjunto das organizações municipais, apoiada pela Epagri.

Fonte: elaboração do autor.

O levantamento (quantificação) dessas experiências de organização de linhas de leite não foi realizado no presente estudo, mas as identificamos no trabalho de campo a partir das cooperativas dos municípios. Vale lembrar que é muito comum em toda a região uma ou várias comunidades se organizarem nos chamados grupos ou linhas de leite. O objetivo desses grupos é aumentar o volume de produto negociado conjuntamente com os compradores concorrentes, podendo eles mesmos fazer o recolhimento ou terceirizar esse serviço. Os resultados da organização são imediatos e visíveis pela dimensão que alcançam, pois vários relatos de equipes apontam ganhos de preço, que variam de 20 a 50%. Isso vem ao encontro dos dados obtidos por Dorigon (2006, p. 281), para o qual a “organização das ‘linhas de leite’ é a forma encontrada pelos agricultores para conseguir se contrapor ao pagamento de bonificação ao produtor pela quantidade vendida, aplicada na região por laticínios e cooperativas”. Ele identificou que, no caso da Copafac, a organização proporcionou até 67% de aumento no preço do litro de leite pago aos produtores de pequena escala (de R\$0,12 para R\$0,35 por litro de leite). Testa *et al.* (2003) classificaram o sistema de bonificação por escala de “transferência de renda” dos pequenos para os grandes produtores e estimaram que, nos anos de 1990, os produtores de menos de 1.500 litros/mês transferiram cerca de R\$40 milhões aos produtores maiores. Segundo eles, esse valor é superior aos recursos de investimento aplicados pelo Pronaf na atividade em Santa Catarina no mesmo período.

A organização cooperativa na atividade leiteira vem sendo estimulada e apoiada por secretarias municipais de agricultura, pela Epagri, mas principalmente pelo movimento sindical da agricultura familiar.

No horizonte futuro dessas cooperativas, está o projeto de industrialização do leite para agregação de valor, através de produtos diferenciados que fortaleçam o modo de vida dos camponeses da região. Essa aspiração era mais forte no início e agora não lhes parece tão factível, pois várias dessas cooperativas não conseguiram entrar em funcionamento até o momento, ficando mais visíveis alguns limites na organização dos produtores, nas organizações constituídas e no próprio cenário da atividade na região, de fortes disputas de interesses, o que demonstra a complexidade da problemática. O caso de Paial é exemplar, pois o município possui

uma unidade de industrialização instalada – mas não ativada –, construída com recursos do Pronaf Infraestrutura (ainda de 2002), com contrapartida da prefeitura municipal. Vários fatores explicativos foram apontados: falta de estudo de viabilidade; insuficiência de organização e coesão entre os sócios para assumir a gestão do empreendimento; falta de recursos complementares para a conclusão e a estruturação da unidade industrial; e o próprio jogo de pressão política promovido por diversos atores junto aos agricultores, este também identificado por Dorigon (2006) e Testa *et al.* (2003). Essa problemática em particular merece estudos específicos e mais aprofundados – impraticáveis neste trabalho por sua complexidade e abrangência –, pois a viabilidade das cooperativas constitui-se em elemento chave para o desenvolvimento do território em questão, em especial para a agricultura familiar.

Cooperativas de Serviços em Apoio às Agroindústrias Familiares de Produção: nessa categoria, são incluídas todas as pequenas cooperativas de abrangência municipal que dão suporte às agroindústrias familiares de pequeno porte (individuais ou associativas) e ao processo de comercialização dos produtos industrializados e *in natura*, principalmente da horticultura, em feiras livres locais ou fora do município de origem. Dos 14 municípios pesquisados, em 12 foram encontradas 14 cooperativas desse tipo, que, juntas, somam a participação de 553 famílias sócias – correspondendo a uma média de 39,3 sócios/famílias por cooperativa. Nos municípios de Paial e Xavantina, só foram encontradas as cooperativas de produtores de leite, já descritas anteriormente. No entanto, em Seara e Concórdia, foram encontradas, em cada município, duas 2 cooperativas desse tipo. Todas essas cooperativas entraram efetivamente em funcionamento a partir do ano de 2000, para o que contaram e contam com o acompanhamento e apoio de diversas entidades. Em 7 dos municípios, as prefeituras foram apontadas como as organizações mais importantes no apoio às cooperativas; em 3 deles, foi apontado o sindicato; em 2, as ONGs; e um município apontou o Projeto Microbacias 2 como o apoio mais importante. Vale destacar que as ONGs²⁶, juntamente com os Sindicatos da

²⁶ APACO (Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense – fortemente ligada ao movimento sindical da agricultura familiar) possui uma atuação histórica na cooperação registrada em vários estudos da região, conforme destacado em capítulos anteriores.

Agricultura Familiar, aparecem com influência e reconhecimento junto a essas cooperativas em 7 municípios do Território.

Aspectos organizacionais: como já visto anteriormente, como tipo de organização de cooperação é cooperativa, mas que se diferencia das cooperativas empresariais pelo quadro social (perfil do sócio), pela abrangência, finalidade, dentre outras características. Quanto à forma de expressão da cooperação, observa-se que em 4 municípios as equipes definiram como *coletiva*; em 3 municípios as equipes definiram como *prestação de serviço*; em 2 municípios definiram como *semicoletiva*; enquanto 3 equipes definiram como sendo apenas uma *práticas de cooperação*. Com relação à área em que ocorre a cooperação nestas cooperativas, 10 equipes apontaram a comercialização, duas equipes destacaram a atuação em toda a cadeia produtiva (produção/transformação/comercialização), uma equipe apontou apenas a produção e outra também apontou a prestação de serviços.

Essa dificuldade de categorização dessas organizações demonstra limites na compreensão das equipes sobre o papel e a natureza da organização, e em que efetivamente ocorre a cooperação, que práticas de cooperação existem etc. Todas as equipes declararam que nunca haviam refletido de modo mais sistemático sobre esses aspectos, nem sobre as implicações deles no processo de cooperação. Mas essa dificuldade de categorização é resultado também da significativa inovação que essas organizações representam no processo de cooperação da agricultura familiar do Território.

Nesse tipo de organização, foram apresentadas duas formas de se associar: em 4 das cooperativas a associação é por pessoa (mas o entendimento parece ser o de que a família também se beneficia automaticamente), e nas demais a associação é por família, ou seja, cada família é um voto, um espaço de poder. As reuniões ocorrem com muito mais frequência que nas categorias de organizações analisadas anteriormente, com períodos que variam de semanal a quadrimestral, predominando as reuniões mensais, e há 2 cooperativas que realizam reuniões semanais.

Aspectos econômicos: a partir dos relatos, foi possível identificar a prestação de serviço como a principal forma de cooperação deste tipo de organização, e nesse

campo a cooperação ocorre em maior intensidade e frequência, sendo que os principais serviços de apoio prestados por essas cooperativas, de acordo com as equipes municipais, são:

- **comercialização:** contratação de pessoa com habilidade na comercialização, responsável por articular a compra de insumos e necessidades básicas das famílias; venda da produção dos associados de forma conjunta, mas individualizada, na maioria das vezes;
- **transporte e distribuição:** coleta do leite, distribuição dos produtos nos mercados etc.;
- **contabilidade:** contratação de profissional habilitado para orientar e realizar a contabilidade para as cooperativas e os associados;
- **área fiscal:** emissão de nota fiscal da produção do associado, legalizando o transporte e a comercialização;
- **inspeção sanitária:** organização, agendamento e cobertura dos custos da inspeção sanitária;
- **marketing:** gestão da marca e CNPJ comuns, preparo das embalagens, código de barras, rotulagem e pontos de demonstração etc.;
- **organização:** dos produtores e produtos para a comercialização em feiras municipais, regionais, estaduais e nacionais;
- **gestão:** gestão dos espaços municipais de comercialização;
- **formação e capacitação:** capta recursos para formação/capacitação ou executa, em parceria, recursos captados por organizações parceiras;

- **integração social:** promove ou apoia, em parceria, a realização de eventos de integração e confraternização entre os associados e destes com outros;

- **assistência técnica:** é o caso da inspeção, contabilidade, formação/capacitação, além de outros serviços especializados realizados de forma mais adequada à realidade dessas organizações.

Essas cooperativas viabilizam a transformação e comercializam um *mix* com mais de 100 produtos, originários de cinco principais atividades criatórias: suínos, aves – corte e postura –, gado de leite, gado de corte, apicultura; seis culturas como milho, feijão, trigo, mandioca e cana de açúcar; várias espécies de hortaliças e frutíferas de clima temperado e tropical. Ao mesmo tempo que os diversos produtos das várias criações e culturas comercializadas pelas cooperativas são típicos dos sistemas especializados da integração e dominantes no sistema produtivo do território, como visto anteriormente, pode-se observar a ampliação de possibilidades com a presença de várias outras espécies, típicas de policultivo dos sistemas tradicionais do campesinato regional.

O processo de transformação das matérias-primas acontece em agroindústrias familiares de pequeno porte (individuais ou associativas) que estão presentes em todos os municípios do TAUC. Num rápido levantamento feito nesse Território, como pode ser visto na tabela 23, envolveu-se 13 dos 15 municípios, mas sem a intenção de precisão, chegando-se a 120 unidades agroindustriais, o que representa uma média de mais de 10 unidades por município, sendo que o município com menor número possuía 5 (Irani) e o com maior número 34 unidades agroindustriais (Seara). Soma-se às famílias ligadas às agroindústrias o grande número de famílias que produzem e comercializam produtos *in natura*, como é o caso da grande maioria dos produtores de hortaliças e de frutas que comercializam diretamente nas feiras ou mesmo através da venda direta em domicílio. No levantamento de campo, embora não fosse o foco do trabalho, foram identificadas “Feiras Livres” e “Casas Coloniais” em 10 dos 14 municípios pesquisados. As “Feiras Livres” acontecem semanalmente, quinzenalmente ou mensalmente, dependendo do município, em espaços alugados ou cedidos pelas prefeituras municipais. As “Casas Coloniais” são espaços permanentes de comercialização e que funcionam nos horários comerciais,

geralmente são construídas com recursos públicos locais ou externos, cedidas na forma de comodato para uma organização social (as cooperativas ou associações).

Essas cooperativas são estruturas leves e ágeis, desburocratizadas e constituídas para dar suporte às famílias e aos seus sistemas produtivos; portanto, os investimentos são feitos pelas famílias nas suas unidades produtivas e não o inverso, na cooperativa. As famílias cedem em comodato as suas unidades para a cooperativa por tempo determinado, geralmente por cinco anos ou mais, dependendo do tipo de unidade/investimento. Esse é o ponto onde se revelam o compromisso e a confiança entre as diversas famílias sócias. O patrimônio da cooperativa não é constituído por investimentos coletivos, mas por investimentos e projetos das famílias (individuais ou em grupo) posteriormente colocados em comum através de termo particular de comodato.

Com relação ao crédito, 10 municípios apresentaram essa informação, sendo que apenas em 3 deles houve uso de crédito coletivo e em 6 municípios foi feito uso de crédito individual. Isso demonstra que o crédito para a cooperação ainda representa uma dificuldade. A linha de crédito mais citada foi o Pronaf-investimento, captado e utilizado individualmente por cada família, enquanto o recurso captado coletivamente foi originário do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e através da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR). Para a implementação das unidades financiadas com recursos públicos, faz-se necessário que o local seja público: a prefeitura disponibiliza área pública ou é realizada uma cedência em comodato de uma área de terceiro para o poder público, que, por sua vez, disponibiliza_o para a organização.

Aspectos relacionados à cooperação: de acordo com os relatos das equipes, essas cooperativas, vantajosamente:

- fornecem o suporte legal para as atividades de produção, industrialização e comercialização;
- potencializam o uso do crédito ao viabilizar o processo de agregação de valor;

- viabilizam o acesso ao mercado local, regional e maiores, com mais qualidade e segurança;
- disponibilizam assistência técnica mais adequada à realidade dos pequenos agricultores;
- aumentam o poder de barganha, com aumento de escala, melhorando os preços de compra e venda;
- estimulam a permanência de famílias e também dos jovens no meio rural, com a geração de novos postos de trabalho e melhoria de renda;
- proporcionam a confraternização entre famílias e comunidades.

Embora pareça contraditório, de modo geral, para todas as equipes informantes, a cooperação praticada pelas famílias dessas cooperativas ainda é considerada “fraca”, quase sempre praticada apenas com os parceiros/vizinhos, predominando a visão individualista; os informantes praticam a cooperação quando estimulados através de práticas assistencialistas; a cooperação acontece em ações mais gerais como divulgação, comercialização, formação etc. Isso mostra que as próprias equipes locais demonstram dificuldade de perceber o significativo avanço que esse tipo de organização representa na cooperação e a própria cooperação praticada nelas e entre elas. Talvez o maior avanço esteja exatamente na ampliação da capacidade de cooperação entre as organizações, pois isso significa o amadurecimento e o fortalecimento na construção de relações institucionais entre os camponeses, sem implicar perda, inclusive de significado, das relações pessoais, predominantes nos grupos populares como os do campesinato.

4.1.2.6 Cooperativas de crédito rural

Como vimos anteriormente, no TAUC constituímos duas grandes categorias: cooperação convencional e cooperação alternativa. Dentro da categoria denominada de cooperação alternativa, incluem-se as organizações de cooperação ligadas à Rede Cresol, pois, como veremos a seguir, estas se diferenciam das cooperativas de crédito do Sistema Sicoob, que foram incluídas na categoria de cooperação convencional.

Esse tipo de organização – cooperativa de crédito – é uma das instituições não bancárias de crédito e microcrédito existentes, como as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSIP), o Banco do Povo, o Banco Comunitário e os fundos rotativos.

Partindo das diversas experiências, principalmente de fundos rotativos, constituídos por recursos captados através de ajuda internacional, os agricultores e suas organizações representativas e de apoio começaram a desenvolver a proposta de cooperativas de crédito apenas no início dos anos 1990. Esse processo foi estimulado e desencadeado na região pela iniciativa e criatividade de duas ONGs de Santa Catarina: o Centro de Estudos e Assessoria à Agricultura de Grupo (CEPAGRO Florianópolis) e a Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste de Catarinense (APACO). A primeira cooperativa de crédito desse gênero foi fundada em 1993, no município de Quilombo (SC), a segunda foi constituída em Seara (SC), em 1995, e antes do final da década já eram nove em todo o estado (GIOMBELLI, 2009, entrevista concedida ao autor).

Embora inicialmente fossem filiadas ao Sicredi-SC (Sistema de Crédito Cooperativo), ligado à Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) e à OCESC, diferenciavam-se desse movimento por não serem constituídas a partir e nem atreladas às cooperativas de produção, como era o caso do movimento constituído pela OCB.

Em 1995, no estado do Paraná, os agricultores familiares e suas organizações de representação e apoio iniciaram o processo de constituição de suas cooperativas de crédito, sendo que a primeira foi fundada em 1996. Porém, no Paraná, as cooperativas de crédito criaram também o seu próprio sistema, denominado Sistema Cresol de Cooperativas de Crédito com Interação Solidária Ltda., ou simplesmente Sistema Cresol, que, em janeiro de 2001, já se fazia presente nos três estados do Sul, possuindo 15,5 mil agricultores familiares associados (BITTENCOURT, 2001).

Em Santa Catarina, as cooperativas de crédito passaram por duas cisões: a primeira quando uma parte das cooperativas decidiu sair do Sicredi-SC para filiar-se ao Sistema Cresol Baser (Base de Serviços), em 1999; a segunda em 2004, quando um conjunto de Credis de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul saíram do Sistema Cresol Baser para constituírem o seu próprio sistema denominado de Cresol Central-SC/RS, o qual as cooperativas de crédito de interação solidária do TAUC passaram a integrar (GIOMBELLI, 2009, entrevista concedida ao autor).

Ao final de 2008, a Cresol Central possuía 57 cooperativas filiadas, com 69 Postos de Atendimento da Cooperativa (PACs) nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Foram constituídas seis Bases Regionais: Base Oeste (Chapecó), com 9 cooperativas filiadas; Base Integração (Seara), com 5 filiadas; Base Serrana (São Joaquim), com 12 filiadas; Base Vale do Itajaí (Dona Emma), com 7 filiadas; Base Alto Uruguai (Erechim), com 13 filiadas; e Base Noroeste (Constantina), com 11 cooperativas filiadas (GIOMBELLI, 2009, entrevista concedida ao autor).

A Cresol Central e suas Bases Regionais, como a Base Integração de Seara, são filiadas à União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e da Economia Solidária (Unicafes), organização criada em 2005 com a finalidade de se constituir em uma alternativa de articulação e interlocução do grande conjunto de organizações associativas não ligadas à OCB. De acordo com o mapeamento da economia solidária, realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) com diversas parcerias, em 2008 existiam no Brasil 21.859 empreendimentos de economia solidária, dentre as quais se encontram as pequenas cooperativas dos agricultores familiares, que envolviam 1.687.035 pessoas (63% homens e 37% mulheres), sendo que 48% dos empreendimentos encontravam-se

no meio rural, 35% estavam no meio urbano e 17% no que denominaram de urbano/rural. Em Santa Catarina, o mapeamento identificou 676 empreendimentos solidários, que envolviam 127.644 pessoas, 64% rurais (BRASIL, 2009).

A Rede Cresol constituiu no TAUC 4 cooperativas de crédito filiadas à Base Integração: Credi-Seara, Credi-Concórdia, Credi-Ipumirim e Credi-Irani.

4.1.2.7 Outras formas de organização identificadas na região

Nessa última categoria, criada para compreender a organização da cooperação no TAUC, foram incluídos dois principais tipos de organizações de cooperação: a cooperativa de trabalho e a colônia de pescadores.

Cooperativa de trabalho: esse tipo de organização foi encontrado em apenas um município (Ipumirim), constituído ainda na segunda metade dos anos de 1990, mas atualmente inativo. A organização foi constituída a partir da experiência da cooperativa de trabalhadores de Santa Maria (RS), iniciando com 74 pessoas de comunidades rurais. A filiação era por propriedade. Os objetivos eram prestar consultoria, realizar auditorias, serviços rurais e manter as famílias no campo. O desenvolvimento da cooperativa foi prejudicado por problemas legais, ou seja, as exigências legais inviabilizaram o seu desenvolvimento. Em outros municípios, como Lindóia do Sul e Piratuba, foram relatados a existência de discussão e o interesse em constituir cooperativas de trabalho como forma de ajudar a resolver em parte o problema dos operadores das associações de máquinas.

Colônia de pescadores: o município de Concórdia e os de seu entorno, que se localizam às margens do rio Uruguai, constituíram uma colônia composta por 76 pescadores (famílias), sendo que 2 famílias são de Joaçaba, município fora do Território. A maioria dos pescadores, 50, se concentra em Concórdia; Alto Bela Vista possui 10; Itá, 5; Piratuba, também 5; e Arabutã e Lindóia, 2 famílias cada, de acordo com a informação do presidente da colônia. Os dados do MDA apontam 97 pescadores, pois incluem outros municípios do Território, como Ipumirim (7), Paial

(6), Presidente Castelo Branco (6). No Território, mas também em toda região oeste, os pescadores permaneceram invisibilizados até bem pouco tempo e começaram sua trajetória de organização a partir da construção das Usinas de Itá e da Foz do Chapecó.

Pelo que se observa, até o presente momento, de modo geral, a cooperação perpassa todo o tecido social do TAUC, mas no meio rural adquire relevância especial, perceptível na descrição, por vezes detalhada em demasia para a finalidade deste estudo, mas talvez necessária pela carência desse tipo de informação identificada no trabalho de campo. Foi no meio rural que se teve a possibilidade de observar e ouvir os relatos – às vezes confusos –, quanto ao entendimento, à defesa e às interpretações das práticas, das formas e dos tipos de organizações de cooperação tradicionais da vida comunitária rural (sentimento nostálgico de um passado nem tão distante assim), das novas organizações surgidas com o processo de modernização capitalista na produção agropecuária e das alternativas ainda mais recentes, que vêm surgindo da crise provocada por esse modo de produção no campesinato do TAUC.

5 AS ESTRATÉGIAS DE COOPERAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR E SUAS RELAÇÕES COM O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO TAUC

Neste capítulo, buscamos apresentar uma interpretação das condições atuais da cooperação da agricultura familiar no Território Alto Uruguai Catarinense (TAUC). Para tanto, iniciamos com a apresentação de algumas constatações gerais, observadas no transcorrer dos trabalhos deste estudo. Na sequência, identificamos e caracterizamos as diferentes estratégias da cooperação da agricultura familiar, a partir da análise do conjunto de organizações de cooperação do território reveladas pelo trabalho de campo e descritas no capítulo anterior. Depois, finalizamos essa etapa estabelecendo as interfaces entre as diferentes concepções e estratégias de cooperação da agricultura familiar do TAUC e a política de apoio ao desenvolvimento territorial do MDA, em curso.

Iniciamos esta etapa do trabalho observando que, ao percorrer o território em quase todos os seus municípios, foi possível chegar a três grandes constatações iniciais:

1) a cooperação perpassa todo o tecido social do território, em seus principais grupos sociais, em suas múltiplas instituições e em todo o processo de desenvolvimento dessa região;

2) a cooperação ainda apresenta uma significativa diversidade de organizações constituídas no território, porém fica perceptível um processo de redução nos tipos e nas formas de organizações de cooperação, quando se estabelece comparação com estudos realizados em períodos anteriores;

3) a cooperação no Território Alto Uruguai Catarinense vem passando por um processo de mudança e adaptação às diferentes situações e aos contextos local e regional, desde meados da década de 1990, muito embora se compreenda que a mudança seja um processo contínuo nas organizações.

Pôde-se observar, e os relatos das diversas equipes técnicas confirmaram, que muitas famílias de agricultores participam de várias organizações aqui descritas. É frequente encontrar famílias que fazem parte da Associação Comunitária, da Associação Esportiva, da Associação das Máquinas, da Associação da Água, do Grupo de Telefone. O jovem participa ainda do Grupo de Jovens, a mãe do Grupo de Mulheres e os avôs do Clube de Idosos, e se a família possui uma pequena unidade industrial (individual ou em grupo) ainda faz parte de uma cooperativa municipal e de uma organização regional de apoio às pequenas cooperativas e agroindústrias familiares. Ou seja, é uma trama de participação com diferentes sentidos e significados ao mesmo tempo. Deve-se salientar ainda que, nesse processo de participação, um significativo número de famílias encontra-se engajada também no movimento sindical, nos partidos políticos, nas igrejas e nos movimentos sociais do campo. Mas essa cultura de participação, de acordo com os relatos dos entrevistados, lamentavelmente vem perdendo força nos anos 2000 e passando a ser regulada mais pelo interesse econômico.

No entanto, também não se deve perder de perspectiva que um significativo número de famílias permanece isolado, outras ainda participam apenas de organizações mais amplas, como as igrejas (as missas/cultos) e o sindicato, em assembleias ou reuniões informativas “para obter a DAP” (Declaração de Aptidão ao Pronaf). Esse tipo de participação de interesse específico e de retorno imediato, mediado principalmente pelo interesse econômico, tem crescido segundo os informantes nos diversos municípios, estimulado pelos próprios mecanismos de participação induzida (“eles são quase obrigados a participar”), em detrimento da participação despojada de interesse individual e imediato, voltada ao interesse social (comunitária/coletiva).

Também foi possível observar, pelos relatos e também a partir dados levantados, que a mobilização, a organização e a participação são diferenciadas entre os tipos de organização e entre os municípios do território. Isso pode se tornar um instigante estudo a ser desenvolvido junto às organizações e aos municípios do Território Alto Uruguai Catarinense.

5.1 As estratégias de cooperação da agricultura familiar no TAUC

Para fins deste estudo, consideramos que uma estratégia de cooperação constitui-se em caminho/rumo definido por um conjunto de organizações de cooperação da agricultura familiar, orientadas por sentido, significado e objetivos da cooperação, que determinam as práticas, as ações e as relações destas com seus participantes e com seu entorno.

Do que vimos, ouvimos e descrevemos anteriormente sobre o processo de cooperação no TAUC a partir do final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, foi possível identificar três grandes estratégias de cooperação em construção no meio rural desse território: a cooperação comunitária funcional; a cooperação empresarial capitalista; e a cooperação solidária autogestionária. Cabe salientar, no entanto, que, no âmbito da comunidade e das famílias de camponeses, as três estratégias não são necessariamente excludentes a princípio; em vez disso, são usadas de modo complementar, muito embora, do ponto de vista político de projetos de desenvolvimento em disputa, sejam antagônicas, o que explica em parte o tenso e conflituoso processo de suas construções.

Para facilitar a compreensão e possibilitar uma visão geral e mais integral das estratégias da cooperação da agricultura familiar no TAUC, foi construído um quadro comparativo, apresentado a seguir, que procura resumir um conjunto de características mais marcantes de cada uma das estratégias de cooperação identificadas.

Após o quadro comparativo, é apresentada uma breve caracterização e discussão, em seus principais elementos, de cada uma das três estratégias de cooperação do Território Alto Uruguai Catarinense. Em cada uma das estratégias, foi possível identificar principais práticas, formas e tipos de organizações de cooperação que as constituem; compreender suas trajetórias de desenvolvimento; identificar os atores/agentes fortes na sua condução e os sentidos e significados da cooperação praticada, que servirão de roteiro para as suas caracterizações.

5.1.1 A estratégia da cooperação comunitária funcional

A estratégia de cooperação comunitária funcional é constituída pelas organizações comunitárias, organizações de tamanho médio e estrutura simples, abrangendo o conjunto ou uma parte das famílias de uma ou mais comunidades; a finalidade principal é prestar apoio às atividades produtivas das unidades de produção e às necessidades das comunidades.

As principais categorias de organizações que compõem essa estratégia de cooperação são as organizações de cooperação comunitária (associações comunitárias, associações esportivas, clube de idosos, clube de mães, grupo de jovens, dentre outras) e as organizações de cooperação para a gestão de infraestrutura produtiva de uso comum (associação de máquinas, associação de água, grupo de telefone rural, dentre outros). Também podem ser incluídas nessa estratégia as Associações de Desenvolvimento das Microbacias (ADMs), embora, como visto anteriormente, elas introduzam novos elementos na organização, no funcionamento e na finalidade da cooperação.

Essa estratégia de cooperação tem sua origem nas organizações construídas no início do processo da terceira fase de ocupação do TAUC, basicamente formada por descendentes europeus migrantes das colônias velhas do Rio Grande do Sul. Essas comunidades, desde seu início, constituíam uma Diretoria de Igreja ou um Conselho Comunitário, que posteriormente foram se transformando em Associações Comunitárias, isso já em fins dos anos de 1980, de acordo com os relatos. Em muitas comunidades, a igreja e a comunidade aparecem representadas na mesma organização, enquanto em outras elas são organizações distintas articuladas em diferentes graus.

Essas organizações cumpriram importante papel a partir do terceiro processo de ocupação da região, denominado de colonização, formado basicamente por descendentes europeus vindos do Rio Grande do Sul, caracterizado anteriormente, mas em especial em sua fase inicial, período em que as comunidades se multiplicaram rapidamente. Com a "ausência" do Estado (distância física das

instituições do Estado e seus poucos instrumentos de apoio), essas organizações cumpriram várias funções: construção de infraestruturas e equipamentos comunitários (Igreja, salão de festas, campo de futebol, construção e manutenção de estradas, pontes), regulação da vida social etc. Constituíam e destituíam suas lideranças de forma mais ou menos autônoma em relação aos demais movimentos políticos e econômicos estaduais e nacionais. Obviamente não se constituíam em autarquias, mas a maioria das comunidades, principalmente as mais distantes das sedes dos polos mais urbanizados, possuía dinâmicas internas suficientemente fortes para minimizar o impacto e as influências externas. As dificuldades eram maiores e comuns à maioria (acesso a recursos de saúde, informação, mercado, dentre outros), pois as diferenciações internas eram menores.

A partir dos anos de 1960 e 1970, com o processo de avanço do modo capitalista de produção, houve rompimento dessa autonomia nas unidades produtivas, provocado pelas mudanças nos sistemas de cultivo, criação e nas práticas e técnicas de produção agropecuárias, ampliando-se a diferenciação entre as famílias (FERRO, 2006). Porém a gestão da comunidade mantém certa autonomia na maioria delas, embora impactada à medida que se constituiu em espaço de disputa de interesses, agora cada vez mais diferentes entre si. Muitas comunidades chegaram ao se fracionar, a se dividir com o surgimento e o fortalecimento de novos atores externos, que se fortaleciam ano a ano. Dividindo o poder com a Igreja e a liderança comunitária, surge o Estado, através de assistência técnica e extensão rural (ACARESC), cujo enfraquecimento nos anos de 1980 favoreceu o fortalecimento das agroindústrias e cooperativas empresariais competitivas através do fomento agropecuário (GREGOLIM, 2002).

Como visto anteriormente, quase sempre apoiados na ação da Igreja, os movimentos sindical e social também se articularam na comunidade como base de organização e mobilização do amplo e profícuo processo de resistência, construído em toda a região nos anos de 1980 até meados dos anos de 1990 (POLI, 2006, 2002; UCZAI, 2002).

A partir da promulgação da nova Constituição Federal, em 1988, o Estado iniciou um processo de descentralização, marcando “a passagem de um Estado

interventor para um ordenador de macropolíticas e fomentador de iniciativas locais, abre-se a possibilidade da atuação e participação local mais ativa”. Isso se manifestou inicialmente em algumas das áreas estratégicas de atuação mais tradicionais, como saúde, educação, previdência social, assistência social, dentre outras, e, mais recentemente, nas políticas de abordagem territorial (RAMBO; FILIPPI, 2009, p. 144). Esse processo, somado ao movimento emancipatório, possibilitou a aproximação do Estado em relação ao cidadão. A maioria destes desconhecia o Estado, outros tantos o viam como inimigo nas suas lutas por reconhecimento de direitos, como condição de segurado especial aos camponeses, igualdade às mulheres, terras aos indígenas e sem-terras etc. (POLI, 2002; GREGOLIN, 2000).

A maior presença do Estado, principalmente através das prefeituras municipais, na implementação das diversas políticas sociais e agrícolas, com participação dos beneficiários através de suas organizações, começou a acontecer mais efetivamente a partir de meados dos anos 1990. Daquele período em diante, passaram a ser percebidas mudanças também nas organizações comunitárias. Mas apenas nos anos 2000 esse processo parece se consolidar e apresentar mais claramente as novas características constitutivas.

Essas mudanças se constroem de forma diferenciada nas diferentes categorias e estratégias de cooperação, como será exposto adiante. Com seu crescente envolvimento nas políticas públicas, essas organizações vêm passando por mudanças em sua estrutura organizativa, em sua forma de gestão, em alguns de seus objetivos e até na sua forma de relacionamento com a comunidade, impostas pelo novo ambiente institucional gerado com a aproximação do Estado.

Como visto no levantamento de campo, a maioria das organizações comunitárias iniciou essa mudança em meados dos anos 1990, enquanto as organizações de gerenciamento de infraestruturas comuns aos associados passaram a ser constituídas depois de 1995, e esse processo se intensificou no período de 2003 a 2006.

Essa estratégia de cooperação apresenta uma relativa diversidade de organizações, que vai desde grupos informais até as associações totalmente legalizadas e estruturadas para a execução de complexos serviços comunitários e/ou públicos. Algumas dessas organizações se modificam para incorporar novas funções e possibilitar relações antes não previstas, como é o caso de muitos Conselhos Comunitários ou Associações Comunitárias. Estas, além da gestão das questões comunitárias tradicionais ligadas à religião, aos equipamentos comuns, à regulação e ao funcionamento da vida comunitária (definição do calendário anual de eventos/atividades, organização e realização dos eventos comunitários etc.), passam a assumir novas responsabilidades, como a representação em vários espaços de gestão de políticas públicas municipais (conselho de saúde, educação, assistência social, agricultura etc.), e algumas passam a prestar e/ou gerenciar também serviços particulares/privados relativos aos sistemas produtivos (preparo e plantio, colheita, produção de silagem etc.) como públicos/comunitários. Na prática, as prefeituras vinham fazendo esses serviços para a produção, sendo que agora repassam os recursos para que as organizações comunitárias o façam. Ou seja, as prefeituras acabam interferindo nas organizações.

Nessa estratégia de cooperação, novas organizações também surgem para facilitar ou permitir acesso a tecnologias ou infraestruturas de interesse comum, como é o caso das associações ou grupos de telefone (centrais), associações ou grupos de água ou poço artesiano, associações ou grupos de máquinas. Estas se diferenciam das organizações comunitárias, e suas práticas das de períodos anteriores. Do início da ocupação pelos não índios até meados da década de 1940, predominaram práticas de cooperação, como troca, empréstimo, mutirão, ajuda mútua etc., sem que efetivamente surgissem organizações propriamente ditas para tais práticas de cooperação. A partir de meados da década de 1940 até fins dos anos de 1950, começaram a surgir as “Sociedades Rurais”, que se constituíram na base do processo de industrialização com os moinhos coloniais, ou seja, ampliaram a organização da cooperação para além das famílias e dos grupos de vizinhança (FERRO, 2006). Nos anos de 1970 e 1980, surgiram os condomínios de máquinas de suinocultura e armazenagem como cooperação entre familiares e/ou vizinhos de uma mesma comunidade, mas que praticamente desaparecem nos anos de 1990 (MASSI, 2000; BUSNELLO, 2001; CEPAGRO, 1992).

As organizações que constituem essa estratégia de cooperação adquirem, portanto, um ampliado caráter de representação em suas comunidades, à medida que cresceu sua representação externa (participação nos diversos conselhos), especialmente no caso das organizações comunitárias. As organizações de gerenciamento de infraestrutura, em particular as de gerenciamento de máquinas, passam a representar agrupamento de comunidades. Esse processo vem ocorrendo sem uma discussão, sem preparação e, poder-se-ia dizer, de certo modo imposto, pois se faz através da oferta de recursos financeiros. No entanto, o processo de desenvolvimento capitalista provocou uma significativa diferenciação entre comunidades e também entre as propriedades das comunidades. Ou seja, essa representação pode não conseguir atender essa heterogeneidade de situações e interesses.

O principal ator e forte indutor dessas mudanças nas organizações e práticas de cooperação nos anos 2000 é o Estado, representado especialmente pelas prefeituras municipais, o que se reflete na implementação de políticas públicas federais, estaduais ou mesmo locais e na forma como constrói a relação com as comunidades rurais. Em especial as organizações comunitárias, como os Clubes de Idosos, Clube de Mães e mesmo as Associações Comunitárias e Associações de Desenvolvimento da Microbacia, têm captado/recebido recursos públicos para a realização de suas finalidades ou mesmo para desenvolver ações em parceria com outras organizações.

5.1.2 A estratégia da cooperação empresarial competitiva

A estratégia de cooperação empresarial capitalista é constituída pelas grandes cooperativas agropecuárias e de crédito, voltadas principalmente para a realização da comercialização da produção e o fornecimento de insumos e crédito para o processo produtivo, em especial de algumas cadeias produtivas priorizadas.

Nessa estratégia de cooperação, não há espaço para outro tipo de organização que não a cooperativa, destacando-se no TAUC as cooperativas de produção e

comercialização (Coperdia) e as cooperativas de crédito (Sicoob-Crediauc). Essas cooperativas mantiveram forte relação com os bancos (Banco do Brasil e BESC).

A estratégia de cooperação empresarial começou a se forjar mais claramente a partir do final dos anos 1960, podendo-se até precisar bem o ano de 1967, verdadeiro marco. Naquele ano, constituíram-se algumas das principais cooperativas, as de Chapecó e Concórdia por exemplo, no oeste de Santa Catarina, como parte de um movimento deflagrado simultaneamente em todo o estado.

É preciso compreender esse movimento dentro do contexto da ditadura militar e de seu projeto desenvolvimentista, no qual a agricultura cumpria importantes funções, como a de produzir alimento farto e barato para a classe operária em expansão através do processo de industrialização pesada do País; exportar produtos demandados pelo mercado externo como forma de equilibrar a balança de pagamento com o financiamento do desenvolvimento industrial; constituir-se em mercado consumidor da emergente indústria nacional, como forma de superação do “agrário atrasado” pelo “agrícola moderno” (GRAZIANO DA SILVA, 1982; BRUM, 1985; GREGOLIN, 1999).

Nesse projeto, o Sul do País apresentava as condições concretas, dentre as quais se destacavam o tipo de camponês, que buscava o mercado pois produzia alimentos com excedentes, e a melhor capacidade de incorporação das novas tecnologias de produção industrial (insumos e maquinários agrícolas). Porém, esses camponeses – milhares –, dispersos e sem estrutura, não tinham capacidade de responder à demanda planejada. Então o Estado propôs e estimulou a constituição de duas organizações importantes para o desenvolvimento desse projeto nacional: o sindicato e a cooperativa.

Os sindicatos, em especial, foram criados como forma de controle social do Estado, aproximando dessa população serviços sociais públicos (ficha para atendimento médico, odontológico, jurídico, dentre outros) através de sua condição de organizações não públicas. Essa relação de dependência do Estado para a manutenção da prestação dos serviços limitou sua atuação política de reivindicação e de luta pelos direitos da categoria. Por essa razão, passaram a ser chamados de

assistencialistas ou também de “sindicatos pelegos”, na linguagem popular da região (MEDEIRO, 1989).

Complementarmente, também as cooperativas passaram a desempenhar um importante papel no projeto nacional de desenvolvimento do período militar. Cabia a elas reunir a produção dispersa, de pequena escala, em pontos estratégicos, para o que o governo disponibilizou recursos através de programas específicos (Aquisição do Governo Federal, AGF, e Empréstimo do Governo Federal, EGF) para dotá-las de toda a infraestrutura necessária ao recolhimento, beneficiamento e à armazenagem da produção familiar excedente.

Os dois instrumentos – sindicato e cooperativa – utilizados pelo regime militar em seu projeto de desenvolvimento cumpriram um importante papel político de promoção de uma ruptura na lógica de organização comunitária, constituindo, referenciando e empoderando um novo tipo de liderança (popular, mas não mais referenciada apenas na comunidade estrita e sim na ampliada – municipal/regional – em termos de abrangência e segmentada em termos de representação e defesa de interesses). Isso se confirma no fato de que ambos os instrumentos surgiram no mesmo ano, nos mesmos lugares, estimulados pelos mesmos agentes, o serviço de assistência técnica e extensão rural – à época chamada de ACARESC – e o Banco do Brasil.

E assim as cooperativas iniciaram sua trajetória de empresariamento na agricultura. Numa primeira fase, comercial (anos 1970 e 1980), onde as unidades de produção diversificadas não representavam um problema; naquele período, a comunidade ainda era o espaço de articulação e vivência comum forte, e o esforço de cooperação se dava na venda da produção, principalmente de grãos, e na compra de insumos e máquinas, atendendo a expectativas concretas e imediatas dos camponeses da região, ainda havia ações de cooperação entre pessoas. Os principais agentes (o gerente e o técnico da cooperativa) eram do “município” ou da “região”. O camponês é considerado cooperado sempre que comercializa, mas é sócio apenas uma vez por ano, quando “participa” da assembleia. Na segunda fase, avançou também para a industrialização (mais fortemente a partir dos anos de 1990 em diante); nesse período, a comunidade definitivamente deixou de ser o espaço de

articulação e vivência da cooperação nessa estratégia, restringiu-se aos núcleos de associados e às diversas subcategorias criadas (suinocultores, avicultores, bovinocultores etc.), então espaços diferentes para o mesmo sujeito social – o agricultor. A cooperação nessa fase precisa ser competitiva, ou seja, cooperar para competir. O camponês compete consigo mesmo como agricultor (produtor de alimentos e de sua subsistência) X produtor (matéria-prima para a indústria) e com o seu vizinho como negócio (na aquisição de máquinas e nas próprias atividades de mercado – pocilga ou aviário). A cooperação é individual: do camponês com a organização – a cooperativa. Para a cooperativa, a agricultura deixa de ser um modo de vida para ser um setor econômico, em que a produção agropecuária se tornou um negócio de grande movimentação de capital, com alto risco, gerenciado por um produtor profissional de mentalidade empresarial.

Consideramos a cooperação empresarial competitiva uma estratégia de cooperação, pois busca claramente a inserção dos camponeses no mercado através de sua transformação sociocultural a partir dos valores da sociedade capitalista, onde a cooperativa constitui-se no objeto central em detrimento da própria unidade camponesa.

5.1.3 A estratégia da cooperação solidária autogestionária

A estratégia de cooperação autogestionária é constituída pelas pequenas cooperativas e associações familiares de abrangência municipal, que buscam prestar serviços de apoio na comercialização e qualificação da produção e produtos, buscando verticalizar a produção nas unidades de produção e em suas comunidades.

Para dar conta desse complexo projeto, foram constituídas novas formas organizativas, como as cooperativas de crédito de interação solidária, para articular o crédito rural do recém-criado Pronaf (1996); também foram constituídas mais recentemente as Cooperativas Familiares (municipais ou supramunicipais), com a finalidade de articular a produção das unidades agrícolas ou agroindustriais dos

grupos e/ou pequenos agricultores familiares, viabilizando sua inserção legalmente amparada nos mercados locais e regionais, o que possibilita também a participação em feiras municipais, estaduais, nacionais e, inclusive, com participação em espaços internacionais.

O tipo de organização que se destaca nessa estratégia de cooperação é a pequena cooperativa de abrangência municipal, mas que não pode ser vista isoladamente. Essa estratégia de cooperação é constituída por um conjunto de diferentes tipos de organizações articuladas e que cooperam entre si, dentre as quais podem ser destacados os sindicatos, as cooperativas de crédito de interação solidária, a Apaco e a Ucaf (bases de serviço), a articulação com diferentes redes como a Rede Ecovida e a Rede de ONGs (Abong).

Essa estratégia, como visto anteriormente, nasce no processo de resistência e construção de alternativas à crise do sistema de produção colonial provocada pelo avanço do modo de produção capitalista no campo, através da industrialização e modernização dependentes; resistência que começa em meados dos anos de 1970 e anos de 1980 com a Igreja Católica, para se desdobrar em vários movimentos sociais de resistência (sindicalismo, MST, MAB, MMC, MPA) a partir da metade daquela mesma década. É no seio desses movimentos que se constitui o que foi denominado por alguns autores de Movimento de Cooperação Agrícola, tendo iniciado mais especificamente com o MST, como elemento constitutivo de seu projeto de agricultura e sociedade (ARNS, 1991; PRIM, 1996). Vários autores apontam que o conjunto de experiências em construção e o acúmulo de discussão das organizações levaram ao surgimento da Associação de Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (Apaco) no final de 1989. Esta se constituiu como fator desencadeador de um novo movimento de cooperação na grande região oeste catarinense. A Apaco, como agente desse movimento, manteve inicialmente um amplo e profícuo diálogo com a realidade das inúmeras experiências florescentes na região e com as experiências e discussões dos diferentes movimentos sociais até quase o final dos anos de 1990. Ou seja, o movimento de cooperação era um movimento de movimentos, aberto nas experiências e para as experiências de cooperação. A partir de meados dos anos de 1990, essa cooperação cresceu em complexidade organizativa em cada movimento, constituindo dinâmicas próprias e

independentes entre si, ou seja, o MST, o MPA e o movimento Sindical da Agricultura Familiar constituíram, cada um a seu modo, a organização de cooperação.

A organização do trabalho e da cooperação desenvolvida pela Apaco foi analisada em diversos trabalhos, começando com Arns (1991), Prim (1996), Massi (2000), Bach (2001), Busnello (2002), Badalotti (2003), Polli (2006), Mior (2006) e Dorigon (2006), todos com diferentes objetivos e objetos de estudo, mas sempre relacionando a atuação da Apaco.

Na construção da cooperação solidária autogestionária no TAUC, predominou a influência do Movimento Sindical da Agricultura Familiar e da Apaco. Essa estratégia de cooperação se caracteriza pela defesa da agricultura familiar como modo de vida; pela compreensão da agricultura como meio de produção da vida e, portanto, muito mais que um setor de produção de matéria-prima para a indústria; pela preocupação com a preservação dos recursos naturais e culturais não como estoques de bens valorados apenas economicamente, mas como componentes de reprodução ampliada da vida, ou seja, uma nova visão e uma nova prática da relação ser humano/meio ambiente (ser humano como parte da natureza e não o inverso); pela construção de novas relações sociais de produção baseadas na cooperação e solidariedade.

No TAUC, essa estratégia de cooperação surge em duas dinâmicas um pouco diferentes, ainda que complementares: uma se constitui na região de Seara, influenciada pelo trabalho da Diocese de Chapecó inicialmente e, posteriormente, com a articulação da cooperação promovida pela Apaco; a outra se constitui a partir do Sindicato de Trabalhadores da Agricultura Familiar de Concórdia.

Em Seara, foi constituída a Central Municipal de Apoio (Cema), uma das mais fortes e atuantes dentre as 11 constituídas pela Apaco no oeste catarinense, que articulava e animava os Grupos de Cooperação (GCAs), à época quase todos informais. A partir de Seara, também houve influência sobre a organização em outros municípios, especialmente Arvoredo, Xavantina, Ipumirim e Itá. Em Seara e na região, a Cema passou a se constituir no espaço de representação e articulação das discussões e lutas dos camponeses contra as consequências do modelo de

desenvolvimento, pois o sindicato dos trabalhadores rurais “era controlado pelos pelegos” (como denominavam as lideranças do sindicalismo assistencialista ligado à FETAESC, sempre com presença e atuação política muito forte e apoiados pelas agroindústrias da região). Ou seja, os grupos de cooperação discutiram questões além da cooperação e se envolveram em várias tentativas para tomar o sindicato, “para nós seria uma ferramenta muito importante”, afirmou o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Sintraf), instituição criada em início de 2005, por esse movimento. Além do Sindicato, esse movimento criou a CREDI-Seara, em 2003, ligada à CRESOL Central (GIOMBELLI, 2009).

A outra dinâmica que se desenvolveu no território, na construção dessa estratégia de cooperação fortemente hegemônica pelo movimento sindical, foi constituída a partir de Concórdia, embora tenha sido influenciada pela igreja através das pastorais e de suas lideranças comunitárias, mas não diretamente pela Diocese de Joaçaba, à qual pertence Concórdia, pois não desenvolvia a mesma ação pastoral que Chapecó na figura nacionalmente conhecida do Bispo Dom José Gomes. Essa dinâmica passou a contar com o apoio de outro ator importante, a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri). Em parte dessa região, um grupo de técnicos iniciou um conjunto de ações inovadoras para os padrões conservadores da empresa, fortemente dominados pelas ideias da revolução verde. Destacam-se os municípios de Concórdia, Ipira e Piratuba com novas abordagens (visão sistêmica), novos focos de trabalho (desenvolvimento local/sustentável) e uma aproximação, sempre cuidadosa, com as recém-criadas organizações da agricultura familiar da região.

A partir da Cema em Seara e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Concórdia (“tomado” em 1982), foi se constituindo uma ampla e complexa rede organizacional da agricultura familiar. Aqui faremos o exercício de apresentar a trajetória evolutiva em conjunto desses dois pontos de partida (Seara e Concórdia). A nosso ver, o ponto de partida é dado pela formação reflexiva da igreja através de suas pastorais, em especial a Comissão Pastoral da Terra (CPT), constituindo uma massa de lideranças que foi criando e se engajando nas diversas “frentes de luta” (terra – MST e MAB; igualdade de direitos – MMC e CIMI, mais específicos; além de temáticas transversais, como saúde e previdência social, cujos resultados de

avanços históricos não será preciso relatar aqui). Com a Apaco e a Cema fortes, o movimento sindical forte e articulado às lutas sindicais em nível nacional através do Departamento Estadual dos Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DETR-CUT), apoiados pela igreja e por técnicos do próprio Estado (até então visto como inimigo), foram se construindo experiências e lutas que demandaram novas e mais complexas organizações. É assim que se ampliam as experiências dos Grupos de Cooperação Agrícola (GCAs) como pontos de apoio às lideranças e às organizações envolvidas nas mobilizações e nos enfrentamentos “externos” pela conquista dos direitos sociais, mas também orientados pela necessidade/sonho de construção de outro modelo de desenvolvimento.

Os GCAs avançaram das experiências de compras conjuntas (final dos anos 1980 e início dos anos 1990) para experiências de cooperação na produção, com a introdução de sistemas, processos e tecnologias alternativas ou adaptadas durante os anos de 1990, atualmente ampliadas e denominadas de agroecologia. Do final dos anos 1990 em diante, especialmente a partir dos primeiros anos de 2000, essas experiências passaram a se articular como ferramentas ou programas de processos de desenvolvimento local sustentável com base na agricultura familiar organizada.

5.2 As interfaces entre as estratégias de cooperação e o desenvolvimento no Território Alto Uruguai Catarinense

A primeira observação com relação à territorialidade, que merece ser reforçada, e que os documentos sobre o TAUC aqui analisados evidenciam, conforme foi visto anteriormente, é que o processo de implementação da política territorial do governo federal coordenado pelo MDA apresenta ainda um forte recorte setorial, ou seja, o rural e, neste, o agrícola, com um privilegiamento do segmento da agricultura familiar em seus grupos mais organizados.

O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) e o Plano Safra Territorial (PST), que se constituem nos principais instrumentos-guia para a atuação do colegiado territorial, não apresentam nenhuma estratégia clara ou

explícita para a cooperação ou o papel desta no processo de desenvolvimento do Território Alto Uruguai Catarinense. Portanto, como instrumentos orientadores não contribuem diretamente no apoio às diferentes estratégias de cooperação do TAUC. Como visto no capítulo 3, isso se deve à não participação direta da representação das diferentes estratégias de cooperação no próprio colegiado territorial, nem no processo de gestão territorial.

No entanto, a política de desenvolvimento territorial do MDA no TAUC vem sendo claramente orientada e protagonizada pelas organizações ligadas à estratégia de cooperação solidária autogestionária, através da atuação intensiva e articulada da Fetraf e da Epagri Regional de Concórdia, como visto anteriormente.

Nesse sentido, mas de modo mais particular, foi possível identificar diferentes formas de relacionamento das estratégias de cooperação da agricultura familiar do TAUC com a política de desenvolvimento territorial rural do MDA, como veremos a seguir.

5.2.1 Estratégia de cooperação comunitária funcional

A estratégia de cooperação comunitária se caracteriza, dentre as três identificadas, como a que se encontra em processo de maior transformação. Essas transformações, como observado anteriormente, vêm ocorrendo claramente a partir de 1995 e abrangem várias dimensões de suas organizações, suas comunidades e seu entorno.

Essa estratégia de cooperação, de acordo com os relatos de informantes do presente estudo, parece ter dialogado mais, e foi impactada de forma um pouco mais efetiva, no período de vigência da linha de crédito denominada Pronaf Infraestrutura (PROINF), com vigência apenas no período de 1997/2002, como modalidade do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), criado efetivamente em 1996. De acordo com Mattei (2006, p. 50), essa

linha de crédito tinha como “finalidade planejar investimentos em infraestrutura dos municípios”, incentivando a participação dos agricultores na tomada de decisão.

Como pode ser visto na tabela 24, até o final de 2002 apenas três municípios do TAUC (Concórdia, Ipira e Paial) receberam recursos do então Pronaf Infraestrutura, sendo que Ipira e Paial puderam fazê-lo por possuírem os piores indicadores de desenvolvimento da região, o que constituía critério básico para ser incluído no programa. A partir de 2003, esse programa passou a integrar a nova política de desenvolvimento territorial, quando outros municípios também passaram a receber recursos através de projetos, como é o caso de Arvoredo, Ipumirim, Irani, Lindóia, Piratuba, Xavantina, Seara e também Concórdia. Porém, eram aprovados então no colegiado do território, ou seja, os projetos aprovados passavam a ter caráter territorial ou pelo menos supramunicipal.

Essa linha de crédito do governo federal, em vários casos, apoiava-se ou estava inserida em processos de desenvolvimento local, e a abrangência de aplicação do recurso era o município até 2002. As discussões e decisões sobre o destino dos recursos ocorriam nos denominados Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRs) ou chamados em alguns municípios simplesmente de Conselho do Pronaf. Esses conselhos quase sempre eram coordenados pela Secretaria Municipal de Agricultura, mas também contavam com a participação de outros órgãos do governo local com atuação mais direta no espaço rural, como a educação e saúde; também participavam órgãos estaduais, como a Epagri e a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agropecuário de Santa Catarina (Cidasc), destacando-se a atuação do órgão de ATER, que, em toda Santa Catarina, se envolveu com a constituição e o funcionamento dos CMDRs; também participavam com diferentes graus de importância e envolvimento organizações sociais como Sindicato Rural (SR), Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e, mais recentemente, os Sindicatos Regionais dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar (Sintraf), cooperativas e outras organizações de caráter municipal. Em alguns casos, esses conselhos resultavam de um decreto dos prefeitos, noutros eram resultantes de processos de consertação, construídos de forma mais ou menos conflituosa nos diferentes municípios.

Tabela 24 – Modalidade, data de assinatura, repasse de recursos, contrapartida, investimento, situação da obra, empreendimentos e empregos gerados do Pronaf Infraestrutura e serviços, por município do TAUC

(continua)

Tomador	Modalidade	Data de Assinatura	Repasse R\$	Contrapartida R\$	Investimento R\$	Situação da Obra	Empreendimentos e Empregos Gerados
Arvoredo	AFEM	23/12/2005	60.000,00	4.600,00	67.199,41	CONCLUÍDA	13
Arvoredo	AFEM	6/12/2006	30.000,00	1.037,50	32.901,10	CONCLUÍDA	6
			90.000,00	5.637,50	100.100,51		
Concórdia	INFRAESTRUTURA E SERVICOS	22/12/1997	180.000,00	107.500,00	287.500,00	NÃO INICIADA	202
Concórdia	INFRAESTRUTURA E SERVICOS	27/2/1998	180.000,00	98.751,52	278.751,52	CONCLUÍDA	59
Concórdia	INFRAESTRUTURA E SERVICOS	3/12/1999	140.000,00	73.537,30	213.537,30	CONCLUÍDA	37
Concórdia	INFRAESTRUTURA E SERVICOS	13/12/2000	150.000,00	39.119,33	189.119,33	CONCLUÍDA	37
Concórdia	INFRAESTRUTURA E SERVICOS	12/12/2003	100.000,00	36.000,00	145.692,12	NÃO INICIADA	28
Concórdia	INFRAESTRUTURA E SERVICOS	22/12/2004	30.045,00	4.030,00	36.037,29	CONCLUÍDA	6
Concórdia	AFEM	23/12/2005	85.000,00	16.375,65	113.983,13	CONCLUÍDA	11
			865.045,00	375.313,80	1.264.620,69		

Tabela 24 – Modalidade, data de assinatura, repasse de recursos, contrapartida, investimento, situação da obra, empreendimentos e empregos gerados do Pronaf Infraestrutura e serviços, por município do TAUC

(continuação)

Tomador	Modalidade	Data de Assinatura	Repasse R\$	Contrapartida R\$	Investimento R\$	Situação da Obra	Empreendimentos e Empregos Gerados
Ipira	INFRAESTRUTURA E SERVICOS	22/5/1998	178.200,00	38.414,45	216.614,45	CONCLUÍDA	43
Ipira	INFRAESTRUTURA E SERVICOS	3/12/1999	140.000,00	19.423,94	159.423,94	CONCLUÍDA	30
Ipira	INFRAESTRUTURA E SERVICOS	8/12/2000	149.986,00	11.008,54	196.582,81	CONCLUÍDA	32
Ipira	INFRAESTRUTURA E SERVICOS	5/7/2002	126.140,00	36.060,26	172.575,15	CONCLUÍDA	31
Ipira	INFRAESTRUTURA E SERVICOS	21/12/2004	14.000,00	1.400,00	15.927,57	CONCLUÍDA	2
			608.326,00	106.307,19	761.123,92		
Ipumirim	INFRAESTRUTURA E SERVICOS	21/12/2004	20.000,00	4.196,69	24.784,64	CONCLUÍDA	2
			20.000,00	4.196,69	24.784,64		
Irani	INFRAESTRUTURA E SERVICOS	21/12/2004	12.600,00	24.995,59	40.719,92	CONCLUÍDA	4
			12.600,00	24.995,59	40.719,92		

Tabela 24 – Modalidade, data de assinatura, repasse de recursos, contrapartida, investimento, situação da obra, empreendimentos e empregos gerados do Pronaf Infraestrutura e serviços, por município do TAUC

(continuação)

Tomador	Modalidade	Data de Assinatura	Repasse R\$	Contrapartida R\$	Investimento R\$	Situação da Obra	Empreendimentos e Empregos Gerados
Lindóia do Sul	INFRAESTRUTURA E SERVICOS	21/12/2004	14.600,00	10.199,58	25.842,38	CONCLUÍDA	2
Lindóia do Sul	AFEM	27/12/2007	50.000,00	1.578,00	53.212,95	CONCLUÍDA	11
			64.600,00	11.777,58	79.055,33		
Paial	INFRAESTRUTURA E SERVICOS	27/11/1998	132.557,80	117.513,39	250.071,19	CONCLUÍDA	46
Paial	INFRAESTRUTURA E SERVICOS	3/12/1999	140.000,00	62.241,13	202.241,13	CONCLUÍDA	32
Paial	INFRAESTRUTURA E SERVICOS	8/12/2000	150.000,00	15.142,43	193.729,64	CONCLUÍDA	33
Paial	INFRAESTRUTURA E SERVICOS	5/7/2002	126.141,00	36.971,00	187.571,04	CONCLUÍDA	27
Paial	INFRAESTRUTURA E SERVICOS	22/12/2004	26.400,00	4.733,00	33.112,41	CONCLUÍDA	4
Paial	AFEM	28/12/2006	22.000,00	1.568,63	24.327,23	CONCLUÍDA	5
			597.098,80	238.169,58	891.052,64		

Tabela 24 – Modalidade, data de assinatura, repasse de recursos, contrapartida, investimento, situação da obra, empreendimentos e empregos gerados do Pronaf Infraestrutura e serviços, por município do TAUC

							(conclusão)
Tomador	Modalidade	Data de Assinatura	Repasse R\$	Contrapartida R\$	Investimento R\$	Situação da Obra	Empreendimentos e Empregos Gerados
Piratuba	INFRAESTRUTURA E SERVICOS	22/12/1997	177.600,00	48.000,00	225.600,00	CONCLUÍDA	633
Piratuba	INFRAESTRUTURA E SERVICOS	3/12/1999	140.000,00	49.416,59	189.416,59	CONCLUÍDA	34
Seara	INFRAESTRUTURA E SERVICOS	22/12/2004	52.200,00	5.800,00	58.000,00	CONCLUÍDA	10
			52.200,00	5.800,00	58.000,00		
Xavantina	INFRAESTRUTURA E SERVICOS	22/12/2004	42.500,00	8.575,29	54.707,01	CONCLUÍDA	5
			42.500,00	8.575,29	54.707,01		
			2.819.955,80	943.701,82	3.939.688,80		

Fonte: Caixa Econômica Federal (Unidade Regional de Chapecó), elaboração do autor.

Muitos conselhos foram constituídos de forma paritária entre governo e sociedade civil. Mas para fins deste estudo cabe destacar o avanço alcançado em vários municípios quanto à participação de representantes das comunidades ou dos agrupamentos de comunidades rurais escolhidos em eventos específicos para essa finalidade. Em muitos casos, os conselhos tornaram-se tripartites (poder público, organizações sociais e comunidades rurais). Isso ampliou a representação dos camponeses nos processos decisórios e em novas lideranças, e outras organizações passaram a participar, permitindo contato maior e mais direto na intermediação de interesses das organizações de caráter mais comunitário, aqui no sentido de abrangência geográfica (menor e com interesses mais específicos).

Para Mattei (2006, p. 50), a ampliação da participação dos agricultores

[...] parece indicar que o programa ajudou a ampliar o nível de conscientização dos agricultores, ao mesmo tempo em que propiciou condições para que os agricultores repensassem suas próprias formas de organização, fundamentais para o desempenho das políticas públicas a eles endereçadas.

No entanto, neste estudo, particularmente no trabalho de campo, os relatos apontam para mudanças, em especial nas organizações comunitárias, num sentido menos positivo: a perda da autonomia, o fortalecimento da visão imediatista e economicista das relações, o uso político das organizações na relação com o poder público local. Cabe destacar, no entanto, que esse não era o foco da presente pesquisa, o que não permitiu uma maior compreensão sobre esse processo nos municípios do TAUC beneficiados por essa política no período de sua vigência, nem seu impacto posteriormente. Para isso, faz-se necessário um estudo mais específico e aprofundado com vistas a compreender mais e melhor essa relação, também para entender como se desenvolveram esses processos em cada município, do conjunto no território, e suas repercussões nas organizações locais.

Com relação à atual política territorial, ficou evidente que essa estratégia de cooperação encontra-se pouco envolvida, pois suas organizações não se encontram representadas no colegiado territorial de forma direta e talvez nem indireta, além do que suas necessidades e seus interesses se diluem nas ações mais abrangentes, agora supramunicipais e/ou territoriais, ou, ainda, além-território, gerenciadas por

outros atores, em especial os sindicatos, movimentos sociais e órgãos públicos regionais.

Essa estratégia de cooperação vem construindo mecanismos de relação cada vez mais adaptados às necessidades do poder público local, com o qual se relaciona privilegiadamente ou quase exclusivamente desde o início dos anos 2000. Essa relação se guia pelos interesses das duas partes: as organizações de cooperação na busca do atendimento de necessidades muitas vezes mais específicas de suas comunidades ou dos sistemas de produção de um grupo de famílias/comunidades; o poder público local atendendo às pressões sociais (reivindicações) ou normativas, por exemplo os Termos de Ajuste de Conduta (TAC), como é o caso do dejetos de produção animal, em particular da suinocultura, emblemático nesse território. Essa mediação dos interesses vem sendo gestada e gerenciada nos CMDRs. Esse espaço, no entanto, não vem sendo usado nem tem feito parte do espaço de gestão da política territorial. Nos documentos da política territorial do TAUC e nos relatos, não aparece nenhum mecanismo de relacionamento nem qualquer experiência em que os CMDRs tenham sido envolvidos.

5.2.2 Estratégia de cooperação empresarial competitiva

Dentre as três possíveis, a estratégia de cooperação empresarial é a mais antiga e consolidada quanto a estrutura, conjunto de lideranças, tipo de organização e prática de cooperação, com atividades produtivas e processos produtivos bem definidos.

Essa estratégia, claramente, não dialoga nem participa da política territorial, pois não se encontra representada direta e oficialmente no colegiado territorial do TAUC, como pode ser visto na atual composição dos dois núcleos (dirigente e técnico) do colegiado territorial apresentado na tabela 25, também na tabela 26, pois não se constituiu em executora de nenhum projeto territorial no período analisado. Isso ficou evidente na falta de conhecimento dos representantes entrevistados sobre a política territorial, pois, quando perguntados se conheciam as políticas territoriais

que se desenvolvem na região do Alto Uruguai Catarinense, apresentaram dificuldades de reconhecê-las. Mas depois de esclarecidos sobre o que se tratava, em especial a política do MDA e o foco do presente estudo, todos os entrevistados reconheceram o não conhecimento da política e tiveram dificuldade em defini-la. De acordo com os principais representantes dessa estratégia de cooperação, isso se deve à falta de convite, mas também à consideração de que a política territorial é ideologizada e identificada como de cunho partidário. Como o movimento cooperativista ao qual pertencem se propõe apartidário, não cabe a participação.

Tabela 25 – Entidades que compõem os núcleos dirigente e técnico do Alto Uruguai

	Entidades governamentais	Entidades não governamentais
Núcleo Dirigente	SDR - CONCÓRDIA	STR - PRES. CAST. BRANCO
	SEMADRA - CONCORDIA - PMC	STR DE CONCÓRDIA
	EPAGRI - CONCORDIA	APACO/GESTAR
	FUNAI	COPAFAC
Núcleo Técnico	EMBRAPA	
	EPAGRI - CONCORDIA	UNC - Univers. do Contestado
	EMBRAPA Suínos e Aves AMAUC	CAPA – ERECHIM (RS)

Fonte: elaboração do autor.

No entanto, considerando as observações de campo, que permitiram caracterizar essa estratégia de cooperação e sua principal forma de organização – a cooperativa –, é possível constatar que esse desinteresse com a política territorial vai além das diferenças político-partidárias. Deve-se também ao fato de que os interesses dessa estratégia de cooperação se encontram quase exclusivamente voltados à cooperativa como organização empresarial, não valorizando os interesses diversos dos camponeses, de suas comunidades e de seu entorno. Deste modo, na maioria das vezes, o que interessa aos agricultores de modo geral não é objeto de suas ações.

Tabela 26 – Modalidade, data de assinatura, repasses de recursos, contrapartida, investimento, situação do projeto, empreendimentos e empregos gerados do Pronat Infraestrutura e Serviços, por entidade no TAUC

(continua)

Municípios	Modalidade	Data de assinatura	Repasse de recursos R\$	Contrapartida R\$	Investimento R\$	Situação da obra	Empreendimentos e empregos gerados
A definir	INFRAESTRUTURA E SERVICOS	26/12/2005	151.652,00	11.280,00	164.128,42	CONCLUÍDA	16
Subtotal			151.652,00	11.280,00	164.128,42		
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE SEARA	INFRAESTRUTURA E SERVICOS	27/12/2006	59.000,00	1.000,00	60.000,00	NÃO INICIADA	6
Subtotal			59.000,00	1.000,00	60.000,00		
COOPERATIVA REGIONAL DOS AGRIC. FAMILIARES PRODUT. DE LEITE	CAPACITAÇÃO	31/12/2007	171.690,00	5.310,00	177.000,00	NÃO INICIADA	17
Subtotal			171.690,00	5.310,00	177.000,00		
COOPERATIVA RIO DO PEIXE	AFEM	28/12/2007	40.000,00	22.800,00	65.561,29	CONCLUÍDA	13
Subtotal			40.000,00	22.800,00	65.561,29		
FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR-FETRAFS	CAPACITAÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES	19/11/2003	400.124,00	60.690,00	547.851,94	CONCLUÍDA	51

Tabela 26 – Modalidade, data de assinatura, repasses de recursos, contrapartida, investimento, situação do projeto, empreendimentos e empregos gerados do Pronat Infraestrutura e Serviços, por entidade no TAUC

							(continuação)
Municípios	Modalidade	Data de Assinatura	Repasso de Recursos R\$	Contrapartida R\$	Investimento R\$	Situação da Obra	Empreendimentos e Empregos Gerados
FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR-FETRAF S	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	23/12/2004	330.273,00	37.524,00	395.394,35	CONCLUÍDA	35
FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR-FETRAF S	AFEM	8/11/2005	250.230,89	38.980,00	290.742,33	CONCLUÍDA	28
FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR-FETRAF S	CAPACITAÇÃO	14/12/2005	160.000,00	2.400,00	167.672,14	CONCLUÍDA	15
FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR-FETRAF S	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	27/12/2005	502.510,00	82.050,00	584.560,00	PARALISADA	56
FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR-FETRAF S	AFEM	27/12/2005	60.000,00	7.800,00	67.800,00	CONCLUÍDA	14
Subtotal			1.703.137,89	229.444,00	2.054.020,76		

Tabela 26 – Modalidade, data de assinatura, repasses de recursos, contrapartida, investimento, situação do projeto, empreendimentos e empregos gerados do Pronat Infraestrutura e Serviços, por entidade no TAUC

							(continuação)
Municípios	Modalidade	Data de Assinatura	Repasso de Recursos R\$	Contrapartida R\$	Investimento R\$	Situação da Obra	Empreendimentos e Empregos Gerados
FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE	EMPR. ASSOC. COOP. AGR. FAM. ASSENT AGRARI	20/7/2009	640.641,00	71.179,00	711.820,00	NÃO INICIADA	146
Subtotal			640.641,00	71.179,00	711.820,00		
INSTITUTO COOPERAÇÃO AGRICULTURA FAMILIAR DE SANTA CATARINA	INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS	17/11/2006	59.400,00	600,00	60.000,00	NÃO INICIADA	6
INSTITUTO COOPERAÇÃO AGRICULTURA FAMILIAR DE SANTA CATARINA	AFEM	17/11/2006	129.324,00	20.350,00	149.674,00	NÃO INICIADA	31
INSTITUTO COOPERAÇÃO AGRICULTURA FAMILIAR DE SANTA CATARINA	AFEM	17/11/2006	150.000,00	28.800,00	178.800,00	NORMAL	17
Subtotal			338.724,00	49.750,00	388.474,00		
SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CONCÓRDIA	INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS	5/5/2005	52.720,00	528,00	57.759,48	CONCLUÍDA	5

Tabela 26 – Modalidade, data de assinatura, repasses de recursos, contrapartida, investimento, situação do projeto, empreendimentos e empregos gerados do Pronat Infraestrutura e Serviços, por entidade no TAUC

Municípios	Modalidade	Data de Assinatura	Repasso de Recursos R\$	Contrapartida R\$	Investimento R\$	Situação da Obra	(conclusão)
							Empreendimentos e Empregos Gerados
SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CONCÓRDIA	INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS	21/12/2005	20.000,00	203,00	21.564,01	CONCLUÍDA	2
Subtotal			72.720,00	731,00	79.323,49		
UNID. CENTRAL AGROIND. FAMILIARES RUR. OESTE CATARINENSE	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	19/12/2005	60.000,00	12.000,00	72.431,18	CONCLUÍDA	7
UNID. CENTRAL AGROIND. FAMILIARES RUR. OESTE CATARINENSE	INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS	29/12/2008	94.500,00	5.600,00	100.100,00	NÃO INICIADA	21
UNID. CENTRAL AGROIND. FAMILIARES RUR. OESTE CATARINENSE	INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS	31/12/2009	431.456,00	31.920,00	463.376,00	NÃO INICIADA	95
Subtotal			585.956,00	49.520,00	635.907,18		
Total			3.763.520,89	441.014,00	4.336.235,14		581

Fonte: Caixa Econômica Federal (regional de Chapecó-SC), elaboração do autor.

Essas afirmações podem ser claramente identificadas na fala do atual ministro da agricultura Reinhold Stephanes, reconhecido cooperativista:

O equivocado censo relativo a um grupo fortemente heterogêneo de produtores rurais, intitulado de agricultores familiares, ganhou uma leitura apressada e trouxe à tona uma disputa que vai tomando proporções absurdas, dentro e fora do governo. [...] O conceito central correto que interpreta tais diferenças é o da sociabilidade capitalista, processo social que gradualmente transforma as que produzem para o próprio sustento, integrando-as economicamente. Assim, em certo momento histórico se verificará a existência apenas do segundo grupo, com todos os produtores sendo ativos agentes econômicos. (Valor Econômico, 24 fev. 2010).

Como pode-se observar na fala do Ministro, que é também a concepção dominante no movimento cooperativista liderado pela OCB, as diferenças são reduzidas à dimensão econômica, desconsiderando as dimensões socioculturais e a possibilidade de uma dimensão econômica regida por valores e princípios não capitalistas, que na sua matéria são desqualificadas como “românticas e utópicas”.

Como o processo de constituição da política territorial se apresenta numa perspectiva de inclusão social, não setorial e, portanto, não necessariamente voltada prioritariamente para as atividades principais dessas cooperativas, ou mesmo focada nesse tipo de organização no TAUC, observa-se desinteresse quanto à participação dessa estratégia de cooperação em tal política pública.

5.2.3 Estratégia de cooperação solidária autogestionária

Essa estratégia de cooperação iniciou sua trajetória a partir de 1985, forjando-se no bojo dos movimentos sociais do campo emergentes nos anos de 1980, dos quais a região oeste de Santa Catarina é berço. Também são esses movimentos sociais que lhe proporcionam a força propulsora e seus principais referenciais políticos, princípios e valores. Sendo cogestada com e nos movimentos sociais, traz consigo o resgate de valores, princípios e práticas do início do movimento cooperativista do século XVIII, como a superação do modo capitalista de produção, a preocupação com as condições sociais e o desenvolvimento comunitário, adensadas pela incorporação de novas questões como a questão cultural (defesa de um modo

de vida) e a questão de gênero (direitos de igualdade da mulher camponesa), dentre outras que compunham o movimento político de enfrentamentos desses movimentos nos anos de 1980 e 1990.

Pode ser considerada a estratégia mais recente, conforme visto anteriormente, mas em sua trajetória vem passando por diferentes fases: a primeira iniciou com grupos informais da reflexão e da vivência (roças comunitárias, grupos de compra conjunta); a segunda, na compreensão e construção dos instrumentos de um novo modelo de desenvolvimento (construção de sistemas de produção agroecológicos, crédito solidário, produção artesanal de produtos típicos da colônia); e encontra-se atualmente na terceira fase, em que busca interferir em processos de desenvolvimento local/regional através da articulação das organizações de cooperação em diferentes redes (rede das cooperativas de crédito, rede das pequenas agroindústrias familiares associativas, rede das pequenas cooperativas), colocando a cooperação como constituinte do modelo e não apenas como instrumento de sua construção.

Embora dividida em dois conjuntos de forças com crescente dificuldade de interagir no TAUC, essa estratégia, dentre as três estratégias de cooperação identificadas, é a que efetivamente vem participando do processo de desenvolvimento territorial e se apropriando dos resultados. Isso se deve à participação de suas lideranças consolidadas e experientes, mas em especial à determinante participação dos seus principais agentes fomentadores: de um lado a força do movimento sindical da agricultura familiar (Fetraf), de outro a Epagri, particularmente sua coordenação regional.

A força liderada pelo movimento sindical, identificado como FETRAF-SUL (Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Sul do Brasil), é composta pelos Sindicatos Regionais da Agricultura Familiar de Concórdia e de Seara, pelas cooperativas de crédito rural ligadas à Cresol Central, no TAUC lideradas pela Base Integração (Seara), pelas cooperativas agroindustriais, COPAFAS (Seara) e COOPAFAC (Concórdia), e pelo Instituto de Cooperação da Agricultura Familiar de Santa Catarina, com sede em Concórdia. Esse conjunto é muito criativo e propositivo e tem uma grande capacidade de articulação e de pressão. Possui

grande clareza e convicção de seus princípios orientadores, envolvendo um conjunto de dirigentes, lideranças e agricultores experientes, esclarecidos, formados na participação das históricas lutas e mobilizações produzidas pelos movimentos sociais da região desde a década de 1980. Muitos líderes são agricultores jovens com maior formação escolar, nível médio (colégio agrícola) e também nível superior, em cursos articulados pelas suas próprias organizações, cujas famílias sempre estiveram engajadas nos movimentos sociais e nas ações da Igreja (Católica e Luterana).

A força liderada pela Epagri destaca-se pelo trabalho de formação, acompanhamento e articulação da coordenação regional do programa agregação de valor da Epagri Regional de Concórdia. De certo modo, a Epagri Regional de Concórdia é inovadora dentro da empresa, pela concepção e pelo envolvimento com a construção de alternativas para a agricultura familiar, seu trabalho nessa direção já vem desde o início dos anos de 1990. Ela apresenta em sua estratégia a constituição de cooperativas municipais articuladas na Central das Cooperativas da Agricultura Familiar (Cecaf), contando para isso com o apoio e a participação dos técnicos locais (municípios) e das prefeituras, quase sempre com ações conveniadas (Epagri/prefeituras). Suas lideranças não possuem o mesmo histórico de participação nas lutas da agricultura familiar, têm uma participação mais discreta nos sindicatos e pouco envolvimento com os movimentos sociais. Constituída pelas famílias que já possuíam como tradição a venda em domicílio, a industrialização caseira em pequena escala, as famílias envolvidas atuam de forma mais individual.

A participação dessa estratégia é facilitada pelo amplo e complexo grau de organização constituído através da articulação de diferentes frentes de atuação da agricultura familiar, como sindicatos; movimentos sociais, como o MPA, MMC, MAB; surgimento do Partido dos Trabalhadores como uma força política e constituição de gestões mais democráticas em alguns municípios (Ipira, Ipumirim, Seara, Irani, Lindóia), destacando-se o município de Concórdia, que se encontra na terceira gestão consecutiva. Essas experiências de governos locais mais abertos à participação popular têm possibilitado que lideranças dos movimentos sociais assumam principalmente as secretarias de agricultura, abrindo espaço para a incorporação de experiências desses movimentos e o apoio a seus instrumentos de

desenvolvimento, dentre eles a cooperação agrícola, em particular o fomento à agroindústria familiar associativa de pequeno porte e as cooperativas de crédito com interação solidária.

Ficou bastante evidente também que a própria política de desenvolvimento territorial é, em parte, fruto da própria luta dos movimentos sociais por políticas públicas descentralizadas e mais adequadas à diversidade de realidades existentes. Isso configurou um desenho institucional que favorece esses segmentos da agricultura familiar mais organizado e preparado para participação ativa nos novos espaços de gestão partilhada, como é o caso do colegiado territorial. A linguagem, os instrumentos e as articulações construídas facilitam a compreensão e a comunicação destes em detrimento de outros grupos sociais, como os indígenas, populações tradicionais, produtores maiores e integrados ao complexo industrial das carnes e grãos do TAUC.

Outro elemento que parece favorecer esse segmento da agricultura familiar no processo de desenvolvimento no TAUC é o volume de recursos disponibilizados pela política territorial. Por serem poucos os recursos, da ordem de R\$300 a 400 mil por ano, acabam não sendo interessantes para os projetos maiores, como é o caso das cooperativas empresariais e de outros segmentos fortes do agronegócio do território. Mas, para projetos menores e descentralizados, e numa perspectiva de integração entre territórios, como é a proposta da política e também dos movimentos sociais do campo, esse recurso passa a ser interessante.

No entanto, a participação na política territorial permanece ainda muito direcionada pela disputa dos poucos recursos disponibilizados, ou seja, o entendimento dos principais atores envolvidos sobre desenvolvimento territorial ainda não avançou para a gestão do conjunto de recursos externos e internos presentes no território. Isso pode ser verificado nas limitações dos instrumentos de gestão territorial (PTDRS e PST), que carecem de referenciais de processo de desenvolvimento territorial, ou seja, persiste a setorialidade, na produção agrícola e no favorecimento de alguns segmentos. Isso explica em parte, ao menos, as afirmações de vários informantes, de que os segmentos da agricultura familiar predominantes na condução da política territorial no TAUC têm apresentado

resistência ao envolvimento de novos e mais atores sociais, em especial dos urbanos e dos rurais mais consolidados, como é o caso dos agricultores associados às cooperativas empresariais.

Mas, mesmo diante dos limites identificados, deve ser ressaltado que a política territorial representa um significativo avanço em termos de política pública e de participação social, também em termos de inclusão de segmentos antes alijados por completo da formulação e execução de políticas públicas, se considerarmos que os agricultores familiares nunca antes o haviam feito de forma tão intensa. A implementação da política territorial tem sido um importante aprendizado, tanto para o governo quanto para as organizações da sociedade civil envolvidas.

CONCLUSÃO

A título de conclusão deste estudo sobre a cooperação no Território Alto Uruguai Catarinense, é necessário partirmos de algumas observações gerais que a pesquisa possibilitou identificar, para em seguida apresentarmos as conclusões a partir dos objetivos estabelecidos. Também apresentamos aqui algumas sugestões às organizações regionais e municipais, para contribuir com o processo de cooperação e de desenvolvimento no Território Alto Uruguai Catarinense, e apontamos alguns campos para aprofundamento ou complementação através de novos estudos.

O trabalho de campo foi um momento privilegiado para perceber a diversidade de situações existentes no Território, mas também para ouvir muitos relatos (riquíssimos) de experiências exitosas em diversos aspectos da vida das organizações. Muitas dessas experiências, aqui relatadas de forma breve, ainda são desconhecidas do conjunto de pessoas e organizações que o compõem, para os quais a simples promoção da troca de experiências entre as organizações do mesmo tipo, e mesmo entre os diferentes tipos de organizações, poderia trazer grande contribuição para um salto de qualidade individual e coletiva do conjunto das organizações de cooperação do Território.

Uma das primeiras observações de caráter mais geral se refere às informações sobre a cooperação nas organizações e instituições locais e regionais. Poucas informações se encontram organizadas e sistematizadas, e, em sua maioria, ainda são informações de domínio pessoal, pois se encontram apenas com as pessoas que realizaram o trabalho ou vêm atuando junto às organizações de cooperação no TAUC. O conhecimento construído sobre a cooperação, de certo modo, encontra-se apropriado apenas individualmente, carecendo de um processo de publicização. Isso poderia ser realizado por meio de maior e melhor registro e armazenamento das informações, possibilitando que a informação, atualmente de posse de algumas pessoas (individual), se tornasse pública (coletiva) e mais acessível. Talvez fosse

interessante pensar um sistema de registro padronizado em nível territorial, que possibilitasse o monitoramento e a avaliação mais frequente e qualificada.

Mas foi surpreendentemente agradável perceber e conhecer o grande conjunto de pessoas envolvidas com a cooperação (técnicos, agricultores, lideranças, dirigentes, gestores públicos), que, de diversas formas e por diferentes razões (pessoais, institucionais, políticas ou culturais), vêm participando da construção da cooperação no Território, porém pouco articuladamente, menos ainda de forma planejada.

Também chamou a atenção a pouca ou nenhuma formação sobre cooperação da maioria dos agentes envolvidos com essa temática, observação feita por todas as equipes ouvidas. O conhecimento vem da prática e do interesse pessoal de trabalhar com essas organizações. Não se percebeu também a realização de troca de experiência entre as organizações nos municípios, nem entre os municípios, ou destes com outras regiões. Acreditamos que a troca de experiência entre as organizações e entre os municípios, de forma planejada e pedagogicamente orientada, poderia ser uma iniciativa de grande valia para as já ricas experiências do TAUC.

A cooperação no TAUC se constitui em um elemento-força das organizações, do trabalho e da vida, muito embora se possa perceber uma significativa diferenciação entre municípios e segmentos ou grupos sociais do meio rural do Território, nos tipos, nas formas e no número de organizações de cooperação. Neste ponto, cabe observar que a cooperação, em suas três estratégias, parece não dialogar adequadamente com vários grupos sociais do território, destacando-se os indígenas, caboclos, pescadores e grupos de camponeses tradicionais de diferentes etnias concentrados em certas comunidades, de vários municípios, conforme relatado por algumas equipes locais entrevistadas.

Ao percorrer o Território, identificando e caracterizando as organizações, pode-se afirmar que a partir de meados dos anos de 1990, a cooperação iniciou a vivência de um novo período em sua trajetória, marcado por significativas mudanças na prática, na organização da cooperação, nos agentes da cooperação da agricultura

familiar e da própria população rural no TAUC. Ou seja, alguns elementos desse novo contexto passaram a impactar sobre a cooperação a partir daquele período, dentre os quais se podem destacar a maior aproximação do poder público municipal com as comunidades rurais e suas organizações, com a descentralização desencadeada a partir da Constituição de 1988; a constituição do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que começa a criar condições para o tratamento diferenciado de particularidades do campesinato em relação a outros segmentos do rural em especial do agronegócio, mas também para a possibilidade de compreender e atender as diversas identidades, seus interesses e necessidades que compõem a agricultura familiar; as mudanças nas administrações das prefeituras municipais com a introdução de novas práticas de gestão da coisa pública, em especial com a abertura para a participação da sociedade civil organizada.

Com relação aos objetivos propostos para o estudo, pode-se concluir que a pesquisa revelou uma grande heterogeneidade de tipos e formas das organizações de cooperação na agricultura familiar e nas comunidades rurais do TAUC. Porém, a heterogeneidade é menor, tanto nos tipos quanto nas formas de cooperação, quando comparada com a dos estudos anteriores realizados no Sul do Brasil, como de Cepagro (1992), Carvalho (1998) e Massi (2000). Mas os dados revelam também que existe uma tendência à homogeneização e formalização crescente da organização da cooperação camponesa, no esforço de sua inserção nos circuitos de mercado ou de acesso às políticas públicas dos três níveis da federação, revelando a dialética do processo, em que o campesinato muda para se manter camponês. Com relação aos diferentes tipos de organização de cooperação, apareceram as Cooperativas, as Associações predominantemente, e os Grupos informais; quanto à forma de expressão da cooperação, foram identificadas as formas semicoletivas e de prestação de serviços, em sua maioria. Os estudos realizados pelos autores supracitados revelavam uma superioridade da informalidade nas organizações; no TAUC, os dados revelam que essa tendência vem sendo revertida, pois grande parte das Associações comunitárias, Associações esportivas, Associações de máquinas, Associações de água e as pequenas cooperativas de agroindústrias dos municípios são formalizadas (constituíram personalidade jurídica), enquanto os Clubes de

idosos, Clubes de Mães, Grupos de jovens e os grupos de telefonia rural, em sua maioria, ainda permanecem na informalidade.

No entanto, a tarefa de caracterização dos tipos, das formas e práticas de cooperação no TAUC, como em toda a região oeste catarinense, ainda precisa ser ampliada e aprofundada em novos estudos.

Foi possível identificar pelo menos três grandes estratégias de cooperação da agricultura familiar no TAUC: a estratégia da cooperação comunitária funcional; a estratégia da cooperação empresarial competitiva; e a estratégia da cooperação solidária autogestionária, conforme quadro síntese apresentado a seguir, que caracteriza comparativamente as estratégias de cooperação da agricultura familiar do TAUC.

Essas diferentes estratégias de cooperação se relacionam diferentemente com a política territorial do MDA. A cooperação comunitária não tem constituído relação com a política territorial atual, pois vem buscando atender a seus interesses junto ao poder público local, ao mesmo tempo que responde aos interesses deste, também a gestão territorial não tem buscado interagir e integrar esse conjunto de organizações ao processo. A cooperação empresarial competitiva (grandes cooperativas) não tem se relacionado com a política territorial, pois seus interesses fazem parte de um jogo de forças maior do movimento do capital nacional e internacional, cujas decisões e negociações, em grande parte, ocorrem fora do território; justifica sua não participação com a falta de convite e identifica essa política como de interesse partidário, o que não combina com o apartidarismo do movimento cooperativista. A cooperação solidária e autogestionária tem participado das discussões, da implementação e dos resultados, pois vislumbra na política territorial a possibilidade de seu fortalecimento como movimento e o atendimento de algumas de suas necessidades. Esse movimento se encontra fracionado e, em certa medida, disputa politicamente os espaços e recursos da política territorial. De um lado, se articulam as organizações sociais e as lideranças das forças constituídas a partir do movimento camponês desde os anos 1980, hegemonizado pela força sindical da Agricultura Familiar (FETRAF/Sintrafs) – especialmente a partir de Concórdia e Seara. De outro, se organiza um amplo conjunto de pequenas iniciativas e

experiências de produção, transformação e comercialização, não tão engajadas nos movimentos sociais, menos politizadas e mais voltadas às comunidades e à abrangência municipal; essa força vem sendo articulada e de certa forma protagonizada pelo Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (Epagri) da regional de Concórdia com apoio de vários técnicos locais.

As concepções políticas e ideológicas se diferenciam claramente entre as três estratégias de cooperação da agricultura familiar identificadas no Território Alto Uruguai Catarinense. A cooperação comunitária encontra-se ainda impregnada da concepção (“espírito comunitário”) de cooperação prática, de ação concreta e de resposta imediata às necessidades das famílias, das unidades de produção/atividades produtivas ou da comunidade, razão pela qual a denominamos de funcional. Propõe-se não política, mantendo certa autonomia em relação às forças externas à comunidade. No entanto, a inversão de força entre seus principais agentes e apoiadores dessa estratégia de cooperação vem mudando esse posicionamento. O poder público (em especial as prefeituras) vem ampliando seu poder de interferência e diversificando os meios de relacionar-se com a organização comunitária, enquanto a Igreja, outrora única e forte, vem restringindo e sendo restringida em sua atuação na organização comunitária. A estratégia de cooperação empresarial define claramente sua concepção política e ideológica como liberal, reproduzindo e fortalecendo as relações capitalistas dentro da organização cooperativa e na sua relação com as unidades de produção familiar do território como único caminho. O empresariamento das unidades de produção, com a especialização em grandes escalas produtivas, voltadas aos circuitos de comércio exterior, vem contribuindo para o rompimento da lógica de gestão e funcionamento tradicional do campesinato. Por sua vez, a estratégia de cooperação solidária autogestionária coloca-se em oposição aos valores que definem as relações sociais capitalistas para o campo, embora internamente esse posicionamento seja menos homogêneo que nas duas anteriores. Essa estratégia de cooperação propõe novos valores e novas relações sociais de produção, como a solidariedade, a autogestão dos empreendimentos e das organizações dos camponeses, o respeito e a preservação dos recursos naturais na prática da agropecuária.

Categoria	Cooperação Comunitária Funcional	Cooperação Empresarial Competitiva	Cooperação Solidária Autogestionária
Período de constituição	Tem origem na constituição das comunidades rurais com o processo de colonização de 1920 em diante, mas na região vem passando por fortes mudanças a partir de 1995.	Tem sua origem com o movimento do cooperativismo no século XVIII, mas como estratégia na região a partir de 1967.	Tem sua origem nos movimentos sociais de resistência ao desenvolvimento do modo capitalista de produção e começa a se delinear a partir 1985 na região.
Tipo de organização	Pluralidade: associações comunitárias e associações e/ou grupos informais especializados por tipo de serviço.	Homogeneidade: cooperativa de grande porte com a integração de atividades das unidades de produção familiar.	Pluralidade: cooperativas de pequeno porte, associações e grupos familiares informais em atividades de agregação de valor.
Forma de cooperação	Semicoletiva de prestação de serviço às propriedade e aos grupos de famílias e pequenos serviços comunitários.	Semicoletivo de prestação de serviço na industrialização, comercialização e assistência técnica na produção.	Semicoletivo de prestação de serviço na comercialização, industrialização e serviço de apoio.
Área de atuação da cooperação	Realiza serviços de apoio à produção (preparo do solo, plantio, colheita, distribuição de dejetos, produção de silagem).	Presta assistência técnica na produção; na comercialização, realiza a compra e venda da produção e de insumos; atua também no crédito.	Prestam serviços de apoio (marca, código de barra, informação) às famílias e aos grupos; apoia a comercialização e os serviços de crédito.
Significado da cooperação	A cooperação é uma ação, específica e encerrada em si mesma.	A cooperação é um movimento que busca ampliar a capacidade de competir, reproduzindo as relações sociais do modo de produção capitalista.	A cooperação é um movimento que busca mudança comportamental e de práticas para a construção de novas relações sociais de produção.
Caráter da cooperação	Prático, imediato, pontual e assistencial.	Competitivo, concentrador, dependente.	Solidário, igualitário, autogestionário.
Marca guarda-chuva	Não possuem, identificando-se pela comunidade.	Aurora.	Sabor Colonial e Sabor da Mesa.

(continua)

Categoria	Cooperação Comunitária Funcional	Cooperação Empresarial Competitiva	Cooperação Solidária Autogestionária
Forma de Organização	Horizontalizada, mais personalizada e simplificada.	Verticalizada, hierarquizada, centrada no grupo de direção e nas funções técnicas.	Combinação verticalizada/ /horizontalizadas atuando em rede, divisão de funções.
Gestão	Descentralizada por organização; centrada na liderança; a atividade da unidade produtiva é a centralidade ou mesmo o serviço prestado; controles simples; poucas informações e de domínio pessoal.	Centralizada, mas com grande divisão do trabalho; controles complexos e formalizados; preocupação maior é com a reprodução do patrimônio da organização; dificuldade de acesso à informação.	Descentralizada: o conjunto família e UP é a centralidade; rodízio na coordenação e execução das atividades; maior participação direta; maior socialização das informações, mas ainda com dificuldade de geração da informação/transparência.
Principais atividades	Apoio nas operações dos sistemas de criação e cultivo das propriedades e dos pequenos serviços comunitários.	Beneficiamento, armazenamento e comercialização das <i>commodities</i> de grãos e pecuária (suínos, aves e leite).	Produtos artesanais e coloniais dos sistemas de cultivo e criação da agricultura familiar típica da região.
Participação	Baixa: eventual e não planejada.	Baixa: passiva e induzida/insentivada.	Alta: intensiva; ativa e protagonista.
Abrangência	Comunidade: vizinhança ou algumas comunidades.	Regionais: envolvendo até mesmo outros estados.	Municipais: articulando organizações familiares de comunidades e articuladas regionalmente também.
Público	Todas ou parte das famílias pertencentes à comunidade, independente da condição e do sistema produtivo.	Pequenos e médios produtores; melhor condição financeira; integrados às cadeias das <i>commodities</i> .	Famílias de um mesmo município; consolidados ou em transição.
Conhecimento	Prática: de aplicabilidade imediata, exige pouca formação, capacitação operacional.	Técnico e burocrático: compartimentalizado.	Prático: o conhecimento técnico passa por adaptação de apropriação mais coletiva.

(conclusão)

Quadro1 – Comparativo das estratégias de cooperação da agricultura familiar no Território Alto Uruguai Catarinense

Por fim, com relação aos fatores limitantes da cooperação na construção do desenvolvimento rural sustentável no TAUC, conclui-se que:

- a falta de formação dos agentes, lideranças e organizações em cooperação e em desenvolvimento territorial constitui-se em limite no atual processo em curso no TAUC;
- as visões predominantes sobre a cooperação também se constituem em limite, pois grande parte dos atores locais não compreende a cooperação como elemento constitutivo, nem como uma estratégia, apenas como um meio na construção do desenvolvimento rural sustentável no TAUC;
- a ausência de estratégias construídas e definidas pela organização da cooperação para o desenvolvimento rural sustentável no TAUC;
- o poder público vem propondo e provocando mudanças nas comunidades e em suas organizações para o alcance das políticas públicas em vez de se adequar as políticas às realidades, às necessidades e aos interesses das comunidades, dos seus grupos sociais e das suas organizações.

Pela delimitação de seus objetivos, o presente estudo possibilitou identificar, porém não abordar, várias questões importantes, para as quais faremos algumas sugestões.

O estudo verificou mudanças nas práticas de cooperação e gestão provocadas pela mudança de sentido e significado da cooperação em muitas organizações de cooperação comunitárias do meio rural e da agricultura familiar, em sua crescente relação com o Estado; essas mudanças precisam ser melhor e mais profundamente estudadas.

Algumas prefeituras desenvolveram programas muito criativos, que também poderiam ser mais bem-compreendidos e analisados, enquanto outros precisam ser problematizados, tanto do ponto de vista sociocultural, técnico-econômico, político-

organizativo, quanto do administrativo, constituindo-se em um campo para novos estudos.

Ficou evidenciada também, por todas as equipes e lideranças entrevistadas, a carência, de um lado, e o grande interesse, de outro, de um processo de capacitação sobre as duas temáticas: cooperação e desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Miriam. *Pesquisas e experiências exitosas no trabalho com jovens de camadas populares*. Disponível em: <www.mda.gov.br>. Acesso em: 22 out. 2006.

ALBA, Rose Salete (Org.). *Estudos de Geografia Agrária do Oeste Catarinense*. Chapecó: Argos, 2008. 173 p.

ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de. Associativismo. In: CATTANI, Antonio David (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 15-20.

AMADOR, M. C. P. História de Concórdia: migração italiana e desenvolvimento socioeconômico a partir da pequena propriedade. In: ZOTTI, Solange Aparecida (Org.). *História faz história: contribuições ao estudo da História Regional*. Concórdia: Universidade do Contestado/ HISED, 2006. 310 p.

ANDRADE, M. C. Formação territorial do Brasil. In: BEKER, Berta et al. *Geografia e meio ambiente*. São Paulo: Hucitec, 2002.

ARNS, Paulo Cesar. *Cooperação agrícola*. 1991. 102 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Agronomia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.

ARRETCHE, M. *Descentralização, democracia, reforma do Estado e bem-estar: conceitos que não se equivalem*. Trabalho apresentado no XIX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, out. 1995. Mimeografado.

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE CRIADORES DE BOVINOS. Disponível em: <www.accb.com.br>. Acesso em: jan. 2010.

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE CRIADORES DE SUÍNOS. Disponível em: <www.accs.com.br>. Acesso em: jan. 2010.

ATROPS, Nicole. *Caracterização de produtores associados e não associados em organizações de agricultores de grupo no município de Palmitos – Santa Catarina*. Florianópolis: ACARESC, 1987. 32 p. Mimeografado.

AUED, B. W. et al. *Origens sociais do cooperativismo*. In: Anais do II Seminário de cooperativismo e desemprego. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

AURÉLIO, Buarque de Holanda Ferreira. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

AVRITZER, L. *Sociedade civil, espaço público e poder local: uma análise do orçamento participativo*. Porto Alegre: [s.n.], 2002.

BACH, Celso Luiz. *A cooperação agrícola como estratégia de reprodução da agricultura familiar do oeste catarinense: o município de Saudades*. 2001. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2001.

BADALOTTI, Rosana Maria. *A cooperação agrícola e a agroecologia como base para a viabilização da agricultura familiar no oeste catarinense: o papel da APACO (Associação dos pequenos agricultores do Oeste Catarinense) e demais agentes sociais*. 2003. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

BASTOS, Rugai Elide. *As ligas camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984.

BENECKE, Dieter W. *Cooperação e desenvolvimento: o papel das cooperativas no processo de desenvolvimento econômico nos países do terceiro mundo*. Porto Alegre: Coojornal; Recife: Assocene, 1980.

BILIBIO, M. H. et al. Histórico dos principais aspectos econômicos do município de Concórdia (1934 – 1964). In: ZOTTI, Solange Aparecida (Org.). *História faz história* contribuições ao estudo da História Regional. Concórdia: Universidade do Contestado/HISED, 2006. 310 p.

BITENCOURT, Gilson Alceu. Cooperativas de crédito solidário: constituição e funcionamento. *Estudos Neade* 4, 2. ed. Brasília, DF, 2001. 143 p.

BOFF, Leandro; BOFF, Clovis. *Da libertação: o teólogo das libertações sócio-históricas*. Petrópolis: Vozes, 1985.

BORCHARDT, Ilmar. *Diagnóstico da exclusão social em Santa Catarina: mapa da fome*. Florianópolis: SDS/Instituto CEPA/SC, 2003. 2035 p.

BOSERUP, Éster. *Evolução agrária e pressão demográfica*. Tradução Oriowaldo Queda e João Carlos Duarte. São Paulo: HUCITEC/POLIS, 1987. 141 p.

BRAGA, José Carlos de. A financeirização da riqueza: a macroestrutura financeira e a nova dinâmica dos capitalismos centrais. In: _____. *Economia e sociedade*, Campinas: Universidade Federal de Campinas, Instituto de Economia, n. 1, ago. 1992.

_____. *A globalização capitalista desmistificada*. Versão atualizada que foi publicada nos Indicadores IESP, n. 62, set./out. 1997.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria do Desenvolvimento Territorial. *Estudo propositivo para a dinamização econômica dos territórios: Território do Alto Uruguai Catarinense – SC/BR*. Florianópolis, 2005. 63 p. Versão preliminar.

_____. *Plano Safra Territorial: Território do Alto Uruguai Catarinense – SC/BR*. Florianópolis, 2008. 71 p. Versão preliminar.

_____. *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Território do Alto Uruguai Catarinense – SC/BR*. Florianópolis, 2006. 62 p. Versão preliminar.

_____. *Referencial para o Desenvolvimento Territorial Sustentável*. Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável/Condraf, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento/NEADE, 2003. 36 p. (Série Textos para Discussão, n. 4).

BRASIL. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Disponível em: <<http://www.senaes.gov.br>>. Acesso em: ago. 2009.

BRUM, Argemiro J. *Modernização da agricultura: trigo e soja*. Ijuí, FIDENE, 1985. 318 p.

BUSNELLO, Jaqueline. *Fatores para a durabilidade de organizações associativistas ligadas à Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense – APACO*. 2002. Monografia (Graduação em Agronomia) – Universidade Comunitária Regional de Chapecó, Chapecó, 2002.

CAMPOS, Índio. *Os colonos do rio Uruguai – Relações entre pequena produção e agroindústria no oeste catarinense*. 1987. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1987.

CARDOSO, Ciro F.; BRIGNOLI, Heitor P. *História econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

CARDOSO, Joel Henrique. *Plano de desenvolvimento sustentável do território rural do oeste*. Florianópolis: [s.n.], ago. 2004.

CARNEIRO, Maria J.; MALUF, Renato S. (Orgs.). *Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

CARVALHO, Horácio Martins. A superação do modelo de desenvolvimento rural vigente no Brasil. In: VIZENTINI, Paulo F.; CARRION, Raul (Orgs.). *Século XXI: barbárie ou soliedariedade? Alternativas ao Neoliberalismo*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998.

CASTELLS, Manuel. O Estado-rede e a reforma da administração pública. In: *Reforma Gerencial: Revista do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado*, n. 2, Brasília, jul. 1998.

CAVENDISH, Suely. Cooperativismo e dominação. In: LOUREIRO, Maria Rita, (Org.). *Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1981. 155 p.

CENTELHA. *Cooperativismo e socialismo: Marx, R. Luxemburgo, Lenine, Preobrajenski, Mao Tse-Tung*. Tradução Rui Namorado. Coimbra, 1979. 108 p.

CENTRO DE ESTUDOS E PROMOÇÃO DA AGRICULTURA DE GRUPO. *Agricultura de grupo em Santa Catarina: cadastro de sociedades de pequenos agricultores para compra, produção, venda e transformação de produtos agrícolas*. Florianópolis: GTZ, 1992. 122 p.

_____. *Relatório do seminário sobre questões jurídicas e legais nas formas associativas da agricultura familiar*. Florianópolis: [s.n.], 1996.

CHAYANOV, Alexander V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

CHESNAIS, F. A globalização e o curso do capitalismo de fim de século. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 5, dez. 1995.

_____. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

COMASSETTO, C. F. et al. História de Concórdia do período anterior a sua emancipação. In: ZOTTI, Solange Aparecida (Org.). *História faz história: contribuições ao estudo da História Regional*. Concórdia: Universidade do Contestado/HISED, 2006. 310 p.

COMASSETTO, Carlos Fernando. *O colono só trabalha [...] A colônia Rio Uruguay: aspectos da atuação das companhias colonizadoras entre 1920-50*. 2008. 157 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, 2008.

CONCRAB. O cooperativismo no pensamento marxista (Marx, Rosa, Karl, Lenin, Mao). *O caderno de experiências históricas da cooperação*, São Paulo, n. 2., 2000. 100 p.

COOPERALFA. Disponível em: <www.cooperalfa.org.br>. Acesso em: ago. 2009.

COPÉRDIA. Disponível em: <www.coperdia.org.Br>. Acesso em: ago. 2009.

COPERIO. Disponível em: <www.coperio.org.br>. Acesso em: ago. 2009.

COSTA CURTA, Domingos Luiz. *Laços da terra: experiências dos grupos de cooperação agrícola em Quilombo/SC*. 2000. 176 p. Dissertação (Mestrado em História) – OUC, São Paulo, 2000.

CRUZ, Antônio Carlos Martins da. *A diferença da igualdade: a dinâmica da economia solidária em quatro cidade do Mercosul*. Campinas, SP: [s.n.], 2006. 325 p.

CULTI, Maria Tereza. Economia solidária: incubadoras universitárias e o processo pedagógico. *Revista Proposta*, Publicação da FASE, ano 31, n. 111, jan./mar. 2007.

DAGNINO, Evelina. *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DE MARCO, Bem Hur. *O oeste catarinense: comentários sobre alguns indicadores socioeconômicos*. Chapecó: Argos, 2004. 13 p.

DENACOOOP – Departamento Nacional de Cooperativismo. Disponível em: <denacoop@agricultura.gov.br>. Acesso em: fev. 2009.

DESENVOLVIMENTO territorial sustentável: conceitos, experiências e desafios teóricos-metodológicos. *Revista Eisforia*, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistema, v. 1, n. 1, jan./jun. 2003. 334 p.

DORIGON, Clóvis. *Mercado de produtos coloniais da região oeste de Santa Catarina: em construção*. 2006. 417 p. Tese (Doutorado em Ciências em Engenharia da Produção) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

DUARTE, Laura Maria Goulart. *Capitalismo & Cooperativismo no R.G.S*. Porto Alegre: L & PM./Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisa em Ciências Sociais, 1986. 96 p.

ECHEVERRI, Rafael. *Ruralidade, territorialidade e desenvolvimento sustentável*. Brasília: IICA, 2005. 196 p.

EPAGRI/CIRAM. *Projeto Microbacias 2: Marco Zero – Monitoramento socioeconômico e ambiental – relatório síntese*. Florianópolis, 2005, 57 p.

ETGES, V. E. Desenvolvimento regional sustentável: o território como paradigma. *Redes*, Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, v. 10, n. 3, set./dez. 2005.

FECOAGRO – Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <www.fecoagro.coop.br>. Acesso em: fev. 2009.

FERREIRA, A. G. Z. *Concórdia: o rastro de sua história*. Concórdia: Fundação Municipal de Cultura, 1992.

FERRO, Jolcemar. *Influências da pluriatividade para a permanência dos agricultores familiares na atividade agrícola e no meio rural: um estudo de caso no município de Concórdia/SC*. Florianópolis, 2006. 158 p.

FLORES, Murilo. *Cenários de desenvolvimento rural a partir da modernização da agricultura familiar*. Documento preparado para o projeto Sebrae/PNUD sobre o futuro da Pequena Produção no Brasil, 2001. Inédito.

FRANTZ, Telmo R. *O cooperativismo e a prática cooperativa*. Ijuí: UNIJUÍ, [19--]. Mimeografado.

_____. Potencialidades e limites do cooperativismo no oeste do Paraná. In: BAGGIO, Adelar Francisco (Org.). *Elementos de cooperativismo e administração rural*. Ijuí: FIDENE, 1983.

GERMER, C. M. A. Economia Solidária: uma crítica marxista. In: GEDIEL, José Antonio Peres (Org.). *Estudos de Direito Cooperativo e cidadania*. Curitiba: Faculdade de Direito. Universidade Federal do Paraná, 2007, n. 1, 241 p.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIOMBELLI, Gilson. *Entrevista concedida ao autor*. Seara, fev. 2009.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. v. 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRAZIANO DA SILVA, José. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio do Janeiro: Zahar Editores, 1982.

_____; CAMPANHOLA, Clayton. *O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional*. Jaguariúna: Embrapa/Unicamp, 2000.

GREGOLIN, Altemir. *Municipalização da agricultura: assistência técnica e extensão rural de Santa Catarina*. Chapecó: Grifos, 2000. 243 p. ISBN 8586311480.

GUIMARÃES, Adalberto P. *A crise agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GUIMARÃES, R. S. Sindicatos, cooperativas e socialismo. ADS-CUT, 2001. Disponível em: <www.ecosol.br>. Acesso em: fev. 2007.

HABERNAS, Jürgen. *O direito e a democracia: entre a facticidade e a validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo agropecuário*. Rio de Janeiro, 1996.

_____. *Indicadores econômicos*. Rio de Janeiro, 2002.

_____. *Indicadores econômicos*. Rio de Janeiro, 2007a.

_____. *Pesquisa Agropecuária Municipal*. Rio de Janeiro, 2007b.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. *Avaliação do valor bruto da produção agropecuária nas microrregiões geográficas de Santa Catarina: 2000-2001*. Florianópolis, 2002. 32 p.

_____. *Caracterização regional*. Florianópolis, 2003.

_____. *Levantamento Agropecuário Catarinense: 2002/2003*. Florianópolis, 2004.

_____. *Prapem/Microbacias 2 – Componentes: administração e avaliação, subcomponentes: monitoramento e avaliação ex-ante – organização e participação*. Florianópolis, 2005. 38 p.

JESUS, Paulo de; TIRIBA, Lia. *Cooperação*. In: CATTANI, Antonia David (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 49-62.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.

KOTHE, Luiz Fernando. Ipumirim: os três processos de colonização. In: ZOTTI, Solange Aparecida (Org.). *História faz história: contribuições ao estudo da História Regional*. Concórdia: Universidade do Contestado – UnC; HISED, 2006. 310 p.

LÊNIN, Vladimir I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LOBO, Thereza; MEDEIROS, Antônio C. *Descentralização: diretrizes básicas e estratégia de implementação*. Rio de Janeiro: Centro de Estudos de Políticas Públicas, 1993. (Texto para discussão, n. 19).

LOUREIRO, Maria Rita Garcia. Cooperativismo e reprodução camponesa. In: _____ (Org.). *Cooperativas Agrícolas e capitalismo no Brasil*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1981. 155 p.

MARIANI, Sérgio. *Pequenos produtores de leite, modernização produtiva e cooperação: associações comunitárias de resfriamento de leite da Cooperativa Agropecuária Petrópolis (PIÁ)*. 2006. 163 p. Dissertação (Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2006.

MARSCHALL, Clélio Roberto. *Pequena propriedade e cooperativismo no oeste do Paraná: um estudo a partir da Cooperativa Agroindustrial LAR*. 2005. 199 p. Tese (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – UNIOESTE, Toledo/Paraná, 2005.

MASSI, Jacir. *Diagnóstico da cooperação agrícola na região oeste de Santa Catarina*. 2000. Monografia (Graduação em Agronomia) – Universidade do Oeste de Santa Catarina, Chapecó, 2000.

MATTEI, Lauro. *Pronaf 10 anos: mapa da produção acadêmica*. Brasília: MDA, 2006. 202 p. (NEAD Estudos; 12).

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

MICHELS, Ido Luis. *Crítica ao modelo catarinense de desenvolvimento: do planejamento econômico, 1956 aos precatórios 1997*. Campo Grande: Ed. UFMS, 1998. 244 p.

MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MIOR, L. C. *Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural*. Chapecó: Argos, 2005. 338 p.

_____. Desenvolvimento rural: a construção da abordagem das redes sociais e sociotécnicas. In: SCHEIDER, S. (Org.) *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

MÜLLER, Geraldo. COTRIJUI: tentativa de criação de um conglomerado de capital nacional. In: LOUREIRO, Maria Rita (Org.). *Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1981. 155 p.

MUSSOI, Eros Marion. *Integración entre investigación y extensión agrária em um contexto de descentralización del Estado y sustentabilización de políticas de desarrollo: el caso de Santa Catarina, Brasil*. 1998. 420 p. Tese (Doutorado em Agronomia) – Universidadde Córdoba, Córdoba (Espanha), 1998.

NAMORADO, Rui. Cooperativismo – História e horizontes. In: Estudos de Direito Cooperativo e cidadania. José Antonio Peres Gediel (Org.). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2007. 241 p.

NASCIMENTO, Claudio. Do “beco dos sapos” aos canaviais de catende (os “ciclos longos” das lutas autogestionárias). [s.l.]: SENAES/MTE, 2005. 154 p. Texto de apoio.

NAVARRO, Zander. *Manejo de recursos naturais ou desenvolvimento rural? O aprendizado dos “projetos microbacias” em Santa Catarina e São Paulo*. Florianópolis: Epagri, 2007. 46 p.

NOSSWITZ. I. M.; STOCKMANN. V. K. Vivências e memória: a história de Ipira. In: ZOTTI, Solange Aparecida (Org.). *História faz história: contribuições ao estudo da História Regional*. Concórdia: Universidade do Contestado/HISED, 2006. 310 p.

NOVAES, José Roberto P. Cooperativismo: acumulação e mudança social. In: LOUREIRO, Maria Rita (Org.). *Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1981. 155 p.

OCB – ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/ocb/index.asp>>. Acesso em: fev. 2009.

OCESC – ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. *Balanço socioambiental 2005*. Sistema cooperativo de Santa Catarina. Florianópolis, 2006. Disponível em: <www.osesc.org.br>. Acesso em: fev. 2009.

OLIVEIRA, Maria Marly de. *Formação em associativismo e desenvolvimento local no Nordeste do Brasil: a experiência da Camaragibe*. 1999. 321 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Sherbrooke, Quebec (Canadá), 1999.

PEDRINI, Dalila Maria et al. Apontando caminhos: a solidariedade na economia catarinense. In: GAIGER, Luiz Inácio Germany (Org.). *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. 417 p.

PINHO, Diva Benevides. *A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista: suas modificações e sua utilidade*. 2. ed. São Paulo: Urupês, 1966. 161 p.

POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. *Cadernos do CEOM*, Chapecó, ano 5, n. 7, abr. 1991.

POLI, Odilon Luiz. *Economia solidária e a formação humana: experiências de trabalho e educação em agroindústrias familiares associativas no oeste de catarinense*. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Campinas, Campinas, 2006.

_____. O contexto do oeste catarinense. In: UCZAI, Pedro (Org.). *Dom José Gomes: mestre e aprendiz do povo*. Chapecó: Argos, 2002. 329 p.

PRIM, L. F. *Agricultura de grupo e projeto camponês: avanços e limites na construção da cidadania – o movimento de cooperação agrícola no oeste catarinense*. 1996. 155 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

PROGRAMA das Nações Unidas para o Desenvolvimento/Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão – SPG/SC. *Plano de desenvolvimento regional*. Florianópolis: [s.n.], 2004.

RADIN, J. C. *Italianos e ítalo-brasileiros na colonização do oeste catarinense*. Joaçaba: Universidade do Oeste de Santa Catarina, 2001.

RAMBO, A. G.; FILIPPI, E. E. Das concepções clássicas à abordagem territorial: para (re)pensar processos de desenvolvimento na agricultura familiar. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Taubaté, v. 5., n. 1., p. 121-148, jan./abr. 2009.

RECH, Daniel. *Cooperativas: uma onda legal*. Rio de Janeiro: Instituto Apoio Jurídico Popular – FASE, 1991. (Coleção Socializando conhecimentos, n. 8).

RENK, Arlene. A colonização do oeste catarinense: as representações dos brasileiros. *Revista do CEOM: Para uma história do oeste catarinense – 10 anos de*

CEOM – Centro de Organização da Memória do Sócio-Cultural do Oeste. Chapecó: Unoesc, 1995. 336 p.

_____. *A reprodução social camponesa e suas representações. O caso de Palmitos-SC.* 1997. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S; SAQUET, M. A. *Território e desenvolvimento: diferentes abordagens.* Francisco Beltrão: Unioeste, 2004. 175 p.

RIBEIRO, E.; KOLS, R. C. Irani pós-combate do Contestado (1912-1926). In: ZOTTI, Solange Aparecida (Org.). *História faz história: contribuições ao estudo da História Regional.* Concórdia: Universidade do Contestado/HISED, 2006. 310 p.

ROVER, Oscar José. Desenvolvimento local em territórios rurais: análise de políticas federais do período de 1994-2005. In: 30º Encontro anual da ANPOCS, 2006. Caxambu/MG. *Anais do 30º Encontro Anual da ANPOCS, 2006.*

_____. *Redes de poder e governança local: análise da gestão político-administrativa de três fóruns de desenvolvimento com atuação no oeste de Santa Catarina/Brasil.* 2007. 246 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura. *Projeto de recuperação ambiental e apoio ao pequeno produtor rural: manual de operativo.* Florianópolis, 2002. 282 p.

_____. Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão/Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional. *Caracterização Regional.* Concórdia. 2003. 51 p. Disponível em: <www.epagri.gov.br>. Acesso em: fev. 2008.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.* Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHE, Paulo. *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina.* São Paulo: Brasiliense, 1987.

SCHNEIDER, João Elmo. O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: o caso brasileiro. In: LOUREIRO, Maria Rita

(Org.). *Cooperativas Agrícolas e capitalismo no Brasil*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1981.

SCHNEIDER, José Odelso. *Democracia, participação e autonomia cooperativa*. 2. ed. São Leopoldo: Unisinos, 1999. 496 p.

SCHNEIDER, Sergio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. *RBCS*, v. 18, n. 51, fev. 2003.

SEAPR/PRAPEM. *Estatuto modelo das associações de microbacias*. Epagri, 2009. Disponível em: <www.epagri.org.br>. Acesso em: dez. 2009.

SEIBEL, Erni J. Estado e instituições públicas: caso do cooperativismo. *Perspectiva Econômica*, v. 29, n. 84, p 23-74, 1994. Série Cooperativismo.

SEYFERTH, Giralda. A representação do trabalho alemão na ideologia étnica teuto-brasileira. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, n. 37, p. 1-33, 1982.

SICOOB – CREDIAUC. *Relatório anual 2008*. Concórdia, 2009.

SILVA, Emanuel Sampaio et al. Panorama do cooperativismo brasileiro: história, cenários e tendências. *Revista uniRcoop*, [s.l.], ano 2, v. 1, p. 75-102, 2003.

SILVESTRO, M. L. et al. *Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar*. Florianópolis: Epagri, 2001.

SINGER, Paul; MACHADO, João. *Economia socialista*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SOUZA, M. A. Formas cooperativas de produção em assentamentos rurais do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra): dimensões educativas. *Rev. online Bibl. Prof. Joel Martins*, v.1. n. 2, fev. 2000. ISSN: 1517-3992.

TEDESCO, J. C.; J. J. CARINI. Governador *Brizola, o Master e o conflito na Fazenda Sarandi, 1960-1962*. Anais do XXIV Simpósio Nacional de História –ANPUH, 2007.

TEIXEIRA, E. C. *O local e o global: limites e desafios da participação cidadã*. São Paulo: Cortez, 2001.

TERRITÓRIOS DA CIDADANIA. Relatório de execução: plano de execução das ações 2008. Disponível em <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/>>. Acesso em: fev. 2010.

_____. Relatório de execução: plano de execução das ações 2009. Disponível em: <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/>>. Acesso em: fev. 2010.

TESTA, M. T. et al. *A escolha da trajetória da produção de leite como estratégia de desenvolvimento do Oeste Catarinense*. Florianópolis: SAR, 2003. 111 p.

_____. *O desenvolvimento sustentável do oeste catarinense* (proposta para discussão). Florianópolis: Epagri, 1996. 247 p.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Atlas, 1987.

UCZAI, Pedro (Org.). *Dom José Gomes: mestre e aprendiz do povo*. Chapecó: Argos, 2002. 329 p.

VAINER, Carlos B. Regionalismo contemporâneo. In: AFFONSO Rui de Brito; SILVA, Pedro L. (Orgs.). *A federação em perspectiva*. Ensaios selecionados. São Paulo: Tundop/Unesp, 1995.

VEIGA, José Eli da. *A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

_____. Mudanças nas relações entre espaços rurais e urbanos. *G&DR*, v. 3, n. 1, p. 123-149, jan./abr. 2007.

VEIGA, S. M.; FONSECA, I. *Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação*. Rio de Janeiro: DP & A/Fase, 2001. 112 p.

VEIGA, S. M.; RECH, D. *Associações: como construir sociedades sem fins lucrativos*. Rio de Janeiro: FASE, 1999. 134 p. (Série Economia Solidária, n. 1).

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: Ediupf, 1999. p. 21-55.

WERLANG, Alceu. *A colonização do oeste catarinense*. Chapecó: Argos, 2002.

ZAMBERLM, J.; FRONCHETI, A. *cooperação agrícola – melhoria econômica ou novo projeto de vida?* Passo Fundo: Berthier, 1992. 136 p.

ZAPATA, Tania. *Capacitação, associativismo e desenvolvimento local: filosofia e ação do projeto Banco do Nordeste/PNUD/ABC – BRA93/012*. Recife: [s.n.], 1997. 33 p. Série de cadernos técnicos, n. 1.

ZOLDAN, C. P. *Produto interno bruto dos municípios catarinenses – 1999 a 2003*. Florianópolis: Epagri, 2006. 25 p.

ZOTTI, Solange Aparecida (Org.). *História faz história: contribuições ao estudo da História Regional*. Concórdia: Universidade do Contestado/HISED, 2006. 310 p.

ANEXOS

Anexo 1

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL - UNISC PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL CURSO DE MESTRADO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine no final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua, a outra é do pesquisador.

Esta pesquisa envolverá duas áreas temáticas de estudo: a TERRITORIALIDADE e a COOPERAÇÃO. Este estudo tem a finalidade de construção da dissertação do curso de mestrado em desenvolvimento regional.

Título do projeto: **A cooperação na Agricultura Familiar do Território Alto Uruguai Catarinense**

Pesquisador responsável: **Carlos Eduardo Arns (Mestrando)**

Telefone para contato: (49) 9915-2229

Orientadora: **Dra. Virgínia Etges**

Telefone: (51) 99953861

O Objetivo desta pesquisa é analisar as práticas e estratégias de cooperação da agricultura familiar do Território do Alto Uruguai Catarinense, na perspectiva da construção do desenvolvimento rural sustentável.

A sua participação na pesquisa consiste em responder um questionário que será realizado pelo próprio pesquisador ou auxiliar treinado. As informações obtidas através da coleta de dados serão utilizadas para alcançar o objetivo acima proposto,

compondo assim a dissertação de mestrado, resguardando sempre o sigilo da identidade do informante. Caso não queira mais fazer parte da pesquisa, favor entrar em contato pelos telefones acima citados, durante o desenvolvimento deste trabalho.

Este termo de consentimento livre e esclarecido é feito em duas vias, sendo que uma delas ficará em poder do pesquisador e outra com o sujeito participante da pesquisa.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____,
RG _____, CPF _____,
abaixo assinado, concordo em participar do estudo como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador _____ sobre a pesquisa e, os procedimentos nela envolvidos, bem como os benefícios decorrentes da minha participação. Foi me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento.

Local: _____ Data ____/____/____.

Nome e assinatura do sujeito:

Anexo 2

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL - UNISC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
CURSO DE MESTRADO

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO

TIPOS DE ORGANIZAÇÕES DE COOPERAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR DO TERRITÓRIO ALTO URUGUAI CATARINENSE

1 - IDENTIFICAÇÃO DO TIPO DE ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO:

1.1 – Município: _____

1.2 – Tipo de organização de cooperação agrícola: _____

1.3 – Nome do informante: _____

1.4 – Função: _____

1.4 – Telefone: _____

1.5 – E-mail: _____

2 – CARACTERIZAÇÃO DO TIPO DE ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO:

2.1 – Nº. de organizações existentes no Município: _____

2.2 – Nº. de famílias envolvidas: _____

2.3 – Nº. de pessoas envolvidas: _____

2.4 – Em que período (os) foi (ram) constituída(s)/fundada(s) **(informar o nº de organizações)?**

() Antes de 1940; () 1940/49; () 1950/59; () 1960/69; () 1970/79; () 1980/89; () 1990/95; () 1996/99; () 2000/05; () 2006/08.

2.5 – Quais entidade e programa/projetos contribuíram na constituição destas organizações de cooperação? **(listar por ordem de importância as três mais importantes quando houver):**

a) _____.

b) _____.

c) _____.

2.6 – Há mulheres em cargos de direção () Sim; Em quantas (____); () Não;

2.7 - Os jovens podem ser sócios. Sim (___); Não (___); Quantos são sócios (___);

2.8 – Há jovens nas direções? (___) Sim; Não (___); Quantos são dirigentes (___);

2.9 - De que forma esse tipo de organização de cooperação contribui no fortalecimento da organização social, da comunidade?

2.10 – Recebe acompanhamento, assessoria ou assistência técnica em cooperação? Sim (___); Não (___).

2.11 – De quem? _____

3 - ASPECTOS ORGANIZACIONAIS

3. 1 - Quanto à forma de organização (**informar o nº de organizações de cooperação**):

Coletiva (___); Semicoletiva (___); Prestação de serviço (___); Apenas realizam práticas de cooperação (___); Outra (___); Qual (is)?

3.2 - Área de realização da cooperação (**informar o nº de organizações de cooperação**): (___) Produção; (___) Comercialização; (___) Transformação/Industrialização; (___) Atua em toda a cadeia de produção; (___) Outra; Qual (is)?

3.3 – Qual a forma de associação à organização (Informar o nº de organizações):

(___) Por família; (___) Por pessoa; (___) O chefe de família; (___) Por casal;

(___) Por grupo; (___) Todas as alternativas; Outra; Qual?

3.4 – Condição legal (Informar o nº de organizações: (___) Formal; (___) Informal;

3.5 – Situação documental (informar o nº de organizações: (___) Tem estatuto;

(___) Tem regimento interno; (___) Possui livro de ata; (___) Possui caderno de

registro contábil; (____) Caderno de gestão; (____) Outros;

3.-6 - A contabilidade e a prestação de contas são realizadas:

3.6.1 - (____) anual; (____) mensal; (____) outra; Qual? _____.

3.6.2 - (____) com registro (____) sem registro;

3.7 – Qual a periodicidade das reuniões da diretoria? _____

3.8 – Quantas Assembléias gerais fazem no ano? _____

4 – ASPECTOS ECONÔMICOS

4.1 – Qual (is) atividade(s) desenvolvida por esse tipo de organização. Listar por ordem de importância? _____

4.2 – Quais os produtos produzidos/ofertados pela organização (listar por ordem de importância)

PRODUTO/SERVIÇO	QUANTIDADE	ONDE COMERCIALIZA*

* Pode ser uma ou mais alternativas: Comunidade; Município; Região; Estado; Outros Estados; Exporta;

4. 4- O grupo possui algum tipo de infra-estrutura e benfeitorias em conjunto/comum? NÃO (____); SIM (____):

4.5 - Qual (is)? _____

4.6 - Quais as vantagens desta organização para os sócios?

4.7 – Possui mão de obra contratada: Sim (___) Não (___);

4.8 – Caso possua:

a) Temporária (nº de dias ou pessoas no ano ou mês) - _____

b) Permanente (nº de pessoas por ano) - _____;

4.11 - Utiliza crédito? Sim (___); Não (___)

4.12 - Quais linhas? _____

4.13 - O uso do crédito foi: (___) individual; (___) coletivo;

5 – SOBRE A COOPERAÇÃO

5.1 - Quais as práticas de cooperação/solidariedade no grupo?

5.2 - Em que atividades são mais freqüentes a prática da cooperação:

5.3 - Existe no grupo a valorização de práticas de cooperação? (___) Sim; (___) Não;
Como? _____

Anexo 3**UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL - UNISC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
CURSO DE MESTRADO****ORGANIZAÇÕES DE COOPERAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR DO
TERRITÓRIO ALTO URUGUAI CATARINENSE****ROTEIRO DE ENTREVISTA COM LIDERANÇAS LOCAIS****1 - IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO (Empreendimento):**

1.1- Nome da liderança: _____

1.2– Município: _____

1.3– Comunidade: _____

1.4 – Endereço para correspondência: _____

1.5 – Telefone de contato: _____

1.6 – E-mail: _____

2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA

- Desde que ano vem atuando com cooperação no meio rural?
- Como começou a trabalhar com cooperação?
- Em que organização de cooperação já atuou?
- Porque trabalhar a cooperação?
- Teve algum incentivo? Alguém estimulou/apoiou em seu início de atuação com cooperação?
-
- O que é cooperação em sua opinião? (poderia ser a 1ª pergunta)
- Em sua opinião a cooperação de antigamente mudou em comparação com a cooperação praticada atualmente?
- Quais os principais aspectos que mudaram?
- Quais aspectos são positivos e quais aspectos são negativos dessas mudanças?
- Tem alguma mudança que pode ser considerada apenas negativa?

- Quais as práticas de cooperação mais antigas na região que o Senhor/Senhora conheceu?
- Descreva essas práticas: como eram realizadas, quais as finalidades, quais os benefícios para os participantes, eram generalizados na região ou específicas de algum contexto/lugar ou grupo social;
- Quais dessas práticas de cooperação persistem ainda hoje? Por quê?
- Existiam organizações de cooperação na região anteriores ao surgimento do cooperativismo?
- Identifica diferenças nas organizações de cooperação atuais e nas mais antigas? Quais as diferenças mais marcantes?
- Pode-se dizer que a cooperação na região passou por diferentes fases?
- Como poderiam ser divididas e caracterizadas as fase do desenvolvimento da cooperação na região?
- Poderiam ser identificadas diferentes concepções/entendimentos de cooperação na região? Ou todos pensam e agem do mesmo modo?
- Se considerarmos essas diferentes formas de construção como diferentes estratégias de cooperação, como você as caracterizaria?
- Você conhece a política de apoio ao desenvolvimento territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (Governo Federal)?
- Você tem participado na execução desta política na região do Alto Uruguai Catarinense?
- Em sua opinião qual a importância desta política para a região?
- As organizações de cooperação da região têm participado desta política?
- Qual a contribuição desta política com a organização da cooperação na região?

Anexo 4**UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL - UNISC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
CURSO DE MESTRADO****ORGANIZAÇÕES DE COOPERAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR DO
TERRITÓRIO ALTO URUGUAI CATARINENSE****ROTEIRO DE ENTREVISTA COM TÉCNICOS****1 - IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO (Empreendimento):**

1.1 - Nome do técnico: _____

1.2 – Entidade: _____

1.3 – Município: _____

1.4 – Telefone de contato: _____

1.5 – E-mail: _____

2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA

- Desde quando vem atuando com cooperação agrícola?
- O que é cooperação agrícola em sua opinião?
- Porque trabalha com cooperação?
- Que tipo de ações realiza no apoio a cooperação agrícola?
- Como desenvolve seu trabalho com cooperação?
- Em sua opinião houve mudanças na cooperação desta região?
- Quais foram essas mudanças?
- Em sua opinião é possível identificar diferentes fases na cooperação desta região?
- Quais seriam essas fases?
- Caracterize: período de prevalência, público envolvido, tipo e forma de cooperação, práticas de cooperação predominantes;
- Em sua opinião quais os fatores predominantes para a mudança em cada fase da cooperação na região?
- Teve alguma formação ou capacitação em cooperação para desenvolver esse trabalho?

- Qual?
- Quem realizou?
- Que tipo de formação você acha necessária para quem que atuar com cooperação?
- Você conhece a política de apoio ao desenvolvimento territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (Governo Federal)?
- Você tem participado na execução desta política na região do Alto Uruguai Catarinense?
- Em sua opinião qual a importância desta política para a região?
- As organizações de cooperação da região têm participado desta política?
- Qual a contribuição desta política com a organização da cooperação na região?

Anexo 5**UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL - UNISC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
CURSO DE MESTRADO****ORGANIZAÇÕES DE COOPERAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR DO
TERRITÓRIO ALTO URUGUAI CATARINENSE****ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ORGANIZAÇÕES DE APOIO A
COOPERAÇÃO****1 - IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO (Empreendimento):**

1.1 - Nome da organização: _____

1.2 – Município sede: _____

1.3 – Endereço para correspondência: _____

1.4 – Telefone: _____

1.5 – E-mail: _____

1.6 – Nome da pessoa entrevistada: _____

2 – ROTEIRO:

- Desde que ano vem atuando no apoio a cooperação?
- Porque apóia a cooperação? Qual a finalidade desse trabalho?
- Quantas pessoas na organização desenvolvem trabalho com cooperação?
- Quais as principais ações desenvolvidas pela organização para apoio a cooperação?
- Como (metodologia) realiza o apoio à cooperação?
- Quais as principais dificuldades encontradas no desenvolvimento das ações de apoio?
- Em o trabalho de apoio a cooperação de sua organização se diferencia dos demais?
- Quais os resultados já alcançados desse trabalho?

- Quais são os referenciais teóricos e metodológicos adotados para apoiar a cooperação?
- A sua organização conhece a política de apoio ao desenvolvimento territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (Governo Federal)?
- Sua organização tem participação na execução desta política na região do Alto Uruguai Catarinense?
- De que forma se dá esta participação?
- Qual a importância desta política para a região?
- As organizações de cooperação da região têm participado desta política?
- Qual a contribuição desta política com a organização da cooperação na região?

Anexo 6

Município: _____ Informante: _____

COMUNIDADE	Nº FAMILÍAS	ADM's	ASSOC. MORAD	ASSOC. ESPORT	CLUBE IDOSOS	CLUBE MÃES	GRUPO CULTU	GRUPO JOVENS	OUTRA Escola
1									
2									
3									
4									
5									
6									
7									
8									
9									
10									
11									
12									
13									
14									
15									
16									
17									
18									
19									
20									
21									
Sede									
TOTAL									

Quadro – Número de famílias e de organizações sociais comunitárias por comunidade do município do TAUC.

OBSERVAÇÕES:

a)O informante pode ser uma entidade ou pessoa, sendo que esta deverá informar a função exercida;

b)Solicita-se que a ordem/seqüência das comunidades seja de acordo com o pertencimento às micro bacias, que de certa forma representa também o grau de proximidade e possíveis identidades;

c)Sempre colocar o número de organizações (1, 2 ou 3, etc.).

ORIENTAÇÕES

- Nº DE FAMÍLIAS: buscar um número mais aproximado possível; ajuda a compreender a abrangência e participação relativa no total;

- ASSOCIAÇÃO DE MICROBACIAS: pode ser abreviado por número (MB 1, 2, Etc.) e repetir em cada comunidade que esta envolve/abrange;

- ASSOCIAÇÃO DE MORADORES: também pode ter outras denominações como Conselho Comunitário, Associação Comunitária, Diretoria de Igreja (neste caso poderá ter mais de uma). A função normalmente dessa organização é tratar das questões gerais da comunidade, da gestão e funcionamento dos equipamentos comunitários (Igreja, Salão Festas, Quadra/Campo de Esporte, etc.), bem como, pode às vezes fazer a relação com outras estruturas de organização mais específicas (Esporte, Culturais, Religiosas, etc.) definindo e definindo e/ou organizando o calendário de atividades das comunidades.

- ASSOCIAÇÕES ou CLUBES ESPORTIVOS: em algumas comunidades podem ser também denominadas de DIRETORIAS, quando são informais; em muitos municípios adquiriram formas jurídicas para receberem apoio do poder público em determinados programas;

- GRUPOS OU ORGANIZAÇÕES CULTURAIS: são considerados os corais, grupos de danças típicas, etc.

- GRUPO DE JOVENS: quando um grupo de jovens abrangerem mais de uma comunidade, pode ser numerado do mesmo modo que as microbacias (GJ 1 ou 2) e repetir em cada comunidade que abrange;

OUTRAS: caso haja outro tipo de organização comunitária que envolva a população rural, pode ser acrescentada no quadro e quando considerar importante ou necessário anotar observações explicativas.